

v. 25 n. 2

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

2024

CADERNOS DE LINGUAGEM E SOCIEDADE
Papers on Language and Society

EDITORAS-CHEFES

Viviane Cristina Vieira (UnB)
Maria Carmen A. Gomes (UnB)

EDITORA DE ENTREVISTA

Edna Cristina Muniz da Silva

EDITORA DE RESENHAS

Carolina Gonçalves Gonzales

ORGANIZAÇÃO DO FLUXO CONTÍNUO

Viviane Cristina Vieira
Maria Carmen A. Gomes

EDIÇÃO FINAL DO NÚMERO

Viviane Cristina Vieira
Maria Carmen A. Gomes
Sandra R. S. Campêlo

DIAGRAMAÇÃO

Sandra R. S. Campêlo

ISSN 0104-9712
e-ISSN 2179-4790

Cadernos de Linguagem e Sociedade (L&S) é um periódico interdisciplinar, de publicação semestral, que objetiva contribuir para a divulgação de pesquisas atuais, originais, resultantes de estudos da grande área dos estudos em Linguagem e Sociedade, com foco nas relações entre linguagem e práticas sociais, políticas, educacionais, culturais.

A Revista aceita, em fluxo contínuo, artigos científicos, resenhas, entrevistas e ensaios inéditos escritos em português, inglês, espanhol ou francês, resultantes de pesquisas científicas.

Dossiês especiais são propostos à Editoria e publicados por pares de outras universidades em parceria com membros/as do Comitê Científico da Revista.

COMITÊ CIENTÍFICO

DENIZE ELENA GARCIA DA SILVA

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

IZABEL MAGALHÃES

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

CARMEN ROSA CALDAS-COULTHARD

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil
Universidade of Birmingham, Reino Unido

ANA BEATRIZ BARBOSA DE SOUZA

Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

CAROLINA GONÇALVES GONZALES

Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade
(Nelis/UnB)
Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasil

CAROLINA PARRINI FERREIRA

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

CHRISTINE M. SOARES DE CARVALHO

Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasil

CLAUDIANA NOGUEIRA DE ALENCAR

Universidade Estadual do Ceará (UECE), Brasil

CLÁUDIO MÁRCIO DO CARMO

Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

DANIELE DE OLIVEIRA

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil

DÉBORA DE CARVALHO FIGUEIREDO

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

DINA MARIA MARTINS FERREIRA

Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil

FÁBIO ALEXANDRE SILVA BEZERRA

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil

FLAVIANE FARIA CARVALHO

Universidade Federal de Alenas (UNIFAL), Brasil

GUILHERME VEIGA RIOS

Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade
Universidade de Brasília (Nelis - UnB), Brasil

IRAN FERREIRA DE MELO

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE),
Brasil

JOANA PLAZA PINTO

Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

JULIANA DE FREITAS DIAS

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

KASSANDRA MUNIZ

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Brasil

LORENA ARAÚJO DE OLIVEIRA BORGES

Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Brasil

LÚCIA GONÇALVES DE FREITAS

Universidade Estadual de Goiás (UEG), Brasil

MARIA APARECIDA RESENDE OTONNI

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Brasil

MARÍA LAURA PARDO GIL

Centro de Investigaciones en Antropología Filosófica y
Cultural (CIAFIC)

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y
Técnicas -CONICET, Facultad de Filosofía y LetrasFFYL,
Universidad de Buenos Aires (UBA), Argentina

MICHELLE GOMES ALONSO DOMINGUEZ

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil

MICHELINE MATTEDI TOMAZI

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Brasil

NEYLA GRACIELA PARDO ABRIL

Universidad Nacional de Colombia, Colômbia

NURIA LORENZO-DUS

Swansea University, Reino Unido

RODRIGO ALBUQUERQUE

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

SOLANGE M. BARROS

Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Brasil

TERESA OTEÍZA

Pontificia Universidad Católica de Chile, Chile

VIVIANE DE MELO RESENDE

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

COMITÊ CIENTÍFICO CONSULTIVO

ALEXANDRE FERREIRA DA COSTA

Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

AMANDA OLIVEIRA RECHETNICOU

Instituto Federal do Sertão Pernambuco (IFSertãoPE),
Brasil

ANA CRISTINA OSTERMANN

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

ANDRÉ R. N. MARTINS

Universidade de Brasília (UnB), Brasil

ANGELA B. KLEIMAN

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

CARLOS A. M. GOUVEIA

Universidade de Lisboa, Portugal

CÉLIA MAGALHÃES

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

ENI PULCINELLI ORLANDI

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

GERSINEY PABLO SANTOS

Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade/UnB, Brasil

HILDO HONÓRIO DO COUTO

Universidade de Brasília, Brasil

IDA LÚCIA MACHADO

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

IVEUTA DE ABREU LOPES

Universidade Estadual do Piauí, Brasil

JACOB MEY

University of Southern Denmark, Odense, Dinamarca

KANAVILLIL RAJAGOPALAN

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Luiz Paulo da Moita Lopes

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Maria Cecília Pérez de Souza e Silva

Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Maria das Graças D. Pereira

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Maria José Coracini

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

MARIA LUIZA M. SALES CORÔA

Universidade de Brasília, Brasil

MARINEY PEREIRA CONCEIÇÃO

Universidade de Brasília, Brasil

MARISA GRIGOLETTO

Universidade de São Paulo, Brasil

NORMAN FAIRCLOUGH

Lancaster University, Reino Unido

NEYLA GRACIELA PARDO ABRIL

Universidad de Colombia, Colombia

PAULO SEGUNDO

Universidade de São Paulo, Brasil

STELLA MARIS BORTONI

Universidade de Brasília, Brasil

STEPHEN GRANT BAYNES

Universidade de Brasília, Brasil

ZILDA G. OLIVEIRA DE AQUINO

Universidade de São Paulo, Brasil

A revista Cadernos de Linguagem e Sociedade é publicada on-line desde 1995, com acesso universal e gratuito, no Portal dos Periódicos da UnB, sob responsabilidade da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, pelo Open Journal Systems (OJS).

O Cadernos de Linguagem e Sociedade não cobra taxa de editoração (Article Processing Charges APC), taxa de submissão ou publicação de artigos aos autores.

Cadernos de Linguagem e Sociedade utiliza uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International license



EDITORIAL

Maria Carmen Aires Gomes e Viviane Cristina Vieira

ARTIGOS

STREET ART, POETICS OF MOURNING AND POLITICAL MEMORY IN A SEMIOTIC LANDSCAPE IN SÃO PAULO, BRAZIL

Daniela Palma

¿QUÉ VEN CUANDO NOS VEN O QUÉ SELECCIONAN CUANDO NOS OBSERVAN?: DISCURSO, IDEOLOGÍA Y PRESUPOSICIONES IDEOLÓGICAS

Mariana C. Marchese

“NO ERA DEPRESIÓN ERA CAPITALISMO”: ANÁLISIS DEL DISCURSO MULTIMODAL DE INTERVENCIONES VISUALES SOBRE SALUD MENTAL DURANTE LA REVUELTA CHILENA DEL 2019

Juan Carlos Cea Madrid E Roberto Fernández Droguett

ADMIRÁVEL CHIP NOVO SOB AS LENTES DO DIALOGISMO E DA TEORIA ATOR-REDE: UM MANIFESTO CIBORGUE

Renan Monezi Lemes

A POLIFONIA ANCESTRAL: OS SABERES NO DISCURSO DOS POVOS ORIGINÁRIOS NA VOZ DE KOPENAWA

Jair Ferrari Júnior

MEDICINA MODERNA, PRÁTICAS DISCURSIVAS E SUBJETIVAÇÃO

Juliana Guerra

PERSPECTIVAS INTERSUBJETIVAS RESPECTO DEL IMPACTO DE LA SEQUÍA EN COMUNIDADES RURALES DEL CENTRO NORTE DE CHILE

María Cristina Arancibia

AS MANIFESTAÇÕES PELO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF E OS ECOS DA DITADURA MILITAR

Micheline Mattedi Tomazi e Wendell Robertt Silva Freitas

O AUDITÓRIO COMPÓSITO NO DISCURSO DE GETÚLIO VARGAS AO MAGISTÉRIO DO COLÉGIO D. PEDRO II

Ibiraci de Alencar Chagas

DISTINÇÕES E APROXIMAÇÕES: PROJETOS DE ANÁLISES DO DISCURSO

Thiago Barbosa Soares

ENSAIO

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS NA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE AS PRINCIPAIS VERTENTES TEÓRICAS

Alcilene Pimenta e Izabel Magalhães



SUMÁRIO

v. 25 | n. 2 | 2024

ENTREVISTAS

MULTILITERACIES AND SEMIOTICS

Len Unsworth

Entrevista cedida a Marisa Mendonça Carneiro

RESENHAS

GRIFFITHS, JAMES. SPEAK NOT: EMPIRE, IDENTITY AND THE POLITICS OF LANGUAGE.

LONDON: ZED BOOKS, 2021. 251 PP. ISBN 978-1-78699-966-5

Antony Hoyte-West

MAGALHÃES, IZABEL; SILVA, KÊNIA L DA. LANGUAGE, LITERACY, AND HEALTH: DISCOURSE
IN BRAZIL'S NATIONAL HEALTH SYSTEM. NOVAYORK /LONDRES: LEXINGTON BOOKS, 2022.

416 P. ISBN: 9781793600899

João Marcos Messias Miranda



CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society



v. 25 n. 2

2024

Prezadas leitoras e prezados leitores, com o volume 25 - referente ao 2024 (2) - encerramos as atividades anuais da Cadernos de Linguagem e Sociedade com uma curadoria cuidadosa e qualificada dos materiais que nos foram enviados para serem avaliados e apreciados pela nossa equipe de pareceristas, a quem já agradecemos pelas excelentes contribuições e leituras atentas, o que nos ajudam a garantir a excelência editorial de nossa revista. Neste volume, são apresentados resultados de investigações realizadas não só no Brasil, em diferentes estados, mas também no Chile e na Argentina, discussões que nos possibilitam compreender como as relações entre linguagem, sociedade e cultura se constituem, e também são constituídas, nestes distintos espaços.

Os artigos debatem temas como: discursividades, artes e paisagens/espço, pobreza, pandemia e textos jornalísticos, subjetividades e artes, ancestralidade, memória e discursos, críticas aos modelos neoliberais e subjetivação, crise climática e territórios, discursos e política. Também são apresentados os resultados de análises sobre convergências e divergências entre os estudos discursivos enunciativos, materialistas e críticos.

Maria Carmen Aires Gomes

maria.carmen@unb.br

<https://orcid.org/0000-0001-7402-4353>

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil

Viviane Cristina Vieira

vivianecvieira2@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4148-5414>

Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil

EDITORIAL

Em *Street art, poetics of mourning and political memory in a semiotic landscape in São Paulo, Brazil*, Daniela Palma reflete sobre o processo de produção de uma intervenção artístico-ativista em uma escada pública em São Paulo, em homenagem a Marielle Franco. As análises exploram, dentre outras questões, as marcas das disputas na materialidade do monumento nas performances ativistas. Mariana C. Marchese, no contexto argentino, em *¿Qué ven cuando nos ven o qué seleccionan cuando nos observan?: discurso, ideología y presuposiciones ideológicas*, concluiu que a forma como uma notícia produzida por um jornal internacional europeu, que se apresenta como promotor do espírito crítico, não apresenta informações sobre a relação entre a pobreza e a pandemia COVID-19 na Argentina, mas que há uma ênfase no conceito de "miséria na América Latina". Em *No era depresión era capitalismo": análisis del discurso multimodal de intervenciones visuales sobre salud mental durante la revuelta chilena del 2019*, Juan Carlos Cea Madrid e Roberto Fernández Droguett abordam os discursos sobre saúde mental em intervenções visuais em espaços públicos durante a revolta chilena de 2019 e concluem que a revolta implicou uma ruptura do consenso neoliberal, transformando a violência individual e privatizada da ordem social em resistência coletiva desafiando as gramáticas sanitárias e terapêuticas dominantes, fazendo emergir expressão pública do descontentamento. Em *Admirável Chip Novo sob as lentes do dialogismo e da Teoria Ator-Rede: um manifesto ciborgue*, Renan Monezi Lemes, Brasil, analisa relações dialógicas advindas do confronto entre a canção Admirável Chip Novo e a assimetria da modernidade.

Jair Ferrari Júnior, em *A Polifonia Ancestral: os saberes no discurso dos povos originários na voz de Kopenawa*, analisa o "ethos" discursivo na obra do líder Indígena Davi Kopenawa. O texto explora a polifonia ancestral, a diversidade de vozes nos discursos dos povos originários, e como o ethos do "indígena multisciente" é construído ao apresentar conhecimentos de forma acessível aos brancos. Em *Medicina moderna, práticas discursivas e subjetivação*, Juliana Guerra discute a complexidade entre poder, conhecimento e subjetividade na prática médica, a partir da produção do discurso institucionalizado da clínica, jogando luz ao debate sobre o modelo neoliberal que marginaliza a experiência subjetiva em nome de uma pretensa liberdade individual do desempenho, culminando no adoecimento psíquico. No contexto chileno, Cristina Arancibia apresenta a investigação: *Perspectivas intersubjetivas respecto del impacto de la sequía en comunidades rurales del centro norte de Chile*. Desde aproximadamente 2010, o centro-norte do Chile tem sido gravemente atingido por uma seca que afetou intensamente as áreas urbanas e afetou profundamente a vida rural entre 2019 e 2021, diante desse cenário, a autora analisa o impacto da seca por meio de entrevistas realizadas nas comunidades.

Micheline Mattedi Tomazi e Wendell Robertt Silva Freitas apresentam os resultados da investigação: *As manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff e os ecos da ditadura militar*. Consideram, em suas análises, que determinadas alas da direita brasileira usam de narrativas equivocadas acerca do período ditatorial brasileiro, além de resquícios de uma discursividade

anticomunista, para a construção de um movimento que ameaça o Estado democrático brasileiro. Na mesma linha do discurso político, Ibiraci de Alencar Chagas, em *O auditório compósito no discurso de Getúlio Vargas ao magistério do Colégio D. Pedro II*, analisa a audiência de pronunciamento de Getúlio Vargas endereçada ao magistério do Colégio D. Pedro II, em 1937, focalizando os índices de alocação da construção do auditório, descrevendo-o enquanto compósito.

Em *Distinções e aproximações: projetos de Análises do discurso*, Thiago Barbosa Soares indaga sobre quais as efetivas diferenças e semelhanças entre a análise do discurso materialista e a análise do discurso enunciativa e conclui que há pelo menos duas grandes distinções, quanto ao sujeito e quanto ao traçado metodológico. No Ensaio *Convergências e divergências na Análise de Discurso Crítica: um estudo comparativo entre as principais vertentes teóricas*, Alcilene Aguiar Pimenta e Izabel Magalhães apresentam uma análise comparativa das principais abordagens da Análise de Discurso Crítica (ADC) propostas por Fairclough (1989, 2001, 2003, 2010, 2012), Wodak (2001, 2015, 2021) e van Dijk (1999, 2001, 2009, 2016). O ensaio conclui que essas abordagens podem ser usadas individualmente ou de forma complementar, dependendo da complexidade do problema analisado, especialmente em contextos de crises políticas e de transformações digitais.

Neste volume, são apresentadas duas resenhas. Antony Hoyte-West resenha a obra *Speak Not: Empire, Identity and the Politics of Language*, de James Griffiths, 2021. Enquanto João Marcos Messais, em sua resenha, apresenta as importantes contribuições de Izabel Magalhães, Kênia Lara da Silva et. al acerca das relações entre linguagem, letramento e saúde no contexto do SUS, no Brasil, na obra *Language, Literacy, and Health Discourse in Brazil's National Health System*, 2022. Finalizamos com uma importante e rica entrevista com o Professor Len Unsworth, realizada por Marisa Mendonca Carneiro, da Universidade Federal de Minas Gerais, sobre multiletramentos e semiótica. Len Unsworth é Diretor de Pesquisa de Semiótica Educacional em Inglês e Pedagogia do Letramento no Instituto de Ciências da Aprendizagem e Formação de Professores (ILSTE) da Universidade Católica Australiana (ACU) em Sydney.

Desejamos a todes que façam boas leituras e que os trabalhos aqui apresentados contribuam para os avanços científicos já que informam importantes esforços político-teóricos no campo dos estudos da linguagem e sociedade.

Editoras. Dezembro, 2024.

Maria Carmen Gomes

maria.carmen@unb.br

<https://orcid.org/0000-0001-7402-4353>

Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil

Viviane Vieira

vivi@unb.br

<https://orcid.org/0000-0003-4148-5414>

Universidade de Brasília, Brasília-DF, Brasil

Como citar:

GOMES, Maria Carmen Aires; VIEIRA, Viviane. Editorial. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 7-10, jul./dez. 2024.
Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



Street art, poetics of mourning and political memory in a semiotic landscape in São Paulo, Brazil

Arte urbana, poética de luto e memória política em uma paisagem semiótica em São Paulo

Arte urbano, poéticas del luto y memoria política en un paisaje semiótico de São Paulo

ABSTRACT

This study reflects on producing an artistic-activist intervention on a public staircase in São Paulo, Brazil, dedicated to honoring Marielle Franco. The action on the public space is meant to assemble an urban semiotic landscape linking social movements advocating for the crime to be solved and denouncing the policies of death directed against peripheral populations. Methodologically, the research undertook an empirical approach, encompassing site visits to the staircase and the compilation of an archival corpus. Theoretically, the text builds a framework of discussions, exploring the concepts of landscape (Jaworski; Thurlow, 2010; Zukin, 1991), monument (García Canclini, 1995), montage (Pignatari, 1981) and heterotopia (Foucault, 1986). The ensuing analysis delves into the following aspects: a) monument as heterotopia and its indexicality of place; b) the pragmatic and visual-spatial montage; c) inscriptions and the confluence of times; d) signs of mourning and political struggle on the monument and in the performance of activists.

Keywords: Marielle Franco Staircase; semiotic landscape; popular memory; collective mourning; heterotopia.



Recebido em: 16 de agosto de 2024
Aceito em: 21 de dezembro de 2024
DOI: 10.26512/les.v25i2.55236

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Daniela Palma

dpalma@unicamp.br

orcid.org/0000-0003-2060-0624

Universidade Estadual de Campinas (Unicamp),
Campinas, SP, Brasil

ARTIGO

RESUMO

A proposta deste estudo é refletir sobre o processo de produção de uma intervenção artístico-ativista em uma escada pública em São Paulo, em homenagem a Marielle Franco. A ação sobre o espaço público é interpretada como a montagem de uma paisagem semiótica urbana que tem vinculação com movimentos sociais que reivindicam a resolução do crime e denunciam as políticas de morte direcionadas contra mulheres e populações periféricas e negras. Metodologicamente, a pesquisa empreendeu um trabalho empírico de visitas à escada e de formação de um corpus documental. Teoricamente, o texto trabalha com noções de paisagem (Jaworski; Thurlow, 2010; Zukin, 1991), monumento (García Canclini, 1995), heterotopia (Foucault, 1986) e montagem (Pignatari, 1981). As análises exploram: a) a relação da paisagem com o ambiente em que se insere por parâmetros de indexicalidade de lugar; b) o processo de produção da paisagem em perspectivas diacrônicas e sincrônicas; c) a confluência de tempos como efeito comunicativo da intervenção urbana e d) as marcas das disputas na materialidade do monumento e nas performances ativistas.

Palavras-chave: Escadão Marielle Franco; paisagem semiótica; memória popular; luto coletivo; heterotopia.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es reflexionar sobre el proceso de producción de una intervención artístico-activista en una escalera pública de São Paulo, en homenaje a Marielle Franco. La acción en el espacio público se interpreta como el montaje de un paisaje semiótico urbano que se vincula a los movimientos sociales que reivindican la resolución del crimen y denuncian las políticas de muerte dirigidas contra las mujeres y las poblaciones periféricas y negras. Metodológicamente, la investigación emprendió un estudio empírico de las visitas a la escalera y la formación de un corpus documental. Teóricamente, el texto trabaja con las nociones de paisaje (Jaworski; Thurlow, 2010; Zukin, 1991), monumento (García Canclini, 1995), heterotopia (Foucault, 1986) Y montaje (Pignatari, 1981). Los análisis exploran: a) la relación entre el paisaje y su entorno a través de parámetros de la indexicalidad del lugar; b) el proceso de producción del paisaje desde perspectivas diacrónicas y sincrónicas; c) la confluencia de tiempos como efecto comunicativo de la intervención urbana y d) las marcas de las disputas en la materialidad del monumento y las performances activistas.

Palabras clave: escalera Marielle Franco; paisaje semiótico; memoria popular; luto colectivo; heterotopía.

Como citar:

PALMA, Daniela. Street art, poetics of mourning and political memory in a semiotic landscape in São Paulo, Brazil. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 11-29, jul./dez. 2024. Disponível em: Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



INTRODUCTION

This article's starting point is the following question: "How can popular memories be inscribed in the urban space?" I address this issue through a reflective analysis of an artistic-activist intervention in the city of São Paulo, Brazil, which is considered here as an urban semiotic landscape: The Marielle Franco Staircase. This is a public staircase appropriated through street art as a kind of "vernacular monument" in honor of the activist and Rio de Janeiro councilwoman tragically murdered in 2018.

The aim of this study is to reflect on the production process of the staircase monument as a semiotic and poetic dimension of the political action of people who are fighting for justice and democracy in contemporary Brazil. The urban intervention on the public staircase is closely related to social movements claiming for the clarification of the crime and the condemnation of the politics of death directed against women, marginalized groups and black people. The main strategy identified in the actions of these movements is to give public visibility to individuals who have been erased from hegemonic social imaginaries. This transformative act serves to redefine the political meaning of "life," similar to movements with larger international impact such as Black Lives Matter.

The tragic murder of Marielle Franco is considered a defining event in Brazil's recent political landscape. Marielle Franco, a black and lesbian human rights activist from the Maré favela complex in Rio de Janeiro, was elected to the city council and was committed to issues of racial justice, public safety, gender and sexuality politics, the rights of marginalized groups and the democratization of political participation. On March 14, 2018, Marielle Franco was fatally shot together with driver Anderson Gomes in downtown Rio de Janeiro. This crime triggered a profound and nationwide wave of popular mobilization. This article contextualizes the intervention actions on the stairs in São Paulo as part of these movements that emerged and evolved in response to Marielle's murder.

This article presents part of the findings from a larger research project aimed at studying the (auto)biographical formations of groups and subjects from the peripheries.¹ Among the selected "life trajectories," Marielle Franco was chosen specifically to explore various forms of collective construction of a biography. Throughout the research process, it became evident that a collective memory about Marielle has been formed mainly by activist and mourning practices, such as inscribing her name, her face, and an idea of a black and marginalized legacy in urban settings.² These reflections on the occupation of the staircase began with a collaborative work that led to a presentation at an event (Palma; Silva, 2023) that focused on the activist achievements in the production of the intervention. After this collaborative phase, I worked individually to interpret these

¹ "Trajectories of peripheral lives: violence between the ordinary and the extraordinary in (auto)biographical narratives and poetics". São Paulo Research Foundation (FAPESP), Brazil under Grant 2021/02618-8.

² There are several popular and official initiatives for the urban placement of images of Marielle Franco in the form of posters, graffiti, banners and sculptures, as well as the inscription of her name on thoroughfares, squares, libraries and cultural centers.

practices as the creation of spectralities (Palma, 2024). In turn, this text aims to take more nuanced perspectives and explore the ways in which memory is shaped through the construction of urban semiotic landscapes in the actions of activists and artists.

The empirical research for this study was conducted through eight visits to the staircase, which took place between June 2022 and January 2024, to produce photographic and textual documentation (field diary). In addition, a corpus was curated containing images and texts about the staircase published on social media and press publications.

The basis of this article rests primarily on theoretical concepts discussed in the following sections of the article, relating to landscape (including semiotic landscape), monument, heterotopia and montage. The analysis explores the relationship between the landscape and its surroundings, its production process in diachronic and synchronic perspectives, the communicative effects resulting from the clash of temporalities in urban interventions, and the signs of contestation in the materiality of the monument and in activist performances.

1. URBAN SEMIOTIC LANDSCAPE AND POPULAR MONUMENTS

The concept of landscape is a complex notion that has been formulated in disciplines such as geography, art (painting and photography), urbanism and architecture. It has been taken up repeatedly in sociology, history, linguistic and semiotic studies, literature and anthropology. In this study, landscape is understood as a central construct for understanding spatial transformations that are the product of social construction processes.

John Berger (1972) considers the landscape genre in oil painting as part of modern technologies of spatial mediation. Berger contextualizes these landscapes with the historical development of “ways of seeing” that evolve within dynamics structured around power relations. Throughout history, landscapes have played a role in shaping our social perception of spaces, from those that we inhabit on a daily basis to those that are embedded in our collective imagination and memory. The notion of landscape thus encompasses space (or a portion of space) by characterizing physical environments as a stage “for human action and socio-political activity, while at the same time a symbolic system of signifiers with wide-ranging affordances activated by social actors to position themselves and others in that context” (Jaworski; Thurlow, 2010, p. 6).

In the processes of urbanization and city administration, the construction of landscapes is interwoven with the political control of space. This includes the establishment of norms of order, hygiene, safety, traffic and morality as instruments of social discipline—what Michel Foucault (1983) called a pastoral power that lends itself to modern forms of governance—and of the economy, rationalizing territorial occupation through the logic of production and consumption.

Sharon Zukin (1991) describes the landscape as a frame of power that imposes itself on the vernacular. She describes urban landscapes as embodiments of physical materiality interwoven with

an official or hegemonic symbolism of space and characterizes them as “landscapes of power.” The vernacular dimension, on the other hand, corresponds to the influence of the people on the landscapes. The idea refers to the dynamics of culturally diverse social relations affecting the physical urban structure, which the author characterizes as the “expressive vernacular of the powerless” (Zukin, 1991, p. 16). In the semiotic understanding proposed here, the concept of vernacular landscape can be seen as a language through which the dispossessed communicate their relationship to the spaces of power. The vernacular action of the powerless has the capacity to act creatively to reshape grassroots memories of space. Often perceived as an obstacle to socio-economic development and urban order, popular practices oppose the landscapes of power. As a result, the urban landscape becomes a palimpsest of overlapping conflicts and is in constant (re)constitution: elements of vernacular intervention have the capacity to integrate landscapes through appropriation practices (such as “unauthorized” graffiti) or even through involvement in economic and political landscape projects, as in gentrification processes.

The vernacular serves as a critical marker that establishes the distinction between space (in the objectifiable sense) and place (based on the social relations of everyday use and their meaning) and is central to contemporary epistemological currents that re-theorize space and are interested in the “social construction of place and people’s ‘sense of place’” (Jaworski; Thurlow, 2010, p. 7). The proposition of a semiotic landscape would participate in these theoretical movements, moving beyond a mere interest in space to an in-depth exploration of the dynamics of spatialization, which Jaworski and Thurlow define as “the different processes by which space comes to be represented, organized, and experienced” (Jaworski; Thurlow, 2010, p. 7). The idea of “place” is fundamental to creating a sense of multiplicity in space. It enables an understanding that the processes of identity formation and subjectivities (individual and collective) are imbued with our relationship to geographical places, which we know and experience “both sensually and intellectually through semiotic framing and various forms of discursive construction” (Jaworski; Thurlow, 2010, p. 7).

Based on this conceptual framework, my interest in studying the construction of landscapes lies in the endeavor to interpret human action (in the case of this study, human action with distinctly political contours) in spaces as semiotic practices that, in interaction with dominance, produce “discourses in place,” as Scollon & Scollon (2003) put it. The research seeks to observe how the language of politics that has emerged in the activist experience of demanding justice, democracy and equality in contemporary Brazil is anchored in the materiality of the urban social world.

The performances of semiotic and symbolic appropriation of a public space are understood in this study as political activities that create a popular monument of memory in the urban landscape. Monuments, typically seen as landscapes where historical memory is inscribed in public space, are usually located at a level of cultural memory (Assmann, 2008) that is diglossic in nature, more stable and legitimized by institutional action. However, monuments do not have a static function in the urban landscape, as García Canclini (1995) notes when discussing some processes of cultural

transformation in Latin America. Functions and meanings corresponding to modern urban ordinances are constantly transgressed in everyday urban life, so that monuments, as part of this dynamic, enact semantic struggles “between the market, history, the state, advertising, and the people's struggle for survival” (García Canclini, 1995, p. 222). Unlike museum objects, which can be frozen when they are subtracted from their own history, public monuments remain in the flow of urban life.

As “discourses in place” (Scollon; Scollon, 2003), monuments seamlessly integrate with their environment (text and context are indistinguishable), participating in the contradictions and instabilities of everyday life, being “happily exposed to their being inserted into contemporary life by graffiti or a popular demonstration” (García Canclini, 1995, p. 222). In everyday life, the meaning of monuments also works in collaborative regimes beyond physical territories, extending into technological environments: a “circularity of the communicational and the urban” (García Canclini, 1995, p.212) that produces memory of communicative consistency, which is more unstable and formed in social interactions (Assmann, 2008).

Conceptualizing monuments as living social texts, vernacular practices may re-signify sculptures, mausoleums and other types of public works invested with historical character within landscapes of power. However, they can also create what we call “grassroots monuments” (Palma; Silva, 2023), on any physical urban structure. As for the public staircase in São Paulo, activist performances have appropriated and transformed it into a memorial for Marielle Franco. Processes of self-construction are implicated in the production of this type of landscape, understanding that in popular practices of city use, residents “build not only their own houses, but also frequently their neighborhoods... not in isolation... and typically escap[ing] the framing of official planning” (Caldeira, 2017, p. 3). Therefore, self-construction can be understood as popular agency over the functions and meanings of the city and always implies gestures of appropriation and transformation of landscapes of power in vernacular spaces.

The study also recognizes the growing visibility of symbolic and political controversies surrounding public monuments. Movements calling for the destruction or removal from the cityscape of statues that pay homage to figures associated with slavery and colonialism have attracted worldwide attention (Fuentes, 2021). The production of memories of the city's public space is a very important area of contemporary political activism, both through the demand for heritage policies that recognize sites as *lieux de mémoire* that relate to experiences that shape the formation of ethnic identities or experiences of collective trauma, and through the erection of monuments and public tributes, whether through official or popular actions.

2. LANGUAGES, TIME AND PERFORMANCES

Every public monument can be understood as a composition of signs acting on the city, and also as a confluence of temporalities. Thus, for the study of a grassroots monument in the production of a semiotic landscape, I interpret it here as a laminar formation of times, spaces, language modalities and discourses. Theoretical and methodological reflections on this intricate complexity are guided by two concepts: Heterotopia and montage.

Michel Foucault (1986) correlated time to processes of crystallization of versions and space to the flow of transformations and diversifications. Thus, contemporaneity would be the time of space: “We are in the epoch simultaneity: we are in the epoch of juxtaposition, the epoch of the near far, of the side-by-side, of the dispersed” (Foucault, 1986, p. 22). Complexification based on contemporary transformations in modern society calls for a departure from objectifiable notions and rigid classifications of space. The phenomenology, as in Bachelard ([1958]1994), had understood space as a product of perception and imagination, who points to the poetic dimension of spaces in the formation of memory and subjectivities. Heterotopia emerges as a concept that Foucault developed to think of the space outside individuals as a sphere made up of conflicting multiplicities. The author defines heterotopia as a construct for dealing with spaces “that have the curious property of being in relation with all the other sites, but in such a way as to suspect, neutralize, or invert the set of relations that they happen to designate, mirror, or reflect” (Foucault, 1986, p. 24).

If utopia has no real corporeality (in the material sense), heterotopia has a physical place of concrete existence in the world, capable of embodying utopian (and dystopic) potential. Heterotopias can juxtapose in their composition many times (historical and social) and “other spaces” (absent spaces and time in the present space). Foucault points out that these spatial formations have been present in all cultures around the world and throughout history, but without universal models, but with different characteristics, functionalities and modes of operation that are constantly changing. Heterotopic functioning refers to ruptures with traditional forms of temporality that allow for the accumulation of time (such as in a museum). Heterotopia also provides an understanding of time as a fleeting and precarious aspect of existence, not oriented towards eternity—and this idea of transience can point to a performative force. From Foucault's point of view, heterotopias can serve both exclusion and control as well as radical freedoms. In previous work, I discussed how a spectral dimension—manifesting mainly in the ideas of legacy and ancestry—permeates practices and discourses with peripheral marks in Brazil (Palma, 2024). I thus understand that the heterotopic dynamics in this urban intervention semiotically engage some of these peripheral resistant forces, echoing not only the crime against Marielle, but many of the ghosts of violence and exclusion in Brazil's colonial formation.

The notion of heterotopia helps to think about a space loaded with contradictory features as a grassroots democratic monument created by a peripheral political force on a piece of public space

of social and symbolic centrality. In these considerations, the idea of heterotopia helps to conceptually validate the notion of “place” as a product of popular practices, as it allows space and time to be de-objectified. The staircase monument is understood here as a heterotopic palimpsest capable of juxtaposing “in a single real place several spaces, several sites that are in themselves incompatible” (Foucault, 1986, p. 25) and presents different times.

To explain this palimpsestic formation of heterotopia, the production of the vernacular monument is understood through the lens of montage, emphasizing the landscape as a semiotic presence in the city and the process of self-construction as the handling of communicative resources by artist-activists and users of public space. The concept of montage can have a broad meaning, encompassing different ways of communicatively affecting the world by assembling fragments, excerpts and elements, which can have different consistencies and origins, through additions and accumulations, juxtapositions or superimpositions. Montage is a system that operates in the regime of parataxis, and Pignatari (1981) points out that it can be thought of at syntactic, semantic and pragmatic levels. Texts of any semiotic consistency can simultaneously establish juxtaposition or addition and subordination relations.

Paratactic logics create texts that are constantly evolving, subject to new additions, deletions, exclusions, changes, recompositions, etc. The dynamics of montage open up the possibility of texts that are constantly changing and have a strong performative character. In an attempt to read this urban intervention semiotically as a heterotopic palimpsest, the staircase is seen as a large visual and pragmatic montage on the physical structure of an urban public space.

In this study, the term montage is used not only for the composition resulting from the juxtaposition and superimposition of visual elements on a surface or support, but also for the cultural, social and political process of landscape production, which includes social actors, performances, political poetics, contentious discourses, practices of appropriation and recontextualization. It is worth noting that montage is a very common poetic strategy in street art interventions, which helps to reinforce the sense of authorship (by incorporating the idea of a multiplicity of sources and references) and build the effect of a living text (or a landscape in the making) in the flow of daily life.

Geosemiotics provides a valuable framework with analytical parameters that support the methodological path for this work of reading social action in the semiotic matter of the city: social actor, interaction order, visual semiotics and place semiotics (Scollon; Scollon, 2003). These parameters should run through the analyzes that articulate the semiotic visual layers of the landscape under study (but without being used as schematic labels in interpretive work), such as the urban and social environment in which it is embedded, the subjects represented and involved in the symbolic contestations in the context in question and their political and semiotic performances, and the intersection of discourses in the production of landscape, as in practices of de- and recontextualization (Bauman; Briggs, 1990).

3. CONTEXT AND DISCUSSIONS

3.1 The staircase and its environment

Rua Cardeal Arcoverde, on the stretch between Hospital das Clínicas and Avenida Dr. Arnaldo, is a not very wide, one-way street with a large flow of cars and buses, on the western side of São Paulo, Brazil's largest city, home to approximately 11 million inhabitants.² At street level, we see an area of mostly commercial establishments, but if we look up, we can see several old residential buildings that continue to serve as homes. Pinheiros, the neighborhood in which it is located, is predominantly white middle class and offers upscale residential areas, a wide range of services (health, education, popular and luxury stores, financial activities, corporate spaces, etc.), parks, many nightlife options, and a public transport network (it even acts as a hub between the central region of São Paulo and the outlying neighborhoods and municipalities in the western part of the metropolitan region).

Two public staircases connect Rua Cardeal Arcoverde with the higher cross streets, one with Rua Alves Guimarães, the “Escada das Bailarinas (‘Ballerina's staircase’),” and the other with Rua Cristiano Viana, called “Marielle Franco Staircase.” Both were used as street art spaces - a common phenomenon in many public staircases in São Paulo.

The “Marielle Franco Staircase” is a visually striking scene for those walking along Cardeal Arcoverde due to the creative power of the artistic interventions: a large street poster with a black and white photo portrait of a smiling Marielle Franco, colorful graffiti, posters or paintings with inscriptions. It is a zigzag staircase with large, exposed walls and lampposts, flanked by residential buildings. At the bottom of the stairs (next to Cardeal Arcoverde) you can often see mattresses, clothes and other items belonging to homeless people who live there. All these elements, as well as street signs and other items of street equipment (traffic signs, lampposts, power lines, advertising panels etc.), contribute to what, from a Geosemiotics perspective (Scollon; Scollon, 2003), can be considered elements of the indexicality of a place.

Figure 1 - Marielle Franco staircase, seen from Rua Cardeal Arcoverde, São Paulo, Brazil.



Photo taken on January 9, 2024.

The composition of the landscape of the staircase in honor of Marielle Franco in this neighborhood produces an effect that transcends territorial boundaries. It positions the periphery in an urban environment that represents or comes close to central spaces of power in the Brazilian social imaginary. Through this concept of the periphery permeating the center, the staircase, in the form of a popular monument to the memory of the black, lesbian and peripheral activist in the middle of the upscale neighborhood of the great metropolis, acquires a heterotopic force, a sense of place formed by a complex semiotic system with multilayered meanings in constant transformation. In a previous study (Palma, 2024) I dealt with the peripheral force inherent in the monument, expressed in the figure of Marielle (through her face and her name). She is able to project, in the arrangement of street art, the biography of a life trajectory that has been “displaced” from its place of origin (i.e., the activist and councilor from Rio de Janeiro) and that becomes a symbol of a broader meaning of exclusion within a political imaginary of national dimension.

3.2 Marielle's image

The most important element in the staircase landscape is the large street poster with the portrait of Marielle Franco. The image of Marielle's face is not only the central component in the physical arrangement of the monument, but the narrative about this intervention begins with its placement (Globo, 2018). One might think, then, that the portrait is both a temporal indexer of the monument's history and functions as the organizing core of the staircase's visual montage.

Figure 2 - Poster with the portrait. Marielle Franco Staircase, São Paulo, Brazil.

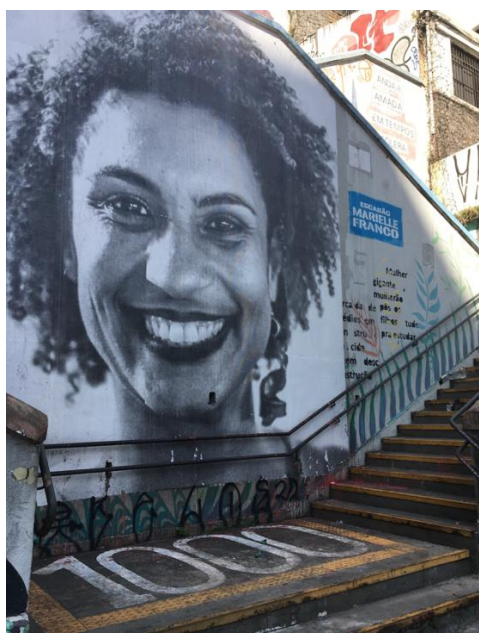


Photo taken on June 21, 2022.

On a pragmatic-diachronic level, the poster with Marielle's image serves as a component of temporal persistence in the staircase montage. The activist intervention in that public space began in 2018, shortly after her tragic murder, and it is narrated with mythical contours. On March 20 of that year, the staircase "dawned" covered by the poster with the portrait, as reported by an activist on a Twitter profile (@luduvico): the political performance without an individual subject of the action (Luduvico, 2019). This narrative formula does not make the subject of the political action explicit and it is reproduced in many accounts of the intervention on this staircase. Anonymity recurrently marks street art practices, putting on stage much more than an individualized social actor, a subject shaped through collective agency, capable of indexing in the urban space both habitus (a multiplicity of habitus, in fact, with peripheral references) and "the sociocultural and sociopolitical structures among which we act" (Scollon; Scollon, 2003, p. 15).

Since its beginnings, the staircase has undergone numerous changes, characterized by a constant process of construction, dismantling and reconstruction, shaken by various disputes—which we will discuss further in this article. The element that remained firmly anchored in the landscape of the staircase through all these changes of configuration was precisely the poster with the portrait. Thus, if it is possible to trace the passage of time in the making of the space through the different configurations of the elements and their arrangements on the staircase, the large face of Marielle, placed on the most visible wall of the building, marks a presence.

This enduring presence encourages the transgression of time and space in the production of meanings through the popular monument. One of the most important meanings I see in relation to the creation of spectralities (Palma, 2024) is the idea of confrontation from the perspective of the viewer of the landscape with the ostentatious appearance of Marielle's face in the midst of the urban

environment. The photographically represented face that appears in the city refers to an absence (the lost body, the dead body) and also establishes an ethics of relation to otherness (the center looks at the periphery). In the visual encounter with the face of another person, we are confronted with the singularity and unconditional humanity of another person (Levinas, [1961] 1979). Since in this case it is a face that refers to a particular life and at the same time symbolizes collectivity and process, this confrontation with otherness can give rise to even more complex meanings (such as the fusion of present, past and future, which will be addressed in the next subsection of the text). I believe this confrontation with a face in the midst of urban circulation can also be thought of in terms of orders of interaction and juxtaposition of visibility and invisibility, as I discussed previously (Palma, 2024). Although this is not a typical situation of direct interaction, the effect of the presence of the photographic portrait in the context of activist practices of mourning allows me to understand this encounter or vision as an event in the “face-to-face domain” (Goffman, 1983, p. 2). The ethical dimensions of the encounter with the figure of otherness, embodied by Marielle's face in the portrait pasted on the public staircase, is imbued with multiple layers of meaning triggered by different orders of non-verbal communication, representation (visual, social, etc.) and interpretation. The production of collective memory is the product of social interactions, as defined by Maurice Halbwachs ([1952]1992), so that a space endowed with memorializing capacities fosters different kinds of contact relations.

On a visual-spatial level, the poster with Marielle's face when you look at the memorial also plays an important role in organizing the syntax of the landscape. The portrait is the organizing core of the vernacular monument around which the various arrangements have gathered over the course of the activist action on the stairs. In the first landscape (2018), the portrait appeared surrounded by graffiti and posters (Luduvico, 2019). The most striking statements in the arrangement of elements on the walls of the staircase were phrases calling for mobilization and against authority figures (politicians, police): “There will be struggle” (“Vai ter luta”), “The crime of those who legislate is the law” (“O crime de quem legisla é a lei”), “Impunity wears a uniform” (“Impunidade veste farda”). The term “struggle,” just above Marielle Franco's head, was very central to the composition of the staircase landscape. In Portuguese, there is a frequent interplay between the words “struggle” (“luta”) and “mourning” (“luto”) in the composition of an activist trope: most popular political struggles are the result of collective mourning processes.

In the contemporary version of the staircase, various graffiti depicting the faces and bodies of Black and Indigenous women encircle the portrait of Marielle. This arrangement of women in the bright graffiti colors around the main image of the montage articulates a narrative that has been built since her death, namely that “Marielle Franco is the living face of an increasingly influential collective movement in Brazil, that of black feminists,” as journalist Eliane Brum (2018) summarizes.

Marielle's face is a ghostly presence that functions as a symbol for many Brazilian collectives of black women, a kind of organizing sign for an entire discursive order of political resistance that

can inspire hope and inspire action. The presence of her smiling face in the urban environment is in dialog with the activist narrative that metaphorizes her symbolism in the flower that breaks through the asphalt and germinates new seeds: “[a]s this flower, Marielle, began her journey, she broke through the asphalt in the city and made the strength of living in the favela present in people. No one could have imagined the strength she would leave behind, especially for all the black women around the world” (Franco, 2020, p. 73). The idea of multiplying Marielle Franco's political legacy is realized in the montage of the staircase in the mosaic of pictorial representations of women from the periphery, who also appear in the landscape and assert their presence in the city.

3.3 Past, present and future

The manipulation of time proves to be a fundamental strategy in the production of the vernacular memorial (I assume that, in a broader sense, every practice of memory is an action that allows us to deal with time in the fabric of our lives). The relationships to space created by the dynamics of the monument-staircase arrangement condense and activate different temporalities, helping to create the heterotopic force.

To enter the stairwell from Rua Cardeal Arcoverde, I stand directly in front of the large poster with Marielle's face, my feet stumbling over the painting on the floor: 1000. The numerical inscription on the floor was placed in December 2020, when 1,000 days had passed since the murder of Marielle Franco, 1,000 days of mourning, 1,000 days of mobilization for the investigation of the crime and against the politics of death against black people, marginalized groups and women's bodies. The ground thus becomes a graphic-numerical marker that represents the temporality of the crime not only as an event in the relatively recent past (from which we move temporally away each day), but more importantly as a residual force, in the sense that the residual, according to Raymond Williams, “has been effectively formed in the past but is still active in the cultural process, not only and often not at all as an element of the past, but as an effective element of the present” (Williams, 1977, p.122). If we understand the residuum as a contemporary presence, we can read the painting of the number 1000 as a semiotic sign with an indicative character in the construction of the staircase landscape, which places the murder of the black activist as a catalyst for a current form of political mobilization in the Brazilian peripheries that materializes in the action on the stairs in the Pinheiros neighborhood.

The inscription of the number one thousand is not only directly related to the portrait of Marielle, but also to another inscription that was applied several times to the walls of the stairs using the stencil technique: “Who killed Marielle?” (“Quem matou Marielle?”). This questioning sentence has been repeatedly reiterated by activists mourning Marielle and demanding justice and can be read on walls, in social networks, on demonstrators' banners, on T-shirts and in public speeches. The statement that is (re)quoted in the “Staircase” installation has a similar effect to a mantra that

can be mobilized through constant repetition. Within the staircase, the mantra manifests itself through numerous repetitions of the inscription in the use of the stencil, a mural technique that is widely used politically precisely because of its ability to quickly repeat the same graphic message. The use of the stencil technique thus makes it possible to graphically generate the sound effect of the proclamation in the form of an echo and a cadenced repetition that can create a contemplative state for the mobilization of the long process of collective mourning for the death of Marielle Franco.

Figure 3 - Stencil inscription: “Who killed Marielle?” (“Quem matou Marielle”). Marielle Franco Staircase, São Paulo, Brazil.



Photo taken on January 9, 2024.

The counting of days and the evocation of crime in the inscriptions that accompany our walk down the staircase take on the role of a temporal guide, indicating the passage of days in the process of assembling and the meaning of the staircase monument itself, emphasizing the idea of the landscape as a living text. These painted inscriptions quantify and express the sense of outrage at the wait for the crime to be solved and for justice to be served that characterizes the work of collective mourning. With each day and each new visit I pay to the staircase, the counting of the “1000” days becomes anachronistic and this anachronism reinforces the heterotopic complexity of the time-space relationship: the graphic inscriptions on the staircase visualize the many times associated with death, the continuous performances in the making of the staircase and the “now” of the use of this space.

The time of waiting not only recalls the specters of loss and dispossession, both individually and collectively, but also projects an idea of everyday life as a period in which hope can reside. The sense of hope adds a temporality to the future, an idea of the dream of justice and social change. The future is also triggered by the idea of legacy (heavily used by the movements of Marielle's bereaved), which is understood as a symbolic force that goes beyond the individual and becomes an example for future processes of (self-)recognition and an impetus for change. The idea of legacy is materialized in the intervention by Marielle's face surrounded by the faces of other peripheral and racialized women, by the fixing of her name in a visible and recognizable way and by the replication of poignant quotations such as the phrase “I will not be interrupted” (“Não serei interrompida”) replicated on a poster pasted at the top of the stairs. The quote refers to a statement made by

Marielle Franco in response to an interruption that resulted in a supportive outcry for a torturer associated with the dictatorship. This incident occurred during her speech on International Women's Day, March 8, 2018, at Rio de Janeiro City Council. This statement is widely echoed in movements composed of individuals mourning Marielle and adopting collective configurations characterized by the expression “none of us shall be interrupted.”

The artistic-activist montage orchestrates a confluence of times to produce the sense of legacy, which brings together both evocations of the past and permanence (Marielle is a symbol and part of a legacy) and hopes for broader changes in Brazilian society.

3.4 Landscape in time and in dispute

As is repeatedly emphasized in this discourse, the popular monument in honor of Marielle Franco is a living text in constant flux. Throughout the period in which I visited the staircase for this research, the installation maintained its general design without any changes to the main elements that make it up. However, this should not be misunderstood as a stabilization of the landscape. Over the course of about a year and a half, graffiti, scribbles and doodles appeared and were erased, as was the pasting of posters, which were sometimes subsequently torn down, leaving only a few pasted fragments. The traces of time can also be seen on the supports and materials: the colors are fading and the paper of the posters is beginning to crumble.

Since 2018, the archival materials I have collected document cases that are interpreted as attacks on the popular monument, which were usually followed by interventions by activists to restore or redesign the monument. These attacks were mainly directed against the face of Marielle on the poster. Shortly after the first intervention in 2018, red paint was thrown at the portrait. Then there was an action by activists in which a copy of the portrait in a smaller format was initially pasted over the large vandalized face until the portrait was completely replaced and more posters with militant slogans were put up, forming the first landscape composed with the composition of various elements on the staircase (Luduvico, 2019). Later that year, a new intervention changed its characteristics: The large portrait remained in place, the previously white walls were colored, posters with quotes from Marielle, a poem in her honor and words in Yoruba (referring to Marielle's black ancestors) were added and the monument was named “Escadão Marielle Franco” by activists (Luduvico, 2019).

The following year, the walls of the staircase were whitewashed by order of the city council, which claimed at the time that it needed to be made barrier-free. During this official intervention, the posters with the inscriptions were removed, but the portrait of Marielle remained (Corrêa, 2019). Afterwards, there was another intervention that gave the landscape the general arrangement that remained until this research was carried out: the large portrait that was maintained on the central wall, the inclusion of graffiti with representations of women, flowers and mantras of the mourning movement such as “Marielle lives!” (“Marielle vive!”), the poster with the quote “I will not be

interrupted,” the poems written on the walls and paintings simulating street signs with the designation “Escadão Marielle Franco.” As already mentioned, elements are frequently included and removed from the montage, some of which are interpreted as attempts at looting (attack on the monument and the memory of Marielle), others as part of the dynamic use and integration of the landscape into everyday social life. I cite it as an example a small mosaic with a stylized representation of a vaccination syringe that was placed during the COVID-19 pandemic. In 2021, the monument suffered an attack, which had several repercussions in the press and on social media, when the inscriptions “Viva Borba Gato” and “666,” a drawing of a phallus and several spots of red paint symbolizing blood were graffitied over Marielle's face (Tempo, 2021). This attack was allegedly a response by far-right political groups to the attempted destruction of a statue of the bandeirante Borba Gato in São Paulo, a character linked to slave violence in the colonial period of Brazilian history, which occurred a few days before the graffiti on the staircase, by a group called Peripheral Revolution. On the same day as the graffiti on the staircase, another monument in honor of the Brazilian guerrilla who resisted the military dictatorship, Carlos Marighella, in a different part of the city, was covered in red paint (Globo, 2021).

The attacks on the monument in Pinheiros, especially on the central portrait, are linked not only to the retaliation of neo-Nazi groups for the attempted destruction of the Borba Gato statue, but also to the negative reactions of some more reactionary sectors of society to the symbolism that has built up around her figure since Marielle's murder. In several Brazilian cities, many signs related to the process of public mourning and remembrance of her have been systematically attacked and destroyed.³ On the staircase in São Paulo, Marielle's face, depicted in the large portrait, has gained so much strength as a living presence in the landscape—a face that confronts and smiles—that it has become a prime target for some of these destructive impulses through the actions of some conservative groups. The work of artist-activists continually reassembles the vandalized portrait, constructing a sense of resistance and permanence of the body materialized in the photographed face. The public appearance of the face has the power to establish an ethics of responsibility for otherness that extends to the care of the portrait on its support (poster) as the presence of the absent body.

FINAL CONSIDERATIONS

The symbolic spaces in urban landscapes are constantly reclaimed by social movements and lend themselves as public sites for the (re)inscription of the memory and struggles of marginalized groups that are invisible in the symbols that define public policies for landscapes.

³ At least 14 works depicting Marielle were vandalized or erased between March 2018 and March 2023 in the states of São Paulo (4), Paraná (3), Rio de Janeiro (3), Minas Gerais (2), Ceará (1), and Rio Grande do Norte (1), according to a survey by the “Art Censorship Observatory” (“Observatório de Censura à Arte”). Marielle's face was often blacked out or graffitied, and the acts of vandalism were anonymous (Seganfredo, 2023).

This study looks at the self-construction of a popular monument dedicated to a black Brazilian activist from the periphery, pointing to the construction of a semiotic landscape through appropriation and intervention—using the means of street art—as a creative political tactic for the social appearance of historically marginalized groups that have been erased from hegemonic historical memory.

These phenomena have the power of a spectrum that promotes the convergence of spaces and times in an urban semiotic landscape. The portrait of Marielle Franco on the street poster shows us her face and constantly looks at us. Beyond the immediate visual scene, Marielle's gaze also extends to the city, haunting the political present. Marielle's gaze embodies the periphery through the concept of legacy, which echoes Jacques Derrida's thoughts on the weight of heritage: "We all live in a world, some would say a culture, that still bears, at such incalculable depth, the mark of this inheritance, whether an indirectly visible fashion or not" (Derrida, 1994, p. 15).

In theoretical and methodological terms, the study emphasizes the importance of dealing with complex (non-linear) temporal trajectories in the study of semiotic landscapes. It also recognizes that space is extended and interrupted by quotations (which make the absent present) and montages (which formally and pragmatically transform the semiotic landscape into a complex lamination of visual and verbal meanings). Fundamentally, this study assumes that semiotic landscapes can be read as living social texts with poetic patterns that are capable of forming chains of recontextualizations and thereby inscribing alternative affiliations within the prevailing orders of interaction.

REFERENCES

- ASSMANN, J. Communicative and Cultural Memory. *In*: ERLL, A.; NÜNNING, A. (ed.). **Cultural memory studies**: An international and interdisciplinary handbook, 109-118. Berlin, Germany: Walter de Gruyter, 2008.
- BACHELARD, G. **The poetics of space**. Translated by Maria Jolas. Boston, USA: Beacon Press, [1958]1994.
- BAUMAN, R.; BRIGGS, C. Poetics and performances as critical perspectives on language and social life. **Annual Review of Anthropology**, v. 19, p. 59-88, 1990.
- BRUM, E. Como enfrentar o sangue dos dias. **El País**, Brazil, March 26, 2018. Available at: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/26/politica/1522080125_945009.html. Retrieved: 30 January 2024.
- CALDEIRA, T. Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 35, n. 1, p. 3-20, 2017.
- CORRÊA, P. Por que a Prefeitura está pintando de branco o Escadão da Marielle? **Carta Capital**, January 16, 2019. Available at: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/por-que-a-prefeitura-esta-pintando-de-branco-o-escadao-da-marielle/>. Retrieved: 30 January 2024.
- DERRIDA, J. **Specters of Marx**: The state of the debt, the work of mourning and the New International. Translated by Peggy Kamuf. London, UK/New York, USA: Routledge, 1994.

FOUCAULT, M. The subject and power. In Hubert Dreyfus & Paul Rabinow (ed.). **Michel Foucault: Beyond structuralism and hermeneutics**. Chicago, USA: The University of Chicago Press, 1983. p. 208-226.

FOUCAULT, M. Of other spaces. **Diacritics**, v. 16, n. 1, p. 22-27, 1986.

FRANCO, M. **Mestre das periferias**: o encontro de Ailton Krenak, Conceição Evaristo, Nêgo Bispo e Marielle Franco (in memoriam). Rio de Janeiro (Brazil): EDUNlperiferias, 2020.

FUENTES, P. Monumentos públicos se inserem dentro das tensões da sociedade. **Jornal da USP**, São Paulo, Brazil, September 13, 2021. Available at: <https://jornal.usp.br/atualidades/monumentos-publicos-se-inserem-dentro-das-tensoes-da-sociedade/>. Retrieved: 30 January 2024.

GARCÍA CANCLINI, N. **Hybrid cultures**: Strategies for entering and leaving modernity. Minneapolis, USA: University of Minnesota Press, 1995.

GLOBO. Escadaria de Pinheiros ganha retrato gigante em homenagem a Marielle. **G1**, São Paulo (Brazil), March 20, 2018. Available at: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/escadaria-de-pinheiros-ganha-retrato-gigante-em-homenagem-a-marielle.ghtml>. Retrieved: 30 January 2024.

GLOBO. Em SP, monumento a Marighella é coberto com tinta vermelha, e Escadão Marielle Franco, pichado com frase “Viva Borba Gato”. **G1**, São Paulo (Brazil), July 30, 2021. Available at: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/30/monumento-a-mariguella-e-coberto-com-tinta-vermelha-e-escadao-marielle-franco-pichado-com-frase-viva-borba-gato.ghtml>. Retrieved: 30 January 2024.

GOFFMAN, E. The interaction ritual. **American Sociological Review**, v. 48, p. 1-19, 1983.

Halbwachs, M. **On collective memory**. Translated by Lewis A. Coser. Chicago, USA: University of Chicago Press, [1952] 1992.

Levinas, E. **Totality and infinity**: An essay on exteriority. Translated by Alphonso Lingis. The Hague/Boston/London: Martinus Nijhoff, [1961]1979.

LUDUVICO. A história da escadaria Marielle Franco, em São Paulo. **Educação e Território**, Associação Cidade Escola Aprendiz, 2019. Available at: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/historia-da-escadaria-marielle-franco-em-sao-paulo/>. Retrieved: 30 January 2024.

JAWORSKI, A.; THURLOW, C. **Semiotic landscapes**: Language, image, space. London (UK): Continuum, 2010.

PALMA, D. O rosto, o nome e a fala: poéticas e políticas da espectralidade no Escadão Marielle Franco. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 63, n. 2, p. 306-320, 2024. Available at: <https://doi.org/10.1590/01031813v63220248675630>. Retrived: 30 July 2024.

PALMA, D.; SILVA, D. A Public Staircase for Marielle Franco. In: **AILA Word Congress**, 20th Anniversary, Lyon, 2023.

PIGNATARI, D. Montage, collage, bricolage or: Mixture is the spirit. **Dispositio**, v. 6, p. 41-44, 1981.

SCOLLON, R.; SCOLLON, S. W. **Discourse in place**: Language in the material world. London (UK): Routledge, 2003.

SEGANFREDO, T. Ao menos 14 obras em homenagem a Marielle Franco foram vandalizadas nos últimos anos. **Nonada Jornalismo**, 2023. Available at: <https://www.nonada.com.br/2023/03/ao-menos-14-obras-em-homenagem-a-marielle-franco-foram-vandalizadas-nos-ultimos-anos/>. Retrieved: 30 January 2024.

TEMPO. Escadão Marielle Franco é vandalizado com tinta vermelha: “Viva Borba Gato”. **O Tempo**, Contagem, Brazil. July 30, 2021. Available at: <https://www.otempo.com.br/brasil/escadao->

marielle-franco-e-vandalizado-com-tinta-vermelha-viva-borba-gato-1.2520408. Retrieved: 30 January 2024.

WILLIAMS, R. **Marxism and literature**. Oxford, UK/New York, USA: Oxford University Press, 1977.

ZUKIN, S. **Landscapes of power: From Detroit to Disney World**. Berkeley, USA: University of California Press, 1991.

A AUTORA

Daniela Palma

Associate Professor in the Department of Applied Linguistics at the Institute of Language Studies (UNICAMP) and CNPq Research Productivity Fellow. Her research interests are focused on cultural studies, memory, human rights and intermediality. Leader of the research group Nós-Outros: Linguagem, Memória e Direitos Humanos (Us-Other: Language, Memory and Human Rights).

¿Qué ven cuando nos ven o qué seleccionan cuando nos observan?: discurso, ideología y presuposiciones ideológicas

What do they see when they see us or what do they select when they observe us: discourse, ideology, and ideological assumptions

O que veem quando nos veem ou o que selecionam quando nos observam?: discurso, ideologia e pressuposições ideológicas

RESUMO

O objetivo deste trabalho é expor, por meio da análise linguístico-discursiva e como um estudo de caso, a forma como uma notícia produzida por um jornal internacional europeu, que se apresenta como promotor do espírito crítico, constrói a relação entre a pobreza e a pandemia COVID-19 na Argentina. O paradigma de pesquisa adotado é interpretativista (Lincoln; Lynham; Guba, 2012), o enquadramento teórico é a Análise de Discurso Crítica (ADC), a metodologia utilizada é predominantemente indutiva e qualitativa (Pardo, 2011) e o método empregado é o Método de Abordagens Linguísticas Convergentes para a ADC (Marchese, 2022a). Os dados destacados afirmam que, embora o título e o lide da notícia proponham desenvolver a relação entre a pobreza e a pandemia COVID-19 na Argentina (especialmente em relação à situação das crianças), essa relação não está presente no corpo da notícia, mas predominam recursos linguístico-discursivos descritivos referentes ao conceito de "miséria na América Latina".

Palavras-chave: pobreza; pandemia COVID-19; Argentina; meio de comunicação europeu; ADC.



CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Mariana C. Marchese

marianacmarche@yahoo.es

<https://orcid.org/0000-0002-5820-4650>

CIAFIC, CONICET, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

FFyL, UBA, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

ARTIGO

ABSTRACT

The aim of this work is to elucidate, through linguistic-discursive analysis in the form of a case study, how a digital news item produced by an international European newspaper, self-described as a promoter of critical thinking, constructs the relationship between poverty and the COVID-19 pandemic in Argentina. The adopted research paradigm is interpretivist (Lincoln; Lynham; Guba, 2012), the theoretical framework is Critical Discourse Analysis (CDA), the methodology employed is predominantly inductive and qualitative (Pardo, 2011), and the method used is the Method of Converging Linguistic Approaches for CDA (Marchese, 2022a). The highlighted findings reveal that, although the headline and lead of the digital news item suggest an exploration of the connection between poverty and the COVID-19 pandemic in Argentina (especially concerning the situation of children), this relationship is not present within the body of the digital news item. Instead, the article predominantly employs descriptive linguistic-discursive resources revolving around the concept of "poverty in Latin America".

Keywords: poverty; COVID-19 pandemic; Argentina; European media; CDA.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es exponer, desde el análisis lingüístico-discursivo y a modo de estudio de caso, cómo una noticia producida por un periódico internacional europeo, que se presenta a sí mismo como promotor del espíritu crítico, construye la relación entre la pobreza y la pandemia COVID-19 en Argentina. El paradigma de investigación adoptado es interpretativista (Lincoln; Lynham; Guba, 2012), el marco teórico es el Análisis Crítico del Discurso (ACD), la metodología utilizada es predominantemente inductiva y cualitativa (Pardo, 2011) y el método empleado es el Método de Abordajes Lingüísticos Convergentes para el ACD (Marchese, 2022a). Los hallazgos destacados manifiestan que, aunque el título y la bajada de la noticia proponen desarrollar la relación entre pobreza y pandemia COVID-19 en Argentina (especialmente en cuanto a la situación de la niñez), esa relación no se encuentra presente en el cuerpo de la noticia, sino que en él prevalecen recursos lingüístico-discursivos descriptivos que giran en torno al concepto "miseria en Latinoamérica".

Palabras clave: pobreza; pandemia COVID-19; Argentina; medio de comunicación europeo; ACD.

Como citar:

MARCHESE, Mariana C. ¿Qué ven cuando nos ven o qué seleccionan cuando nos observan?: discurso, ideología y presuposiciones ideológicas. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 30-50, jul./dez. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



INTRODUÇÃO

Desde diferentes disciplinas (Barreto, 2018; Cravino, 2022a, 2022b; De La Torre Galindo; Ramírez Velázquez, 2020; De Sena, 2023; L'Huillier, 2020; Marchese, 2012; Miranda Gassull, 2017; Paquette Vassalli, 2020; Pardo, 2017; Rodríguez, 2021; Toscani; Rosa, 2020), es amplio el consenso sobre que, en Latinoamérica y en Argentina, son las personas en situación de pobreza quienes más han sufrido la vulneración de derechos sociales y humanos considerados básicos. Tal como sostiene la Organización de Naciones Unidas-Argentina (2020, 2021), a esa problemática ya existente se sumaron los efectos de la pandemia COVID-19. Desde el inicio de la pandemia, dicha organización estudió cuál sería su impacto socioeconómico en el país e informó que este sería particularmente dañino para la población históricamente vulnerada:

La batería de medidas impulsadas por el Ejecutivo nacional tanto en el ámbito de la salud como de la economía y las condiciones de vida evitaron subas aún peores de la pobreza y del hambre. Sin embargo, los efectos nefastos de la pandemia sobre los más vulnerables fueron significativos... (Organización de Naciones Unidas-Argentina, 2021, p. 54).

Dentro de ese contexto, mediante el análisis lingüístico-discursivo y a modo de estudio de caso, el objetivo específico de este artículo es exponer cómo una noticia de un medio de comunicación internacional europeo, que se presenta como promotor del espíritu crítico, representa la relación entre la pobreza y la pandemia COVID-19 en Argentina.

El corpus examinado es el primer resultado, arrojado por *Google-Noticias*, en el cual aparecieron las palabras clave: *pobreza*, *COVID* y *Argentina* en el título. El paradigma en el cual se cimienta la investigación es interpretativista, el marco teórico es el Análisis Crítico del Discurso (ACD), la metodología es inductiva y cualitativa con triangulación de datos y se utiliza el *Método de Abordajes Lingüísticos Convergentes para el ACD* (MALC). Los resultados más destacados del análisis manifiestan: a) que la pobreza en relación con la pandemia resulta poco noticiable, b) que, cuando es noticiable y aunque el título y la bajada de la noticia lo proponen, la relación entre la pobreza y la pandemia COVID-19 en Argentina no se encuentra presente en el cuerpo de la noticia, sino que en él predominan recursos lingüístico-discursivos descriptivos que giran en torno al concepto “miseria en Latinoamérica” y c) que (b) fue observado dentro de una práctica discursiva que se propone como promotora del espíritu crítico.

Es de destacar que una versión preliminar de este análisis fue debatida en el *XVI Colóquio Internacional da Rede Latino-americana de Análise de Discurso Crítica e Pobreza (REDLAD)* dentro de la mesa redonda *Representação e ação discursivas na luta contra a pobreza extrema na pandemia*. Dada mi participación en REDLAD desde su fundación, fui invitada a ese evento. De este modo, el objetivo de este artículo se alinea con los propósitos de ese coloquio y de la REDLAD en sí: 1) estudiar cómo el discurso contribuye a estrategias de mantenimiento, así como de

superación de las desigualdades, agudizadas por el colapso sanitario y 2) ofrecer instrumentos analíticos para lograr (1).

La organización del trabajo es la siguiente. En primer lugar, se presenta el marco-teórico metodológico, en el cual se ilustra el MALC. En segundo lugar, se explica la recolección del corpus y se lo describe en cuanto práctica discursiva. En tercer lugar, se exponen los resultados del análisis. El cuarto lugar corresponde al apartado donde se discuten los resultados desde una perspectiva sociodiscursiva crítica. Finalmente, a modo de cierre, se presentan las conclusiones y se plantean futuras líneas de investigación.

1. MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Como se señaló, el paradigma de investigación es interpretativista (Lincoln; Lynham; Guba, 2012) y el marco teórico es el ACD, particularmente bajo la impronta de la REDLAD (Barros, 2015; García Da Silva, 2007; Marchese, 2012; Montecino, 2010; Pardo Abril, 2007; Pardo, 2011; Ramalho; Resende, 2011; Resende; Ramalho, 2006; Santos, 2022; Soich, 2017). En concordancia con el paradigma y el marco teórico, la metodología utilizada es inductiva y cualitativa (Pardo, 2015) con triangulación de datos y, con la meta de alcanzar *zonas de anclaje lingüístico-discursivo* (Marchese, 2022b) para reflexionar desde una perspectiva sociodiscursiva crítica, el análisis lingüístico-discursivo se lleva a cabo a través del *Método de Abordajes Lingüísticos Convergentes para el ACD* (MALC) (Marchese, 2022a).

La naturaleza del MALC es semántico-discursiva y reúne: 1) el *Método Sincrónico-Diacrónico de Análisis Lingüístico de Textos* (MSDALT) (Pardo, 2011), 2) la jerarquización de la información en el plano macrodiscursivo (Firbas, 1964; Marchese, 2012; Pardo, 2011) y en el plano microdiscursivo (Lavandera, 1986; Marchese, 2012; Pardo, 2011) y 3) los procesos y roles participantes (Halliday; Matthiessen, 2004). Siguiendo las citas, es importante no dejar de mencionar que el MALC se inspira en las investigaciones de Pardo y, a partir de esos trabajos, con un *software* (Excel) adaptado para realizar análisis lingüístico-discursivo, integra (1), (2) y (3), sumándoles, además, subindizaciones de datos, frecuencia de aparición, operaciones de filtrado de datos, etc.

El análisis que el MALC propone se divide en tres fases. En la Fase 1 (el MSDALT), se obtiene un mapeo categorial. En la Fase 2 (la jerarquización de la información), se da cuenta de a cuáles elementos lingüístico-discursivos se les otorga mayor o menor prominencia. En la Fase 3 (los procesos y roles participantes), se examina cómo se construye a los sujetos sociales que aparecen en el discurso. La articulación de estas herramientas analíticas proporciona *zonas de anclaje lingüístico-discursivo* (Marchese, 2022b). Esto es datos lingüísticos-discursivos cualitativos sobre los cuales sostener, anclar, las interpretaciones críticas posteriores en torno a la construcción

de representaciones sociodiscursivas.¹ Para este trabajo, se emplean las fases primera y segunda. Por ello, se explicarán brevemente.

Para la *Fase 1*, la operación analítica es *categorización discursiva* (Marchese, 2012). Mediante ella, se obtienen *categorías gramaticalizadas (G)* y *categorías semántico-discursivas (S-D)* (Pardo, 2011). Este estudio es relevante, porque se adentra en la forma en que los sujetos sociales ordenan el mundo. *Categorizar*, entonces, refiere a un proceso a través del cual un individuo asigna a otro individuo, a un objeto o a una situación un conjunto de propiedades que configuran, lingüístico-discursivamente, a ese otro, ese objeto o esa situación. Las *categorías semántico-discursivas (S-D)* son específicas de cada discurso, dan cuenta de lo más nuevo dentro de ellos y representan su aspecto más creativo. En cambio, las *categorías gramaticalizadas (G)* son obligatorias:

OPERADOR PRAGMÁTICO (OP). Desarrolla distintas funciones: conecta emisiones, señala a los oyentes o lectores cómo interpretar una emisión², etc.

HABLANTE-PROTAGONISTA (H-P). Persona/s pronominal/es o referente/s nominal/es que asume/n el argumento a partir del cual se proyectan y desarrollan otros argumentos realizados mediante la/s categoría/s *Actor/es*.³ Argumentativamente, vertebra el discurso y es de destacar que no necesariamente coincide con el sujeto sintáctico.

ACTOR/ES. Persona/s pronominal/es o referente/s nominal/es que asume/n argumentos opuestos o diferentes al que materializa la categoría *H-P*.

NEXOS DE VALOR (Nv1, Nv2, Nv3...). Corresponden a verbos, nominalizaciones deverbales o verboides, que manifiestan acciones y estados ligados a las categorías *H-P* y *Actor/es*.

TIEMPO y ESPACIO. Son dos categorías diferentes y tienden a recurrir en los discursos occidentales.

NEGACIÓN. Se trata de una categoría flotante (dado que su grado de obligatoriedad no es el mismo que el de las demás categorías) y corresponde, por ejemplo, a adverbios de negación.

La Teoría de Focalización de la Información (TFI) (Marchese, 2012) integra la *Fase 2* sobre el análisis realizado en la Fase 1. Las fuentes de la TFI son dos: el *principio de jerarquización de la información* (Pardo, 2011) y las nociones de *distribución de la información* y de *dinamismo comunicativo* (Firbas, 1964, 1992). Lo que proponen estas fuentes se puede sintetizar de la

¹ *Representación sociodiscursiva* se define como un constructo teórico de naturaleza inherentemente social y cuya materialidad, predominantemente lingüística, surge de la correlación entre categorías discursivas que se realizan mediante recursos y estrategias lingüísticos (Marchese, 2012; Pardo, 2011). La riqueza del estudio de las representaciones así definidas radica en que aporta datos cualitativos concretos del modo en que los sujetos (individuales o colectivos) se posicionan frente a los fenómenos sociales.

² *Emisión* se diferencia de *oración*, *proposición*, *enunciado* y *cláusula*. Siguiendo a Pardo (1996), es una unidad de análisis relativa al lenguaje en uso, menor al discurso y que lo constituye en cuanto tal. La delimitación de las emisiones se efectúa a partir de elementos como pausas y entonación (en la oralidad), marcas de puntuación (en la escritura) y progresión tema-remática (en ambos casos). Por su propia naturaleza, su longitud es variable y no se ajustan a la normativa gramatical.

³ Apoyándose en (Toulmin, 1958), Pardo (2011) define *argumento* como estructuras de datos, asociadas al uso del lenguaje, las cuales sostienen posiciones discursivas.

siguiente manera: 1) todo en el discurso está jerarquizado, porque siempre que alguna información discursiva se jerarquiza existe otra que es menos jerarquizada y 2) existen dos modos de jerarquizar. Respecto de (2), un modo es en términos de tema-remate-foco y el otro, en términos de la forma en que se tonaliza la información en función de la selección de recursos reforzadores y mitigadores. Estos análisis posibilitan estudiar el modo en que ciertos elementos son enfatizados en detrimento de otros, es decir, dan cuenta de cuáles componentes de una problemática o de un fenómeno son más y menos relevantes para quien emite el discurso.

Las operaciones analíticas ligadas a la aplicación de la TFI son: a) *señalización de categorías focalizadas y triangulación de datos* y b) *marcación de mitigadores y reforzadores*. Para (a), las categorías focalizadas son aquellas en las cuales un emisor finaliza sus emisiones. Estas categorías pueden ser gramaticalizadas o semántico-discursivas y se señalan (de ahí la denominación de la operación) con una bandera WF, que es una combinación de letras inexistente en español. Esa bandera (WF) es la base para la operación de triangulación de datos a través de la cual el *software* (Excel) localiza las banderas y las cuantifica. Como resultado, el/la analista obtiene una estadística descriptiva que expone las categorías focalizadas predominantes y secundarias.⁴ En (b), la operación de marcación se trata, precisamente, de marcar con el *software* (mediante negritas y cursivas) reforzadores y mitigadores.

Resumiendo, la TFI revela cuáles son las categorías obtenidas en la Fase 1 que el emisor focaliza mayoritariamente en su discurso (plano macrodiscursivo) y cuáles son los recursos que utiliza para reforzar cierta información y para mitigar otra (plano microdiscursivo).

En el apartado sobre los resultados del análisis, se entrará en detalles. Sin embargo, para facilitar la lectura y solo con el fin de ilustrar las fases primera y segunda del MALC, en la Figura 1, se proporciona, con un fragmento del corpus de esta investigación, un ejemplo de la manera en que se ejecutan dichas fases. G significa categorías gramaticalizadas. S-D significa categorías semántico-discursivas. Algunos reforzadores se marcan en negrita. (()) se utiliza para comentarios del/de la investigador/a. ()d significa duplicación y se utiliza sólo para aquellos casos en los que un elemento lingüístico-discursivo aplica a más de una categoría. Por último, en la fila final de la figura, se indica cómo se efectúa la estadística de las categorías focalizadas.

⁴ Se aclara que la triangulación de datos no es un instrumento en sí mismo de validación. Se trata de un acercamiento más para llegar a una comprensión más acabada de los discursos en análisis. Por ello, los datos resultantes son interpretados cualitativamente.

Figura 1 - Primera fase y Segunda fase del MALC (profundización del MSDALT)

FASE 1: operación de categorización							
CATEGORÍAS LINGÜÍSTICO-DISCURSIVAS							
G	G	G	G	G	G	G	S-D
O-P	H-P (RADIO FRANCIA INTERNA- CIONAL)	Nv1	ACTOR (PERSONAS EN SITUACION DE POBREZA)	Nv2	TIEMPO	ESPACIO (LATINOAMÉRICA- ARGENTINA- MISERIA)	PANDEMIA
((SECCIÓN)) e1[NOTICIAS DE AMÉRICA]WF	e2[En "Noticias de América", (con las voces)d	analizamos	(con las voces)d de protagonistas		la actualidad	latinoamericana	
y	observadores					de la región.]WF	
((TÍTULO))			la pobreza entre los niños			de Argentina]WF	e3[La pandemia de Covid-19 acentuó
((BAJADA))						e4[En Argentina, de crisis económica	
y					tres años		16 meses de pandemia hicieron que
			más de siete millones de personas	cayeron		en la miseria.	
y			los niños	son			
			los primeros afectados.]WF				
Fase 2: operación de triangulación de datos (para obtener categorías focalizadas predominantes y secundarias) a partir de la instrucción al software "buscar WF" en cada una de las categorías, es decir, en cada una de las columnas.							

2. RECOLECCIÓN Y DESCRIPCIÓN DEL CORPUS

El corpus se trata de la primera noticia que relacionaba las piezas léxicas *pobreza*, *COVID* y *Argentina* en el título. Dicha noticia surgió en la tercera página de la búsqueda dentro del filtro *Noticias en Google*. La fecha de recolección fue 16 de marzo de 2022. Todas las apariciones previas a esa noticia no presentaron relaciones entre las piezas léxicas que se emplearon como instrucciones de búsqueda y tampoco entre las piezas léxicas *pobreza*, *pandemia* y *Argentina*. Algunos de los temas que surgieron en las apariciones previas fueron: jóvenes y pandemia, arte y COVID, tasas de vacunación, consecuencias globales por la pandemia, suba de alimentos y aceleración de la inflación, pandemia vs. guerra Rusia- Ucrania, mujeres como uno de los grupos más afectados por la pandemia, pobreza en Argentina, y Bergoglio y la pandemia.

Luego de la aparición de esos temas, surge la noticia analizada, cuyo título es *La pandemia de Covid-19 acentuó la pobreza entre los niños de Argentina*. Esta noticia es de fecha 11 de agosto

de 2021 y pertenece a Radio Francia Internacional (RFI), un medio europeo, que se describe a sí mismo como una emisora internacional multimedial propiedad de France Médias Monde, empresa del Estado francés, con sede en París y productora de contenidos en varios idiomas: árabe, camboyano, chino, español, francés, hausa, inglés, suajili, persa, portugués, rumano, ruso y vietnamita.

En el momento de la recolección del corpus y bajo el título *A propósito de RFI* en <https://www.rfi.fr/es/quienes-somos>, se obtuvo la información de que este multimedio posee 156 repetidores de FM con destino en los cinco continentes, en Internet y en aplicaciones conectadas y de que cuenta con más de 1.400 radios asociadas. Además, dentro del *link*, leemos que, debido a la experticia de sus redacciones y a su red de 400 corresponsales, RFI brinda “**las** claves para comprender lo que sucede en el mundo” (el subrayado en negrita es de la autora de este *paper* y será retomado más adelante). En relación con la cita, se resalta que la noticia se encuentra en la sección *Noticias de América*, que es presentada de la siguiente manera: “En ‘Noticias de América’, analizamos la actualidad latinoamericana con las voces de protagonistas y observadores de la región.”

Asimismo, luego del título y en el final de la bajada de la noticia, encontramos una emisión constituida, sintácticamente, por una oración unimembre: “Reportaje” y, a su vez, la noticia se encuentra acompañada por un audio. Este discurso, en este sentido, responde a la hibridación que, en la actualidad más que nunca, caracteriza a la prensa y que “...se materializa en textos de difícil catalogación dentro de las clasificaciones convencionales”. (Parratt, 2008, p. 33). Dicho audio no incluye la/s entrevista/s “en crudo” fuente/s de la noticia⁵. Se trata de una lectura textual de ella construida mediante fragmentos emitidos por un corresponsal en Buenos Aires (en el audio, en idioma español con acento de pronunciación en francés) y mediante fragmentos de discursos referidos de personas en situación de pobreza. En ningún momento, esas dos voces interaccionan de modo directo, por ejemplo, mediante una pregunta y una respuesta con turnos de habla continuos.⁶ Para amalgamar esos fragmentos y dar un efecto de continuidad discursiva, se utiliza un audio de fondo en el cual se percibe sonido ambiente (voces humanas, ruidos, ladridos de perros).

Como se postula no solo desde el ACD, sino también desde el Análisis del Discurso en general, el discurso es *texto en contexto*. En esta dirección, el corpus de este trabajo nos coloca frente a una noticia (texto) en una práctica discursiva (contexto). Respecto de esa práctica, interesa subrayar que el medio explicita un posicionamiento. Bajo el mismo título indicado, *A propósito de RFI*, y dentro del mismo *link* (<https://www.rfi.fr/es/quienes-somos>), se accede a un *Dossier de prensa*, que amplía la información sobre el medio (https://static.rfi.fr/presse/presskit_fr.pdf).

⁵ Respecto del estrecho vínculo entre el reportaje y la entrevista, se recomienda Parratt (2008).

⁶ Cabe destacar que otros medios sí incluyen ese material “crudo” en los audios que acompañan a las noticias (Maccarone; Marchese, 2023).

Allí, RFI se autodefine como “Un gran grupo mundial” (*Un grand groupe mondial*), cuyo propósito, entre otros similares, es “...eliminar las fronteras, sentirnos cercanos a lo lejano, ejercitar nuestro espíritu crítico a nivel mundial. Ampliar nuestros conocimientos y nuestra visión.”⁷ (RFI, 2021, p. 8-9). Paralelamente, “La razón de ser de France Médias Monde” (*La raison d’être de France Médias Monde*) apunta a que:

La Sociedad Nacional de Programa de Servicio Público, France Médias Monde existe para que [los/las lectores/as y oyentes] puedan ejercer su espíritu crítico al contar con herramientas de comprensión de Francia, la Francofonía, Europa, el mundo y también los grandes desafíos contemporáneos, ya sean geopolíticos, económicos, climáticos, sociales, de salud o de desarrollo.⁸ (RFI, 2021, p. 95)

En ese sentido, los propósitos también se orientan a que dichos/as lectores/as y oyentes puedan acceder a “...información libre, independiente, verificada, honesta, equilibrada y experta, producida por equipos profesionales. En contra de cualquier forma de manipulación.”⁹ (RFI, 2021, p. 95).

Como las citas manifiestan, el medio se posiciona como impulsor del pensamiento crítico de manera global o a una escala mundial y sugiere la importancia de analizar y cuestionar de manera reflexiva situaciones y problemáticas que abarcan diferentes lugares y contextos en todo el mundo.

3. RESULTADOS DEL ANÁLISIS LINGÜÍSTICO-DISCURSIVO

A continuación, se puntualizarán, explicarán y ejemplificarán los datos más destacados del análisis de la noticia.

3.1 Primer dato destacado: acerca de la relevancia sociodiscursiva del tema

El primer dato analítico a considerar lo proporciona el mismo proceso de recolección del corpus. Tal como fue expuesto en el apartado anterior, la situación de las personas en situación de pobreza (PSP de aquí en adelante) en relación con la pandemia se evidenció como relativamente poco noticiable o menos noticiable que otros temas, dado que la noticia en cuestión apareció recién en la tercera página de la búsqueda (chequeado el mismo día, 16 de marzo de 2022, desde diferentes direcciones IP, protocolo de Internet, con los mismos resultados). El Ejemplo 1 (captura de pantalla) da cuenta de lo expresado.

⁷ El original es “...abolir les frontières, se sentir proche de ce qui est lointain, exercer notre esprit critique à l’échelle du monde. Élargir nos connaissances et notre vision aussi.”

⁸ El original es “Société Nationale de programme de service public, France Médias Monde existe pour qu’ils et elles puissent exercer leur esprit critique en disposant de clés de compréhension de la France, de la Francophonie, de l’Europe, du monde et aussi des grands enjeux contemporains qu’ils soient géopolitiques, économiques, climatiques, sociaux, sanitaires ou de développement.”

⁹ El original es “...information libre, indépendante, vérifiée, honnête, équilibrée et experte, produite par des équipes professionnelles. Contre toute forme de manipulation.”

En esa línea, temas como jóvenes y pandemia, arte y COVID, tasas de vacunación, consecuencias globales por la pandemia, suba de alimentos y aceleración de la inflación, pandemia vs. guerra Rusia- Ucrania, mujeres como uno de los grupos más afectados por la pandemia, pobreza en Argentina, y Bergoglio y la pandemia surgieron como más relevantes.

Ejemplo 1 - Aparición de la noticia en la página 3 de la búsqueda



3.2 Segundo dato destacado: acerca de la categorización discursiva

La aplicación de la primera fase del MALC reveló que, aunque la pandemia COVID-19 es categorizada en el título y en la bajada, no se desarrolla en el devenir discursivo de la noticia. Esta situación discursiva se aprecia mediante el Ejemplo 2 y el Ejemplo 3.

En el primero, en la e3 y la e4¹⁰, que forman parte del título y de la bajada, respectivamente, aparece la categoría semántico-discursiva *Pandemia* (véanse resaltado en gris y flechas horizontales). Esta aparición es acorde con que las categorías semántico-discursivas son específicas de cada discurso y, en este sentido, materializan lo más nuevo dentro de ellos.

Ejemplo 2 - Categoría S-D *Pandemia* presente en el título y en la bajada

G	G	G	G	G	G	G	S-D
O-P	H-P (RFI)	Nv1	ACTOR (PSP)	Nv2	TIEMPO	ESPACIO (LATINOAMÉRICA- ARGENTINA- MISERIA)	PANDEMIA
((SECCIÓN)) e1[NOTICIAS DE AMÉRICA]WF	e2[En "Noticias de América",	analiza- mos			la actualidad	latinoamericana	
	(con las voces)d		(con las voces)d				
			de protagonistas				
y	observa- dores					de la región.]	
((TÍTULO))	→						e3[La pandemia de Covid-19 acentuó
			la pobreza entre los niños			de Argentina]WF	
((BAJADA))						e4[En Argentina,	
					tres años	de crisis económica	
y	→						16 meses de pandemia hicieron que

¹⁰ "e" significa "emisión".

G	G	G	G	G	G	G	S-D
O-P	H-P (RFI)	Nv1	ACTOR (PSP)	Nv2	TIEMPO	ESPACIO (LATINOAMÉRICA- ARGENTINA- MISERIA)	PANDEMIA
			más de siete millones de personas	cayeron		en la miseria,	
y			los niños	son			
			los primeros afectados.]				
			e5[El 45% de la población, y el 65% de los menores	viven		por debajo de la línea de pobreza.]	
						e6[En las villas,	
			la situación de los más jóvenes	es			
			dramática.]				
		e7[Re- portaje.]					
((DESARROLLO))			e8[Unos niños	van corriendo detrás de los perros callejeros,		entre los escombros y las carpas improvisadas.]	

Sin embargo, en el desarrollo de la noticia, es decir, en el cuerpo de la noticia, esa categoría solo es retomada una vez (en la e18, fila 34). De este modo, tal como evidencia el Ejemplo 3, la categoría *S-D Pandemia* está prácticamente vacía de elementos lingüístico-discursivos que refieran específicamente o que hagan alusión a la pandemia. Se aclara que el ejemplo es una proyección ampliada de la categoría y posee 59 filas (distribuidas para la ilustración en tres columnas), que son la totalidad de filas que alcanzó el análisis de esta noticia en *Excel*.

Ejemplo 3 - Categoría S-D Pandemia en el cuerpo de la noticia

1	PANDEMIA	22		42	
2		23		43	
3		24		44	
4		25		45	
5	e3[La pandemia de Covid-19 acentuó	26		46	
6		27		47	
7		28		48	
8		29		49	
9	16 meses de pandemia hicieron que	30		50	
10		31		51	
11		32		52	
12		33		53	
13		34	e18[Con la pandemia,	54	
14		35		55	
15		36		56	
16		37		57	
17		38		58	
18	((COMIENZO DEL DESARROLLO))	39		59	
19		40			
20		41			
21					

Por el contrario, sí se despliegan con densidad semántico-discursiva las categorías gramaticalizadas *Actor (PSP)* (con su *Nexo de Valor, Nv2*) y *Espacio (Latinoamérica-Argentina-*

miseria). Así, el Ejemplo 4 y el Ejemplo 5 utilizan el mismo criterio que el Ejemplo 3 para ilustrar el devenir categorial y ponen de manifiesto cómo las categorías mencionadas se cargan de elementos lingüísticos-discursivos. Lo cual contrasta con el Ejemplo 3.

Ejemplo 4 - Categoría *Actor (PSP)* en el cuerpo de la noticia (contraste con el Ejemplo 3)

	ACTOR (PSP)	Nv2
1		
2		
3	con las voces de protagonistas	
4		
5		
6	la pobreza entre los niños	
7		
8		
9		
10	más de siete millones de personas	cayeron
11	los niños	son
12	los primeros afectados.]	
13	e5[El 45% de la población, y el 65% de los menores	viven
14		
15	la situación de los más jóvenes	es
16	dramática.]	
17		
18	e8[Unos niños	van corriendo detrás de los perros callejeros,
19	e9[Con una sonrisa triste, Noelia	mantiene
20	un ojo sobre su hija: "Ella es mi hija, se llama Melina".]	
21	e10[Ella y un centenar de madres solteras con 175 niños	ocupan

22		no pueden pagar un alquiler
23		
24		
25		cuenta
26	Noelia.]	
27		
28	unas madres	tratan de limpiar
29	e15[La cara ojerosa, Andrea	indica
30		duerme
31	con sus tres hijas.]	
32		describe.]
33	e17[Estas familias	duermen
34		
35		perdieron
36	les	permitían subsistir.]
37		e19[Dependen
38		para comer,
39		se lamenta
40	Alicia, de 29 años:	
41		

42	estas familias	viven temiendo
43		
44		
45	-les	
46		como lo explica
47	Mónica Zarate, del Movimiento Popular la Dignidad:	
48		
49		
50		
51	e24[Para Andrea,	es
52	los niños	ya están
53		denuncia.]
54		
55		
56		
57	de cuatro chicos que	se sientan en una mesa,
58	sólo uno	come
59		

Ejemplo 5 - Categoría *Espacio* en el cuerpo de la noticia (contraste con el Ejemplo 3)

	ESPACIO (LATINOAMÉRICA-ARGENTINA- MISERIA)				
1		22	en este barrio pobre de Buenos Aires.]	42	
2	latinoamericana	23	e11[Lluvia y frío]	43	
3			e12["Ya es casi un mes que estamos con nuestros niños acá, bajo la lluvia, el frío, ante los mosquitos, los insectos, ante estos fríos de cero grados como ayer a la noche, nuestras narices congeladas ahí durmiendo...",		
4	de la región.]	24		44	el predio,
5		25		45	una vivienda digna,
6	de Argentina]	26	e13[En el suelo permanecen desechos y escombros.]	46	
7	e4[En Argentina,	27	e14[Con escobas y palas,	47	
8	de crisis económica	28	era un basural.]	48	
9		29	la carpa en la cual	49	
10	en la miseria,	30		50	
			e16["Es muy triste ver a los chicos acá en estas condiciones porque están sin luz, sin agua, sin baño. Sólo estamos abajo de una carpa. O sea que estamos sin nada",		
11		31		51	
12		32		52	escolarizados en el barrio.]
13	por debajo de la línea de pobreza.]	33	sobre colchones húmedos en el suelo,	53	
14	e6[En las villas,	34	en pleno invierno austral.]	54	esta situación de extrema precariedad es
15		35	los trabajos informales que	55	en Argentina.]
16		36		56	e27[En el Gran Buenos Aires,
17		37		57	
18	entre los escombros y las carpas improvisadas.]	38		58	
19		39		59	
20		40			
21	este predio de la Villa 31.	41			

3.3 Tercer dato destacado: acerca de la tonalización de la información discursiva

Siguiendo la misma dirección que abrieron los datos recabados e ilustrados en los ejemplos precedentes, además de la densidad semántico-discursiva de las categorías *Actor (PSP)* y *Espacio (Latinoamérica-Argentina-miseria)*, el análisis efectuado por tonalización en la fase 2 del MALC evidenció, también, que son destacables las selecciones léxico-gramaticales reforzadoras con las cuales son construidas dichas categorías.

Así, para la categoría *Actor (PSP)*, observamos el uso de reforzadores que enfatizan las condiciones de pobreza y sufrimiento, como: a) adjetivos calificativos pospuestos (*sonrisa triste, madres solteras, cara ojerosa*), los cuales según su colocación poseen un matiz descriptivo "...cuando el adjetivo aparece pospuesto, su valor es descriptivo: la cualidad que se predica es presentada como una propiedad objetiva y real del sustantivo" (García Negroni, 2006. p. 172), b) adjetivos partitivos convertidos en nombres calificativos mediante la preposición "de" unida al nombre calificado (Moliner, 1998) (*El 45% de, el 65% de*) y c) adjetivos numerales cardinales (*siete millones y 175*). El Ejemplo 6 es una proyección ampliada de la categoría (sin su *Nexo de Valor*) y, en él, los reforzadores se marcan en negrita.

Ejemplo 6 - Uso de reforzadores en la categoría Actor (PSP)

ACTOR (PSP)
con las voces de protagonistas
la pobreza entre los niños
más de siete millones de personas
los niños
los primeros afectados.]
e5[El 45% de la población, y el 65% de los menores
la situación de los más jóvenes
dramática.]
e9[Con una sonrisa triste , Noelia
un ojo sobre su hija: "Ella es mi hija, se llama Melina".]
e10[Ella y un centenar de madres solteras con 175 niños
Noelia.]
unas madres
e15[La cara ojerosa , Andrea

De modo semejante, para la categoría *Espacio (Latinoamérica-Argentina-miseria)*, se aprecia la aparición de reforzadores, cuya coocurrencia enfatiza las condiciones de pobreza en nuestra región, por ejemplo: a) pasaje de hiperónimos a hipónimos (*latinoamericana-Argentina / Argentina-Gran Buenos Aires*), b) frases preposicionales (dentro de las que resalta la repetición de *sin*: *sin luz, sin agua, sin baño, sin nada*), c) nexos copulativo/aditivo y (*los escombros y las carpas improvisadas, Lluvia y frío, escobas y palas*) y d) adjetivos calificativos (*carpas improvisadas, barrio pobre, narices congeladas, colchones húmedos, extrema precariedad*). Precisamente, la denominación de la categoría surgió, inductivamente, de esta coocurrencia de estos elementos lingüístico-discursivos. Como el Ejemplo 6, el Ejemplo 7 es una proyección ampliada de la categoría y, en él, los reforzadores se marcan con negrita.

Ejemplo 7 - Uso de reforzadores en la categoría Espacio

ESPACIO (LATINOAMÉRICA-ARGENTINA-MISERIA)
latinoamericana
de la región.]
de Argentina]
e4[En Argentina ,
de crisis económica
en la miseria ,
por debajo de la línea de pobreza.]
e6[En las villas,
entre los escombros y las carpas improvisadas.]
este predio de la Villa 31,
en este barrio pobre de Buenos Aires.]
e11[Lluvia y frío]
e12["Ya es casi un mes que estamos con nuestros niños acá, bajo la lluvia , el frío , ante los mosquitos , los insectos , ante estos
fríos de cero grados como ayer a la noche, nuestras narices congeladas ahí durmiendo..."]
e13[En el suelo permanecen desechos y escombros.]
e14[Con escobas y palas ,
un basural.]
la carpa en la cual
e16["Es muy triste ver a los chicos acá en estas condiciones porque están sin luz, sin agua, sin baño . Sólo estamos abajo de una
carpa. O sea que estamos sin nada ",
sobre colchones húmedos en el suelo,
en pleno invierno austral.]
esta situación de extrema precariedad es

en Argentina.]
e27[En el Gran Buenos Aires,

3.4 Cuarto dato destacado: acerca de la focalización categorial

También dentro de la fase 2 del MALC, el relevamiento de las categorías focalizadas dio cuenta de que la categoría focalizada predominante es *Espacio (Latinoamérica-Argentina-miseria)*. Esto significa que, como describe la Figura 2, sobre un total de 27 emisiones, 11 emisiones presentan dicha categoría como categoría focalizada. Adicionalmente, el Ejemplo 8 visibiliza, cualitativamente, la cadena resultante de focalizaciones. Por último, se deben señalar que, como se observa en la Figura 2: a) la categoría *Actor (PSP)* es la categoría focalizada secundaria y b) la categoría *Pandemia* no posee ninguna focalización.

Figura 2 - Focalización categorial

O-P	H-P (RFI)	Nv1	ACTOR (PSP)	Nv2	TEMPO	ESPACIO (LATINOAMÉRICA-ARGENTINA-MISERIA)	PANDEMIA	ACTOR (ORGANIZACIONES SOCIALES)	Nv3	ACTOR (GCABA)	Nv4
1	0	1	5	3	2	11	0	0	1	0	3

Ejemplo 8 - *Espacio (Latinoamérica-Argentina-miseria)*: cadena de focalizaciones

ESPACIO (LATINOAMÉRICA-ARGENTINA-MISERIA)
de la región.]WF
de Argentina]WF
por debajo de la línea de pobreza.]WF
entre los escombros y las carpas improvisadas.]WF
en este barrio pobre de Buenos Aires.]WF
e11[Lluvia y frío]WF
e13[En el suelo permanecen desechos y escombros.]WF
un basural.]WF
en pleno invierno austral.]WF
escolarizados en el barrio.]WF
en Argentina.]WF

En suma, a partir de los datos destacados expuestos en este apartado, se aprecia que, contrariamente a lo esperado siguiendo el título y la bajada, el cuerpo de la noticia no desarrolla específicamente la relación entre la pobreza y la pandemia, es decir, no desarrolla los impactos sufridos a partir de la aparición del COVID-19. Sí se centra en el contexto socioespacial de las personas y de la niñez en situación de pobreza, pero no lo hace en función de cómo atravesaron esa circunstancia que marcó un “hito” en la vida de los sujetos. En el próximo apartado, a partir de estos datos y de la práctica discursiva que los contiene, en el marco de la cual fueron producidos y puestos a circular, se llevará cabo una breve discusión.

4. DISCUSIÓN

Para comenzar, se debe resaltar que los datos planteados en el apartado anterior son selecciones, porque, en este caso, no estamos en presencia de un discurso vinculado al uso espontáneo del lenguaje. En esa última situación analítica, nos enfrentaríamos a elecciones que no se podrían no haber hecho. Por el contrario, el corpus examinado se trata de un discurso que no solo fue producido por un profesional en el área de la comunicación, sino que, además, atravesó un proceso de revisión (eso es lo esperable dentro los protocolos editoriales de un medio). Ese proceso de revisión debió incluir, al menos, la presencia de un editor quien chequee las producciones que, luego, se publicarán y circularán como “**las** claves para comprender lo que sucede en el mundo” (como se citó en la descripción del corpus). Nótese que la importancia de esas claves es tal que no se construyen como “algunas claves para comprender lo que sucede en el mundo”, sino a través del artículo definido “las claves”.

Aunque en la actualidad existe una creciente hibridación en los géneros periodísticos, como se indicó siguiendo a Parratt (2008), el corpus analizado es presentando como una noticia dentro de la sección *Noticias de América* (como se explicó anteriormente). Conforme a esa inscripción, la noticia estudiada responde a la función informativa respecto de un aspecto relevante socialmente. Precisamente, el punto, en esta discusión, no es tanto qué se elige informar –puesto que en Latinoamérica las situaciones de pobreza son innegables– sino cómo se configura ese discurso, que apunta a un análisis de la actualidad. En esta dirección, recordamos la cita: “En ‘Noticias de América’, analizamos la actualidad latinoamericana con las voces de protagonistas y observadores de la región.”

En principio, los datos revelan que la representación *pobreza en Argentina en el contexto de la pandemia* presenta las siguientes propiedades discursivas:

a) Es relativamente poco noticiable. Esta propiedad surge del primer dato destacado relacionado con la recolección del corpus.

b) Cuando lo es, se construye con un alto grado de descripción centrado más en mostrar las características del entorno, creando una suerte de pausa descriptiva visual, que en los efectos de la pandemia y en un análisis de ellos. Esta propiedad resume los datos destacados segundo, tercero y cuarto. Respecto del segundo (acerca de la categorización discursiva), por ejemplo, se profundiza de manera detallada la categoría *Espacio (Latinoamérica-Argentina-miseria)*, construida específicamente en torno a la precariedad extrema, mientras que la categoría *Pandemia* se convierte en una especie de excusa para desencadenar esta descripción de la pobreza en el tercer mundo. Hacia esa misma línea, confluyen los datos destacados tercero (tonalización de la información discursiva) y cuarto (focalización categorial), debido a que tanto la categoría *Espacio (Latinoamérica-Argentina-miseria)* como la categoría *Actor (PSP)* son aquellas que despliegan

recursos reforzadores y son las categorías focalizadas predominante y secundaria, respectivamente.

Los datos sintetizados en (b) ponen de manifiesto que la noticia no cumple con lo que el título y la bajada expresan y proponen: *La pandemia de Covid-19 acentuó la pobreza entre los niños de Argentina*, ya que los efectos de la pandemia no se desarrollan y, de hecho, la categoría *Pandemia* deviene discursivamente en una categoría vacía. Nos enfrentamos, entonces, a una “argumentación quebrada”. Esto significa que la presentación de la sección, el título y la bajada se posicionan discursivamente en una dirección, pero el cuerpo de la noticia fluye hacia otra. Considerando el momento en que está fechada la noticia (11 de agosto de 2021), esa argumentación quebrada llama aún más la atención, porque ese momento nos encontraba aún en medio de la pandemia.

En cuanto práctica discursiva promotora del “espíritu crítico” (véase descripción del corpus), el medio podría llevar al analista a suponer, inicial y apriorísticamente, que se encontraría en el marco del Análisis Positivo del Discurso (APD) (Hughes, 2018; Martin, 2004). No obstante, el análisis lingüístico-discursivo contradice esas suposiciones iniciales. De aquí, surge una reflexión a considerar: el imperativo metodológico de evitar las presuposiciones y, en su lugar, enfocarse en analizar y respaldarse en datos, en *zonas de anclaje lingüístico-discursivo* (Marchese, 2022b) provistas por dichos análisis.

A partir de lo planteado, aparece una primera pregunta no menor: ¿por qué esa construcción discursiva es así y no de otra manera? Esta es una de las preguntas más significativas para un analista. Según Parratt (2008), una de las formas de la hibridación en los géneros periodísticos es la información reportajeada (aunque los medios clasifiquen esos discursos como noticias). Esto es un modo mixto en el cual se intersecan el reportaje y la noticia para dotar a la información de un encuadre más humano y para adjudicarle una cierta creatividad narrativa con el fin de lograr producir una lectura atractiva. Se considera que esto podría explicar el desvío, la argumentación quebrada, la propuesta del medio de analizar frente a los datos predominantemente descriptivos resultantes del estudio lingüístico-discursivo y, sobre todo, el hecho de que esas son selecciones realizadas en pos de producir un discurso que, en suma, puede ser atractivo para algunos/as lectores/as de este medio internacional, pero que no cumple lo que promete. Frente a esto, cabe destacar que esta construcción, si no es tamizada y visibilizada a través del análisis discursivo, no es fácilmente observable en una primera lectura.

En este punto, la segunda pregunta es: ¿el corpus proporciona suficiente evidencia para afirmar que la ideología del medio es reaccionaria en lugar de crítica o para sostener la existencia de intenciones espurias? La respuesta a este interrogante es clara: definitivamente no. A pesar de ello, sí resulta un ejercicio analítico valioso. Desde esta perspectiva, este análisis respalda que, para pensar en promover el espíritu crítico, ante todo, se debe pensar críticamente en cómo se utiliza el lenguaje, puesto que, incluso teniendo y partiendo de las mejores intenciones, el propósito

comunicativo de los discursos producidos puede no materializar esas buenas intenciones y desviarse de ellas, tal como ha demostrado el análisis aquí expuesto.

CONSIDERACIONES FINALES

El punto de partida de este trabajo fue exponer, mediante el análisis lingüístico-discursivo y a modo de estudio de caso, la manera en que una noticia de un medio de comunicación internacional europeo, que se presenta como promotor del espíritu crítico, representa la relación entre la pobreza y la pandemia COVID-19 en Argentina. Persiguiendo ese objetivo específico, en el primer apartado, se presentó y explicó el marco-teórico metodológico y el método aplicado para efectuar el análisis. En el segundo, se dio cuenta de la recolección del corpus y se lo describió en cuanto práctica discursiva.

En función de esos apartados, el tercero evidenció los resultados más destacados del análisis. A partir de ellos, en el cuarto, se llevó adelante una breve discusión. El hallazgo de mayor relevancia radicó en que el análisis lingüístico-discursivo visibilizó un desvío, un quiebre en la línea argumental, que atenta contra el espíritu crítico y analítico con el cual el medio se autodefine.

Tal como se indicó previamente, este trabajo se apoyó sobre un corpus reducido, un muy breve estudio de caso. Sin embargo, en cuanto investigación exploratoria, abre líneas interesantes factibles de realización en futuros proyectos, que podrán incluir: 1) la ampliación del corpus en torno a la representación de la pobreza en Latinoamérica y en Argentina, en el encuadre de la denominada información reportajeada, en este mismo medio internacional europeo, así como 2) la comparación y el contraste con otros medios internacionales que se propongan o no como promotores del pensamiento crítico.

REFERENCIAS

- BARRETO, M. A. La política habitacional de Cambiemos: el retorno de la mercantilización de la vivienda social en Argentina. **Estudios Demográficos y Urbanos**, México, v. 33, n. 2, p. 401-436, 2018.
- BARROS, S. M. **Realismo crítico e emancipação humana** – contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.
- CRAVINO, M. C. (Comp.) **Derecho a la ciudad en América Latina**. Tomo 1: transformaciones económicas, actores, estrategias y conflictos urbanos. Los Polvorines: Ediciones UNGS, 2022a.
- CRAVINO, M. C. (Comp.) **Derecho a la ciudad en América Latina**. Tomo 2: políticas públicas, reforma urbana y mercado del suelo. Los Polvorines: Ediciones UNGS, 2022b.
- DE LA TORRE GALINDO, F. J. Y RAMÍREZ VELÁZQUEZ, B. R. (Coord.) **Ciudad en disputa: política urbana, movilización ciudadana y nuevas desigualdades urbanas**. Ciudad de México: UAM, 2020.
- DE SENA, A. (Comp.) **Políticas Sociales, Emociones y Sociedad**: algunas reflexiones tras 40 años de democracia. Ciudad de Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora, 2023.

FIRBAS, J. On defining the theme in functional sentence analysis. **Travaux Linguistiques de Prague**, Prague, v. 1, p. 267-280, 1964.

FIRBAS, J. **Functional sentence perspective in written and spoken communication**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GARCÍA DA SILVA, D. E. Critical Discourse Analysis and the functional bases of language. In: BARBARA. L. Y SARDINHA, T. B. (eds.) **Proceedings of the 33rd International Systemic Functional Congress**. São Paulo: PUCSP, 2007. p. 932-49.

HALLIDAY, M. A. K. Y MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An Introduction to Functional Grammar** (3rd ed.). London: Arnold, 2004.

HUGHES, J. Progressing Positive Discourse Analysis and/in Critical Discourse Studies: reconstructing resistance through progressive discourse analysis. **Review of Communication**, Washington DC, v. 18, n. 3, p. 193-211, 2018.

LAVANDERA, B. Decir y aludir: una propuesta metodológica. **Cuadernos del Instituto de Lingüística**, Buenos Aires, v. 1, n. 1, p. 3-14, 1986.

L'HUILLIER, F. J. Mercado del suelo, renta urbana, y problemática habitacional. Una aproximación teórica desde la Ciudad de Buenos Aires. **Huellas**, Santa Rosa, v. 24, n. 2, p. 65-86, 2020.

LINCOLN, Y., LYNHAM, S. A. Y GUBA, E. G. Paradigmatic Controversies, Contradictions, and Emerging Confluences. Revisited. In: DENZIN, N. Y LINCOLN, Y. (eds.) **The Landscape of Qualitative Research**. Los Angeles: Sage, 2012. p. 199-266.

MACCARONE, V. Y MARCHESE, M. C. Representaciones sociodiscursivas sobre la trata de personas: un estudio de caso en medios de comunicación argentinos hegemónicos y alternativos. **Cadernos de linguagem & Sociedade**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 378-399, 2023.

MARCHESE, M. C. **Análisis crítico de la representación discursiva de la vivienda en historias de vida de sujetos en situaciones de pobreza urbana y en discursos del Estado**. El déficit habitacional en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires en la posmodernidad. PhD Thesis. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2012.

MARCHESE, M. C. Método de Abordajes Lingüísticos Convergentes para el ACD: una propuesta aplicada al análisis de comentarios digitales. **Onomázein**, Santiago, n. 55, p. 92-114, 2022a.

MARCHESE, M. C. Categorización discursiva diferencial-selectiva: análisis crítico sobre la representación sociodiscursiva problemática habitacional en la CABA. **Signo y Seña**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 40, p. 31-56, 2022b.

MARTIN, J. R. Positive Discourse Analysis: solidarity and change. **Revista Canaria de estudios Ingleses**, San Cristóbal de La Laguna, v. 49, p. 179-200, 2004.

MIRANDA GASSULL, V. P. El hábitat popular: algunos aportes teóricos de la realidad habitacional de sectores desposeídos. **Territorios**, Bogotá, n. 36, p. 217-238, 2017.

MOLINER, M. **Diccionario de uso del español** [CD-ROM]. Madrid: Gredos, 1998.

MONTECINO SOTO, L. (Ed.) **Discurso, pobreza y exclusión en América Latina**. Santiago: Cuarto Propio, 2010.

GARCÍA NEGRONI, M. M. (Coord.) **El arte de escribir bien en español**. Manual de corrección de estilo. Buenos Aires: Santiago Arcos, 2006.

ORGANIZACIÓN DE NACIONES UNIDAS-ARGENTINA **Análisis Inicial de las Naciones Unidas-COVID-19 en Argentina**: impacto socioeconómico y ambiental [en línea]. Disponible en: <https://www.undp.org/es/argentina/publications/covid-19-en-argentina-impacto-socioeconomico-y-ambiental>, 2020.

ORGANIZACIÓN DE NACIONES UNIDAS-ARGENTINA **Análisis Conjunto del Sistema de Naciones Unidas 2021**: los efectos de la pandemia por COVID-19 en la Argentina [en línea].

Disponible en: <https://argentina.un.org/es/145708-an%C3%A1lisis-conjunto-del-sistema-de-naciones-unidas-2021-los-efectos-de-la-pandemia-por-covid>, 2021.

PAQUETTE VASSALLI, C. Regeneración urbana: un panorama latinoamericano. **Revista INVI**, Santiago, v. 35, n. 100, p. 38-61, 2020.

PARDO, M. L. **Derecho y Lingüística**. Cómo se juzga con palabras. Buenos Aires: Nueva Visión, 1996.

PARDO, M. L. **Teoría y metodología de la investigación lingüística**. Método sincrónico-diacrónico de análisis lingüístico de textos. Buenos Aires: Tersites, 2011.

PARDO, M. L. Metodología de la investigación en Lingüística: reflexiones y propuesta. **Revista da Associação Brasileira de Linguística**, Brasil, v. 14, n. 2, p. 271-288, 2015.

PARDO, M. L. Discurso, Derechos Humanos y pobreza. **Discurso y Sociedad**, Barcelona, v. 11, n. 3, p. 414-432, 2017.

PARDO ABRIL, N. G. **Cómo hacer Análisis Crítico del Discurso**. Una perspectiva Latinoamericana. Santiago: Frasis, 2007.

PARRATT, S. **Géneros periodísticos en prensa**. Quito: Quipus-CIESPAL, 2008.

RADIO FRANCIA INTERNACIONAL **Dossier de prensa**. Disponible en https://static.rfi.fr/presse/presskit_fr.pdf, 2021.

RAMALHO, V. Y RESENDE, V. M. **Análise de discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. Campinas: Pontes, 2011.

RESENDE, V. M. Y RAMALHO, V. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

RODRÍGUEZ, G. M. Grandes Proyectos Urbanos, gentrificación y desplazamientos en Buenos Aires, 1991-2010. **Revista de Urbanismo**, Santiago, v. 45, p. 67-86, 2021.

SANTOS, G. Para que(m) estamos falando? Redes Pragmáticas como reexistência em tempos pandêmicos. In: RESENDE, V. M. (org.) **Estudos do discurso: relevância social, interseccionalidade, Interdisciplinaridade**. Campinas: Pontes Editores, 2022. p. 11-28.

SOICH, M. **Los devenires y la identidad de género**: hacia un análisis lingüístico-crítico y conceptual de la construcción de representaciones discursivas sobre la identidad de género en historias de vida de personas trans de la Ciudad de Buenos Aires (2013-2015). PhD Thesis. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2017.

TOSCANI, M. Y ROSA, P. C. Precariedad habitacional y asistencia a los/las habitantes de la calle: Análisis del Programa "subsidio habitacional" en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. **Boletín Científico Sapiens Research**, Facatativá, v. 10, n. 1, p. 47-54, 2020.

TOULMIN, S. **The uses of argument**. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

A AUTORA

Mariana C. Marchese

Jefa de Trabajos Prácticos concursada en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires (FFyL-UBA), donde obtuvo los títulos de Profesora de Enseñanza Media y Superior en Letras, Licenciada en Letras y Doctora de la Universidad de Buenos Aires (área Lingüística). Es investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), miembro fundador de la Asociación de Lingüística Forense Argentina (ALFA), miembro honorario de la Asociación Mujeres para la Justicia Argentina (AMJA), integrante, desde sus inicios, de las siguientes redes: Red Latinoamericana de Análisis Crítico del Discurso de y sobre la pobreza (REDLAD), Red de Discurso y Género (REDIGE) y Red de Discurso Jurídico y Grupos Minorizados (REDEJUR), entre otros grupos que propenden hacia el desarrollo de los derechos humanos y sociales en nuestra región. Además, fue delegada regional de la Asociación Latinoamericana de Estudios del Discurso (ALED) (período: noviembre 2021-noviembre 2023)

“No era depresión era capitalismo”: análisis del discurso multimodal de intervenciones visuales sobre salud mental durante la revuelta chilena del 2019

“It wasn't depression, it was capitalism”: analysis of the multimodal discourse of visual interventions on mental health during the Chilean revolt of 2019

“Não foi depressão, foi capitalismo”: análise do discurso multimodal das intervenções visuais em saúde mental durante a revolta chilena de 2019

RESUMEN

El presente artículo se aproxima a los discursos sobre salud mental en intervenciones visuales en el espacio público durante la revuelta chilena del 2019. Desde un enfoque cualitativo y con base en un análisis del discurso multimodal se examinan las expresiones de arte gráfico que en el contexto de las movilizaciones y protestas configuraron las dimensiones sociales y culturales del malestar como vector de politización. Se plantea que la revuelta implicó una ruptura del consenso neoliberal, transformando la violencia individual y privatizada del orden social en resistencias colectivas que impugnaron las gramáticas sanitarias y terapéuticas dominantes, posibilitando la conformación de nuevas subjetividades que emergieron de la expresión pública del descontento.

Palabras clave: salud mental; análisis del discurso multimodal; malestar social; espacio público; revuelta social; neoliberalismo.



Recebido em: 28 de julho de 2024
Aceito em: 21 de dezembro de 2024
DOI: 10.26512/les.v25i2.55021

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Juan Carlos Cea Madrid

jcarlos.ceamadrid@gmail.com

orcid.org/0000-0001-7290-8138

Universidad de Chile, **Santiago**, Chile

Roberto Fernández Droguett

robertof@uchile.cl

orcid.org/0000-0001-9856-0312

Universidad de Chile, **Santiago**, Chile

ARTIGO

ABSTRACT

This article investigates the discourses on mental health in visual interventions in public spaces during the Chilean revolt of 2019. From a qualitative approach and based on a multimodal discourse analysis, the expressions of graphic art that in the context of the mobilizations and protests configured the social and cultural dimensions of the unrest as a vector of politicization. It is proposed that the revolt implied a rupture of the neoliberal consensus, transforming the individual and privatized violence of social order into collective resistance that challenged the dominant health and therapeutic grammar, enabling the formation of new subjectivities that emerged from the public expression of discontent.

Keywords: mental health; multimodal discourse analysis; social unrest; public space; social revolt; neoliberalism.

RESUMO

Este artigo aborda os discursos sobre saúde mental em intervenções visuais em espaços públicos durante a revolta chilena de 2019. A partir de uma abordagem qualitativa e com base em uma análise de discurso multimodal, são examinadas as expressões da arte gráfica que no contexto das mobilizações e protestos configuraram as dimensões sociais e culturais da agitação como um vetor de politização. Propõe-se que a revolta implicou uma ruptura do consenso neoliberal, transformando a violência individual e privatizada da ordem social em resistência coletiva que desafiou as gramáticas sanitárias e terapêuticas dominantes, possibilitando a formação de novas subjetividades que emergiram da expressão pública do descontentamento.

Palavras-chave: saúde mental; análise de discurso multimodal; inquietação social; espaço público; revolta social; neoliberalismo.

Como citar:

CEA MADRID, Juan Carlos; DROGUETT, Roberto Fernández. "No era depresión era capitalismo": análisis del discurso multimodal de intervenciones visuales sobre salud mental durante la revuelta chilena del 2019. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 51-68, jul./dez. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



INTRODUCCIÓN¹

En Chile, después de semanas de protestas en las estaciones del metro por parte de estudiantes secundarios por el alza del precio del pasaje, el viernes 18 de octubre de 2019 amplios sectores de la ciudadanía se suman a las manifestaciones y comienza el estallido social (Bottinelli *et al.*, 2024; Campos & Bernasconi, 2021; Paredes, 2021). Desde ese día hasta que se implementaron las medidas de confinamiento debido a la pandemia por COVID-19, se mantendrán con distintos niveles de intensidad jornadas de protesta en diversas ciudades del país, acciones colectivas que transformaron el espacio público y sus significados (Campos & Bernasconi, 2021; Gordon-Zolov, 2023; Márquez, 2020; Paredes, 2021; Pinochet, 2021; Sánchez-González, 2022). De este modo, el régimen neoliberal y su cotidianeidad se vieron radicalmente alterados por una ciudadanía movilizada en torno a anhelos y esperanzas por mayor igualdad y justicia social, mejor educación, acceso a salud y aumento de las pensiones, entre otras demandas sociales que se condensaron bajo las consignas de “Dignidad” y “Chile Despertó” (Bottinelli *et al.*, 2024).

Para Campos y Bernasconi (2021), el denominado estallido social también fue un estallido gráfico: “una de las vías de expresión más importantes de la disconformidad social ha sido el escrito en los muros, los rayados y la elaboración de afiches y pancartas” (p. 112). De este modo, las paredes de los principales espacios públicos se transformaron en soportes de consignas e imágenes relativas a las denuncias y reivindicaciones ciudadanas, las que no solamente transformaron el espacio público sino que visibilizaron el malestar y disputaron la normalidad establecida del orden neoliberal (Gordon-Zolov, 2023; Le Bert & Soto, 2021; Pinochet, 2021; Sánchez-González, 2022). Para del Valle (2021) las:

manifestaciones del malestar encuentran en el arte y la cultura su lengua de expresión, siendo el carácter performativo de la protesta, la capacidad expresiva del sufrimiento acumulado durante los años de modernización capitalista (p.67).

Al respecto, una de las dimensiones del malestar tuvo relación con el sistema de salud en general, y con la salud mental en particular. De esta manera, el malestar con el alto costo de la salud, los tiempos de espera y la atención poco oportuna se enlazó con los padecimientos subjetivos de un modelo económico desigual que genera inestabilidad e incertidumbre a nivel emocional (Fuentes-García, 2019; González, 2020). Con ello, la transversalización de las demandas en torno a la protección y cuidado de la salud en las formas de protesta social representó uno de los ejes de contestación política que contribuyó a aumentar los niveles de conflictividad con el neoliberalismo en sus diversas dimensiones y expresiones (Lapierre, 2023).

¹ Artículo elaborado en el marco del Proyecto Fondecyt regular N°1221754 “Memorias Colectivas y Prácticas de Resistencia en el Levantamiento Social 2019 en Chile”. Financiado por ANID (Agencia Nacional de Investigación y Desarrollo), Chile.

Para indagar en la manera en que estas demandas se gestaron y fueron enarboladas, en este trabajo analizaremos los discursos sobre salud mental en intervenciones visuales en el espacio público durante la revuelta chilena del 2019, de modo de identificar características y alcances con relación a las denuncias y reivindicaciones ciudadanas en torno a esta problemática.

1. NEOLIBERALISMO, REVUELTA SOCIAL Y POLITIZACIÓN DEL MALESTAR

A 50 años del golpe de Estado cívico-militar en Chile, es posible examinar los alcances del malestar acumulado bajo el neoliberalismo en el contexto de la revuelta de octubre de 2019. Para dar cuenta de este proceso histórico, proponemos seguir el marco conceptual de Alliez y Lazzarato (2022) para comprender la acción bélica y represiva del capital como máquina de guerra. Con miles de militantes asesinados, torturados, desaparecidos y exiliados, la Dictadura cívico-militar en Chile que derrocó al gobierno del presidente socialista Salvador Allende se sostuvo en la destrucción física de la subjetividad revolucionaria construida al calor de las luchas populares de las décadas de 1960 y 1970. Este régimen político, capaz de contrarrestar la conflictividad a través del miedo y aniquilar la lucha de clases por medio del terrorismo de Estado, se consolidó en la Constitución de 1980 que estableció una serie de reformas estructurales en el sistema político, económico y social (Garcés, 2020).

Siguiendo los planteamientos de Lazzarato y Alliez (2022) a partir de este nuevo diseño institucional y una vez que este orden neoliberal se establece, una racionalidad económico-empresarial de gobierno puede actuar con eficacia sobre las subjetividades, porque se trata de subjetividades derrotadas. Solo de esa manera, la subjetividad se vuelve disponible y dócil ante el neoliberalismo debido a que ha sido vencida por la violencia fascista y la persecución política.

Esta clave de lectura permite explicar la imposición del neoliberalismo bajo la Dictadura cívico-militar, pero también su continuidad luego del retorno a la Democracia en la década de 1990 con los gobiernos de la Concertación. Así, es posible establecer que luego de una primera fase de guerra y sometimiento, se desarrolla una fase de normalización. Como ha señalado Alliez y Lazzarato (2022), la captura de la subjetividad de los vencidos posibilita su transformación en gobernados por medio de técnicas y procedimientos acordes a los principios económicos de oferta y demanda, de inversión, de costo-beneficio. Esta acción gubernamental crea un ambiente propicio para configurar sujetos consumidores y básicamente aislados (Calveiro, 2021). En ese recorrido, la implementación de un modelo neoliberal según los intereses de la libre empresa y la generalización del mercado configura una violencia invisible pero cotidiana que pasa a ser el rostro de lo habitual y familiar en el tránsito de la Dictadura a la Democracia.

No obstante, una vez que el poder de los vencedores se ha consolidado, los diversos dispositivos que llevan a cabo la normalización no bastan para gobernar a los vencidos, porque continuamente la violencia puede alimentar la revuelta (Alliez; Lazzarato, 2022). Por lo tanto,

corresponde a una normalización relativa, siempre abierta a la reapertura del conflicto. El malestar es la expresión de esa fisura. El capitalismo contemporáneo en tanto fábrica de la infelicidad representa una forma de producción masiva de fragilidad psíquica que es constitutiva de la subjetividad (Berardi, 2003). Cuando la subjetividad es integrada al trabajo, al consumo y la ciudadanía, justamente porque fue derrotada pero no sometida, el malestar revela la posibilidad de la resistencia. De esta forma, si bien el neoliberalismo se ha convertido en un régimen de vida y control subjetivo, más allá del mero hecho económico (Muhlmann, 2023), su modo de gobierno nunca está completo, es inestable y se encuentra en disputa.

La revuelta de octubre de 2019, en tanto momento de mutación subjetiva y de ruptura política, permitió transformar las violencias que se padecían individualmente como expresiones del abuso y la inequidad en una fuerza colectiva capaz de politizarlas e impugnarlas. Esto implicó delinear un horizonte social en que se desplaza una “experiencia particular del sufrimiento” a una “experiencia colectiva de descontento” (del Valle, 2021). De esta manera, es posible sostener que el estallido social chileno corresponde a un levantamiento frente a la derrota, un acto que condensa la potencia de sublevarse y desobedecer (Butler, 2016; Didi-Huberman, 2017). A su vez, un escenario de protesta en que se crean nuevos sujetos políticos multitudinarios y plurales, donde emergen nuevos lenguajes y nuevas intersubjetividades compartidas (Noguera; Goikoetxea, 2021). Lo anterior, implica un componente de politización, en términos de disputar sentidos, ampliar la imaginación sociológica así como el repertorio de imágenes políticas, discursos y palabras (Barttolotta; Gago, 2023).

En suma, la excepcionalidad de este acontecimiento permite examinar los procesos de despolitización y repolitización del malestar de la Dictadura a la Democracia en Chile. En ese tránsito, cabe recorrer el hilo rojo del sufrimiento acumulado de la violencia neoliberal hasta su contestación política en la esfera pública como manifestación social del descontento. Para ello, el campo de la salud mental constituye un ámbito crucial para comprender el lugar de la subjetividad en la expresión del malestar. Una salud mental que ha sido capaz de privatizar el estrés, por lo tanto, su repolitización es urgente para articular luchas que sean capaces de desafiar al realismo capitalista (Fisher, 2017). Así, en torno a un padecer colectivo es posible recuperar el sentido de solidaridad y sentar las bases de una renovada conciencia política (Colquhoun, 2021)

En este marco, las intervenciones visuales sobre el malestar en torno a la salud y la salud mental en la revuelta popular del 2019 constituyen un ámbito de análisis relevante para examinar los desafíos e impugnaciones del orden neoliberal.

2. METODOLOGÍA

La metodología de esta investigación es cualitativa (Vasilachis, 2006) y se inscribe específicamente en el campo del Análisis Crítico del Discurso (van Dijk, 2010, 2017), aunque dado

el carácter visual del material, también recurre al Análisis Multimodal del Discurso (O'Halloran, 2012; Pardo, 2016). Es decir, el presente estudio se inscribe en una perspectiva comprensiva de los fenómenos sociales con el propósito de establecer los sentidos de la experiencia colectiva, en este caso, la politización de la salud mental durante la revuelta, a través de prácticas sociales determinadas como son las intervenciones visuales en el espacio público. Como señala O'Halloran (2012), el análisis del discurso multimodal permite ampliar el estudio del lenguaje verbal, en esta oportunidad consignas relativas a la salud mental en intervenciones gráficas durante la revuelta, con otros recursos como es la visualidad que adoptan estas consignas, tanto en sus recursos estilísticos como en sus colores y en algunos casos imágenes que acompañan los textos. En términos generales, cabe destacar la utilización de diferentes soportes y estilos, que van desde carteles y grafitis con altos niveles de elaboración, hasta rayados y carteles hechos a mano, lo cual resulta congruente con la diversidad de intervenciones propias del estallido gráfico señalado por Campos y Bernasconi (2021). Asimismo, siguiendo a Pardo (2016) esta aproximación permite identificar e interpretar las relaciones que se establecen entre las prácticas sociales, en este caso las manifestaciones visuales de la protesta, con las estructuras sociales que interpelan, así como las instituciones, normativas e ideologías dominantes sobre la salud mental.

El corpus del estudio corresponde a fotografías de rayados, grafitis, afiches y pancartas alusivas a la salud mental tomadas en el contexto de la revuelta chilena del 2019, las cuales fueron obtenidas por los investigadores en el marco de observaciones fotoetnográficas (Hermansen; Fernández-Droguett, 2020) durante el período de la revuelta (octubre 2019 – marzo 2020) en Santiago de Chile. Cabe precisar que en las fotografías, además de consignas e ilustraciones relativas a la salud mental, también hay material gráfico relativo a otras problemáticas. De modo de no perder el foco del análisis, nos concentramos exclusivamente en las primeras. Sin embargo, cabe señalar que esta diversidad visual da cuenta de la multiplicidad y sincronidad de problemáticas que se relevaron durante la revuelta.

En términos de las estrategias de análisis, a partir de una aproximación multimodal del discurso (O'Halloran, 2012; Pardo, 2016; van Dijk, 2010), para cada fotografía identificamos y caracterizamos sus contenidos textuales y/o visuales relativos a problemáticas de salud mental, las relaciones entre esos contenidos y sus referencias a aspectos de la realidad social, dando énfasis a la manera en que lo anterior contribuye a problematizar, tensionar y denunciar estas problemáticas.

3. RESULTADOS

Un primer elemento para señalar en el análisis es que los discursos sobre salud mental en intervenciones visuales de la revuelta se inscriben en un conjunto de demandas más generales que incluyen la salud como uno de sus ejes. Como vemos en las imágenes 1 y 2, en carteles informativos

de la revuelta, las demandas en torno a la salud se encuentran junto a otras reivindicaciones en el ámbito del trabajo, la educación y la vivienda. En ambos casos los carteles fueron impresos, en impresora el primero y en imprenta el segundo, lo cual da cuenta de la inversión de recursos económicos para su elaboración. Sin embargo, el primero tiene estilo más informal, al recurrir a un lenguaje simple, claro y a una figura masculina que hace más llamativo el cartel. El segundo cartel se inscribe en un estilo más propiamente político, al presentar en gran formato “**exigencias SOCIALES**” y “**mandatos URGENTES**” y terminar con la consigna “**Chile NO se vende**”. Cabe destacar también simbolismos como dos puños y un puño con una cuchara, en que los primeros representan una imagen clásica de las posiciones de izquierda, y el segundo el uso de la cuchara como el utensilio más empleado para golpear cacerolas u otros artefactos domésticos en las jornadas de movilización, representación característica de la protesta ciudadana durante la revuelta social.



Imagen 1



Imagen 2.

Las demandas sociales no solamente son importantes en términos de contexto para comprender los discursos sobre salud mental sino también porque existen ciertas articulaciones entre ellas. Por ejemplo, las bajas pensiones que afectan a las personas jubiladas tienen un impacto directo en sus recursos para la compra de medicamentos. Como vemos en la Imagen 3, el rayado “*ladrones de awelitos*” en la fachada de una farmacia de una de las tres principales cadenas del país, hace referencia a los altos precios que deben pagar por sus medicamentos las personas mayores jubiladas, referidas como los abuelitos en el rayado. Cabe destacar el uso de un lenguaje visual más bien juvenil, expresado en uso de la letra w, con un componente afectivo de cercanía y empatía, ya que se usa la palabra abuelos, pero con un diminutivo, que en la cultura chilena da cuenta de afectividad positiva. Luego, al igual que los otros rayados visibles en la fotografía, estos se realizan con latas de pinturas en aerosol, fáciles y rápidas de utilizar, y que por lo tanto responden a prácticas de intervención visual más basadas en la oportunidad que en la preparación que vimos en los carteles anteriores.



Imagen 3.

En la misma línea de lo anterior, en la Imagen 4 vemos un grafiti ubicado en la cortina mecánica de la sucursal de una ISAPRE² con la consigna “*Fináncienme la depre ladrones q!!*”, acompañado de la imagen de una pastilla con signo peso (\$). La primera parte del texto, “*fináncienme la depre*”, hace referencia a las brechas de cobertura con relación al financiamiento de los tratamientos de la depresión, condición de salud de alta prevalencia e impacto simbólico. Luego, la segunda parte del texto, “*ladrones q!!*”, refiere a los altos niveles de ganancias de las ISAPRES, niveles que son percibidos como un robo, particularmente si se consideran los altos

² Las Instituciones de Salud Previsional (ISAPRE) son entidades privadas que están facultadas para recibir y administrar la cotización obligatoria de salud (7% de su remuneración imponible) de trabajadores y personas que optaron por ellas en lugar del sistema de salud público (FONASA). A cargo de estas cotizaciones las ISAPRES financian prestaciones de salud y el pago de licencias médicas. Actualmente, otorgan servicios de financiamiento de la salud a un 19% de la población de Chile.

costos de las prestaciones de salud mental. El insulto “ql” que acompaña la palabra “ladrones” releva el profundo malestar con la situación anteriormente descrita. Luego, la imagen de la pastilla con el signo peso refuerza visualmente el carácter mercantil que las ISAPRES le dan al servicio que otorgan. Finalmente, la aceptación de la depresión como un diagnóstico psiquiátrico a través de la expresión “financienme” implica la traducción de un malestar colectivo a una categoría clínica que favorece su reconocimiento social que apunta a la demanda de una atención sanitaria adecuada y justa, demanda con la que cualquier persona podría sentirse identificada. Aquí la modalidad de intervención visual se inscribe en el estilo del grafiti, el cual a diferencia de los rayados de la imagen anterior supone un manejo técnico de los recursos visuales y materiales más elaborados. Como vemos en la imagen, las letras tienen un relieve que las hacen visualmente más atractivas y llamativas, el delineado de las letras es más estilizado y el dibujo de la pastilla combina tonalidades de luz y sombra representando adecuadamente el objeto al cual refiere.



Imagen 4.

Con todo, los discursos sobre salud mental en intervenciones visuales de la revuelta no solamente condensan las demandas de una atención adecuada y justa, sino que también problematizan el rol de la medicación psiquiátrica respecto del malestar social y sus expresiones. En la Imagen 5, vemos un afiche que señala “No dejes que callen tu rabia con clonazepam / sertralina”. En este caso la modalidad es bastante simple ya que el soporte es un papel de bajo costo económico, fácil de manipular y pegar en un pared, el cual está rayado con un plumón, también de bajo costo. Los medicamentos enunciados corresponden a un ansiolítico y un antidepresivo, respectivamente, psicofármacos de amplio consumo en nuestro país que en este contexto son concebidos como dispositivos para el control social de ciertos estados de ánimo como la rabia. De esta manera, en un contexto como el de la revuelta, que legitima y favorece la expresión colectiva del malestar, el tratamiento farmacológico es conceptualizado como un instrumento de normalización y pacificación social que contribuye a la medicalización y la privatización del malestar.



Imagen 5

En una lógica parecida, se observa en la Imagen 6 el rayado “*Drogas legales pa’ seguir enfermando*” en la cortina metálica de una sucursal de una de las cadenas de farmacia referidas anteriormente, bajo la modalidad anteriormente vista de rayados con pintura en aerosol. La noción de “*drogas legales*” pone el acento en la relación de daño y dependencia que supone el consumo de ciertos medicamentos como son los psicofármacos, cuya comercialización opera bajo condiciones de legalidad que la distinguiría de otro tipo de drogas, cuyo consumo es fuertemente perseguido y penalizado en nuestro país siguiendo una lógica de criminalización. Luego, “*pa’ seguir enfermando*” señala que estas drogas legales no resuelven los problemas de salud mental sino que incluso los empeoran, por lo que también se puede deducir cierta crítica a un sistema que no favorece a los usuarios sino que además, como vimos anteriormente, beneficia a las empresas ligadas al rubro, como son las ISAPRES y farmacias.



Imagen 6

En la imagen 7 encontramos una pancarta pegada en una reja que enuncia: “*No hay salud mental sin justicia social*”, esta es una de las consignas más reconocidas en el contexto del estallido social para denunciar los abusos que el modelo neoliberal ejerce sobre la ciudadanía. En el afiche, el énfasis en la palabra “social”, permite conectar la esfera de lo íntimo con una dimensión política, implicando una concepción de la salud mental en clave no individualizadora ni individualizante que la vincula con cambios estructurales y una mejora sustantiva de las condiciones de vida. De esta manera, en el marco de la revuelta se construye otra representación de la salud mental, que nace de una experiencia compartida que enlaza una demanda individual con la movilización colectiva. Al igual que en la Imagen 5, se utiliza un papel de bajo costo, pero la elaboración del cartel supone una mayor dedicación, ya que se pinta un trasfondo rojo y se utilizan letras blancas, lo que permite resaltar la consigna, a la vez que la palabra “social” aparece subrayada, por lo releva ese contenido por sobre los demás.



Imagen 7

Si bien la problemática de la salud mental estuvo desde el comienzo de la revuelta, una circunstancia particular le va a dar mayor visibilidad. El viernes 8 de noviembre, el estudiante de psicología Gustavo Gatica es alcanzado en su cara por disparos de perdigones ejecutados por efectivos policiales, perdiendo completamente la visión de ambos ojos. Debido al impacto generado, y a su pertenencia institucional, el Colegio de Psicólogos y Psicólogas de Chile convoca a una manifestación en su apoyo, en la cual varios participantes llevan lienzos y carteles con consignas relativas a la salud mental.

En la Imagen 8, vemos un lienzo llevado en esa manifestación, en el que puede leerse *“Psicología unida contra este sistema de mierda que nos enferma la mente #Menos clona + terapia”*. Dadas las circunstancias, podemos considerar que la idea de *“psicología unida”* refiere a la comunidad académica de la psicología, profesores y estudiantes, unidos tanto *“contra el sistema”*, el que se concibe negativamente, causante de problemas de salud mental, como frente a la violencia sufrida por Gustavo Gatica. Luego, el último segmento hace referencia a la necesidad de que se provean más tratamientos psicológicos que estrictamente médicos, aludiendo específicamente al consumo masivo del ansiolítico clonazepam en la población chilena, frente a lo cual se tiende a asumir que esconde los problemas psíquicos más que resolverlos. El uso de este tiempo de lienzo, confeccionado con tela y pintura en aerosol, fue sumamente frecuente durante la revuelta, probablemente por su facilidad de elaboración, bajo costo y alta visualidad. En este caso, al igual que en la imagen anterior, se subrayan y destacan algunos contenidos como *“sistema”*, *“enferma”* y *“mente”*. Además, se agregan símbolos como la letra griega psi (Ψ) asociada a la psicología y un corazón, lo que da cuenta del campo disciplinario de la consigna y del carácter positivamente afectivo de la demanda por menos medicamentos y más terapia.

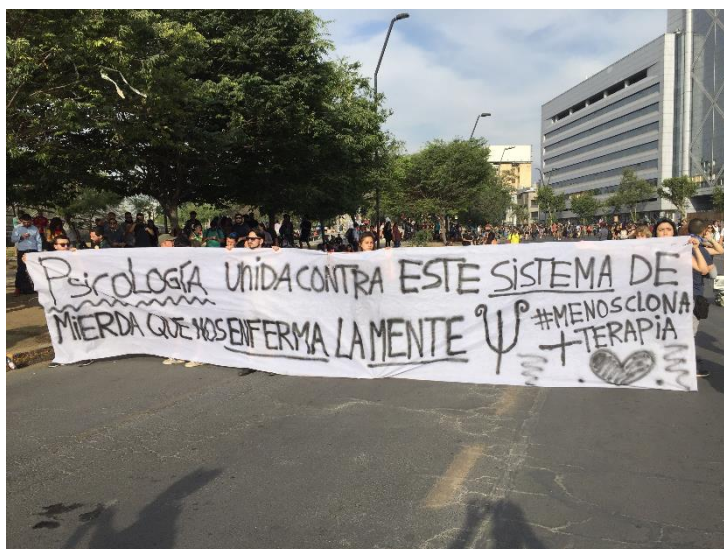


Imagen 8

En la Imagen 9, vemos a participantes de la manifestación con distintivos carteles. Un primer cartel refiere “No + perdigones” en alusión al término del uso de estos proyectiles por parte de las fuerzas policiales. El carácter impreso del cartel supone una preparación previa, a diferencia del segundo y tercer afiche que aparecen en la fotografía, hechos con plumón y cartulina, con letras grandes para otorgarles una visualidad adecuada, con el símbolo de la disciplina psicológica (Ψ) y otros elementos como el hashtag asociado a la “salud mental”. En términos de contenidos, el segundo cartel señala “Es inaudito normalizar a alguien a una sociedad enferma #salud mental”, mostrando la idea que resulta impropio que la salud mental normalice a las personas, es decir, busque incluirlas en la sociedad neoliberal, cuando este modelo de sociedad es el que enferma. Finalmente, el tercer cartel indica “1 vez al mes y 20 minutos NO es terapia psicológica, es un placebo”, que denuncia el escaso tiempo de atención psicológica en los centros de salud pública, práctica que no constituye una terapia efectiva sino un “placebo”, entendido en este contexto como una práctica que no resuelve los problemas sino que genera algo así como una ilusión de mejoría.



Imagen 9

En conjunto, el corpus analizado da cuenta del carácter heterogéneo y emergente de intervenciones visuales que ponen en el centro la temática de la salud mental como expresión pública del malestar en el contexto de la revuelta popular de octubre de 2019. Las consignas y anhelos transmiten los plurales cuestionamientos al modelo neoliberal, que configuran procesos de politización de la subjetividad. Frente a los motivos e intereses dominantes en el campo de la salud mental que articulan procesos de individualización y privatización del malestar, emerge una fuerza colectiva orientada a romper dicha sujeción. Esto implica la conformación de nuevas subjetividades que interpelan la conservación del orden social y político imperante.

CONSIDERACIONES FINALES

En Chile, el malestar difuso y generalizado bajo el neoliberalismo corresponde a una herencia de la Dictadura cívico-militar de Pinochet que tiene continuidad en los gobiernos de la transición a la Democracia (Garcés, 2020; Pinochet, 2021). Como momento de ruptura, la revuelta de octubre de 2019 implicó la elaboración de una nueva gramática del descontento y una subversión de la subjetividad derrotada, gestionada por su integración al consumo y conformada por los mecanismos de poder de la gubernamentalidad neoliberal (Alliez; Lazzarato, 2022).

A partir de esta clave teórica y el análisis multimodal del discurso como aproximación metodológica se examinaron los gestos, estéticas, modalidades y enunciados que visibilizan a la salud mental y sus problemáticas en el espacio público a partir de su dimensión política y colectiva, así como las formas de politización del malestar que, desde los procesos creativos, configuran nuevos imaginarios de rebeldía y emancipación (Ancarola; Manonelles; Gasol, 2017). En este contexto, la gestión sanitaria y farmacológica del descontento es rechazada por la fuerza social de un nosotros anónimo, que toma la imagen y la palabra para denunciar distintas problemáticas sociales que causan malestar, convirtiendo el sufrimiento en energía de transformación. Estas formas creativas de movilización dialogan con la celebración del “Orgullo Loco” como acto político de gran alcance simbólico que surge como expresión del activismo y las resistencias colectivas que desafían el control social y la normatividad en la esfera de la subjetividad (Castillo-Parada, 2021; Cea-Madrid, 2022).

Si bien la salud mental bajo el neoliberalismo se erige como un vector de despolitización a través de su reducción a un sustrato biológico, la individualización del malestar y la anulación de la conflictividad social, también se desprende la posibilidad de su eventual repolitización a través de la articulación entre lo íntimo y lo colectivo, la solidaridad y la cooperación en la revalorización de lo público (Davies, 2022). Frente a ello, la restricción de la salud mental a las lógicas del mercado y la libre competencia implicaría un regreso al laberinto terapéutico, es decir, a una concepción en la que el consumo de fármacos y la terapia individual constituye un aspecto fundamental del arte neoliberal del gobierno. En ese entramado, la salud mental quedaría nuevamente atrapada en las

dinámicas del poder establecido, contribuyendo a encubrir las causas estructurales del malestar social y favoreciendo procesos de desmovilización política (Fernández-Savater, 2024).

En términos de los alcances de este estudio, podemos señalar como limitación la cantidad relativamente acotada de material empírico, aunque consideramos que presenta una densidad suficiente para dar cuenta de cómo fue abordada y visibilizada la problemática de la salud mental durante el estallido social chileno. Respecto a las proyecciones del estudio resultaría relevante contar con más material de modo de profundizar el análisis, incluyendo documentos producidos sobre la temática por la ciudadanía y organizaciones sociales, por ejemplo, en asambleas y cabildos en el marco del proceso constituyente, así como mediante entrevistas a actores claves. Asimismo, siguiendo lo señalado por O'Halloran (2012) sobre los desarrollos de la multimodalidad en el campo de los medios visuales y audiovisuales, tanto tradicionales como los desarrollados en las plataformas digitales, aparece como relevante preguntarse por las relaciones entre los discursos multimodales inscritos en el espacio público, como los analizados en el presente trabajo, con los que circulan a través de medios de comunicación y particularmente redes sociales. En varias de las imágenes analizadas pudimos ver la presencia del símbolo hashtag, lo cual evidencia como mínimo una interacción entre las estéticas de las tecnologías digitales y las intervenciones del espacio público.

Adicionalmente, resulta interesante reflexionar sobre las distintas formas de intervenciones gráficas, en la medida que dan cuenta de una diversidad de modalidades expresivas (O'Halloran, 2012) así como una variedad de actores y de prácticas desarrolladas en el marco del estallido social (Campos; Bernasconi, 2021). Como pudimos apreciar en el análisis, las intervenciones visuales utilizaron no solamente distintos formatos y estéticas, sino también diversos recursos económicos y de organización previa para su creación, desde el uso de la imprenta o impresoras hasta rayados con aerosol, pasando por carteles hechos a mano con diferentes grados de técnica y elaboración. Desde esta perspectiva, las múltiples manifestaciones de la revuelta dieron cuenta de una protesta popular sin precedentes que tuvo su campo de expresión en términos visuales, combinando, tal como pudimos ver en el análisis, distintos soportes, modalidades, estilos, recursos, estéticas y contenidos, lo que nos habla de la pertinencia del análisis multimodal del discurso como metodología de aproximación y comprensión de las acciones ciudadanas y de sus interacciones e interpelaciones a las estructuras socio-políticas (Pardo, 2016), en el caso de esta investigación las relativas a la salud mental.

A modo de cierre, podemos concluir que las intervenciones gráficas de la protesta social expresan y condensan el malestar acumulado durante años de régimen neoliberal, cuya matriz simbólica produce un sentido y se articula a partir de un entramado de palabras, imágenes y cuerpos (del Valle, 2021). En ese marco, el espacio público y sus ocupaciones políticas y visuales representan un ámbito privilegiado para examinar las articulaciones de nuevos discursos emancipatorios, particularmente a cinco años de la revuelta de octubre de 2019, contexto en que

las demandas que le dieron origen siguen sin resolverse, lo que deja la interrogante sobre los cursos que podría retomar el malestar social. Como señalan Didi-Huberman (2017) y Butler (2016), las revueltas sociales suponen un levantamiento individual y colectivo, físico y psíquico, para impugnar un orden social que ha llegado a vivirse como intolerable, a la vez que admiten la activación de una imaginación política colectiva, inscribiendo las revueltas en horizontes históricos de transformación social que se renuevan y dinamizan y que, como dice Didi-Huberman (2023) permiten recomenzar cuando se han apagado o han sido derrotadas. Si bien la revuelta iniciada el 18 de octubre de 2019 no mantuvo su continuidad, nada hace pensar que sus motivaciones puedan hacer resurgir nuevas fuerzas de revuelta, más aún cuando la salud mental no solamente sigue siendo una problemática central de la sociedad chilena sino que además se ha visto agravada por la pandemia por COVID-19 y sus efectos.

REFERENCIAS

- ALLIEZ, Éric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras y capital**. Madrid: Traficantes de sueños, 2022.
- ANCAROLA, Nora; MANONELLES, Laia; GASOL, Daniel. **Politizaciones del malestar**. Barcelona: Rayo Verde Editorial, 2017.
- BARTTOLOTTA, Leandro; GAGO, Ignacio. **Implosión**. Apuntes sobre la cuestión social en la precariedad. Buenos Aires: Tinta Limón, 2023.
- BERARDI, Franco. **La fábrica de la infelicidad**. Nuevas formas de trabajo y movimiento global. Madrid: Traficantes de sueños, 2003.
- BOTTINELLI, Alejandra; DRAGNIC, Mía; KALTMEIER, Olaf; SANHUEZA, Marcelo (Eds). **Luchas por la hegemonía: proyecto emancipatorio y Constitución en Chile**. Buenos Aires: CLACSO; Guadalajara: CALAS, 2024.
- BUTLER, Judith. *Soulèvement*. In: Georges Didi-Huberman (Ed.). **Soulèvements**. París: Gallimard, Musée du Jeu de Paume, 2016, p. 23-37.
- CALVEIRO, Pilar. **Resistir al neoliberalismo: comunidades y autonomías**. Buenos Aires: CLACSO; Ciudad de México: Siglo XXI, 2021.
- CAMPOS, Luis; BERNASCONI, Oriana. Ciudad, estallido social y disputa gráfica. **Atenea**, n. 524, p. 111-128, 2021.
- CASTILLO-PARADA, Tatiana. Orgullo Loco en Chile: políticas de identidad, luchas simbólicas y acción colectiva en salud mental. **Revista Chilena De Antropología**, n. 43, p. 131-146, 2021.
- CEA-MADRID, Juan Carlos. Aproximaciones al “movimiento loco” en Chile: participación política, producción de conocimiento y formación crítica en salud mental. **Movimientos. Revista Mexicana de Estudios de los Movimientos Sociales**, v. 6, n. 2, p. 27-47, 2022.
- COLQUHOUN, Matt. **Egreso: sobre comunidad, duelo y Mark Fisher**. Buenos Aires: Caja Negra, 2021.
- DAVIES, James. **Sedados**. Cómo el capitalismo moderno creó la crisis de salud mental. Madrid: Capitán Swing, 2022.
- DEL VALLE, Nicolás. La expresión del malestar en Chile: cultura, esfera pública y luchas sociales. **Revista de Humanidades de Valparaíso**, n. 17, p. 63-89, 2021.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imaginar Recomenzar**. Lo que nos levanta 2. Madrid: Abada, 2023.

- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sublevaciones**. Sáenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2017.
- FERNÁNDEZ-SAVATER, Amador. **Capitalismo libidinal**. Antropología neoliberal, políticas del deseo, rechazización del malestar. Madrid: Ned ediciones, 2024.
- FISHER, Mark. **Realismo capitalista: ¿No hay alternativa?** Buenos Aires: Caja negra, 2017.
- FUENTES-GARCÍA, Alejandra. El clamor de las inequidades: Estallido social y salud en Chile. **Revista Chilena de Salud Pública**, v. 23, n. 2, p. 93-94, 2019.
- GARCÉS, Mario. **Estallido social y una nueva Constitución para Chile**. Santiago: LOM Ediciones, 2020.
- GONZÁLEZ, Gabriela. Apuntes para el estudio de la salud mental en Chile actual. **e-I@ tina. Revista electrónica de estudios latinoamericanos**, v. 18, n. 71, p. 21-36, 2020.
- GORDON-ZOLOV, Terri. Chile's Estallido Social and the Art of Protest. **Sociologica**, v. 17, n. 1, p. 41-55, 2023.
- HERMANSEN, Pablo; FERNÁNDEZ-DROGUETT, Roberto. Photo-ethnography and Political Engagement: Studying performative subversions of public space. **Dearq**, v. 1, n. 26, p. 100-109, 2020.
- LE BERT, Juan; SOTO, Maximiliano. Inscripciones callejeras en tiempo de malestar: un análisis etno-semiótico de imágenes del estallido social en Chile. **Sur y Tiempo: Revista De Historia De América**, v. 2, n. 3, p. 66–85, 2021.
- LAPIERRE, Michelle. Análisis del sistema de salud chileno desde una perspectiva de justicia, en el marco del movimiento social del 18 de Octubre de 2019 en Chile. **Izquierdas**, v. 52, p. 4384-4403, 2023.
- MÁRQUEZ, Francisca. Por una antropología de los escombros. El estallido social en Plaza Dignidad, Santiago de Chile. **Revista 180**, n. 45, p. 1-13, 2020.
- MUHLMANN, David. **Capitalismo y colonización mental**. Madrid: Alianza, 2023.
- NOGUERA, Albert; GOIKOETXEA, Jule. **Estallidos**. Revueltas, clase, identidad y cambio político. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2021.
- O'HALLORAN, Kay L. Análisis del discurso multimodal. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, v. 12, n. 1, p. 75-97, 2012.
- PARDO, Neyla. De los estudios críticos del discurso a los estudios críticos de los discursos multimodales. In: PARDO, Neyla; FORERO, Nelson (Eds.). **Introducción a los estudios del discurso multimodal**. Bogotá: Editorial Universidad Nacional de Colombia, 2016, p. 19-35.
- PAREDES, Juan Pablo. La "Plaza de la Dignidad" como escenario de protesta. La dimensión cultural en la comprensión del Acontecimiento de Octubre chileno. **Revista de Humanidades de Valparaíso**, n. 17, p. 27-52, 2021.
- PINOCHET, Carla. Disrupting normalcy. Artistic interventions and political mobilisation against the neoliberal city (Santiago, Chile, 2019). **Social Identities**, v. 27, n. 5, 538-554, 2021.
- SÁNCHEZ-GONZÁLEZ, E. La ciudad de la desobediencia civil: la revuelta de 2019 en Santiago. **Bitácora Urbano Territorial**, v. 32, n. 3, p. 43-54, 2022.
- VAN-DIJK, Teun A. Discurso, conocimiento, poder y política. Hacia un análisis crítico epistémico del discurso. **Revista de Investigación Lingüística**, v. 13, 167–215, 2010.
- VAN-DIJK, Teun A. Análisis Crítico del Discurso. **Revista Austral De Ciencias Sociales**, n. 30, 203–222, 2017.
- VASILACHIS, Irene. La investigación cualitativa. In: VASILACHIS, Irene (coord.). **Estrategias de investigación cualitativa**. Barcelona: Gedisa, 2006, p. 23-64.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)**Juan Carlos Cea Madrid**

Candidato a Doctor en Psicología, Universidad de Chile. Magíster en Psicología, mención Psicología Comunitaria, Universidad de Chile. Psicólogo, diplomado en Psicología Clínica, Universidad de Santiago de Chile. Investigador militante del Centro de Estudios Locos y activista del colectivo “Locos por nuestros derechos”. Editor del libro “Por el derecho a la locura. La reinención de la salud mental en América Latina”, Editorial Proyección (2018). Sus líneas de investigación son salud mental, ciudadanía y movimientos sociales en América Latina; inclusión laboral, trabajo y subjetividad en el Chile neoliberal.

Roberto Fernández Droguett

Académico del Departamento de Psicología, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile. Docente de pre y post grado en Psicología Social y Metodologías cualitativas de investigación. Doctor en Arquitectura y Estudios Urbanos, Pontificia Universidad Católica de Chile. Magíster en Psicología Social, Universitat Autònoma de Barcelona. Psicólogo, Universidad ARCIS. Miembro del Programa Psicología Social de la Memoria, Universidad de Chile, e integrante del Grupo Internacional de Trabajo CLACSO “Memorias Colectivas y Prácticas de Resistencia”.

Admirável Chip Novo sob as lentes do dialogismo e da Teoria Ator-Rede: um manifesto ciborgue

Admirável Chip Novo under the lens of Dialogism and Actor-Network Theory: a cyborg manifesto

Admirável Chip Novo bajo la Lente del Dialogismo y la Teoría del Actor-Red: Un Manifiesto Ciborg

RESUMO

Objetivou-se realizar uma análise através da Teoria latouriana Ator-Rede e do dialogismo bakhtiniano para revelar relações dialógicas advindas do confronto entre a canção Admirável Chip Novo e a assimetria da modernidade. Para isso foi adotada uma metodologia qualitativa interpretativista. Esse exercício demonstrou um diálogo importante para com os pressupostos teóricos do pós-humanismo. Nas considerações analíticas, observou-se que a música, através de um ponto de vista que pautou a modernidade enquanto mito, revelou que o ser humano sempre foi híbrido e que essa característica se consolida como uma faceta da constituição do ser. Assim, concluiu-se que a tecnologia é tão ecológica quanto a língua(gem) e que o futuro do pensamento científico pode estar em uma perspectiva ontológica simétrica da sociedade e dos sujeitos/atores que a constituem.

Palavras-chave: Dialogismo; Ator-Rede, Pós-humanismo



Recebido em: 11 de junho de 2024
Aceito em: 21 de setembro de 2024
DOI: 10.26512/les.v25i2.54289

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Renan Monezi Lemes

renan.monezi@gmail.com

orcid.org/0000-0001-7223-0241

Universidade do Estado de Mato Grosso, Mato Grosso, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

The objective was to conduct an analysis through Latour's Actor-Network Theory and Bakhtinian dialogism to reveal dialogical relationships arising from the confrontation between the song *Admirável Chip Novo* and the asymmetry of modernity. For this purpose, a qualitative interpretative methodology was adopted. This exercise demonstrated an important dialogue with the theoretical assumptions of post-humanism. In the analytical considerations, it was observed that the song, through a perspective that framed modernity as a myth, revealed that the human being has always been hybrid and that this characteristic is consolidated as a facet of the constitution of being. Thus, it was concluded that technology is as ecological as language and that the future of scientific thought may lie in a symmetrical ontological perspective of society and the subjects/actors that constitute it.

Keywords: Dialogism; Actor-Network; Posthumanism

RESUMEN

El objetivo fue realizar un análisis a través de la Teoría del Actor-Red de Latour y el dialogismo bajtiniano para revelar relaciones dialógicas surgidas del enfrentamiento entre la canción *Admirável Chip Novo* y la asimetría de la modernidad. Para ello, se adoptó una metodología cualitativa interpretativa. Este ejercicio demostró un diálogo importante con los supuestos teóricos del post-humanismo. En las consideraciones analíticas, se observó que la canción, a través de una perspectiva que enmarcó la modernidad como un mito, reveló que el ser humano siempre ha sido híbrido y que esta característica se consolida como una faceta de la constitución del ser. Así, se concluyó que la tecnología es tan ecológica como el lenguaje y que el futuro del pensamiento científico puede estar en una perspectiva ontológica simétrica de la sociedad y los sujetos/actores que la constituyen.

Palabras clave: Dialogismo; Teoría del Actor-Red; Posthumanismo

Como citar:

LEMES, Renan Monezi. Admirável Chip Novo sob as lentes do dialogismo e da Teoria Ator-Rede: um manifesto ciborgue. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 69-87, jul./dez. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos Creative Commons Attribution 4.0 International license
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o avanço tecnológico tem promovido transformações profundas em diversas esferas da sociedade, desafiando conceitos tradicionais sobre o ser humano e suas capacidades. A era digital, marcada pela quase onipresença da internet, algoritmos e inteligência artificial, inaugura um novo paradigma de existência: o sujeito pós-humano. Este conceito, enraizado em debates filosóficos, sociológicos e linguísticos, sugere uma redefinição da identidade humana, transcendente aos limites biológicos e interligada intimamente com as máquinas e sistemas digitais.

A noção de sujeito pós-humano levanta questões fundamentais sobre o que significa ser humano em um mundo onde a distinção entre o orgânico e o artificial se torna cada vez mais tênue. As interfaces cérebro-computador, os avanços na engenharia genética e a proliferação de próteses inteligentes são apenas algumas das inovações que reconfiguram o corpo e a mente humanos, expandindo nossas capacidades físicas e cognitivas. Essas tecnologias não apenas ampliam os horizontes do possível, mas também desafiam a ética, a moral e a filosofia que tradicionalmente orientam nossa compreensão da humanidade.

Em meio a essa complexidade de fatores emergentes, encontram-se cosmovisões e representações sociais que se manifestam através da arte. Considera-se, aqui, que arte e realidade/vida não são a mesma coisa, mas encontram significados parecidos quando se manifestam na individualidade dos sujeitos (Bakhtin, 2011). Nesse sentido, refletir sobre o que a arte tem a nos dizer enquanto sociedade, significa agir responsivamente frente aos construtos ideológicos advindos dos mais diversos tipos de funcionamentos e representações políticas e sociais.

Nesse contexto, é adotado, neste trabalho, uma visão dialógica e pós-humana da linguagem, do sujeito, da sociedade e do mundo. Dessa forma, este artigo busca revelar e analisar as relações dialógicas encontradas na canção Admirável Chip Novo, escrita e interpretada pela cantora de rock brasileira Pitty (2003). Foram tomados os postulados teóricos de Bakhtin e o Círculo para embasar as discussões através de um ponto de vista discursivo-ideológico e, também, as proposições contextuais da Teoria Ator-Rede de Latour (2013) como base para o pós-humanismo. Nesse sentido, será demonstrado como a canção engloba e desvela os conceitos de pós-humanismo em contraste com a modernidade.

Considera-se a realização de uma Linguística Aplicada (LA) crítica e transgressiva, que traga discussões relevantes e contemporâneas, e que revelem funcionamentos sociais através da língua(gem). (Rajagopalan, 2003; Pennycook (2006)

1. DIALOGISMO BAKHTINIANO

Pensar a língua em uso foi o desafio que Bakhtin e o Círculo tomaram para si. Na contramão das perspectivas estruturalistas da língua, os estudiosos supracitados aprofundaram seus estudos e análises na linguagem enquanto um sistema que produz sentidos através da história, cultura, ideologia e, também, da interação para com o outro. Com essa abordagem, Bakhtin inaugura o dialogismo e se afasta da visão linear e positivista que havia sido estabelecida entre língua e linguagem.

Nesse sentido, Bakhtin (2011) compreende a língua como um sistema estável e normativo de signos linguísticos que é compartilhado por uma comunidade linguística. A língua representa o aspecto social e coletivo da linguagem, sendo um conjunto de convenções e regras que permite a comunicação e a compreensão mútua entre os falantes de uma determinada comunidade. Ela é composta por unidades menores, como palavras, orações e estruturas gramaticais, que são utilizadas pelos falantes para expressar seus pensamentos e ideias através de gêneros do discurso caracterizados como “tipos relativamente estáveis de enunciados”. (Bakhtin, 2011, p. 262).

Em meio a gama teórica do dialogismo, encontra-se a noção de relações dialógicas. Estas referem-se às interações entre diferentes vozes e perspectivas que ocorrem na comunicação humana. Bakhtin via a linguagem como um fenômeno social e interativo, no qual os indivíduos constroem significado e entendimento em relação aos outros. Bakhtin (2016) explica que:

As relações dialógicas são relações (de sentidos) entre toda espécie de enunciados na comunicação discursiva. Dois enunciados, quaisquer que sejam, se confrontados no plano do sentido (não como objetos e não como exemplos linguísticos), acabam em relação dialógica [...] (Bakhtin, 2016, p. 92).

Essas relações dialógicas não se limitam apenas à linguagem verbal, mas também se estendem a outros sistemas simbólicos, como a literatura, a arte e a cultura em geral. Bakhtin (2011) argumentou em *Estética da criação verbal* que essas formas de expressão artística são permeadas por diferentes vozes e discursos, e que seu significado é construído através da interação dessas vozes.

No contexto literário, por exemplo, Bakhtin (2011) enfatizou a importância do diálogo entre autor e leitor. Ele argumentou que um texto literário não é simplesmente uma transmissão unilateral das ideias do autor, mas um espaço de interação e negociação de significados entre o autor e o leitor. O leitor traz suas próprias experiências, conhecimentos e perspectivas para a leitura de um texto, e essa interação dialógica enriquece a compreensão e interpretação da obra.

Em resumo, as relações dialógicas são interações e diálogos constantes entre diferentes vozes e perspectivas presentes na comunicação humana. Essas interações moldam e influenciam a construção de significados e entendimentos, tanto na linguagem cotidiana quanto na arte e na literatura.

2. TEORIA ATOR-REDE

Latour (1988), Callon (1986) e Law (1987) conceberam a Teoria do Ator-Rede (TAR) buscando recuperar perspectivas sobre a formação da realidade social, explorando o que a existência coletiva, isto é, o que eles denominam como sociedade, se transformou.

A TAR emerge, então, como uma ontologia centrada nos objetos, com a finalidade de redefinir a sociologia a partir de uma abordagem que se concentra nas conexões entre atores. Um dos principais objetivos da TAR é identificar novas instituições, procedimentos e conceitos que possam reunir e reorganizar elementos do universo social.

Latour (1984; 2005) explica que a TAR, em seu projeto ontológico, objetiva romper com as dualidades existentes no pensamento científico moderno, como sociedade/natureza, humano/não humano, agência/estrutura, contexto/conteúdo, macro/micro, local/global.

Nesse entremeio, Latour (2013) identifica três fases na evolução da investigação científica. A primeira implica uma ruptura com a concepção tradicional da natureza, dando origem à compreensão da ciência como uma nova forma de explicar fenômenos e estabelecendo uma dualidade entre sociedade e natureza. A segunda envolve a problematização dessa abordagem "moderna" ocidental, considerando-a uma perspectiva particular para compreender a relação com a natureza e as diversas culturas.

É através desse ponto de reflexão que Latour (2013) propõe o princípio da simetria generalizada. Esse conceito visa: 1) evitar a imposição de pressupostos epistemológicos antes da pesquisa de campo; 2) dedicar atenção tanto à produção de seres humanos quanto de não humanos; e, por último, 3) posicionar-se como pesquisador em uma posição intermediária entre o tradicional e o novo, evitando o uso de conceitos preexistentes, como o da própria cultura como elemento fundamental na explicação dos diversos grupos sociais.

No que tange a simetria, é importante a noção de que esta não é uma tentativa de homogeneizar diferenças, mas sim realizar o exercício de dar o mesmo nível de atenção aos aspectos humanos e não humanos, de maneira que não haja sobreposição entre atores (Latour, 2013). De acordo com Tonelli (2016)

A partir da simetria generalizada é possível entender um pressuposto fundamental da TAR, relacionado com a recusa em perceber o mundo por meio de divisões entre polos distintos com qualidades intrínsecas. A simetria permite perceber que o mundo, a realidade e todas as entidades atuantes são produto de relações, fabricações e construções intermináveis, em que o objetivo e o subjetivo se misturam e se transformam. Cada entidade (por exemplo, um ministro de Estado, a pesquisa espacial, uma rede social, um computador ou a própria TAR) é marcada por um atributo imprescindível: o hibridismo entre humanos e não humanos. Não há como isolar características de um ou de outro. (Tonelli, 2016, p. 384)

Para a Teoria Ator-Rede, as entidades que povoam o mundo, sejam humanos ou não-humanos, são chamadas de actantes. Estas são definidas pelo conjunto de suas relações,

resultados de suas interações e conexões a outros actantes, dessa forma não se deve compreendê-las de forma isolada (Harman, 2009) e, em análises que se caracterizam por uma descrição densa, pode-se qualificá-los como mediadores ou intermediários (Latour, 2012). Os actantes mediadores são aqueles que tem a função de mediar algo e transformar outras entidades, enquanto os intermediários exercem a mediação, mas não transformam outros actantes. Os actantes mediadores são identificados pelos rastros/efeitos que deixam por suas ações.

Os diferentes actantes, quando se conectam, formam “redes” que se remetem a fluxos, circulações e alianças, cuja implicação de todos esses elementos têm a mesma importância, realizando ou sofrendo algum tipo de interferência (Freire, 2006). As redes são heterogêneas e congregam os humanos e não-humanos propiciando ações. As interações ou o trabalho que os actantes realizam ao se associarem e formarem uma rede são denominadas de translações. As translações são capazes de proporcionar mudanças, deslocamentos, associações e também potencializam a criação de novos vínculos (Latour, 2012).

3. A MODERNIDADE E A ESCALADA DO PÓS-HUMANISMO

Pensar, falar e escrever sobre a modernidade e pós-humanismo posiciona o ser humano em um local cinzento: nem claro nem escuro, nem frio nem quente, nem alto nem baixo. Esse exercício reflexivo configura-se como um fator metalinguístico, metacultural, metapsíquico e, também, meta-antropológico. Isso significa que essa prática transita entre o falar, o ser, o viver, o pensar e o agir, ou seja, no processo de alteridade entre sujeitos da linguagem. Tudo isso de maneira comparada à realidade. Mas a realidade de quem?

Assim, tomaremos uma metodologia qualitativa e interpretativista, pois, de acordo com Merriam (2009), o principal método de análise e coleta de dados desse tipo de pesquisa é a interação para com o objeto. Além do mais, a ótica interpretativista trata a realidade como socialmente construída, de diversas formas, vieses, versões e interpretações. Dessa forma, a interação entre indivíduos, história e cultura se relacionam na construção da pesquisa e dos caminhos adotados pelo pesquisador (Merriam, 2009).

3.1 Seria a modernidade um mito?

A Diversas são as perspectivas científicas que definiram a modernidade, muitas também as desconstruíram. De acordo com Gayubas (2023, on-line) a modernidade é “um conjunto de processos sociais e intelectuais que surgiram na Europa a partir do século XV”. Conforme o autor, esse período histórico foi marcado pela ruptura da ortodoxia religiosa e da valorização do pensamento, criticidade e racionalidade humana; pela ascensão do liberalismo na estrutura política e pela revolução industrial e tecnológica.

Em contrapartida à concepção supracitada, Latour (2013), em sua obra *Jamais fomos modernos*, defende o pensamento simétrico e híbrido do mundo e da sociedade, o qual rejeita a assimetria que causou a falsa concepção de modernidade. Escancara-se, então, o *mito da modernidade*, pois vislumbra-se que essa tal concepção foi aceita e compartilhada, pois é fruto do pensamento eurocêntrico que banalizava a vivência e o conhecimento produzido por outrem e fortalecia seus construtos, ignorantemente, em suas próprias crenças e carências. De acordo com Latour (2013, p. 83)

Não vivemos em uma sociedade que seria moderna porque, contrariamente a todas as outras, estaria enfim livre do inferno das relações coletivas, do obscurantismo da religião, da tirania da política, mas porque, da mesma forma que todas as outras, redistribui as acusações, substituindo uma causa – judiciária, coletiva, social – por uma causa – científica, não social, *matter-of-factual*.

Nesse viés, este trabalho defende a adoção de uma perspectiva em que a visão antropológica dos seres iguala humanos e não humanos e desconstrói relações de poder que emergem das análises orientadas pelas dualidades entre macro/micro, global/local e natureza/sociedade.

Assim, é possível observar a desconstrução da modernidade no posicionamento de Latour ao concluir que

Não estamos entrando em uma nova era; não continuamos a fuga tresloucada dos pós-pós-pós-modernistas; não nos agarramos mais à vanguarda da vanguarda; não tentamos ser ainda mais espertos, ainda mais críticos, aprofundar mais um pouco a era da desconfiança. Não, percebemos que nunca entramos na era moderna. Esta atitude retrospectiva, que desdobra ao invés de desvelar, que acrescenta ao invés de amputar, que confraterniza ao invés de denunciar, eu a caracterizo através da expressão não moderno (ou amoderno). É um não moderno todo aquele que levar em conta ao mesmo tempo a Constituição dos modernos e os agrupamentos de híbridos que ela nega. [...] Tanto os anti-modernos quanto os pós-modernos aceitaram o terreno de seus adversários. Um outro terreno, muito mais vasto, muito menos polêmico, encontra-se aberto para nós, o terreno dos mundos não modernos. É o Império do Centro, tão vasto quanto a China, tão desconhecido quanto ela. (Latour 2013, p. 51-52)

Vê-se, então, que Latour sugere que a ideia de modernidade é uma narrativa simplificadora que não leva em conta a multiplicidade de atores envolvidos na construção do mundo moderno. Ele propõe que a modernidade pode ser mais bem compreendida como uma rede de associações complexas, envolvendo humanos, tecnologias, instituições e outros elementos.

4. ADMIRÁVEL CHIP NOVO: UM MANIFESTO CIBORGUE

Nessa seção realiza-se um confronto entre a música Admirável Chip Novo e a assimetria da modernidade, demonstrando possíveis relações dialógicas.

Pane no sistema, alguém me desconfigurou

*Aonde estão meus olhos de robô?
Eu não sabia, eu não tinha percebido
Eu sempre achei que era vivo (Pitty, 2003)*

Percebe-se, na primeira estrofe da música, a revelação do hibridismo em dois níveis: o mental/psicológico e o físico/tangível. O sistema em pane e a capacidade de achar, ou seja, pensar, demonstra a psiquê, enquanto a procura pelos olhos de robô revelam influências físicas. Através desta interpretação, vê-se que a representação do ser, aqui, se dá pela formação biológica e tecnológica dos sujeitos, o que acarreta controvérsias por consequência da falta de entendimento e percepção de si. Assim, essa estrofe revela a crise existencial do ser humano que acredita ser moderno, mas exclui a possibilidade de hibridismo.

A pane no sistema, a desconfiguração, a procura pelo objeto, a confusão entre o saber e o desconhecido e o desmonte daquilo que se pensava ser real, demonstram, através de uma metáfora, a desconstrução do falso moderno e o vislumbre do engano. Como explica o próprio Latour (2013, p. 45), a modernidade “[...] é muito mais que uma ilusão e muito menos que uma essência.”.

Essa percepção vai ao encontro da noção bakhtiniana de sujeito, que não está totalmente assujeitado aos discursos sociais (Fiorin, 2006). Nesse sentido, o discurso moderno passou a ser questionado, tornando-se um terreno instável.

O mito da modernidade enraizou nos seres a compreensão do que seria ser/estar vivo e ativo em uma sociedade controlada por epistemes assimétricas. Já o questionamento, a confusão e a quebra de paradigmas seriam a desconfiguração, ou seja, o choque que a ontologia simétrica é capaz de realizar. No trecho “eu sempre achei que era vivo”, nota-se a massiva influência que a ideologia dominante causa nos seres ou actantes. Volochinov (2013, p. 138) explica que

Por ideologia entendemos todo o conjunto de reflexos e interpretações da realidade social e natural que se sucedem no cérebro do homem, fixados por meio de palavras, desenhos esquemas ou outras formas signíficas.

Nas palavras de Konder (2002, p. 57)

Não existe imunidade contra a ação sutil da ideologia: ela pode se manifestar tanto na percepção sensível como na análise e na reflexão; pode aparecer tanto na pretensão à universalidade como na resignação à particularidade. O pensamento pode se perder tanto na abstração como na empiria. A sensibilidade pode falhar sendo intensa ou enfraquecida.

Nesse caminho, a linguagem é “o lugar mais claro e completo da materialização do fenômeno ideológico” (Miotello, 2012, p.170). Assim, o fator controle pode ser atrelado, por exemplo,

ao *capitalismo de vigilância*¹, revelado através da discursividade estabelecida entre o eu lírico da música e sua relação para com o mundo social.

*Parafuso e fluído em lugar de articulação
Até achava que aqui batia um coração
Nada é orgânico é tudo programado
E eu achando que tinha me libertado (Pitty, 2003)*

Nessa próxima estrofe, verifica-se a desconstrução da ideologia que dominava a compreensão do ser como indivíduo socialmente ativo. De acordo com Franco (1990, p. 66):

[...]compreender o indivíduo significa explicitar a especificidade de sua atividade no contexto de uma configuração social. Significa, ainda, conhecer os motivos e objetivos de suas ações que, mediadas pelo pensamento e linguagem, refletem a consciência social dos indivíduos, a qual, na atividade prática concreta, não somente se manifesta, como também se desenvolve e, ao desenvolver-se transforma o mundo e se transforma.

Nesse caminho, onde pensava-se haver humanidade, na verdade, havia coisificação. Onde achava-se que reinava o orgânico, a natureza e a originalidade, reverberava a programação, isto é, o pensamento do outro enraizado nos seres, a falsa liberdade pregada pela assimetria do mito moderno. Através disso, foi possível a noção de que a modernidade prezava pela descontinuidade do ser-humano globalmente crítico e a instituição da episteme que ganhou no injusto jogo de poder dos pensamentos.

Nesse contexto, cabe o questionamento sobre a emergência da criticidade enquanto um fator determinante para a elaboração da história do desenvolvimento da era moderna. Se a modernidade se instituiu através da valorização do ser humano crítico e racional, por que, na atualidade, busca-se fortalecer epistemes fora do círculo predominantemente europeu e aumentar o poderio, alcance e influência das produções científicas do Sul Global? Qual o motivo do árduo exercício de propor a decolonialidade nas ciências?

Estas perguntas nos levam a identificar o desenvolvimento proposital de uma rede que propunha a subserviência de povos aos pensamentos dominantes. “*Je pense, donc je suis*”, “*Cogito, ergo sum*” ou “Penso, logo existo” (Descartes, 1989) é uma demonstração da dominância epistêmica do mito moderno. O filósofo e matemático francês René Descartes inaugurou a filosofia moderna em sua obra *O discurso do método*, na qual tentava instituir a verdade absoluta, o verdadeiro conhecimento, um discurso irrefutável e inquestionável. O autor, então, passou a duvidar de tudo e concluiu que tudo é refutável, menos a existência da própria dúvida. Nesse sentido, duvidar é pensar, e pensar é existir. Assim, a existência liga-se diretamente ao pensamento ativo. Mas o questiona-se: o pensamento de quem?

¹ Essa terminologia foi usada e popularizado por Shoshana Zuboff que denota um novo gênero de capitalismo que monetiza dados adquiridos por vigilância.

Quando se pressupõe que o pensamento de Descartes se restringe a uma análise racional das ciências, baseado em dúvidas e marcado pelo ceticismo metodológico, observa-se a formação de uma concepção interna que exclui pensamentos advindos da fé, das experiências individuais, das crenças e da fuga da necessidade de conclusibilidade. Quando o método cartesiano se instaura com o foco na racionalidade, objetiva-se, então, apagar a subjetividade dos seres e colonizar epistemes fluidas e/ou (sobre)naturais. Para Latour, a epistemologia moderna se constrói sob a base da invenção de um real, concebido como um mundo exterior (Latour, 2001). Nesse sentido, toda intangibilidade esvazia-se das ciências, isto é, tudo que foge do raciocínio “moderno” é fruto da falta de dúvidas, da negação do pensar e da construção do *não existir*. Então, seguindo essa lógica, quem pensa diferente não existe.

De acordo com Latour, os modernos:

[...] não se sentem distantes da Idade Média por alguns séculos, mas separados dela por revoluções copernicanas, cortes epistemológicos, rupturas epistêmicas que são tão radicais que não sobrou nada mais deste passado dentro deles – que nada mais deste passado deve sobreviver neles. (Latour, 2013, p. 68).

Nesse mesmo contexto, destaca-se o desmantelamento do mundo e da sociedade, a classificação e etiquetagem de sujeitos a partir do pensar/ser/existir. A separação dos diferentes pensamentos, o desdém pela não conclusibilidade racionalística e a manifestação da dominância europeia sobre os imaginários sociais, demonstram a assimetria antropológica que o cartesianismo se dispõe.

É possível avaliar a supra discussão como uma episteme colonial e assimétrica, que desconsidera o hibridismo em todos os seus níveis de manifestação, seja ele tangível ou intangível. Desse modo, a filosofia moderna inaugurada por Descartes corresponde à não valorização de seres heterogêneos e híbridos, sejam vivos ou não. Nesse mesmo contexto, Latour defende que

Os modernos têm a particularidade de compreender o tempo que passa como se ele realmente abolisse o passado antes dele. [...] Já que tudo aquilo que acontece é para sempre eliminado, os modernos têm realmente a sensação de uma flecha irreversível do tempo, de uma capitalização, de um progresso. Mas como essa temporalidade é imposta a um regime temporal que corre de forma totalmente diversa, os sintomas de um desentendimento se multiplicam. [...] Estaremos realmente tão distantes de nosso passado quanto desejamos crer? Não, já que a temporalidade moderna não tem muito efeito sobre a passagem do tempo. O passado permanece, ou mesmo retorna. E esta ressurgência é incompreensível para os modernos. Tratam-na então como o retorno do que foi recalcado. Fazem dela um arcaísmo. [...] Se existe algo que somos incapazes de fazer, podemos vê-lo agora, é uma revolução, quer seja na ciência, na técnica, em política ou filosofia. (Latour 2013, p. 67)

No trecho da canção “e eu achando que tinha me libertado”, foi realizado o exercício de comparar o racionalismo ao ser que acredita que a liberdade encontra-se na conclusibilidade do pensamento crítico. A programação é, então, um projeto discursivo em rede, ou seja, a formação

de elos do discurso que se ligam e desenvolvem redes ativas que pretendem (trans)formar todos em um, ou seja, um sujeito existe, pois pensa que $A + B = C$, assim como os modernos. Porém, se $A + B$, em outra cultura e cosmovisão resultar em D , o sujeito não está pensando e, conseqüentemente, não existe.

*Mas lá vem eles novamente
Eu sei o que vão fazer
Reinstalar o sistema (Pitty, 2003)*

No caso do não pensar e, logo não existir, inicia-se o funcionamento de demasiadas tentativas de controle e dominação, nesse sentido, contempla-se a reiniciação do sistema que resulta no ato de apagar a revolução e reinstalar o pensamento dominante². Assim, Latour defende que

Por crer na separação total dos humanos e dos não-humanos, e por simultaneamente anular esta separação, a Constituição tornou os modernos invencíveis. [...] [À] esquerda, as coisas em si; à direita, a sociedade livre dos sujeitos falantes e pensantes. Tudo acontece no meio, tudo transita entre as duas, tudo ocorre por mediação, por tradução e por redes, mas este lugar não existe, não ocorre. É o impensado, o impensável dos modernos. [...] Ao separar as relações de força de ordem política das relações de razões de ordem científica – mas sempre apoiando a razão sobre a força e a força sobre a razão – os modernos sempre tiveram duas cartas sob as mangas. Tornaram-se invencíveis. (Latour 1994, p. 42-43)

A invencibilidade dos modernos está diretamente atrelada ao controle político que foi estabelecido pelas grandes nações abocanhadas pelo capitalismo liberal. A afirmação e reafirmação do pensamento crítico com base racionalista e, mais a frente, iluminista, proporcionou a tomada de poder do mito moderno no imaginário social coletivo humano. O fortalecimento de dicotomias e as separações entre o natural e o social são responsáveis pela dominância dos seres orgânicos sob os não orgânicos. Nesse caminho, os sentidos produzidos pelas redes humanos-humanos são do interesse moderno, porém, as relações que formam as redes humanos- não humanos, são utópicas, pois o modelo assimétrico de ontologia não reconhece a interação destes dois actantes e muito menos a produção de sentidos entre os tais.

*Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga
Tenha, more, gaste, viva*

*Pense, fale, compre, beba
Leia, vote, não se esqueça
Use, seja, ouça, diga*

*Não senhor, sim senhor
Não senhor, sim senhor (Pitty, 2003)*

² Pode-se exemplificar essa questão pela maneira com a qual os colonizadores agiam em suas conquistas: impondo sua língua, cultura e religião, ou seja, sua cosmovisão.

A canção afoga-se em imperativos que agem como uma metáfora ao controle que se tem sobre os seres e saberes. A informação e o pensamento dos povos diluiu-se na subjetividade e transformou-se em empirismo sem lógica, sendo assim desvalorizados e subjugados ao bel prazer dos soberanos. Nesse sentido, a negação do natural e o afastamento da constituição heterogênea dos seres-humanos são evidenciadas. De acordo com Latour, os modernos

podem mobilizar a natureza no seio das relações sociais, ao mesmo tempo em que a mantêm infinitamente distante dos homens; são livres para construir e desconstruir sua sociedade, ao mesmo tempo em que tornam suas leis inevitáveis, necessárias e absolutas. (Latour, 2013, p. 43)

No contexto de reinstalação, as influências políticas passam a servir à modernidade assimétrica funcionando como *softwares* antivirais que “limpam” a memória corrompida e a retomam em sua forma original e límpida, como um quadro em branco, pronto para ser colorido. Esse funcionamento está conectado às ideologias políticas emergentes da modernidade.

O projeto de ascensão do liberalismo, ideologia política instigada pelas epistemes modernas da Europa, se deu em contrapartida ao sistema monárquico de poder. Inicialmente era um conjunto de teorias políticas baseadas na liberdade e nos direitos naturais do ser humano, com base nas ideias do filósofo inglês John Locke. Com o grande “boom” capitalista na Europa, o terreno tornou-se fértil para a aplicação das ideias do filósofo e economista inglês Adam Smith que formulou o liberalismo econômico. Na concepção deste pensador, o Estado deveria ter uma presença mínima na influência sob a economia. Dessa maneira, a Europa oitocentista e os Estados Unidos, que eram lugares altamente industrializados, fortaleceram o capitalismo através dos ideais liberais.

A iniciativa privada passou, então, a possuir plenos poderes sobre o funcionamento econômico das sociedades capitalistas e liberais, fortalecendo assim as palavras de ordem como explicitadas em Admirável Chip Novo. Nesse contexto, mais uma vez, fita-se a formulação de redes através de discursos fundidos às ideologias advindas do mito moderno que buscaram regular o imaginário social.

Os fatores expostos concomitam com o seguinte posicionamento de Latour:

Racionalistas decepcionados, seus adeptos sentem claramente que o modernismo terminou, mas continuam a aceitar sua forma de dividir o tempo e não podem, portanto, recortar as épocas senão através de revoluções que se sucederiam umas às outras (Latour, 2013, p. 50).

Nesse sentido, as novas revoluções guiadas pelo mito moderno são maneiras desesperadas de manter o controle das dominâncias.

4.1 Jamais fomos humanos. sempre fomos pós-humanos.

A canção instiga o pensamento sobre uma sociedade híbrida, mas que é regida por redes discursivas, por malhas conectadas a filosofias e cosmovisões dominantes. A assimetria ontológica obrigou que as ciências perpetuassem relações de poder dos mais diversos tipos: políticas, históricas, sociais, culturais e, até mesmo, linguísticas.

Tendo em vista estas considerações, é oportuno advogar que Admirável Chip Novo possui um sentido discursivo que instaura um funcionamento de manifesto, podendo ser um manifesto dos híbridos ou manifesto ciborgue. Inspirados por Haraway (2000), entende-se que ciborgue é um sistema vivo, mas com apêndices não orgânicas/naturais/inatas. Além do mais, o conceito de ciborgue vai muito além da interação homem- máquina, ultrapassando a barreira do pensamento humanista ocidental e deleitando-se em um processo de produção de sentidos, identidades, saberes e dizeres descoporificados.

As sociedades entraram em uma era altamente tecnológica na qual seres humanos que já faleceram foram “ressuscitados” por inteligências artificiais e realizaram shows musicais e até mesmo propagandas televisionadas³. A distância entre o real e o imaginário tem sido cada vez mais encurtada, e até a morte, de alguma maneira, tem sido ludibriada. Nesse contexto, a tecnologia tem agido como uma dupla mediação entre natureza e sociedade que co-constrói, de maneira performática, os objetos e os sujeitos ao passo que os interconecta em redes.

Socialmente construída e articulada pelos seres humanos, a tecnologia desempenha um papel fundamental na formação da sociedade, refletindo a perspectiva construtivista dos estudos sociais contemporâneos sobre ciência e tecnologia (Akrich, 1994). Complementando a visão dos sociólogos de ação, que afirmam “nenhum humano, nenhuma sociedade” (intersubjetividade), os estudiosos adicionam uma inversão intrigante, propondo que “nenhum objeto, nenhuma sociedade” (interobjetividade) é igualmente relevante (Latour, 2013). Além disso, os analistas pós-modernos da ciência e tecnologia argumentam que a ausência de objetos não apenas resultaria na inexistência da sociedade, mas também na inexistência dos próprios seres humanos.

Mike Michael (2000, p. 1) defende, através da TAR, que

Há nenhum humano no mundo. Ou melhor, humanos são fabricados –na linguagem, através de formações discursivas, em suas várias ligações com atores tecnológicos e naturais, por meio de redes que são compostas heterogeneamente de humanos e não-humanos, que são eles mesmos da mesma forma compostos.

Nesse contexto, a formulação de ideias e a distopia entre o pensamento dos seres deixa de ter tanta importância, pois enfrenta um paradigma ainda mais complexo: a existência humana

³ Como foi o caso da cantora Elis Regina. A artista foi protagonista de uma propaganda da Volkswagen, “ressuscitada” através de tecnologias de inteligência artificial. Uma matéria publicada pelo G1 sobre a propaganda pode ser acessada no link: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2023/07/04/elis-regina-aparece-cantando-ao-lado-da-filha-maria-rita-em-campanha-da-volkswagen-feita-com-inteligencia-artificial.ghml> Acesso em: 10 jun. 2024.

depende da tecnologia e de sua evolução. Neste eixo, a evolução dos seres humanos não mais se baseia apenas nas adaptações e mudanças biofisiológicas, mas sim no desenvolvimento de um mundo maquínico que dá condições para formulações pós-humanas. Seria, então, o fim da evolução humana baseada restritamente no biológico adaptável.

Liberado de seus instrumentos, de seus gestos, de seus músculos, da programação de seus atos, de sua memória, liberado de sua imaginação pela perfeição dos meios teledifundidos, liberado do mundo animal, vegetal, do vento, do frio, dos micróbios, do desconhecido das montanhas e dos mares, o *homo sapiens* da zoologia está provavelmente perto do fim de sua carreira (Leroi-Gourhan, 1964, p. 266).

Dessa forma, o homem-máquina passa a ser integrado enquanto visão de sujeito. A constituição dos seres passa por uma transformação epistemológica na qual a razão ocidental é desintegrada e o pós-humano entra em cena. Considera-se, então, que essa discussão, através da análise da música Admirável Chip Novo, respalda a concepção de que a modernidade é uma abstração europeia que foi demandada pela necessidade de dominação. Em consonância, é necessário afirmar que sempre fomos pós-humanos, pois antes mesmo da descoberta do fogo, o ser humano primitivo já interagiu com a natureza, muitas vezes modificando-a e, assim, produzindo tecnologias. Nesse caminho, o hibridismo, além de ser histórico, aproxima-se do inatismo, pois parte do princípio da necessidade de sobrevivência. Resumimos isso da seguinte maneira: o hibridismo está na base da constituição humana (Marchesini, 2021).

5. DESVELANDO RELAÇÕES DIALÓGICAS: A SIMBIOSE ENTRE O SER-HUMANO E A TECNOLOGIA E A ASCENÇÃO DO HIBRIDISMO ENQUANTO CONSTITUIÇÃO DE SUJEITO

5.1 A simbiose

No confronto entre a letra de Admirável Chip Novo e a concepção pós-humana, foi determinante destacar a simbiose entre ser humano e tecnologia enquanto uma das relações dialógicas encontradas. Neste viés, foi possível visualizar que o embate entre a arte e a vida propiciaram, através de uma abordagem dialógica, uma visão reveladora sobre o que vemos funcionar na realidade que constitui a vida contemporânea.

Assim, Marchesini (2021) ao explicita que

uma tecnologia não pode ser considerada uma simples extensora ou potencializadora de qualidades humanas que permanecem inalteradas, porque a *téchne* opera como um vírus, isto é, entra no soma como em uma célula e o reorganiza em um plano ontológico diferente. (On-line)

Através destas discussões, arquitetou-se a ideia de que a sociedade tecnológica é resultado do homem tecnológico. Marchesini (2021) explica que o ser humano está em sintonia com toda a biosfera. Essa afirmação demonstra um pensamento simétrico no qual todos os actantes de uma

rede possuem sua importância. Isso significa que as redes formadas através das interações de seres humanos dotados de tecnologia agenciam a realidade social e, também, natural. Nesse contexto, a interação do homem com máquinas proporciona alterações no ambiente em que vive, ressignificando preceitos da modernidade. Considera-se, então, que as ideias modernas se baseavam em uma sociedade hegemônica que era guiada pelo homem⁴ branco e heterossexual enquanto as pós-humanas elencam a diversidade em níveis biológicos, psíquicos e emocionais. Marchesini advoga, quanto a tecnologia, que

De acordo com a filosofia pós-humanista, a *téchne*, portanto, não tem uma função ancilar, isto é, simplesmente a serviço do ser humano, mas representa um parceiro ecológico na história da humanidade, com a qual a nossa espécie estabeleceu uma relação coevolutiva que a torna uma espécie de canteiro de obras aberto, ou seja, em devir. (2021, on-line)

Esse relacionamento do ser-humano para com a tecnologia demonstra a formação de uma coletividade integrada, nesse sentido os processos de comunicação e construção de significados são mediados pelas interações do humano em sua pós constituição. Vê-se funcionar, então, “[...] o derretimento das fronteiras entre o humano e animal, entre gêneros, entre humano e maquínico, natural e artificial, mente e corpo, físico e não físico.” (Felinto; Santaella, 2012, p. 30).

Cabe, então, a visão de uma linguagem ciborgue (Haraway, 2000) que constitui uma tríade pós-humana: o ser humano híbrido, uma linguagem tecnodiscursiva e a sociedade heterogênea de base natural.

O ser humano híbrido seria um conceito performático que valida a tecnologia enquanto objeto de constituição do sujeito, que não só medeia, mas influencia práticas sociais, sendo semiautônomas ou não. Já a linguagem tecnodiscursiva seria a relação entre os discursos e interdiscursos que constituem a realidade dialógica da comunicação humana, realizando assim, um exercício de alteridade entre os atores nas formulações de redes discursivas, elencando, então, artefatos não vivos, mas que constituem o homem híbrido. Além do mais, verifica-se que a língua(gem) em pleno funcionamento caracteriza-se como ecológica, pois é tão constitutiva do ser humano quanto a tecnologia. E por fim, a sociedade heterogênea de base natural seria a formação das redes que se desenvolvem através da ação de atores (mediadores ou intermediários) que se distanciam da hegemonia, se conectando integralmente com as diferenças. Nesse viés, as diferenças seriam totalmente naturalizadas e alocadas no domínio individual dos seres, porém teriam uma importância destacada na formação das redes, pois seriam subjetividades individuais que justificariam ações e interações de atores.

⁴ O termo *homem* está sendo tratado na literalidade, ou seja, diretamente ligado ao gênero masculino.

5.2 O sujeito pós-humano

O pensamento simétrico defendido por Latour (2013) corrobora com uma investigação antropológica que detém os saberes e viveres de uma sociedade mesclada entre seres humanos e tecnologias das mais diversas funções, valores e desempenho. Nesse caminho, a constituição do sujeito passa a se ressignificar em meio ao mundo maquínico, pois é inevitável que a hibridização seja neutralizada.

Nas discussões anteriores, foi revelado que o “eu lírico” da canção Admirável Chip Novo entra em crise existencial por estar questionando sua formação sistemática. A interação do orgânico e não orgânico foi implantada de maneira confusa e assimétrica, ao ponto que o sujeito deixou de reconhecer-se e percebeu que teve seus pensamentos apagados pelo rompimento epistemológico de outrem.

Através desses preceitos, abre-se um leque de possibilidades no que tange a constituição do sujeito pós-humano. Conforme Santaella (2007), os aparatos tecnológicos se fundem à fisicalidade dos corpos para se tornarem cada vez mais imperceptíveis e invisíveis. Mesmo que as tecnologias se desenvolvam e se sofisticem, não são demasiadamente estranhas ao aspecto orgânico e biológico. Esse funcionamento demonstra uma hibridização efetiva, não perturbativa, que embora artificial, ocorre o quanto natural possa ser. Porém, o pós-humano não se refere a uma transcendência extracorpórea ou surreal, apenas no campo das ideias, mas significa uma junção naturalizada e real do corpo, da mente e da máquina. Não é mais possível pensar a constituição dos sujeitos aquém das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e tecnologias inteligentes, protótipos, concretudes e práticas do pós-humano.

Monteiro (2012, p. 75), advoga que “A importância das tecnologias e das ferramentas não está nelas mesmas, mas na sua relação com o homem, ou seja, com as misturas que tornam possíveis ou que as tornem possíveis designadas simbioses ou amálgamas [...]”. É nesse *mix* que o sujeito ao tornar a máquina parte de seu corpo, faz-se um sujeito híbrido que gera, recebe e compartilha pensamentos. Nesse sentido “Um ser miscigenado e hipercomplexo está emergindo.” (Santaella, 2007, p. 54).

Esse ser pode ser nomeado como ciborgue, como discutido anteriormente. De acordo com Felinto e Santaella (2012, p. 113), a figura do ciborgue mancha as fronteiras entre organismos e máquinas, “Afinal, nele não se reconhecem mais as linhas entre o natural e o artificial.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, objetivou-se analisar a canção Admirável Chip Novo através do dialogismo, principalmente o estabelecimento de relações dialógicas, e dos pressupostos da Teoria Ator-Rede. As análises demonstraram a instabilidade do conceito de modernidade. Dessa forma, ela foi

abordada como um mito e a realocada enquanto uma ideologia dominante que buscava homogeneizar as sociedades e subjugar quem não seguia seus preceitos.

Com a desconstrução do mito moderno, foi oportuno relacionar o “eu lírico” da canção com o ser pós-humano que rompe com paradigmas assimétricos, entra em crise ideológica e se vê frente a uma nova realidade de sua constituição enquanto sujeito. Nesse contexto, foi mister refletir sobre o ser humano híbrido e sua interação para com tecnologia. Por conta disso, estabeleceu-se o pensamento sobre a simbiose humana e tecnológica e vislumbrou-se a formação de uma tríade: o ser humano híbrido, uma linguagem tecnodiscursiva e a sociedade heterogênea de base natural.

Além do mais, as relações dialógicas demonstraram a necessidade de elencar a constituição do sujeito pós-humano, rompendo, mais uma vez, com as discussões assimétricas da modernidade.

Por fim, este trabalho pode ser considerado uma porta para novas produções que partam do princípio discursivo, em um sentido dialógico, e que se utilize das redes latourianas para uma abordagem simétrica dos objetos de estudo. Assim, após toda construção teórica e analítica, considera-se a realização de uma (Antropo)Linguística Aplicada de base ontológica simétrica.

REFERENCIAS

AKRICH, Madeleine. Comment sortir de la dichotomie technique/société. Présentation des diverses sociologies de la technique. In: Latour, B. and Lemonnier, P. (eds.). **De la préhistoire aux missiles balistiques: L'intelligence sociale des techniques**. Paris: Editions la découverte, 1994. p. 105-131.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**: Introdução e tradução do russo de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p.307-336.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2016.

CALLON, Michel. The sociology of an actor-network: the case of the electric vehicle. In: CALLON, M.; RIP, A.; LAW, J. (ed.). **Mapping the dynamics of science and technology**: Sociology of Science in the Real World. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1986. p. 19-34

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FELINTO, Erik; SANTAELLA, Lúcia. **O explorador de abismos**. São Paulo: Paulus, 2012

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ed. Ática, 2006.

FRANCO, M. L. B. Pressupostos epistemológicos da avaliação educacional. **Cadernos de Pesquisa**, n. 74, Fundação Carlos Chagas, 1990. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1084/1089> Acesso em: 7 dez. 2023.

GAYUBAS, Augusto. **Modernidade**: Enciclopedia Humanidades, 2023. Disponível em: <https://humanidades.com.br/modernidade/>. Acesso em: 7 dez. 2023.

HARMAN. Graham. **Prince of networks**: Bruno Latour and metaphysics. Melbourne: RePress, 2009.

HARAWAY, Donna. A Cyborg manifesto: science, technology, and socialist-feminism in the late twentieth century. **Socialist Review**, v. 15, n. 2, p. 65-108, 1985.

- HARAWAY, Donna, KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz. **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano, Belo Horizonte, Autêntica, 2000.
- KONDER, L. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- LATOUR, Bruno. Mixing humans and nonhumans together: the sociology of a door-closer. **Social Problems**, v. 35, n.3, p. 298-310, 1988.
- LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. Bauru: EDUSC, 2001. ISBN 85-7460-062-8.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**. Salvador: UFBA, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012. 400 p.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.
- LAW, John. The structure of sociotechnical engineering: a review of the new sociology of technology. **The Sociological Review**, v. 35, n. 2, p. 404-425, 1987.
- LEROI-GOURHAN, Albin. Le geste et la parole. Vol. 1: Technique et language, Vol. 2: Lamémoire et les rythmes. Paris: Albin Michel, 1964.
- MARCHESINI, Roberto. **Sempre fomos pós-humanos**: filosofia pós-humanista e natureza humana. Instituto Humanistas Unisinos, 25 de março de 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/607810-sempre-fomos-pos-humanos-filosofia-pos-humanista-e-natureza-humana-artigo-de-roberto-marchesini> Acesso em: 11 dez. 2023.
- MERRIAM, Sharan B. **Qualitative research**: a guide to design and implementation. San Francisco: Jossey-Bass/Wiley. 2009.
- MICHAEL, Mike. Reconnecting Culture, Technology and Nature: From Society to Heterogeneity. London: Routledge, 2000.
- MIOTELLO, V. Ideologia. In: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin**: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2012.
- MONTEIRO, Silvana Drumond. A dobra Semiótica e os agenciamentos maquínicos: por uma ontologia das Tecnologias da Informação e Comunicação. In: CERVANTES, Brígida Maria Nogueira (org.). **Horizontes da organização da informação e do conhecimento**. Londrina-PR: Eduel, 2012. Cap. 3.
- PENNYCOOK, Alastair. Uma Linguística Aplicada Transgressiva. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.p. 67-83.
- PITTY. Admirável chip novo. In: Admirável chip novo.CD. Faixa 1-11. 2003.
- RAJAGOPALAN, Kanagaraja. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.
- SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2007. (Comunicação).
- SEAYER, Nick. Knowing Algorithms. In: VERTESI, J.; RIBES, D. (org.). **Digital STS**: A Field Guide for Science & Technology Studies. Princeton Univrsity Press, 2019. pp.412-422.
- SILVEIRA, Sérgio. Amadeu. **Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas**. São Paulo: Edições SESC-SP, 2019.
- SLOTERDIJK, Peter. **Regeln für den Menschenpark**: Ein Antwortschreiben zu Heideggers Brief über den Humanismus. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1999.
- TONELLI, Dany Flávio. Origens e afiliações epistemológicas da teoria ator-rede: implicações para a análise organizacional. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, n. 2, Artigo 9, Rio de Janeiro, abr./jun. 2016. p. 377-390.

VOLOCHÍNOV, V. N. A construção da enunciação. In: VOLOCHÍNOV, V. N. **A construção da enunciação e outros ensaios**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, pp. 157-188.

ZUBOFF, Shoshana. **The Age of Surveillance Capitalism**: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power. New York: PublicAffairs, 2019.

O AUTOR

Renan Monezi Lemes

Doutorando e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso. Graduado em Letras- Português/Inglês pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Membro do grupo de pesquisa Linguagem, Tecnologia e Contemporaneidade em Linguística Aplicada (LINTECLA). E-mail: renan.monezi@unemat.br

A Polifonia Ancestral: os saberes no discurso dos povos originários na voz de Kopenawa

Ancestral polyphony: knowledge into the discourse of indigenous peoples in Kopenawa's voice

Polifonía Ancestral: conocimiento en el discurso de los pueblos indígenas en la voz de Kopenawa

RESUMO

Neste artigo abordamos, na perspectiva do discurso, o "ethos" discursivo na obra do líder Indígena Davi Kopenawa. O discurso indígena é retextualizado em textos escritos para transmitir conhecimentos aos não-indígenas no plano do *ethos*, isto é, a projeção da imagem que um falante projeta de si mesmo em seu discurso. O texto explora a polifonia ancestral, a diversidade de vozes nos discursos dos povos originários, e como o *ethos* do "indígena multisciente" é construído ao apresentar conhecimentos de forma acessível aos brancos. Concluimos que a transformação do discurso em texto escrito objetiva preservar a memória e alertar sobre questões ambientais.

Palavras-chave: discurso; povos originários; *ethos*; retextualização; polifonia ancestral.



Recebido em: 30 de outubro de 2023
Aceito em: 12 de julho de 2024
DOI: 10.26512/les.v25i2.51385

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Jair Ferrari Júnior

jferrari@unesp.br

<https://orcid.org/0000-0002-1668-0835>

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil.

ARTIGO

ABSTRACT

In this article, we address, from a discourse perspective, the discursive "ethos" in the work of Indigenous leader Davi Kopenawa. Indigenous discourse is retextualized into written texts to convey knowledge to non-Indigenous people on the level of ethos, that is, the projection of the image that a speaker conveys of themselves in their discourse. The text explores ancestral polyphony, the diversity of voices in the discourse of Indigenous peoples, and how the ethos of the "multiscient Indigenous" is constructed by presenting knowledge in an accessible way to non-Indigenous individuals. We conclude that the transformation of discourse into written text aims to preserve memory and raise awareness of environmental issues.

Keywords: discourse; indigenous peoples; ethos; retextualization; ancestral polyphony.

RESUMEN

En este artículo abordamos, desde una perspectiva del discurso, el "ethos" discursivo en la obra del líder indígena Davi Kopenawa. El discurso indígena se retextualiza en textos escritos para transmitir conocimientos a los no indígenas en el plano del ethos, es decir, la proyección de la imagen que un hablante proyecta de sí mismo en su discurso. El texto explora la polifonía ancestral, la diversidad de voces en los discursos de los pueblos originarios y cómo se construye el ethos del "indígena multisciente" al presentar conocimientos de manera accesible a los blancos. Concluimos que la transformación del discurso en texto escrito tiene como objetivo preservar la memoria y alertar sobre cuestiones ambientales.

Palabras clave: discurso; pueblos indígenas; ethos; Retextualización; polifonía ancestral.

Como citar:

FERRARI JÚNIOR, Jair. A Polifonia Ancestral: os saberes no discurso dos povos originários na voz de Kopenawa. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 88-107, jul./dez. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



INTRODUÇÃO

O presente artigo, que faz uso da Análise do Discurso francesa (doravante AD) como aparato teórico-metodológico, tem como objetivo primário estudar o discurso dos povos originários brasileiros na contemporaneidade. Mais especificamente objetiva analisar o *ethos* desse discurso, subsidiado principalmente nos estudos sobre o *ethos* discursivo desenvolvidos por Dominique Maingueneau (2008, 2020).

A pesquisa se insere nas tendências dos estudos decoloniais, que buscam questionar a influência da colonização europeia e o etnocentrismo na sociedade contemporânea (Quijano, 2005). Com essa perspectiva, analisamos o discurso indígena sem reproduzir os valores que tradicionalmente tendem a marginalizar esse discurso. A perspectiva decolonial que empreendemos tem como foco as relações entre diferentes formas de vida e valoriza os saberes indígenas, como o xamanismo, na compreensão das relações entre os homens e a natureza. Para realizar a pesquisa, elegemos como *corpus* de análise a obra “A queda do Céu: palavras de um xamã Yanomami” (2015), concebida pelo líder indígena brasileiro Davi Kopenawa em colaboração com o antropólogo francês Bruce Albert.

A pesquisa se inicia com uma breve explanação sobre o conceito de *ethos discursivo*. Em seguida, discorremos sobre o tratamento de aspectos relativos ao processo de retextualização e às condições de produção mais imediatas do discurso indígena cujo *corpus* apresenta, isto é, às questões relativas ao enunciador, ao enunciatário e, até mesmo, ao gênero dos textos que compõem o *corpus*, com seu suporte específico. Por fim, tratamos de analisar a polifonia ancestral, termo que concebemos para explicar como o plano do *ethos* discursivo confere um *status* de alerta e de conhecimento sobre a real situação do planeta em relação à sua destruição, justificando nossa

DO ETHOS DISCURSIVO

O *ethos* diz respeito à imagem que o falante projeta de si mesmo em seu discurso, especialmente em como ele se expressa. Esse elemento do discurso está sujeito às limitações da semântica global (cf. Maingueneau, 2008), ou seja, não é uma escolha do falante, mas resulta de sua posição ao enunciar e das regras que definem seu discurso. Existe uma comunidade que antecede o falante e valida o que é dito no contexto do discurso.

A noção de *ethos* foi introduzida por Aristóteles em sua obra “Retórica,” inicialmente aplicada à perspectiva oral do discurso. No entanto, o *ethos* não se limita à oralidade, abrangendo multimodalidades, como o imagético, o texto escrito, os gestos, etc., que contribuem para a construção de uma identidade. Como observado por Maingueneau (1997), tanto na Grécia antiga quanto no mundo contemporâneo, o *ethos* está relacionado à formação de uma identidade relativamente estável dentro de uma comunidade. A problemática instaurada pela perspectiva do *ethos* assinalada pelos estudos de Maingueneau (1997, p.17) “visa articular corpo e discurso, para além de uma oposição empírica entre oral e escrito”. Com isso, a noção de *ethos* (re)trabalhada por

Maingueneau (2008) mobiliza aspectos que podem estar presentes também em um texto escrito: o tom, o caráter e a corporalidade. O tom, que compreende um ideal de entonação, diz respeito a uma maneira de dizer que revela uma maneira de ser (Maingueneau, 2020). A esse respeito, o autor afirma:

Todo texto escrito, mesmo que o negue, tem uma 'vocalidade' que pode se manifestar numa multiplicidade de 'tons', estando eles, por sua vez, associados a uma caracterização do corpo do enunciador (e, bem entendido, não do corpo do locutor extradiscursivo), a um 'fiador', construído pelo destinatário a partir de índices liberados na enunciação (Maingueneau, 2008, p. 17-18).

Além disso, a corporalidade, que envolve o corpo historicamente situado do falante, incluindo sua constituição física, modo de vestir e de comportar-se, desempenha um papel fundamental em nossa análise. Isso ocorre porque os *ethé* associados aos povos originários foram moldados por influências históricas e imagens que esses grupos experimentaram ao longo da história, desde os primórdios da colonização, e que corroboram as condições de produção desse discurso situem-se de modo combativo a esse movimento silenciador (cf. Orlandi, 2008).

1. DO PROCESSO DE RETEXTUALIZAÇÃO

Observamos que uma característica dos povos ameríndios é a de que sua atividade linguageira é concebida na oralidade. Isto porque, até a chegada dos europeus, não havia um sistema de escrita efetivamente desenvolvido por nenhum grupo, ainda que existisse um complexo sistema simbólico e pictórico que registrasse sua memória cultural. Assim, podemos dizer que a oralidade, nas práticas indígenas, tem um caráter cultural e um valor ritualístico. Quando os colonizadores tiveram contato com as narrativas indígenas, trataram de retextualizar algumas dessas histórias, que foram reconstituídas não sem a presença dos atravessamentos ideológicos coloniais, embasadas em um expansionismo político, econômico e religioso.

Até mesmo os textos que compõem o nosso *corpus* são constituídos a partir de um processo de retextualização. A obra de Kopenawa passou por várias etapas de retextualização em sua construção: primeiramente, houve o contato entre o indígena e o antropólogo Bruce Albert por meio da metodologia etnográfica (anotações, gravações e outros textos que foram organizados posteriormente para a publicação), além das traduções da língua yanomami para o francês e, por fim, a tradução desse resultado para o português. Dessa forma, mais do que a retextualização de um discurso oral, o que já implica uma série de alterações específicas a esse procedimento (cf. Marcuschi, 2010), estamos também diante de uma retextualização de *sentidos*: quando um indígena, cujas mais diversas práticas estão baseadas na oralidade faz uso de um texto escrito para expressar suas ideias, ele está se aproximando da cultura escrita, na medida em que se vê diante de uma tarefa – transmitir conhecimento indígena a sujeitos não-indígenas, daí o inevitável acréscimo de novos valores a seu discurso.

Nesse processo, o indígena evoca seu conhecimento a partir de sua ancestralidade. Desse modo, conforme tratamos de verificar ao longo deste artigo, podemos dizer que há, em seu discurso, uma multiplicidade de vozes envolvidas em sua enunciação: desde a voz de seus antepassados propriamente ditos, passando pelo voz dos elementos concernentes à sua cosmovisão (a espiritualidade, a voz dos elementos da natureza) e também a voz que polemiza com a empreitada colonial, o que torna seu discurso uma resposta à discursividade historicamente constituída desde a empreitada colonialista. O próprio sentido do termo “povos originários” remete a essa questão. Dessa forma, entendemos que o discurso indígena de hoje, que emerge após séculos de silenciamento, não deixa de ser, em última análise, uma forma de combater os discursos e os eventos históricos que lhes infligiram prejuízo e morte durante séculos. “Assim, a relação da análise do discurso com o texto não é extrair o sentido, mas apreender a sua historicidade, o que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos” (Orlandi, 2008, p. 42).

Retomando a questão da retextualização, entendemos que o fato de o discurso indígena de que tratamos realizar esse processo de adequação a um novo tipo de textualização, ou seja, de se apresentar de um modo que se vincula à tradição do “homem branco”, inclusive do ponto de vista da língua empregada, lhe confere um *status* diferenciado ao qual se associa um *ethos* específico, isto é, o que nomeamos como *ethos* do multisciente - aquele que conhece muitas coisas. No caso, trata-se não só de ter conhecimentos específicos a serem compartilhados (o que sabe sobre a necessidade de preservar a natureza, de atender ao que solicitam as vozes da floresta, etc.), mas, especialmente, de saber a forma correta de fazê-lo para que esses conhecimentos sejam realmente recebidos pelo auditório pretendido, isto é, o homem branco.

Para compreendermos melhor essa questão, observamos que, de fato, para nós, indivíduos inseridos no contexto ocidental, um texto escrito pode ser considerado, em uma primeira análise, como um sistema de armazenamento de dados bastante corriqueiro e anterior às tecnologias mais modernas de que dispomos. Desde a criação das primeiras tecnologias relativas à escrita, isto é, dos papiros e das tábuas de barro em que as escritas hieroglíficas e cuneiformes respectivamente foram aplicadas, como sabemos, o livro nunca deixou de ser utilizado. A própria noção de História tem como marco o início dos registros escritos na região da Mesopotâmia e do Vale do Nilo. Em contrapartida, não se pode dizer que fala e escrita sejam sistemas absolutamente opostos. Nesse sentido, leciona Marcuschi (2010):

Oralidade e escrita são práticas e usos da língua com características próprias, mas não suficientemente opostas para caracterizar dois sistemas linguísticos nem uma dicotomia. Ambas permitem a construção de textos coesos e coerentes, ambas permitem a elaboração de raciocínios abstratos e exposições formais e informais, variações estilísticas, sociais, dialetais e assim por diante. As limitações e os alcances de cada uma estão dados pelo potencial do meio básico de sua realização: o som de um lado e a grafia de outro, embora elas não se limitem a som e grafia (Marcuschi, 2010, p. 17).

Assim, talvez seja possível dizer que a capacidade de textualizar as memórias para que possam ser consultadas encontram sua melhor forma nos textos formatados como um livro. Afinal, em tese, um livro pode ser escrito por qualquer pessoa, em qualquer lugar, em qualquer língua (até mesmo uma inventada), bem como ser veiculado por meios distintos (por exemplo, por meio de arquivos digitais ou impressos). Encontramos um testemunho da importância do livro para a sociedade recuperando o seguinte excerto de Nietzsche:

O livro quase tornado gente. — Para todo escritor é sempre uma surpresa o fato de que o livro tenha uma vida própria, quando se desprende dele; é como se parte de um inseto se destacasse e tomasse um caminho próprio. Talvez ele se esqueça do livro quase totalmente, talvez se eleve acima das opiniões que nele registrou, talvez até não o compreenda mais, e tenha perdido as asas em que voava ao concebê-lo: enquanto isso o livro busca seus leitores, inflama vidas, alegria, assusta, engendra novas obras, torna-se a alma de projetos e ações — em suma: vive como um ser dotado de espírito e alma, e contudo não é humano. — A sorte maior será a do autor que, na velhice, puder dizer que tudo o que nele eram pensamentos e sentimentos fecundantes, animadores, edificantes, esclarecedores, continua a viver em seus escritos, e que ele próprio já não representa senão a cinza, enquanto o fogo se salvou e em toda parte é levado adiante. — Se considerarmos que toda ação de um homem, não apenas um livro, de alguma maneira vai ocasionar outras ações, decisões e pensamentos, que tudo o que ocorre se liga indissolivelmente ao que vai ocorrer, **perceberemos a verdadeira imortalidade, que é a do movimento: o que uma vez se moveu está encerrado e eternizado na cadeia total do que existe, como um inseto no âmbar** (Nietzsche, 2005, p. 21; grifo nosso).

Nos destaques da citação, consideramos a possibilidade de que um texto possa ser, na metáfora colocada, preservado em âmbar, ou seja, registrado e armazenado. Contudo, ao ser “imortalizado”, o livro se vincula às suas condições de produção, o que inclui o estágio das ideias e dos valores de sua época. Desse ponto de vista, podemos dizer que o livro de nosso *corpus* contrasta com a produção textual disponível até o momento sobre a temática indígena, pois, quando remetemos a essa produção, notamos que predominam textos que, embora contem a história desses povos, não foram produzidos por eles. Muitos desses textos estabeleceram modelos nos quais a percepção do sujeito indígena é moldada pelos discursos coloniais que contribuíram para a cristalização da imagem do ameríndio como selvagem, tanto no sentido negativo (atribuindo-lhe uma incapacidade de viver no modelo de civilização traçado pelo ocidente), quanto no positivo (valorizando sua convivência harmônica com a natureza).

Dentre os gêneros textuais comuns a esse meio, podemos citar aqueles produzidos a partir de uma *etnografia*: um texto analítico, resultado da convivência de um pesquisador com um determinado povo ou grupo, com ênfase em seus hábitos, seus comportamentos e, quase sempre, no modo como o discurso interage e dá sentido a esses outros aspectos, sendo um procedimento metodológico fundamental à antropologia. Desse modo, em uma etnografia “tradicional”, há um texto cujo enunciador é externo em relação àquela cultura, enunciado a partir de uma posição de analista/observador. O texto contido na obra “A queda do céu”, por sua vez, se distingue desse padrão ao colocar um indivíduo analisado/observado como um enunciador em primeira pessoa.

Conforme a própria obra esclarece em alguns momentos, trata-se, então, de uma “autoetnobiografia”, ou seja, um livro que conta a história de vida de um indivíduo vinculado a algum grupo étnico cuja cultura é estudada, o que é feito a partir da narrativa desse mesmo indivíduo.

Isto posto, compreendemos que o texto escrito resultante desse processo de retextualização emerge da necessidade de que os múltiplos conhecimentos indígenas possam ser acessados pelo “homem branco”, que por sua vez, não tem a capacidade de se conectar com as múltiplas vozes ancestrais que são intrínsecas aos indígenas. São essas condições que fazem emergir, no plano do *ethos*, a figura do sujeito enunciator do discurso indígena como um sujeito de conhecimento que se manifesta a partir do que propomos chamar de *polifonia ancestral*.

2. DA POLIFONIA ANCESTRAL

Empregamos a expressão “polifonia ancestral” para nos referirmos à multiplicidade de vozes, discursos e perspectivas presentes no discurso dos povos originários. Essa polifonia é resultado de uma longa história coletiva e das múltiplas gerações de conhecimentos transmitidos ao longo do tempo. A polifonia, no contexto da teoria de Bakhtin, é um conceito que se refere à multiplicidade de vozes, perspectivas e vozes sociais que coexistem em um texto ou discurso. Para Bakhtin (2008), a polifonia destaca a ideia de que um discurso não é uma expressão singular e unívoca do autor, mas sim um espaço em que diferentes vozes e pontos de vista interagem e dialogam. Cada voz no discurso tem sua própria perspectiva, valores e intenções, e a interação entre essas vozes cria a riqueza e complexidade do texto. “Em toda parte um determinado conjunto de ideias, pensamentos e palavras passa por várias vozes imiscíveis, soando em cada uma de modo diferente” (Bakhtin, 2008, p. 308).

Ao analisar o discurso de uma obra como “A queda do céu”, por exemplo, o conceito de polifonia ancestral, entre outras coisas, nos auxilia a ressaltar a complexidade e a diversidade de vozes presentes nas narrativas dos povos originários que são mencionadas ao longo da obra. Além disso, o conceito de polifonia ancestral reconhece que as vozes indígenas não são homogêneas, mas, sim um conjunto de perspectivas plurais e interconectadas que refletem a diversidade cultural e linguística desses povos.

Assim, é possível explorar como as vozes e perspectivas indígenas são mediadas, representadas e negociadas em diferentes contextos discursivos. Isso pode incluir a análise das estratégias retóricas, dos processos de silenciamento, das relações de poder e das formas de resistência presentes nos discursos dos povos originários.

Feito esse esclarecimento, retomamos a análise, explorando ainda a questão do modo de apresentação do discurso indígena, a saber, via livro impresso.

2.1 O *ethos* do multisciente

Segundo Kopenawa, o texto escrito se faz necessário para que os brancos possam compreender seu discurso de modo que não se torne efêmero, o que contrasta com a memória indígena, que, vinculada à tradição ancestral, é *perene*. A esse respeito, vejamos o excerto (1) a seguir:

(1) Omama não nos deu nenhum livro mostrando os desenhos das palavras de Teosi, como o dos brancos. Fixou suas palavras dentro de nós. Mas, **para que os brancos as possam escutar, é preciso que sejam desenhadas como as suas. Se não for assim, o seu pensamento permanece oco. Quando essas antigas palavras apenas saem de nossas bocas, eles não as entendem direito e as esquecem logo. Uma vez coladas no papel, permanecerão tão presentes para eles quanto os desenhos das palavras de Teosi, que não param de olhar** (Kopenawa; Albert, 2015, p. 77; grifo nosso).

A primeira “voz” que podemos notar nesse excerto é a de Omama, que, em oposição a *Teosi* (como o autor nomeia o Deus cristão), transmitiu seu conhecimento aos indígenas sem a necessidade de um texto escrito para ser posteriormente consultado. As “antigas palavras” de Omama, a figura religiosa demiúrgica que criou os seres humanos na perspectiva yanomami, revelam-se como palavras de conhecimento, de sabedoria. Do nosso ponto de vista, o *ethos* do indígena multisciente emerge justamente na apresentação desses conhecimentos e ainda no próprio reconhecimento da necessidade de que seja passado de uma forma específica (via formato de livro impresso) para se tornar acessível aos brancos. Trata-se, portanto, de um esforço para que o discurso indígena possa ser compreendido e, assim, seu alerta seja efetivamente considerado. O próximo excerto, que é o último trecho do livro, também versa sobre as motivações de Kopenawa:

(2) Os brancos não temem, como nós, ser esmagados pela queda do céu. Mas um dia talvez tenham tanto medo disso quanto nós! Os xamãs sabem das coisas más que ameaçam os humanos. Só existe um céu e é preciso cuidar dele, porque, se ficar doente, tudo vai se acabar. Talvez não aconteça agora, mas pode acontecer mais tarde. Então, vão ser nossos filhos, seus filhos e os filhos de seus filhos a morrer. **É por isso que eu quero transmitir aos brancos essas palavras de alerta que recebi de nossos grandes xamãs.** Através delas, quero fazer com que compreendam que deviam sonhar mais longe e prestar atenção na voz dos espíritos da floresta. Mas bem sei que a maioria deles vai continuar surda às minhas falas. São gente outra. Não nos entendem ou não querem nos escutar. Pensam que esse aviso é pura mentira. Não é. Nossas palavras são muito antigas. Se fossemos ignorantes, ficaríamos calados. Temos certeza, ao contrário, de que o pensamento dos brancos, que não sabem nada dos xapiri e da floresta, está cheio de esquecimento. De todo modo, **mesmo que não escutem minhas palavras enquanto ainda estou vivo, deixo aqui estes desenhos delas, para que seus filhos e os que nascerem depois deles possam um dia vê-las.** Então eles vão descobrir o pensamento dos xamãs yanomami e vão saber que quisemos defender a floresta (Kopenawa; Albert, 2015, p. 498; grifos nossos).

Podemos dizer que Kopenawa apresenta, no excerto acima, uma síntese de todo o seu discurso: um aviso sobre o que pode ocorrer se o céu vier a cair. Aviso este dirigido aos homens

brancos, que, segundo ele, nada entendem sobre o que a floresta diz. Esse entendimento é, de certa maneira, privativo dos xamãs, que são aqueles capacitados para acessar os discursos ancestrais e a repassá-los para os demais. Ele considera, então, que a transformação de suas palavras em texto escrito permite que elas cheguem a outras pessoas (“os filhos” dos “brancos”), mesmo depois de sua morte (o âmbar de Nietzsche).

Nesses termos, podemos dizer que, no livro de Kopenawa, há também a mobilização de um discurso que encena um aviso parecido com aquele engendrado pelas vozes do discurso científico, especialmente das áreas que se dedicam a compreender os fenômenos climáticos e que ocupam um papel central nos debates que envolvem o mundo todo. Como sabemos, nas agendas contemporâneas, de modo geral, mesmo quando se discutem discursos voltados para a economia global, há uma preocupação constante com as consequências que a natureza possa sofrer com as decisões relativas ao desenvolvimento econômico das nações.

No entanto, destacamos que, em vez de assumir o discurso da ciência, o que significaria, em termos menos complexos, aderir ao sistema do homem branco, e, por tabela, *concordar* com ele, mesmo que sob um alinhamento ideológico distinto, o enunciador indígena, a partir de sua própria cosmovisão, resgata em seu discurso a ancestralidade (“nossas palavras são muito antigas”) de suas relações com a natureza (“essas palavras de alerta que recebi de nossos grandes xamãs”, “na voz dos espíritos da floresta”) para sustentar que, muito antes que o homem branco tivesse ideia das consequências de suas ações sobre o meio ambiente, os povos originários já viviam sob um sistema de harmonia entre ser humano e recursos naturais na sua prática cotidiana.

Isto posto, a fim de compreendermos melhor os valores associados ao alerta indígena circular no formato de livro para que possa ser “percebido e preservado”, recorreremos às lições de Marie-Anne Paveau (2015) sobre a questão da preservação da memória. Segundo essa autora, de fato, há determinados objetos que podem ser utilizados como ferramentas na/para a propagação e a manutenção de um discurso. Alguns elementos, incluídos aqueles saberes enciclopédicos que por vezes recebemos ao longo de nossa existência, interagem com as “novidades” de maneira a gerar novos significados a partir de conceitos já inscritos em nossa memória. Para a autora:

[...] a memória cognitivo-discursiva é uma tecnologia discursiva ao mesmo tempo interna (memória humana) e externa (instrumentos linguísticos e discursivos, mas também vestígios materiais da memória no conjunto do ambiente), que constitui um forte contribuinte para a produção dos discursos. Isso quer dizer que a memória não é uma capacidade apenas do agente-falante, mas uma capacidade distribuída nos ambientes: um monumento, um computador, uma inscrição, uma caderneta ou mesmo um objeto sem inscrição constituem memórias externas que vêm sustentar e aumentar a memória humana (Paveau, 2015, p. 234-235).

No caso analisado, consideramos que a opção pelo livro contribui para a memória não apenas pelo fato de poder se registrar nele ideias para serem “perpetuadas”, mas porque, na cultura do homem branco, como sabemos, conhecimento relevante merece/deve ser publicado. Nesses

termos, entendemos que na produção do livro de Kopenawa, há um deslocamento do sujeito indígena, que adota práticas que não são de sua cultura para ingressar, por assim dizer, em um espaço próximo à literatura acadêmica. Mais do que isso, a mobilização desse *ethos* de um indígena multisciente revela que ele é o único capaz de transitar entre esses dois “mundos”: o do conhecimento ancestral indígena e o da competência escrita do homem branco; exercício semelhante ao que faz como xamã, transcendendo os mundos espirituais e físicos e assumindo suas múltiplas vozes.

Quanto a esse ingresso, observamos, inclusive, que ele conta com circunstâncias facilitadoras, por assim dizer, pois Kopenawa, bem como outros autores indígenas de destaque como Ailton Krenak, estão “alinhados” com a ciência/mundo acadêmico de uma maneira mais geral, na medida em que são convidados a conferenciar em eventos promovidos por universidades para tratar de questões relacionadas às suas diversas atividades. A participação inclui não apenas as questões indígenas propriamente ditas, mas também as pautas relacionadas às mudanças climáticas e ao meio ambiente - um conhecimento empírico associado aos indígenas que, além de viverem mais próximos à natureza, são, conseqüentemente, os que mais sentem os impactos de sua destruição.

Diante do exposto, defendemos a hipótese de que a opção pelo livro, que representa o discurso do homem branco, deve ser tomada como um plano do funcionamento do discurso indígena propriamente dito, de modo que há uma “retextualização” da língua oral do indígena para a língua escrita do homem branco, dada a necessidade de registrar na memória do homem branco esse discurso que contém um alerta. Apresentamos abaixo mais um excerto do texto de Kopenawa a esse respeito:

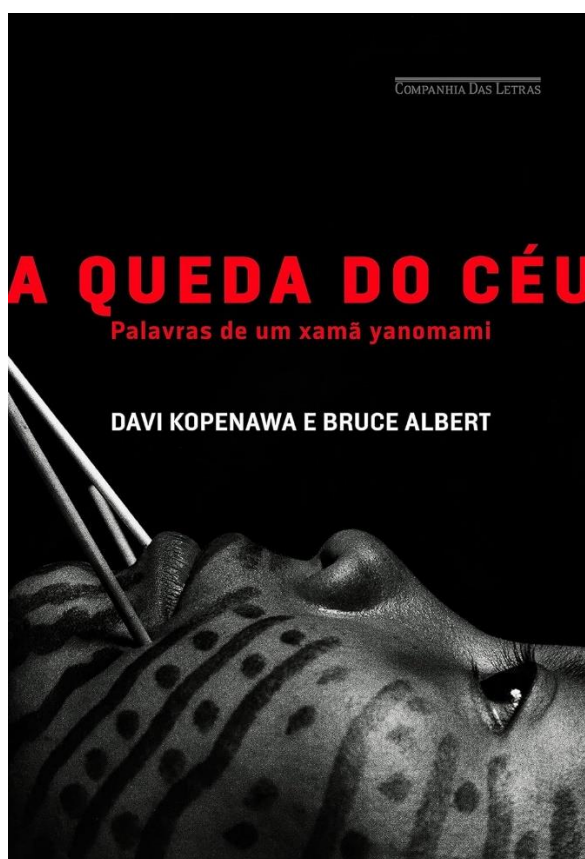
(3) Eu não tenho velhos livros como eles, nos quais estão desenhadas as histórias dos meus antepassados. As palavras dos *xapiri* estão gravadas em meu pensamento, no mais fundo de mim. São as palavras de Omama. São muito antigas, mas os xamãs as renovam o tempo todo. Desde sempre, elas vêm protegendo a floresta e seus habitantes. [...] **Ficarão sempre no nosso pensamento, mesmo que os brancos joguem fora as peles de papel deste livro que estão agora desenhadas; mesmo que os missionários, que nós chamamos de “gente de Teosi”, não parem de dizer que são mentiras** (Kopenawa; Albert, 2015, p. 65-66; o grifo é nosso).

Na primeira parte do excerto, o autor mobiliza, mais uma vez, as vozes dos antepassados que lhe são outorgadas pelos *xapiri* e por Omama. Na parte final, o autor trata de um dos conflitos que existem entre o homem branco e o indígena, que está relacionado às questões de ordem religiosa. Quando os missionários religiosos cristãos vão até comunidades indígenas para realizar a catequização, utilizam-se da Bíblia - um livro - para se referir às palavras de *Teosi*. Um dos principais recursos argumentativos utilizados por esses missionários é o de que esse livro contém a “verdade”, isto é, que apenas Deus é a verdade e, portanto, o sistema de crenças indígenas é embasado na mentira. O livro se torna, então, um elemento simbólico dessa oposição entre a

religião do homem branco e a religião do indígena. Desse modo, podemos dizer que há, por parte do enunciador indígena, a compreensão de que é apenas por intermédio de um livro que o homem branco é capaz de entender a “verdade”. Podemos dizer ainda que essa compreensão é o que autoriza a transcrição das palavras de *Omama* em “peles de papel”, que é como Kopenawa chama as páginas escritas dos livros.

Nesses termos, podemos dizer que há um paradoxo constitutivo no discurso indígena: o discurso reconhece que o registro escrito da língua é próprio da cultura do homem branco e, ao mesmo tempo, apresenta-se nesse registro, para que seja aceito pelo homem branco. Ainda a respeito desse processo de transposição, apresentamos abaixo, na Figura 1, a capa da obra *A queda do Céu*:

Figura 1 - Capa D'A queda do céu



Fonte: Kopenawa; Albert, 2015.

Na imagem, podemos observar a fotografia do rosto de uma pessoa com traços fenotípicos indígenas que está pintado com riscos e pontos que são utilizados em rituais do povo Yanomami e que podem ser considerados como elementos (estereo)típicos de diversas culturas indígenas. O olhar da pessoa, voltado para cima, ajuda a destacar o título do livro, como se estivesse olhando para o céu que está na iminência de cair. Desse modo, o olhar para cima pode representar a posição ocupada pelo indígena em seu discurso: um elo entre o terreno, o mundano ou o humano com o supra terreno, o espiritual ou o divino. Entendemos que sujeito indígena ocupa, desse modo, uma posição complexa em seu discurso, condição constitutiva de sua enunciação.

2.2 A Paratopia

Maingueneau (2001) trabalha essa problemática relativa à complexidade de ocupar um lugar paradoxal por meio da noção de paratopia. Com essa noção, o autor não se refere exatamente “a ausência de qualquer lugar, mas antes a uma negociação difícil entre o lugar e o não-lugar, uma localização parasitária, que vive da própria impossibilidade de se estabilizar” (Maingueneau, 2001, p. 28). Mais exatamente, no caso do discurso em análise, entendemos que se trata de uma condição paratópica relacionada não só a um processo de transposição cultural, como também vinculada à própria cosmovisão indígena, o que, do nosso ponto de vista, reforça o caráter paratópico.

Quanto a esse último aspecto, devemos lembrar que essa cosmovisão não reproduz as mesmas divisões da cultura do homem branco nem se limita a elas, com destaque para o fato de que os discursos são tomados a partir das funções específicas que cumprem. Por outro lado, o discurso indígena abrange, simultaneamente, diversos valores que são tradicionalmente associados ao que Maingueneau (2000) chama de discursos constituintes, que são justamente os discursos que se valem de uma condição paratópica. Assim, por exemplo, podemos considerar a natureza religiosa do discurso que analisamos, dada a sua origem (palavras de Omama), mas, ao mesmo tempo, é um discurso associado ao conhecimento sobre as coisas do mundo, o que corresponderia, *mutatis mutandis*, ao discurso científico, que é a voz do Conhecimento, isto é, daquilo que é tomado como verdade universal.

Além disso, também pode ser relacionado ao universo da literatura, na medida em que se vale de uma série de narrativas mitológicas, entendendo que o conceito de literatura pode ser tomado de uma forma mais ampla, sem a tradição de circunscrevê-lo às narrativas de ficção propriamente dita. Dessa forma, ainda que tenha um caráter informativo mais evidente (a função de alertar o homem branco sobre os perigos de não respeitar a natureza), esse discurso explica o “real” a partir da cosmovisão indígena, com toda a complexidade de valores que se vinculam a essa cosmovisão (relação com o conhecimento, com a verdade, com os espíritos da natureza, com as narrativas mitológicas etc.). No que concerne à obra de Kopenawa, podemos dizer que todos esses valores reforçam a condição de o enunciador ocupar um lugar associado a um status especial.

Notamos também que, ao resgatar esses valores na produção de um discurso “adaptado” aos termos do homem branco (texto escrito publicado no formato de livro), o enunciador indígena, que está associado à condição de sujeito multisciente, também está relacionado a um *ethos* xamânico, ao se colocar como uma ponte entre o “mundo” e o “espíritos da floresta”. A isso se vincula o fato de que ser o autor de um livro para um indígena não é como o seria para nós: trata-se de um exercício espiritual, condizente com a sua cosmovisão, no qual o indígena, na condição de xamã, transmite a “voz dos espíritos da floresta” e o seu conhecimento para o homem branco. Nesse processo, suas palavras emergem de sua prática religiosa, por meio do contato com os espíritos da floresta - os xapiri. A esse respeito, observamos que, para um xamã, o conhecimento

verdadeiro é transmitido pela natureza. Assim, combinando todos esses aspectos, podemos dizer que, no discurso indígena, as palavras “desenhadas” nas “peles de papel” não deixam de ser um reconhecimento de que o homem branco é incapaz de entender as mensagens que os xapiri enunciam.

Podemos notar a presença desse tipo de *ethos* (o *ethos* do xamã) em excertos como os que apresentamos a seguir:

(4) O filho de *Omama* escutou atentamente as palavras do pai e concentrou seu pensamento nos *xapiri*. Entrou em estado de fantasma e tornou-se outro. Então pôde contemplar a beleza da dança de apresentação dos espíritos. Tornou-se xamã depressa, porque soube demonstrar amizade a todos. [...] *Omama* era o único a conhecer os *xapiri* e os deu ao filho porque, se ele morresse sem ter ensinado a suas palavras, jamais teria havido xamãs na floresta. Não queria que os humanos ficassem sem nada e causassem dó. Por isso, fez de seu filho o primeiro xamã. Deixou-lhe o caminho dos *xapiri* antes de desaparecer. Foi o que ele quis (Kopenawa; Albert, 2015, p. 85).

(5) Defendo a floresta porque a conheço, graças ao poder de *yãkoana*. Seu espírito, *Urihinari*, e o de *Omama*, só são visíveis aos olhos dos xamãs. São suas palavras que dou a ouvir agora. Não são coisas que vêm só do meu pensamento (Kopenawa; Albert, 2015, p. 391).

(6) Os xamãs não afastam as coisas perigosas somente para defender os habitantes da floresta. Também trabalham para proteger os brancos, que vivem embaixo do mesmo céu. É por isso que, se todos os que fazem dançar os *xapiri* morrerem, os brancos vão ficar sós e desamparados em sua terra, devastada e invadida por multidões de seres maléficos que os devorarão sem trégua (Kopenawa; Albert, 2015, p. 492).

(7) Os *xapiri* já estão anunciando tudo isso [os eventos que levarão à queda do céu], embora os brancos achem que são mentiras. [...] Sem ver as coisas com a *yãkoana*, a engenhosidade deles com as máquinas não vai torná-los capazes de segurar o céu e consolidar a floresta. Mas eles não têm medo de desaparecer, porque são muitos. Contudo, se nós deixarmos de existir na floresta, jamais poderão viver nela; nunca poderão ocupar os rastros de nossas casas e roças abandonadas. Irão morrer também eles, esmagados pela queda do céu. Não vai restar mais nada. Assim é (Kopenawa; Albert, 2015, p. 494).

No primeiro excerto da sequência (4) acima, o sujeito enunciadador narra a criação do primeiro xamã. O filho de *Omama* foi ensinado a compreender os espíritos, fazendo-os dançar. As expressões “estado de fantasma” e “virar outro” dizem respeito ao transe em que aquele que consome o pó de *yãkoana* (combinação de substâncias com efeito alucinógeno) entra para conseguir acessar o estado xamânico e, assim, ele pode atrair e controlar os *xapiris*, que são aqueles que transmitem o conhecimento de que precisam em praticamente todas as esferas da vida. Observamos que o autor explica na obra que demonstrar amizade aos *xapiris* não equivale apenas a consumir substâncias, mas também a desempenhar, com regularidade, os rituais, a realizá-los, com seriedade e também a adotar hábitos alimentares e sexuais específicos antes e depois dos ritos (cf. Kopenawa; Albert, 2015).

Assim, quanto mais profícuo e experiente é o xamã, maior a sua casa de espíritos (a sua associação a eles) e maior será o controle que pode ter sobre eles, o que lhe dá poderes, como o de curar outras pessoas, e também o coloca numa posição de equilíbrio entre o mundo físico e o espiritual.

Esse equilíbrio é o que torna possível “segurar o céu”. Como tanto os indígenas como os homens brancos e todos os seus descendentes estão sob o mesmo céu (6), a atividade do xamã é necessária a toda a humanidade. Dito de outro modo: segundo a cosmovisão indígena, proteger a “terra-floresta” consiste em proteger os xamãs, o que deve garantir a proteção a outras formas de vida do planeta, incluindo os homens brancos (“Os xamãs não afastam as coisas perigosas somente para defender os habitantes da floresta. Também trabalham para proteger os brancos, que vivem embaixo do mesmo céu”), ainda que os brancos sejam ignorantes para com os recados da floresta (“Os *xapiri* já estão anunciando tudo isso [os eventos que levarão à queda do céu], embora os brancos achem que são mentiras”).

Destarte, a partir dos excertos acima, é possível dizer que o discurso indígena sobre a natureza e os saberes que põe a circular estão diretamente vinculados à capacidade xamânica do indígena de identificar o que a natureza diz. Dessa forma, o conhecimento indígena, ainda que esteja vinculado ora à sua experiência (contato com a floresta), ora à sua ancestralidade, também diz respeito às práticas xamânicas e à polifonia que elas resultam.

Outro aspecto relativo às condições mais imediatas de produção do discurso em análise diz respeito às expectativas que se formam em termos do *ethos* pré-discursivo. Quanto a esse tipo de *ethos*, Maingueneau afirma:

O *ethos* está crucialmente vinculado ao ato de enunciação, mas os destinatários mantêm também o uma representação do *ethos* do locutor antes mesmo de ele vir a falar. Desse modo, podemos estabelecer uma distinção entre *ethos* discursivo e *ethos* pré-discursivo (ou prévio). Mas essa distinção entre pré-discursivo/discursivo tem de levar em conta a diversidade de situações de comunicação (Maingueneau, 2020, p. 12).

De fato, as expectativas desse *ethos* de sujeito indígena se cumprem na medida em que, no livro de Kopenawa, encontramos um léxico que se utiliza de termos da língua nativa yanomami (como por exemplo a *yãkõana* e os *xapiri*), mas também inclui palavras que, na língua portuguesa, remetem a elementos da cultura indígena (penachos, arcos, flechas, elementos associados à vestimenta e armamentos indígenas), conforme podemos observar nos seguintes excertos:

(8) Seus braços são enfeitados com muitos penachos de penas de papagaio e caudais de arara fincadas em braçadeiras de belas miçangas lisas e coloridas, com muitas e muitas caudas de tucano e despojos multicolores de pássaros wisawisama si pendurados (Kopenawa; Albert, 2015, p. 112).

(9) Depois começamos a cercar o acampamento dos brancos, com os arcos retesados, prontos para disparar nossas flechas (Kopenawa; Albert, 2015, p. 338).

Além disso, esse *ethos* também se confirma pelo emprego de estruturas sintáticas mais simples, com predomínio de frases justapostas, sem emprego de elementos coesivos, como as conjunções, conforme podemos observar nos excertos 10 e 11 abaixo:

(10) Depois de tanto tempo, eu metia medo de tão magro. Tinha o rosto coberto de muco e pó de yâkoana. Estava morto sob o seu poder e meus olhos eram os de um fantasma. Os espíritos tinham limpado todo o interior de meu corpo. Vários dias haviam passado antes de eu, por fim, começar a vê-los dançar. Eu mesmo tinha me tornado um deles. As vozes e as danças dos espíritos haviam se tornado as minhas. Agora eles estavam satisfeitos de verdade. Assim é (Kopenawa; Albert, 2015, p. 149).

(11) Não digo mentiras. Aconteceu com um dos rapazes de nossa antiga casa de Marakana. Para mim, era um cunhado. Era mais velho do que eu. Ele já era adulto quando eu ainda não passava de um menino. Isso foi há muito tempo (Kopenawa; Albert, 2015, p. 284).

(12) O céu se move, é sempre instável. O centro ainda está firme, mas as beiradas já estão bastante gastas, ficaram frágeis. Ele se torce e balança, com estalos aterrorizantes. Os pés que o sustentam nos confins da terra tremem tanto que até os xapiri ficam apreensivos! Um deles, porém, o espírito macaco-aranha, mostra ser de todos o mais corajoso. Vindo de muito longe, ele é sempre o primeiro a segurar os pedaços do céu que se desgarram e a tentar reforçá-lo. Não é um macaco da floresta, é um ser celeste, um espírito antigo e poderoso de mãos muito habilidosas (Kopenawa; Albert, 2015, p.196).

No excerto acima, notamos que, no que tange ao tema, o autor indígena relata, por meio de sua narrativa, a perspectiva xamânica da fragilidade do céu e a sua eventual, porém cada vez mais tangível, queda. Conforme o discurso indígena, os *xapiri*, espíritos da floresta, são mantidos sob uma espécie de “casa” do xamã; cada xamã, no decorrer de sua vida e na sua dedicação para com a prática dos ritos que necessita desempenhar, adquire para sua casa *xapiris* responsáveis pelas mais diversas funções. Em geral, eles são seres da floresta, principalmente animais e insetos, embora não sejam apenas representações no plano espiritual desses animais. No caso, o espírito macaco-aranha é aquele que possui as habilidades de locomoção nas alturas tal qual o seu representante no mundo físico o tem.

Do ponto de vista linguístico, observamos que a construção do texto é composta por períodos curtos, dotados de poucas orações, que é uma marca constante em todo o texto de Kopenawa. No primeiro período do excerto, a segunda oração, coordenada à primeira, se une a ela sem o recurso da conjunção. O período seguinte, que dá continuidade ao assunto, é independente do anterior.

Em nossa leitura, as sequências e justaposições de períodos compostos por um número reduzido de orações podem ser tomados como um indício de que o enunciador fala em uma língua que não é a sua original, ou que de que há um esforço de sua parte para tratar de temas mais complexos, tais como a mudança no clima, as políticas públicas destinadas aos indígenas e aos conflitos com invasores, especialmente os garimpeiros, temas esses que demandam explicações

(daí a grande quantidade de frases para tratar desses temas). A esse respeito, compartilhamos as palavras de Amossy:

De fato, a ideia prévia que se faz do locutor e a imagem de si que ele constrói em seu discurso não podem ser totalmente singulares. Para serem reconhecidas pelo auditório, para parecerem legítimas, é preciso que sejam assumidas em uma doxa, isto é, que se indexem em representações partilhadas. É preciso que sejam relacionadas a modelos culturais pregnantes, mesmo se se tratar de modelos contestatórios (Amossy, 2005, p. 125).

Os trechos que destacamos acima reforçam a nossa hipótese: ainda que o discurso do indígena surja como uma contestação dos parâmetros impostos pelo discurso colonial, há modelos culturais partilhados sobre esses povos que continuam participando de suas condições de produção. Afinal, como nos ensina Maingueneau:

Querendo ou não, o escritor constrói uma apresentação de si através de seus comportamentos verbais ou não verbais, que mostram o que é ser escritor, de acordo com as representações coletivas, modelos estereotipados que circulam numa época e num local determinados (Maingueneau, 2010, p. 147).

Essa indexação em modelos culturais, no caso em tela, pode ser verificada também no projeto gráfico da obra: tanto na arte da capa do livro quanto em suas ilustrações presentes em páginas que ficam no meio da obra, encontramos traços de pinturas corporais e de elementos étnicos indígenas, como podemos observar na ilustração exemplificativa apresentada seguir, concebido pelo próprio punho do autor indígena:

Figura 2 - Dança de apresentação dos espíritos xamânicos *xapiri*.



Fonte: Kopenawa; Albert (2015, p. 318).

A ilustração acima se encontra na metade do livro de Kopenawa, quando se interrompe a contagem das páginas para a apresentação de fotografias e de ilustrações produzidas durante o período em que autor e coautor elaboraram a obra, além de outros momentos marcantes da vida de Kopenawa Yanomami. Como podemos notar, a ilustração diz respeito a um ritual xamânico com a presença de espíritos ricamente pintados e adornados com penas. Os paramentos presentes na ilustração representam metonimicamente a corporalidade indígena. Esse corpo indígena é, então, testemunha de sua enunciação, corroborando sua posição prévia, o que garante ao discurso sua

validade na condição de discurso indígena legítimo. Sobre o corpo como testemunha, Fontanille (2016) afirma:

Se um corpo é capaz de conservar, em nome da memória figurativa, os traços e as marcas de suas interações com outros corpos, então pode-se levantar a hipótese de que todo sujeito da enunciação, que só pode enunciar se for um corpo-actante, está, por princípio, em condição de testemunhar suas experiências. Seguindo-se esse raciocínio, e colocando-se na perspectiva da práxis enunciativa, não há jamais enunciação original, ou seja, não há enunciação que não faça referência à outras enunciações; logo, não há jamais corpo enunciante sem história e sem passado de enunciação, sem memória de interações anteriores e sem marcas passíveis de ser atualizadas (Fontanille, 2016, p. 151).

Podemos, então, considerar que essa é, de fato, uma questão central para o *ethos*, uma vez que o estatuto social de um indivíduo indígena associado a uma produção textual anterior e reconhecida implica a figura que emerge desses textos. Nesse sentido, consideramos, nos termos de Maingueneau (2010), que o caso dos autores das obras que elencamos para a análise podem ser incluídos na instância de um autor-actor, se considerarmos esse conjunto de textos associados a eles.

2.3 A Autoralidade

Maingueneau (2010) atribui a autoralidade de um texto a três instâncias. A primeira delas, que ele denomina de “autor-responsável”, é a de “estatuto historicamente variável que responde por um texto” (Maingueneau, 2010, p. 30). Essa dimensão está relacionada a uma produção em sentido mais amplo, compreendendo uma variedade bastante difusa da produção textual, como por exemplo alguém que escreve uma receita de bolo ou um manual de instruções.

A segunda dimensão diz respeito a do “autor-ator” que, segundo Maingueneau (2010, p. 30), é aquele “que, organizando sua existência em torno da atividade de produção de textos, deve gerir uma trajetória, uma carreira”. Conforme pontua o próprio autor, a produção sistemática de textos não significa que o autor-ator precise dedicar sua vida à produção literária, como é o caso, no mesmo exemplo empregado por Maingueneau, de um engenheiro que publica uma coletânea de poesias. A diferença entre a primeira e a segunda dimensão diz respeito ao fato de que, na primeira, o texto é produzido como uma ferramenta vinculada às necessidades diversas, logo, a gêneros discursivos diversos, enquanto, na segunda, o texto passa a ser o objeto central dessa produção.

Por fim, Maingueneau (2010) trata do autor-actor. Esse tipo de autoria, diferentemente da dimensão do ator-autor, não está necessariamente relacionado a uma produção quantitativa de textos, mas, sim, à posição de destaque que algum ou alguns de seus textos têm em relação ao universo da produção literária. As condições para que determinado autor possa atingir o estatuto de “auctor” são assim descritas por Maingueneau:

Basta que para isso se possa associá-los a uma “obra”, digamos, um Opus, e não a uma sequência contingente de textos dispersos. O Opus pode até ser constituído por um único texto, mesmo que seu autor tenha produzido apenas um, ou que só um texto dele tenha chamado atenção [...]. Para ser plenamente autor, é preciso ser reconhecido, ter uma “imagem de autor” (Maingueneau, 2010, p. 30-31).

Do nosso ponto de vista, a situação descrita pode ser observada no caso do autor do livro que compõe o nosso *corpus* analítico. De modo geral, a obra é utilizada não só em outras produções acadêmicas, como também é divulgada nas mídias sociais de pessoas que tratam de questões indígenas e se alinham aos seus posicionamentos políticos, indígenas ou não. Assim, Kopenawa aos poucos foi se destacando em um tipo de produção textual não mais circunscrita aos púlpitos das instituições onde era convidado a falar. Seu livro está, então, ligado a uma posição de proeminência em seus “nichos”, o que lhes auxilia a serem endereçados a um público mais amplo, no caso, a humanidade que necessita ser alertada sobre as consequências de uma convivência predatória para com a Terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Isto posto, como uma conclusão da análise, notamos que o sujeito indígena, ao se inserir no campo das palavras escritas, faz emergir um *ethos* de um sujeito multisciente, que é um produto de um outro *ethos*: o de xamã. No entanto, o xamã visto aqui com o sentido mais amplo, além de um sentido evidentemente espiritual. Trata-se de uma capacidade que o indígena tem de interpretar as vozes do interior de sua cultura para a cultura com a qual ele polemiza, que chamamos de maneira superficial nesta pesquisa como aquela relacionada ao homem branco, mas que pode ser interpretada como o ocidente em sua forma etnocêntrica de enxergar o(s) seu(s) outro(s)

Esse *ethos* está relacionado, portanto, às condições que permitem ao discurso indígena alertar esse homem branco simbólico sobre os perigos que ameaçam a humanidade como um todo, em função do modo como o esse indivíduo não-indígena se relaciona com a natureza. Assim, conforme apresentado, o sujeito indígena (*ethos* do sujeito indígena), por conhecer (*ethos* do multisciente) e respeitar a voz dos espíritos da floresta (*ethos* do xamã), rompe com o paradigma da estrita oralidade, evocando as múltiplas vozes oriundas de sua ancestralidade para que seu discurso de alerta possa ser ouvido pelo homem branco.

No contexto do discurso indígena, essa condição, que chamamos de paratópica está relacionada à transposição cultural e à cosmovisão indígena. Destacamos que o discurso indígena lida com uma variedade de valores, desde o conhecimento tradicional até elementos religiosos e narrativas mitológicas. Davi Kopenawa, emerge, então, como um autor-actor, visto que sua obra não está confinada a espaços acadêmicos, sendo reconhecida e divulgada em diferentes esferas, incluindo mídias sociais. Kopenawa conquistou uma posição de autor de destaque em seu nicho,

permitindo que sua mensagem alcance um público mais amplo e cumpra o objetivo de alertar a humanidade sobre a importância de uma convivência respeitosa com a Terra.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. Da noção retórica de *ethos* análise do discurso. In: AMOSSY, R. (org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 9-23.
- BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução: Paulo Bezerra. São Paulo: Forense Universitária: 2008.
- FONTANILLE, J. *Corpo e Sentido*. Londrina/PR: Eduep, 2016.
- KOPENAWÁ, D.; ALBERT, B. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas: Fontes & Editora da UNICAMP, 1997.
- MAINGUENEAU, D.; DA COSTA, T. N. B. Analisando discursos constituintes. *Revista do GELNE*, [S. l.], v. 2, n. 1/2, p. 1–12, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9331>. Acesso em: 20 jun. 2024.
- MAINGUENEAU, D. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor, sociedade*. Trad. Marina Appenzeller. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MAINGUENEAU, D. *Cenas da enunciação*. Org. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola editorial, 2008a.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos Discursos*. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: parábola, 2008b.
- MAINGUENEAU, D. *Doze conceitos em Análise do Discurso*. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2010.
- MAINGUENEAU, D. *Variações sobre o Ethos*. Tradução: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2020.
- MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2010.
- NIETZSCHE, F. *Humano, demasiado humano*. Tradução: Antônio César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- ORLANDI, E. P. *Terra à vista - Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2008.
- PAVEAU, M.-A. *Linguagem e Moral: uma ética das virtudes discursivas*. Campinas/SP: Editora Unicamp, 2015.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, Clacso, 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf Acesso em: 20 jun. 2024.

O AUTOR

Jair Ferrari Júnior

Mestre em Estudos Linguísticos, na área de estudos do texto e do discurso, pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, *campus* São José do Rio Preto/SP, onde faz o doutoramento na mesma área.

Medicina Moderna, Práticas Discursivas e Subjetivação

Modern medicine, discursive practices and subjectivation

Medicina moderna, prácticas discursivas y subjetivación

RESUMO

A produção de discursos numa sociedade é historicamente controlada. Pautada no saber médico, a racionalidade científica continua atual para pensarmos na exclusão do sofrimento daqueles que adoecem. O presente ensaio articula a complexidade entre poder, conhecimento e subjetividade na prática médica, a partir da produção do discurso institucionalizado da clínica. Pretende-se ainda jogar luz ao debate de como os conceitos de biopoder, de Michel Foucault, e da psicopolítica, de Byung Chul-Han, nos ajudam a entender a atual crise de narrativa, diante do modelo neoliberal que marginaliza a experiência subjetiva em nome de uma pretensa liberdade individual do desempenho, culminando no adoecimento psíquico.

Palavras-chave: biopoder; desempenho; narrativa; psicopolítica; sofrimento; subjetivação.



Recebido em: 19 de abril de 2024
Aceito em: 21 de dezembro de 2024
DOI: 10.26512/les.v25i2.53589

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Juliana Guerra

juliana.guerra@fps.edu.br

<https://orcid.org/0000-0003-2387-1362>

Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS),
Recife, Pernambuco, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

The production of speeches in a society is historically controlled. Based on medical knowledge, scientific rationality remains current for us to think about excluding the suffering of those who fall ill. This essay articulates the complexity between power, knowledge and subjectivity in medical practice, based on the production of institutionalized clinical discourse. It is also intended to shed light on the debate on how the concepts of biopower, by Michel Foucault, and psychopolitics, by Byung Chul-Han, help us understand the current crisis of narrative, in the face of the neoliberal model that marginalizes subjective experience in the name of an alleged individual freedom of performance, culminating in psychological illness.

Keywords: biopower; performance; narrative; psychopolitics; suffering; subjectivation.

RESUMEN

La producción de discursos en una sociedad está históricamente controlada. A partir del conocimiento médico, la racionalidad científica sigue vigente para pensar en excluir el sufrimiento de quien enferma. Este ensayo articula la complejidad entre poder, conocimiento y subjetividad en la práctica médica, a partir de la producción de un discurso clínico institucionalizado. También se pretende arrojar luz sobre el debate sobre cómo los conceptos de biopoder, de Michel Foucault, y psicopolítica, de Byung Chul-Han, nos ayudan a comprender la crisis actual de la narrativa, frente al modelo neoliberal que margina la experiencia subjetiva. En nombre de una supuesta libertad individual de actuación, que culmina en una enfermedad psicológica.

Palabras-clave: biopoder; performance; psicopolítica; narrativa; sufrimiento; subjetivación.

Como citar:

GUERRA, J. Medicina Moderna, práticas discursivas e subjetivação, Brasília, v. 25, n. 2, p. 108-123, jul./dez. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Juliana Guerra

Av.Mal Mascarenhas de Moraes, 4861, Imbiribeira, Recife, PE, 51150-000, Brasil.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



INTRODUÇÃO

Para o pensamento hegemônico que comanda a prática médica, o doente não é visto como um ser único, pois a doença se sobrepõe a ele a ponto de não ser mais reconhecido. A racionalidade científica pautada no saber médico continua bastante atual para pensarmos na exclusão das subjetividades daquele que padece de uma doença. Com isso, a medicina ignora a dimensão social na qual o homem está inscrito, banindo o sofrimento como parte da dimensão humana e escondendo as doenças vivenciadas na experiência cotidiana em nome da felicidade e do bem-estar. O projeto médico da modernidade excluiu o sujeito da experiência de adoecimento; os indivíduos agora são apenas a doença que passou a ser entendida enquanto um corpo estranho e indesejado.

Na cisão entre a doença e o doente, o discurso médico também subtraiu do sujeito o saber sobre o patológico, relançando-o à autoridade da instituição médica. Ao adentrar nas reflexões de Foucault sobre as práticas discursivas da medicina, emergiram aspectos cruciais que moldaram esse conhecimento e ainda reverberam em nossa contemporaneidade, especialmente no que tange à subjetivação dos pacientes. O diálogo entre o pensamento foucaultiano e as ideias desenvolvidas sobre o sujeito do desempenho, o sofrimento e a psicopolítica nos ajudam a compreender a atual crise de narração (Han, 2015, 2021, 2023a, 2023b), que impacta na produção do discurso científico, exercendo domínio sobre os processos de subjetivação. A interlocução entre Foucault e Han lança luz sobre a complexidade das dinâmicas de poder e controle presentes no discurso médico e na prática clínica, enriquecendo a compreensão sobre os mecanismos que regem a relação entre saúde, narrativa e subjetividade.

O homem sofre porque passa a perceber a sua finitude. Como nos diz Foucault, **“não é porque caiu doente que o homem morre, é fundamentalmente porque pode morrer que o homem adocece”** (Foucault, 2008, p. 171, grifo nosso). O sofrimento, como uma dimensão intolerável na sociedade contemporânea, pactua com a linguagem que, além de representar, tem a função de criar laços discursivos entre os sujeitos e as coisas, de modo a estruturar um universo de sentido compatível com a vida. Muitas vezes, as fronteiras entre sofrimento e não sofrimento são indizíveis. **“A morte é o ponto de vista a partir do qual a doença se abria à verdade”** (Foucault, 2008, p. 174). Por isso, as práticas linguísticas produzem e reproduzem manifestações diversas da trindade vida-doença-morte.

Dar, portanto, visibilidade ao processo de adoecer, sofrer e morrer na contemporaneidade se faz importante, pois evidencia um conjunto de práticas que permite a enunciação de determinadas doenças, estando relacionado à produção e reprodução de discursos vindos de práticas sustentadas pela medicina moderna. Em consonância com as ideias de Foucault (2008, 2010, 2011a, 2014), sobretudo na fase arqueológica, em especial nas obras **O Nascimento da clínica** e **Arqueologia do saber**; e na fase genealógica em que ele estuda os mecanismos de

poder-saber nas sociedades modernas, período representado pelos livros **História da sexualidade: a vontade de saber** e **Vigiar e Punir**, pretende-se aprofundar as práticas discursivas e institucionalizadas na medicina moderna e ampliar o debate acerca do conceito de biopoder e da discussão da instauração do discurso da “vigilância médica”, que transforma não apenas a experiência com a doença e a atenção aos corpos, mas também as percepções da identidade.

Entre os pontos que se pretende jogar luz, destacam-se a contextualização da medicina higienista do Estado, a partir da instauração do discurso médico nas suas contingências históricas, e a repercussão disso no indivíduo que padece de uma doença e que adoece por não conseguir desempenhar o papel que o mesmo espera na contemporaneidade. Veremos também como o biopoder (Foucault, 2010) – que atua na gestão dos corpos para decidir quem vai viver e quem vai morrer¹ – dialoga com o conceito de psicopolítica, uma nova forma de poder relacionado ao neoliberalismo e à angústia da existência (Han, 2018). Por fim, faz-se necessária a reflexão acerca de como tais dinâmicas presentes no discurso médico atual operam na atualidade, objetivando o sofrimento humano e marginalizando a experiência subjetiva dos pacientes em nome de um modelo normativo e disciplinador.

1. DISCURSOS DE DOMINAÇÃO E CONTROLE

A produção de discursos numa sociedade é historicamente situada, organizada e controlada mediante procedimentos (Foucault, 2009). Na famosa aula inaugural², Foucault levanta a hipótese, que continua atual, de que em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, selecionada, organizada e redistribuída por procedimentos que têm por função conjurar seus poderes. O discurso não é o que manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é objeto do desejo; e visto que o “discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (Foucault, 2009, p. 10).

Ao se referir aos procedimentos como sendo

[...] os rituais da palavra, as sociedades de discurso, os grupos doutrinários e as apropriações sociais”, que dizem respeito às condições de funcionamento dos discursos, ou seja, às exigências impostas aos indivíduos que, por sua vez, selecionam aqueles que têm acesso a um determinado discurso, o autor nos diz que esses são “os grandes procedimentos de sujeição do discurso (Foucault, 2009, p. 44).

¹ A esse processo, foi cunhado o conceito de Necropolítica por Mbembe (2018) que faz referência ao uso do poder social e político para decretar, na distribuição desigual, como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer no sistema capitalista atual.

² **A Ordem do Discurso** (Foucault, 2009) é o resultado do discurso proferido por Michel Foucault da aula inaugural no *Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.

Essa apropriação dos discursos por categorias de sujeitos faz com que os discursos adquiram *status* científico de detentores da verdade ao evidenciar o desejo e as disputas pelo poder. O poder intencional e dotado de racionalidade afeta os sujeitos de diferentes formas. O discurso médico, por exemplo, não pode ser dissociado da prática de “rituais da palavra” que determina, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos para os sujeitos que falam.

Diferentemente do discurso da medicina, o discurso dos médicos coloca em questionamento o enunciado e o sujeito que fala, dando-lhe uma atribuição doutrinária. O sujeito que fala é questionado a partir do enunciado proferido por ele. Já o discurso da medicina, enquanto “disciplina”, teria procedimento de controle discursivo referente ao conteúdo do enunciado e não ao sujeito que fala. Foucault vai dizer que uma disciplina não é a soma de tudo o que pode ser dito de verdadeiro sobre alguma coisa, nem a medicina constituída de tudo que se pode dizer de verdadeiro sobre a doença (Foucault, 2009, p. 31). E adverte que tanto o sistema institucional da medicina quanto o sistema de ensino são sistemas de sujeição do discurso, onde os quatro grandes procedimentos citados se encontram articulados, a fim de garantir a distribuição e apropriação dos discursos. Como ele nos diz:

O que é afinal um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes (Foucault, 2009, p. 44-45).

Para entender as coerções do discurso a que estão submetidos os sujeitos em questão, destacamos, inicialmente, a obra **O nascimento da clínica** através da qual Foucault (2008) procura examinar um novo tipo de configuração que caracteriza a medicina moderna e suas conexões com o surgimento de novas formas de conhecimento e novas práticas institucionais. Nela, é investigada a constituição da racionalidade anátomo-clínica, que possibilitou a construção do saber médico nas sociedades modernas, um saber que tem por objeto a doença ou o indivíduo como corpo doente. A experiência clínica se arma para explorar o espaço tangível do corpo, que é “[...] ao mesmo tempo essa massa opaca em que se ocultam segredos, invisíveis lesões e o próprio mistério das origens” (Foucault, 2008, p. 135). Esse saber informa e conforma o discurso dos sujeitos da pesquisa na sua referência de adequação ao discurso da medicina enquanto “disciplina” científica.

Em pauta: o campo de investigações de Foucault é o “saber”, ou seja, a “formação discursiva”, cuja positividade³ é uma “prática discursiva”, que encerra regras de formação dos objetos, dos modos enunciativos, dos conceitos, dos temas e teorias. Embora o saber possa dar lugar à ciência, este não é seu destino necessário. Em sua análise arqueológica, o saber está sempre referido a uma “prática discursiva”, determinada como “um conjunto de regras anônimas,

³ Han (2015) descreve o **excesso de positividade** como um dos maiores males do nosso tempo, tornando-nos produtores do nosso próprio adoecimento, como veremos adiante.

históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 2008, p. 136). Ou seja, a mudança ocorrida no saber médico é articulada às práticas sociais, em especial, à reorganização do ensino, do exercício da profissão médica e da instituição hospitalar.

As práticas sociais foram relevantes na estruturação de uma experiência médica coletiva, que uniu o ensino e a assistência. Neste sentido, no nível institucional, uma nova articulação se evidencia: o hospital – até então órgão de assistência ao pobre e de preparação para a morte – torna-se local privilegiado de exercício da medicina tanto do ponto de vista da cura quanto do ensino. Deslocamento histórico, portanto, da medicina clássica – que tem como objeto a doença considerada como essência abstrata – para a medicina clínica, um saber sobre o indivíduo como corpo doente exigindo uma intervenção que dê conta de sua singularidade. Ao mesmo tempo, uma mutação paralela e complementar se delineia: o nascimento de uma medicina do espaço social, a consciência explícita da doença como problema político e do médico como autoridade administrativa fundada na competência de seu saber:

Nem todos os poderes de um espaço visionário por meio do qual se comunicavam médicos e doentes desapareceram; foram deslocados e como que encerrados na singularidade do doente. [...] o vínculo fantástico do saber com o sofrimento, longe de ter rompido, é assegurado por uma via mais complexa do que a simples permeabilidade das imaginações; a presença da doença no corpo, suas tensões, suas queimaduras, o mundo surdo das entranhas, todo o avesso negro do corpo, que longos sonhos recobrem, são tão contestados em sua objetividade pelo discurso redutor do médico quanto fundados como objetos para seu olhar positivo (Foucault, 2008, p. VII).

Sobre esse deslocamento, Foucault questiona qual o momento em que a modificação semântica se transforma e se reconhece em discurso racional. Para apreender a alteração do discurso quando esta se produziu, é preciso dirigir-se à região em que as “coisas” e as “palavras” ainda não se separaram, onde, no nível da linguagem, modo de ver e modo de dizer ainda se pertencem. Ao questionar a “distribuição originária do visível e invisível, na medida em que está ligada à separação entre o que se enuncia e o que é silenciado; surgirá então, em uma figura única, a articulação da linguagem médica com seu objeto” (Foucault, 2008, p. VIII). As figuras da dor, portanto, não são exorcizadas em benefício de um conhecimento neutralizado; foram redistribuídas no espaço em que se cruzam os corpos e os olhares, mudando a configuração em que a linguagem se apoia entre o que fala e aquilo de que se fala.

A passagem da época clássica à modernidade, ocorrida no final do século XVIII, marcará uma reconfiguração da doença – objeto do saber médico -, que sairá do espaço de representação para o espaço concreto e objetivo do corpo retificado do indivíduo doente (Foucault, 2008). E novamente o conhecimento caminha para um espaço exterior ao indivíduo. Não mais no nível dos sinais e dos sintomas de seu tratamento, mas nas análises das informações estatísticas e

biológicas, com intuito de diagnosticar. Nesse sentido, o médico desempenha o papel de conselheiro higienista, chamado para opinar na vida das pessoas. “Será preciso que cada cidadão esteja informado do que é necessário e possível saber em medicina” (Foucault, 2008, p. 33). Assim, podemos compreender essa transformação da tríade sofrimento, doença e morte através do longo percurso do “poder disciplinar” aperfeiçoado como uma técnica no decorrer do tempo.

A disciplina como técnica de exercício do poder tem por função não mais controlar os gestos e os corpos, mas o pensamento, a criação e as manifestações do sofrimento por meio do discurso. Ou seja, é a objetividade científica que determina essas relações de poder em nome do saber e da “verdade absoluta”, negligenciando as experiências subjetivas (e as falas) dos pacientes em favor de narrativas médicas dominantes. Na contemporaneidade, já não faz sentido que o indivíduo seja cronometrado regularmente. No entanto, a necessidade de controlar parece exigir medidas disciplinares cada vez mais refinadas (Foucault, 2011b). Em consequência disso, observam-se sutis tentativas de destituição do homem da sua condição de sujeito para transformá-lo em paciente.

No discurso foucaultiano, os “discursos da verdade” da sociedade pelos quais se apoia o saber médico destitui o indivíduo doente de qualquer caráter de subjetivação. Até o sofrer é uma prerrogativa do médico cuja escala de dor é medida de forma quantitativa. É justamente por meio dessa linguagem, comportamento e valores que as relações de poder são constituídas, aprisionando, portanto, os sujeitos (Foucault, 2011b).

Com o advento da medicina científica e das novas práticas institucionais, o paciente foi desvinculado do seu sofrimento. Segundo o desenho nosográfico preestabelecido à época, para conhecer a “verdade do fato patológico”, o médico abstraiu o sujeito, uma vez que aspectos como temperamento, fala e hábitos confundiam a identificação da doença. O papel dessa nova lógica médica que se configurava (até hoje vigente) era neutralizar essas perturbações, mantendo o sujeito distante para que a forma ideal da doença surgisse aos olhos do médico. Alicerçada no status de ciência produtora de conhecimento sobre o homem, essa área de conhecimento funda discursos em que a subjetividade, historicamente articulada com o tempo, caia no esquecimento (Foucault, 2008). Diante da racionalidade que se iniciava, o olhar clínico passou a se dirigir exclusivamente para o corpo, representado como o lugar da doença.

O paciente, com suas percepções sobre o seu “mal”, dores e sofrimentos diante da fragilidade da vida, foi silenciado. Os sintomas adquiriram os significados de determinantes naturais das doenças e passou a representar apenas um sinal de uma determinada patologia, deixando de lado a articulação entre o sujeito e o sofrimento. Ao se desprender da metafísica, “a doença vai encontrar na visibilidade da morte a forma plena em que seu conteúdo aparece em termos positivos” (Foucault, 2008, p. 216). A linguagem passa a ganhar uma correlação objetivamente fundada entre o visível e enunciável de um novo uso do discurso científico fundado na experiência. “[...] O equilíbrio da experiência desejava que o olhar colocado sobre o indivíduo e a linguagem da descrição repousasse no fundo estável, visível e legível da morte” (Foucault, 2008, p. 216). A

condição histórica de uma medicina positiva é constituída através dessa estrutura articulada pelo espaço, pela linguagem e pela morte. Assim, foi decisivo que o primeiro discurso científico enunciado pela cultura ocidental sobre o indivíduo tenha tido de passar pelo momento da morte.

É que o homem ocidental só pôde se constituir a seus próprios olhos como objeto da ciência, só se colocou no interior de sua linguagem e só se deu, nela e por ela, uma existência discursiva por referência à sua própria destruição. [...] da colocação da morte no pensamento médico nasceu uma medicina que se dá como ciência do indivíduo. E, de modo geral, a experiência da individualidade na cultura moderna está talvez ligada à da morte (Foucault, 2008, p. 217).

O conjunto de descrições do discurso médico não parou de se deslocar com os progressos do conhecimento das ciências básicas que apoiam a clínica por conta da existência de enunciados heterogêneos, como narrações biográficas, interpretação e recorte dos signos, raciocínios por analogia e verificações experimentais (Foucault, 2010). Aos poucos, o médico foi se afastando do seu lugar de registro e de interpretação da informação, uma vez que foram constituídas “massas documentárias, instrumentos de correlação e técnicas de análise que ele tem, certamente, que utilizar, mas que modificam, em relação ao doente, sua posição de sujeito observante” (Foucault, 2010, p. 38). O saber é, portanto, um domínio onde o sujeito é necessariamente situado e nesse sentido, o saber da medicina clínica define para o sujeito do discurso médico o conjunto das funções de observação, interrogação, decifração, registro e decisão, que podem ser exercidas pelo sujeito do discurso médico. “[...] Um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso” (Foucault, 2010, p. 204). Sendo assim, não há saber sem prática discursiva definida; é essa prática que pode ser definida pelo saber que ela forma.

2. POR UMA GENEALOGIA DO PODER: DO BIOPODER À PSICOPOLÍTICA

Ao investigar a relação entre a prática médica e a produção dos discursos, vimos que não há apenas um saber sendo exercido, mas também um poder que normaliza. A partir dos trabalhos de Foucault (2011a, 2014) em sua fase genealógica, em especial, **Vigiar e Punir e História da Sexualidade: a vontade de saber**, podemos situar a produção discursiva na clínica médica quando os sujeitos falam não só como uma racionalidade dada por um saber, mas também conforme “dispositivos institucionais e estratégias discursivas”, que fazem funcionar “discursos múltiplos, entrecruzados, sutilmente hierarquizados e todos estreitamente articulados em torno de um feixe de relações de poder” (Foucault, 2011a, p. 32).

As instâncias discursivas muitas vezes produzem e organizam silêncios para produzir poder e fabricar saber e assim interditá-los, situando-os historicamente. Esses mecanismos, denominados de tecnologia disciplinar, mostram um conjunto de técnicas que visam à sujeição dos indivíduos para que eles se tornem úteis e obedientes (Foucault, 2014). Na instituição hospitalar, percebe-se o saber médico se articulando ao poder disciplinar e normalizador. O hospital se organiza assim

para a ação médica, que observa o doente, coordena os cuidados e impede o contágio. É preciso separar os corpos para torná-los visíveis para observação.

As sanções normalizadoras na investigação de Foucault incidem, principalmente, sobre o uso “micropenal” do tempo (atrasos, ausências), sobre aspectos do como se realiza a atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), sobre a maneira de ser (grosseria, desobediência), sobre os discursos (tagarelice, insolência), sobre o corpo (atitudes “incorretas”, gestos não-conformes, sujeira) e sobre a sexualidade (imodéstia, indecência) (Foucault, 2014, p. 159). O saber está sempre articulado ao poder, formando essa dupla ontologia saber/poder. O alvo não se limita aos pacientes, mas também aos estudantes e médicos, cujas técnicas servem como instrumento essencial na realização de seus fins institucionais determinados.

Com “[...] o jogo moderno das coerções sobre os corpos, os gestos e os comportamentos” (Foucault, 2014, p. 170), o poder disciplinar pretende a homogeneização, a normalização e, nesse sentido, as diferenças individuais são, para ele, não só pertinentes como úteis. Estamos falando de uma ordem que estabelece a cada um seu lugar, a cada um seu corpo, a cada um sua doença e a cada um sua morte.

O conceito de biopoder (e biopolítica)⁴, cunhado originalmente por Foucault (2011a) em **História da sexualidade: a vontade de saber**, uniu-se às reflexões sobre as práticas disciplinares que se voltavam para o corpo do indivíduo e para a normalização do mesmo por meio das instituições modernas. As disciplinas centravam-se “no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (Foucault, 2011a, p. 151). Só foi possível constituir um saber sobre o corpo através de um conjunto de disciplinas.

O “poder disciplinar” coloca o problema de uma relação específica de poder sobre os indivíduos enclausurados, que incide sobre seus corpos, utilizando uma tecnologia própria de controle. “É a partir de um poder sobre o corpo que foi possível um saber fisiológico, orgânico” (Foucault, 2011a, p. 149). Se a disciplina agia sobre os indivíduos, o biopoder passa a agir sobre a espécie, “[...] no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e com suporte dos processos biológicos” (Foucault, 2011a, p. 152). E sobre esse corpo-espécie, o biopoder cuidava de processos como nascimentos e mortalidades, da saúde da população (doenças e epidemias, por exemplo), da longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar. Tais processos foram assumidos diante de uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população.

⁴ O biopoder centra-se no corpo como máquina e em seu adestramento. Enquanto a biopolítica está focada no coletivo em busca de controles reguladores para a população. Foucault (2011a) caracteriza a biopolítica e o biopoder como a preocupação de garantir a continuidade da espécie humana. Ou seja, por meio de biopoderes locais, a biopolítica se ocupará da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas.

Modificá-lo, transformá-lo, aperfeiçoá-lo eram objetivos do biopoder, e, é claro, produzir conhecimento, saber e discursos sobre ele para melhor manejá-lo. Nesse sentido, o poder sobre a vida se constitui e se desenvolve a partir das normas acerca do corpo e das populações. Para Foucault (2011a), a potência da morte, antes simbolizada pelo poder soberano, passa a ser recoberta pela administração dos corpos e, conseqüentemente, da vida. E é por meio da ação discursiva que a biopolítica do Estado decide sobre as intervenções de saúde da população, como visto recentemente na pandemia da Covid-19, quando a necropolítica se fez presente no estado brasileiro.

Assim como a disciplina foi necessária na docilização do corpo produtivo, o biopoder foi fundamental para a evolução do capitalismo, por meio do controle dos corpos da população no aparelho da produção, de forma a moldá-los aos processos econômicos. A entrada da vida na história se deu através do campo das técnicas políticas, o que permitiu que os processos da vida fossem dominados por procedimentos de saber e poder. É exatamente nessa reflexão que o fator biológico vai refletir no político.

O fato de viver não é mais sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção de poder. Este não será mais somente a volta com sujeitos de direito sobre os quais seu último acesso é a morte, porém com seres vivos, e o império que poderá exercer sobre eles deverá situar-se no nível da própria vida; é o fato de poder encarregar-se da vida, mais do que a ameaça da morte, que lhe dá acesso ao corpo (Foucault, 2011a, p. 155).

O direito da morte se apoia nas exigências de um poder que gere a vida. Nas sociedades disciplinares, no entanto, o poder sobre a vida não vai mais se voltar para os momentos em que ela pode ser extinta. Ao contrário, o biopoder vai administrar a vida de forma controlada para que possa ser incluída nos aparelhos de produção capitalista. De fato, não se trata mais de uma lei que vise à morte, trata-se de “[...] distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade” (Foucault, 2011a, p. 157). É uma lei normalizadora, uma instituição judiciária, que vai se utilizar de diversos aparelhos (médicos, administrativos etc.) para regular a vida, uma vez que uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida:

O que é reivindicado e serve de objetivo é a vida, entendida como as necessidades fundamentais, a essência concreta do homem, a realização de suas virtualidades, a plenitude do possível. Pouco importa que se trate ou não de utopia: temos aí um processo bem real de luta; a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada para o sistema que tentava controlá-la (Foucault, 2011a, p. 158).

Esse processo que levou à vida ao objeto máximo das investidas das tecnologias do poder, também a colocou no centro das lutas contra esse poder. A razão pela qual a questão do homem foi colocada deve ser buscada dentro da historicidade humana, infiltrada por suas técnicas de saber e poder. A vida, os direitos sobre ela, sobre o corpo, a felicidade, o ser vivo, se transformaram no

foco das lutas políticas, das resistências, presentes na atualidade. Como reivindica o próprio Foucault, é a vida – como objeto político – que deve ser entendida “como a plenitude do possível”. E essa proliferação de tecnologias políticas investidas sobre o corpo, a saúde e as condições de vida impacta diretamente o nosso espaço de existência.

Por meio dos conceitos de “biopoder”, da “biopolítica da população”, da “anátomo política do corpo” e do “cuidado de si”, são percebidos os processos de subjetivação a partir de um poder atuando na produção de discursos e de corpos aprisionados. Ou seja, esse processo de sujeição ao qual Foucault (2011a) se debruçou, inicialmente com a ética do cuidado de si e mais adiante na genealogia da hermenêutica do sujeito⁵, vai encontrar na “psicopolítica” do filósofo coreano Han (2015, 2018) o “sujeito do rendimento”, fruto do neoliberalismo dominante na atualidade. Ao contrário de silenciar e reprimir, é em nome da otimização do indivíduo que se dá a captura das “técnicas de si”, estimulando-o a participar, a compartilhar suas emoções e a narrar sua própria vida. Na “psicopolítica”, o que estão em jogo são as técnicas de poder sobre a psique. É justamente esse o marco na transição da sociedade da disciplina para a sociedade do desempenho, onde se situa o sujeito do rendimento: o aumento do mal-estar e do sofrimento psíquico dos indivíduos (Han, 2015).

O neoliberalismo é a racionalidade dominante que condiciona as subjetividades e as perspectivas individuais e grupais. Sobre o projeto neoliberal, este é “[...] uma forma mais eficiente de subjetivação e sujeição” (Han, 2018, p. 9), uma vez que “[...] o neoliberalismo, como mutação do capitalismo, torna o trabalhador em empreendedor” (Han, 2018, p. 14), criando o “neossujeito”, o empreendedor de si. É interessante notar que ao longo dos anos, o processo de sujeição se inverteu, passando a ser internalizada. E isso explica a razão de tanto sofrimento mental na atualidade, justificado pelo excesso de positividade.

Segundo Han (2015), a sociedade disciplinar de Foucault, feita de hospitais, asilos e presídios, não existe mais. Em seu lugar, encontram-se academias de fitness, escritórios, bancos, aeroportos, shopping centers e laboratórios de genética. Os sujeitos de obediência são chamados hoje em dia de sujeitos de desempenho e de produção. “A sociedade disciplinar é uma sociedade da negatividade. É determinada pela negatividade da proibição. A sociedade do desempenho, ao contrário, produz depressivos e fracassados” (Han, 2015, p. 14-15). Na perspectiva do desempenho e da produtividade há um estado de constante autoexploração e autovigilância.

Nesse contexto, o discurso clínico desempenha um papel importante na promoção do autocuidado e da responsabilidade individual pela saúde, contribuindo para a internalização desses ideais e para a produção de sujeitos disciplinados e autocontrolados. Utilizada na fala médica e na

⁵ A genealogia foucaultiana da hermenêutica do sujeito parte da ideia de que existe uma essência na alma do indivíduo, que se desdobraria ao longo da vida e que poderia ser descoberta pelo autoconhecimento e pela confissão. Sua crítica do cristianismo permitiu entender como se formou historicamente uma noção de sujeito – o “sujeito de desejo” –, associada à ideia da culpa e do pecado, levando à exigência da renúncia de si como forma de purificação e de salvação (Foucault, 2004, 2011a).

mídia, a linguagem metafórica da doença representa um mal a ser combatido. “Os sentimentos relacionados com o mal são projetados numa doença. E a doença (assim enriquecida de significados) é projetada no mundo” (Sontag, 1984, p. 38). O discurso médico contribui para a doença se tornar réu, mas ao doente também cabe a culpa. Assim, é atribuída ao doente tanto a responsabilidade de ter caído enfermo quanto a de curar-se.

São as noções punitivas da doença. As pessoas são estimuladas a acreditar que elas adoecem porque (inconscientemente) querem adoecer, que podem curar-se pela mobilização da vontade, e que podem escolher entre morrer e não morrer da doença. No moderno discurso político, é assumida a noção punitiva do adoecer, a saber: “[...] a da doença, não como um castigo, mas como um signo do mal, algo a ser punido” (Sontag, 1984, p. 50). Da linguagem produzida pelo discurso médico ao longo da história, as metáforas bélicas contra o próprio corpo assumiram um protagonismo ao serem usadas para se referir ao enfrentamento de doenças, como aconteceu recentemente na pandemia da Covid-19, e como ocorre com o câncer. “Travar uma batalha contra o câncer” ou “perdeu a luta contra a Covid” são termos naturalizados e usados comumente no cotidiano.

Na atualidade, vencer o inimigo implica lutar suficientemente bem, conhecer o adversário e dispor de estratégias que garantam a vitória. “[...] Quando a doença ‘vence’, o fracasso se impõe, desconsiderando o que resta da existência do paciente e de todos os recursos focados no esforço que demanda a guerra” (Sontag, 1984, p. 63). Na sociedade do desempenho, a “psicopolítica” traduz a expressão de um novo tipo de controle que incide não apenas sobre os corpos, mas, principalmente, sobre as mentes, movendo-se em torno da liberdade. “As doenças psíquicas, como depressão ou burnout, são expressões de uma profunda crise de liberdade” (Han, 2023b, p. 10).

O neoliberalismo apresenta a proposta de um homem livre das imposições alheias. Uma liberdade que legitima novas formas de coação e submissão. O que passa a existir no modelo neoliberal é a ideia de que o sujeito é servo apenas de si mesmo. As relações de poder continuam em jogo ainda que disfarçadas na sua própria manifestação, e atuam silenciosamente. Embora nossa condição seja a de sujeitos submissos, somos continuamente projetos livres. Mas, mesmo sendo livres das coerções externas e da restrição imposta pelo outro, lidamos com a sujeição internalizada, pois ela resulta “[...] das obrigações do desempenho” (Han, 2018, p. 8). A psicopolítica é o poder inteligente que produz emoções positivas e as explora, seduzindo e indo ao encontro do sujeito. Em vez de tornar as pessoas obedientes, esse poder as deixa dependentes (Han, 2023b). Nesse contexto, os mecanismos de vigilância e controle não são exercidos exclusivamente pelas instituições sanitárias ou disciplinares, mas se transferem para os meios digitais de comunicação. E é nesse mundo digital onde somos afetados por uma crise de narração (Han, 2023a).

Formada por consumidores solitários, a sociedade da informação contemporânea valoriza a “contemplação ritual que ratifica o conteúdo coletivo da consciência” e dá lugar a uma comunicação excessiva, regida por narrativas neoliberais (como a do desempenho) que impossibilitam a criação

de um “nós” e que desarticulam a solidariedade: “[...] quando todos reverenciam religiosamente a si mesmos e são sacerdotes de si mesmos, quando todos se produzem, se performam, nenhuma comunidade estável pode ser formada” (Han, 2023a, p. 25). É assim que uma “comunidade sem comunicação” dá lugar a uma “comunicação sem comunidade”.

Narrar e escutar histórias se condicionam mutuamente. A comunidade narrativa é uma comunidade de ouvintes atentos. Uma atenção especial é inerente à escuta cuidadosa. Quem escuta atentamente, esquece de si mesmo e se afunda naquilo que escuta (Han, 2023a, p. 25-26).

Em diálogo aberto com Walter Benjamin, Han se pergunta até que ponto não poderíamos pensar em “toda doença” como um “[...] bloqueio interno que pode ser removido por meio do ritmo da narração”, pois “[...] a cura também é a mão que narra, um poder de cura incomum que emana das mãos de uma senhora” e “[...] a mão que narra libera a tensão, a congestão e o endurecimento. Ela traz as coisas de volta aos eixos” (Han, 2023a, p. 112). A psicanálise, as narrativas religiosas que oferecem conforto e esperança, a mãe que narra histórias para a criança doente e mesmo as teorias da conspiração são exemplos do poder terapêutico da narração; as narrativas de crise servem exatamente para a superação das mesmas e “[...] as preocupações são despojadas de sua facticidade opressiva ao serem colocadas em uma aparência narrativa” (Han, 2023a, p. 115). Hoje, apenas a psicoterapia e a psicanálise “[...] mostram reminiscências do poder curativo da narração” (Han, 2023a, p. 115).

Na atualidade, não há mais a paciência para narrar, nem para estar à escuta, um fazer ativo e não um estado passivo. A escuta se concentra principalmente na pessoa, no “quem do outro”, que “[...] inspira o outro a narrar e abre um espaço de ressonância no qual quem narra se sente visado, sente que lhe escutam, e até mesmo se sente amado” (Han, 2023a, p. 117). A crise de narração tem afetado o campo da saúde, cujo tempo está cada vez mais fragmentado. Os médicos já não dispõem de tempo para uma escuta genuína da história do paciente. Do ponto de vista do adoecimento, quando o sujeito adoece, há a sensação de fracasso diante da sociedade positiva. A liberdade de se cuidar, tão presente nas informações que sufocou o espírito narrativo, não foi suficiente no desempenho de se manter saudável, levando-o à falha e, conseqüentemente, a uma sensação de perdas e sofrimento (Han, 2023a).

As formas de sofrimento impedem a produtividade e não produzem novas maneiras de prazer, seja fisicamente ou emocionalmente; por isso são tidas como experiências que precisam ser eliminadas. Essa intolerância coletiva ao fenômeno da dor leva as pessoas a se anestesiarem. O neoliberalismo estimula o empenho contra a dor e o sofrimento, já que sofrer atrapalha o desempenho e dissolve o sujeito da experiência, levando-o a desaprender como narrá-la. “[...] A anestesia universal da sociedade leva a poética da dor ao desaparecimento completo” (Han, 2023a, p. 71).

Esse assunto continua reservado às práticas institucionalizadas da racionalidade científica. “[A dor] é desverbalizada e tornada em um assunto de técnica médica. Analgésicos antecedem à narrativa, à fantasia, e fazem adormecer” (Han, 2021, p. 71-72). A relação que o indivíduo contemporâneo estabelece com o sofrer transforma o fenômeno em manifestações desagradáveis, porém útil ao discurso médico – o grande detentor da verdade científica sobre a linguagem da dor e do sofrimento. Isso justifica a medicalização e a tendência médica de biologizar expressões, comportamentos e formas de agir dos sujeitos sociais.

O que restou foi apenas a objetividade, a métrica e a verdade médica como referenciais para validar como se configura a dor e o sofrimento, de acordo com a própria racionalidade. Sob essa perspectiva, a narrativa médica se desenvolve em torno da ideia de definir o que é dor, independentemente da verdade do sujeito em sofrimento, para depois eliminá-la a todo custo. Essa guerra declarada ao desagradável inaugura o comportamento algofóbico, “uma angústia generalizada da dor” que deve ser expurgada. Em nome do bem-estar são utilizados medicamentos nos saudáveis até então usados para outros fins, pois “[...] a dor é vista como um sinal de fraqueza” (Han, 2021, p. 9).

É clara a influência exercida pelo campo da medicina sobre a forma como nos sentimos e percebemos o mundo, a partir do momento em que na sociedade positiva a dor é entendida como um signo cultural, cujo sentido social extrapola a sua manifestação física. “Espírito é dor. O espírito só chega a um conhecimento novo, a uma forma mais elevada de saber e de consciência por meio da dor” (Han, 2023a, p. 75). Sem a dor, segundo o autor, não é possível o conhecimento, nem a experiência, que pressupõe a negatividade da dor.

Os processos da psicopolítica adquirem ainda mais relevância no debate ao evidenciar como as práticas e instituições médicas se tornaram parte integrante desse novo regime de poder, sobretudo, na questão de como se constrói o discurso da medicalização como uma narrativa que se propõe verdadeira acerca do mal-estar na sociedade do desempenho. Han (2021, 2023b) argumenta que a medicina contemporânea não se limita apenas ao tratamento de doenças físicas, mas se expandiu para abranger a própria existência humana.

Nesse sentido, a medicalização não se restringe ao corpo, mas também se estende aos aspectos psicológicos (Han, 2021). Assim, a medicina se tornou um instrumento de normalização e controle das subjetividades, intervindo não apenas no corpo doente, mas também na mente e nas emoções dos indivíduos. A tendência contemporânea de patologizar o sofrimento emocional transforma em um problema médico a ser tratado com medicamentos. Essa medicalização do sofrimento contribui para ocultar as causas sociais e políticas, desviando a atenção das estruturas de poder que o produzem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lógica neoliberal, que enfatiza a competição e o individualismo, está intrinsecamente ligada à crise de saúde mental na sociedade contemporânea (Han, 2023a). Nesse sentido, o discurso médico não apenas reflete, mas também reforça a ideia ao promover uma abordagem individualista e biologicista da saúde, que desconsidera os determinantes sociais e políticos do bem-estar psicológico. Se o biopoder é caracterizado por proibições e regras de conduta ordenada e saudável, o psicopoder se apresenta de forma positiva, permitindo e autorizando a ação, desencorajando restrições em nome da pretensa liberdade.

Em vez de oprimir, busca-se libertar e motivar a positividade; em vez de punir erros e excessos, busca-se manter a sensação de gratificação para promover a dependência. Enquanto o biopoder opera por meio de emoções negativas como o medo da punição e da morte, o psicopoder se orienta através de emoções positivas, como euforia e participação. A psicopolítica traz um novo tipo de mal-estar, onde o fazer se torna um dever, coagindo ao poder em todas as áreas e deixando de lado os limites da disciplina em nome da liberdade.

O capitalismo da informação abordado por Han (2018) é também um capitalismo emocional, com emoções muito bem definidas. Ao contrário do capitalismo industrial, com sua exploração do trabalho, ou do capitalismo protestante que via no sofrimento uma fonte de virtude, o capitalismo da informação se baseia em emoções positivas e reproduz um discurso sobre liberdade e euforia, a liberdade de se cuidar e de promover a própria saúde.

Vive-se na busca incessante pela gratificação, o que eventualmente leva o sujeito do desempenho ao esgotamento mental, angustiado pela necessidade de realizar cada vez mais, incapaz de renunciar a opções. Em nome da produtividade e da liberdade, instaura-se o mal-estar generalizado que se manifesta de diversas formas. Seja na normalização da autoexploração ou no cansaço decorrente da obrigação de fazer. E se a ação não for cumprida, o sentimento é de fracasso por não ter desempenhado bem o papel esperado (por si próprio).

Diante desse cenário, torna-se crucial repensar os modelos de cuidado em saúde, levando em conta o processo pelo qual ocorre a produção do discurso médico, pautado na racionalidade científica, que interfere diretamente na subjetivação do doente. É necessário incorporar uma abordagem que reconheça a singularidade de cada indivíduo e sua experiência subjetiva de adoecimento. Isso implica não apenas considerar os aspectos biológicos das doenças, mas também os contextos sociais, culturais e emocionais que as envolvem..

REFERÊNCIAS

- BOLTANSKI, Luc. *As classes sociais e o corpo*. Rio de Janeiro: Graal, 2010.
- FOUCAULT, Michael. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAULT, Michael. **A hermenêutica do sujeito**. Tradutores Salma Tannus Muchail, Márcio Alves da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2009.

- FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 2011a. v. 1.
- FOUCAULT, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2011b.
- FOUCAULT, Michael. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.
- HAN, Byung-Chul. **A crise da narração**. Petrópolis: Vozes, 2023a.
- HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Petrópolis: Vozes, 2018.
- HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica**: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder. Belo Horizonte: Âyné, 2023b.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade paliativa**: a dor hoje. Petrópolis: Vozes, 2021.
- MACHADO, Renato. Por uma genealogia do poder. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro, Graal, 2011b. p. XXI
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.
- SONTAG, Susan. **A doença como metáfora**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

A AUTORA

JULIANA DE FARIAS PESSOAS GUERRA

Juliana Guerra, jornalista, doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, Docente da Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS). Atua na área de comunicação e saúde. Pesquisa processos de subjetivação na contemporaneidade.

E-mail: juliana.guerra@fps.edu.br

Perspectivas intersubjetivas respecto del impacto de la sequía en comunidades rurales del Centro Norte de Chile

*Perspectivas intersubjetivas sobre o impacto
da seca nas comunidades rurais do centro-
norte do Chile*

*Intersubjective perspectives in regards to the
impact of the long-lasting drought in the rural
communities located in the central-north part of
Chile*

RESUMO

Desde aproximadamente 2010, o centro-norte do Chile tem sido gravemente atingido por uma seca que afetou intensamente as áreas urbanas e afetou profundamente a vida rural entre 2019 e 2021. Por meio de entrevistas com membros de comunidades rurais da área de Combarbalá, localizada no sopé do centro-norte do Chile, exploramos discursos orais sob a perspectiva da Linguística Sistêmico Funcional (LSF) para identificar e analisar os recursos dialógicos, mapeados pelo Sistema COMPROMISSO, que contribui para construir o impacto da seca através das vozes dos autores e destinatários desses discursos orais.

Palavras-chave: Linguística Sistêmica Funcional, Sistema de COMPROMISSO, Posicionamento intersubjetivo, Discurso oral, Seca.



Recebido em: 28 de fevereiro de 2024
Aceito em: 18 de maio de 2024
DOI: 10.26512/les.v25i2.52764

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

María Cristina Arancibia

maranca@uc.cl

<https://orcid.org/0000-0002-1056-7497>

Pontificia Universidad Católica de Chile,
Santiago, Chile

ARTIGO

ABSTRACT

Since approximately 2010, north-central Chile has been severely hit by a drought that intensely affected urban areas and profoundly affected rural life between 2019 and 2021. Through interviews with members of rural communities in the Combarbalá area, located in a foothills area of central-northern Chile, we explore oral discourses from the perspective of Systemic Functional Linguistics (SFL) to identify and analyze the way in which resources dialogic, mapped by the ENGAGEMENT system, contribute to construct the impact of the drought through the voices of authors and recipients of these oral discourses.

Keywords: Functional Systemic Linguistics, ENGAGEMENT system, Intersubjective positioning, Oral discourse, Drought.

RESUMEN

Desde aproximadamente el año 2010, el centro-norte de Chile se ha visto fuertemente azotado por una sequía que afectó intensamente las áreas urbanas y profundamente la vida rural entre los años 2019-2021. Mediante entrevistas a miembros de comunidades rurales de la zona de Combarbalá, ubicada en un área precordillerana del centro-norte de Chile, exploramos los discursos orales desde la perspectiva de la Lingüística Sistémico Funcional (LSF) para identificar y analizar los recursos dialógicos, mapeados por el sistema de COMPROMISO, que contribuyen a construir el impacto de la sequía a través de las voces de autores y receptores de estos discursos orales.

Palabras clave: Lingüística Sistémico Funcional, Sistema de COMPROMISO, Posicionamientos intersubjetivos, Discurso oral, Sequía.

Como citar:

ARANCIBIA, María Cristina. Perspectivas intersubjetivas respecto del impacto de la sequía en comunidades rurales del Centro Norte de Chile. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 124-141, jul./dez. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



INTRODUCCIÓN

El propósito de este artículo es explorar la manera en que miembros de comunidades rurales se posicionan intersubjetivamente frente al impacto que ha tenido la sequía en su comunidad y anticipan una audiencia más o menos alineada con sus perspectivas epistemológicas y axiológicas. Adoptamos los principios de la Lingüística Sistémico Funcional (LSF), siguiendo la propuesta de Halliday (1978; 1994) y Halliday y Matthiessen (2014) que definen el lenguaje como un sistema semiótico¹ estratificado, entre cuyas funciones se encuentra la representación de la experiencia humana en el mundo (metafunción ideacional), la representación de las relaciones con el entorno natural y social (metafunción interpersonal) y la organización de los recursos lingüísticos en los modos escritos y oral (metafunción textual) como una red de opciones. De manera particular, en esta investigación, se examinan los significados interpersonales mapeados por el sistema de VALORACIÓN (Martín; White, 2005); específicamente, aquellos recursos modelados por el subsistema de COMPROMISO, a la luz de investigaciones posteriores, aportadas por White (2003, 2010, 2021), Oteíza y Pinuer (2019) y Oteíza (2021, 2023).

La exploración de la dialogicidad en conversaciones con campesinos que habitan parte del área conocida como norte chico en Chile es relevante en esta investigación, puesto que la crisis hídrica que afecta a poblaciones rurales, según estudios que aporta la geografía humana (Opplinger et al, 2019) y la historia (Chonchol, 2017; Jarvis, 1985; Robles-Ortíz, 2020,) se asienta en factores socio naturales. Por una parte, la crisis hídrica es el resultado de una alteración en las precipitaciones que se registraban históricamente en la zona, las cuales han disminuido notablemente por efecto del cambio climático; por otra parte, este cambio climático, es hasta cierto punto resultado de la labor extractiva del ser humano que se hace más intensa con el desarrollo industrial (Crutzen, 2002; Zalasiewicz et al, 2018). En el caso del centro-norte de Chile, la sequía actual es efecto de una estructura social profundamente vinculada a una mirada de mercado que lleva más de 70 años tratando de desarticular formas tradicionales de vida rural (Bolados et al, 2018), a través de la explotación minera y la agroindustria.

Nos proponemos en este artículo responder las siguientes preguntas de investigación: (1) ¿Qué recursos dialógicos construyen los posicionamientos intersubjetivos respecto del impacto de la sequía?, (2) ¿Qué recursos heteroglósicos construyen al interlocutor alineado y no alineado con las perspectivas que comparten los miembros de las comunidades rurales entrevistados? y (3) ¿Cómo contribuyen los recursos del subsistema de COMPROMISO a representar conocimientos culturales, creencias y valores compartidos por miembros de las comunidades?. La primera pregunta nos permite identificar la manera en que los miembros de comunidades rurales

¹ De acuerdo a Halliday (1978), el lenguaje como un sistema de signos permite el intercambio de significados en el desempeño de prácticas sociales; no obstante, es el rol extrínseco del contexto de cultura el que legitima las opciones de significado que son consideradas apropiadas para el ejercicio de una determinada práctica social en un contexto social específico.

entrevistados, se posicionan respecto de los efectos de la sequía en su entorno y en su vida; la segunda, nos permite analizar aquellas micromaniobras retóricas que permiten a las voces autorales anticipar interlocutores alineados y no alineados con sus perspectivas expuestas respecto de la sequía. Finalmente, la tercera pregunta nos permite visualizar las cosmovisiones representadas por las opciones heterogéneas que asumen las voces de hombres y mujeres en el espacio rural.

Este artículo se organiza en tres secciones. La primera hace un breve recorrido por los hitos de la historiografía agrícola a partir de 1960 hasta la contrareforma entre los años 1973-1990, tiempo en el que se instala el sistema liberal en Chile. Posteriormente, se hace referencia los recursos semántico discursivos, mapeados por el subsistema de COMPROMISO, que contribuyen a construir grados de alineamiento axiológico en autores y receptores de las narrativas que conforman el corpus de este estudio. La siguiente sección, se enfoca en el análisis de las narrativas con las herramientas teórico-metodológicas de la LSF. Finalmente, se concluye con comentarios respecto de los resultados obtenidos.

1. DESDE LA REFORMA AGRARIA HASTA LA INSTALACIÓN DE LA GRAN MINERÍA Y LA AGROINDUSTRIA

Loveman (2001) señala, en una exhaustiva descripción de las diferentes regiones que conforman la larga faja de territorio chileno, que hasta 1950, el valle central, era una de las áreas más ricas del país con tierras cuya propiedad estaba repartida entre las familias acomodadas de entonces. La monopolización de grandes extensiones de tierra por las clases privilegiadas resulta en un bajo aprovechamiento del terreno, puesto que una mayor explotación de la tierra demanda alta inversión para la contratación de mano de obra (Jarvis, 1985).

Este fue uno de los factores que determinó el inicio de la reforma agraria en 1964, bajo el gobierno del presidente Eduardo Frei Montalva (1964-1970). El congreso chileno, mediante la aprobación de la ley 16.640, aprueba la reforma agraria. La ley establecía, principalmente, que los fundos debían tener como máximo 80 hectáreas de tierra. Las hectáreas sobrantes de fundos que superaban el límite eran expropiadas para formar asentamientos, tierras de propiedad colectiva, administradas por los trabajadores que residían en ellas y por la Corporación de Reforma Agraria (CORA). Luego de tres años, se asignaba títulos de dominio a cooperativas, individuos o a la combinación de ambos (Chonchol, 2017).

La llegada del presidente Salvador Allende (1970-1973) al poder significó un cambio más profundo en la estructura rural, puesto que se intentó no solo beneficiar al inquilino o trabajador que vivía en el fundo, sino también a temporeros o trabajadores por temporadas. Con este propósito, los asentamientos se incorporan a cooperativas regionales que, a su vez, conformaban haciendas estatales. Este proyecto excedió los costos estimados originalmente por el gobierno de Allende. Lamentablemente, de acuerdo a Jarvis (1985), la reforma agraria, bajo la administración del

presidente Allende, no logra los objetivos planteados en términos de producción. Durante los años 1972 y 1973, la productividad en los campos cayó significativamente por los diversos conflictos que sucedían entre campesinos y dueños de tierras (Órdenes; Díaz-Diego, 2017). En septiembre de 1973, el golpe militar da inicio al período de dictadura militar (1973-1990) en Chile, lo que significó el fin del período de reforma agraria. Los militares consideraron fundamental la seguridad de la propiedad privada para restaurar el crecimiento económico. En la mayoría de los casos, las tierras expropiadas de manera legal retornaron a los latifundistas que apoyaron el golpe militar (Chonchol, 2017). Para el fallecido ex ministro de agricultura Jacques Chonchol, impulsor de la reforma agraria en los gobiernos de los presidentes Eduardo Frei y Salvador Allende, la concentración de tierras en manos de unos pocos sigue siendo una realidad en el presente.

De este modo, las dictaduras militares que asumen el poder en América Latina, a partir de 1970, instalan una agenda económica liberal que permite la reconcentración de tierras en manos de grandes empresas mineras y agroindustriales (Chonchol, 2017; Loveman, 2001), las cuales han causado un grave desequilibrio ecológico (Bolados et al, 2018; Opplinger et al, 2019), amparadas en leyes que les permite comprar derechos de agua para su uso indiscriminado (URQUIZA y BILLI, 2020).

Precisamente, una de las consecuencias de las medidas económicas que impone la dictadura chilena es la aprobación del Código del Aguas en 1981. Este Código operó por más de 40 años para servir los propósitos de grupos de interés económico (Avendaño; Vergara, 2022) que se beneficiaban del uso privado de las aguas. Aunque en 2022, un nuevo Código de Aguas es aprobado bajo el gobierno del presidente Gabriel Boric (2022-2026), décadas de explotación de las reservas de agua por entes privados ha causado un daño que probablemente sea difícil de superar para las comunidades rurales, quienes han experimentado el lento exterminio de su entorno natural (Opplinger et al, 2019).

2. CONSTRUCCIÓN DIALÓGICA DEL IMPACTO DE LA SEQUÍA EN COMUNIDADES RURALES

Los testimonios que comparten hombres y mujeres de cinco comunidades rurales entrevistados durante los años 2021-2022 en la comuna de Combarbalá, permiten comprender la gravedad de la sequía y además, descubren el velo sobre un problema humano aún más profundo que está relacionado con la destrucción de su entorno y con ello la desarticulación de formas de socializar y de subsistir del trabajo de la tierra. En las entrevistas, cada uno de los enunciados individuales es un vínculo a una cadena de voces que se encuentran en comunión (Bahktin, 1986), y que si bien reflejan individualidades experienciales, dejan entrever conocimientos compartidos, creencias, valores y formas culturales de ser, hacer y pensar, en otras palabras, se puede contemplar la cosmovisión que une a estas voces rurales.

Las opiniones y relatos expresados por voces autorales, se examinan desde una perspectiva trinocular² (Halliday; Matthiessen, 2014; Martin; Quiroz; Figueredo, 2021). 'Por arriba', se observa la manera en que los patrones de significado interpersonal se articulan con la función extrínseca del contexto, expresada en el género y registro de las entrevistas. 'Por alrededor', se explora la construcción de los posicionamientos intersubjetivos respecto de la sequía por autores y receptores del discurso. Finalmente, 'por debajo' se observa qué recursos lexicogramaticales realizan los patrones semánticos discursivos que construyen dialogicidad en el discurso oral.

2.1 Entrevistas con miembros de comunidades rurales: género y registro

La teoría de género desarrollada por Martin y Rose (2008), junto a investigaciones posteriores para el área educacional (Rose, 2017; Rose; Martin, 2012) proponen que las interacciones entre miembros de una cultura se organizan en géneros discursivos. Estos poseen estructuras discursivas bastante constantes, orientadas por los propósitos sociales a los que sirven. Los géneros son modelados en el contexto social o de comunicación inmediata de los hablantes por las dimensiones registrales de campo o tema, tenor o relación entre participantes en la interacción y modo o rol que cumple el lenguaje en la interacción escrita u oral. Estas dimensiones funcionales extrínsecas se correlacionan con componentes funcionales intrínsecos o metafunciones³, las cuales organizan el lenguaje en sistemas de recursos lingüísticos en cada estrato de la lengua (Martin; Quiroz; Wang, 2023). La metafunción ideacional representa los aspectos funcionales del campo como significados ideacionales que construyen la experiencia humana; la metafunción ideacional representa los aspectos funcionales del tenor como significados interpersonales que construyen la relación del ser humano con su entorno y, finalmente, la metafunción textual representa los aspectos funcionales del modo como significados textuales. En esta investigación, se examinan los significados interpersonales, desplegados en el discurso de miembros de comunidades rurales, que construyen los puntos de vista expresados en opiniones y relatos.

Las entrevistas a habitantes de comunidades rurales tienen como punto inicial el establecer la procedencia territorial de las personas entrevistadas; a partir de este dato, se abre un diálogo con orientación autobiográfica y reflexiva (Wittig; Farías, 2018), cuyo propósito es coherente con una mirada cualitativa hacia el estudio del fenómeno discursivo. La entrevista se aborda a partir de una conversación abierta para que el interlocutor pueda responder con detalles y sin presión las preguntas que surgen. Desde una perspectiva discursiva, los aportes teóricos de Martin y Rose (2008) y Rose (2017), permiten explorar las conversaciones con los entrevistados, teniendo en cuenta las contribuciones al discurso oral realizadas por Eggins y Slade (2005).

² Halliday (1994) y Halliday y Matthiessen (2014) señalan que debido a que el texto funciona en un contexto es necesario asimismo observar como las consideraciones contextuales dejan huellas en los estratos semántico y léxicogramatical.

De modo general, las autoras señalan que los segmentos extendidos de respuestas en conversaciones o entrevistas pueden corresponder en propósito y estructura a tipos más canónicos de géneros discursivos (Eggins; Slade, 2005, p. 233). En el caso específico de las entrevistas para este estudio, se pudo establecer, mediante un análisis de fragmentos seleccionados, que la mayoría de los segmentos extendidos de habla correspondían a recuentos de eventos pasados. En segundo lugar, se encuentran respuestas cuyos rasgos genéricos corresponden a explicaciones y su propósito es identificar causas o efectos de la sequía. Respecto del recuento de eventos, este género narrativo refiere una secuencia de sucesos sin interrupciones significativas, cuya función principal es compartir experiencias y actitudes (Martin; Rose, 2008; Rose, 2017). El recuento consta de las etapas de Orientación o presentación del contexto y Recuento o relato de eventos como se muestra en el siguiente ejemplo extraído del corpus de entrevistas.

“[1] Habían inviernos que llovía desde mayo, llovías muy grandes. [2] El agua corría estable por la quebrada, [3] habían manchas de monte hasta acá arriba en las montañas. [4] Se veían hartos como pequeños humedales y [5] todo esto estaba cubierto con hierba medicinal po.[6]”

En este breve recuento del invierno en el Rincón Las Chilcas, un poblado precordillerano de la comuna de Combarbalá, las huellas de la variable registral de tenor, foco de este estudio, a través de las marcas discursivas subrayadas representan la relación interpersonal entre interlocutores como asimétrica, representada por el uso de estructuras verbales impersonales: *Habían inviernos, se veían hartos*.

En el caso de la explicación, este género tiene como propósito en nuestras entrevistas, el de elucidar las causas de la sequía. Este género tiene dos etapas una opcional que es la identificación del fenómeno y la segunda la explicación, como muestra el siguiente ejemplo:

“Yo creo que en otra parte, yo no podría vivir, yo no cambio ni por mil puñados de oro esta parte, porque nosotros somos privilegiados. Este es un pueblo tranquilo, nunca suceden cosas así como en la ciudad, de que la gente es tan mala.

En esta breve explicación acerca de las razones para no abandonar la zona de la Isla de Cogotí azotada por la sequía, las huellas de la variable registral de tenor muestra elecciones discursivas subrayadas que representan la relación entre interlocutores desde cierta distancia, puesto que se marca la perspectiva personal al inicio del intercambio, para relevar el hecho de que la opinión expresada es personal.

2.2 Sistema de COMPROMISO. Ángulos intersubjetivos en el discurso.

Como ya se ha señalado, en este estudio se examinan los significados interpersonales modelados por el subsistema de COMPROMISO del sistema de VALORACIÓN. El subsistema de COMPROMISO resulta fundamental para la evaluación de la experiencia social, por cuanto como

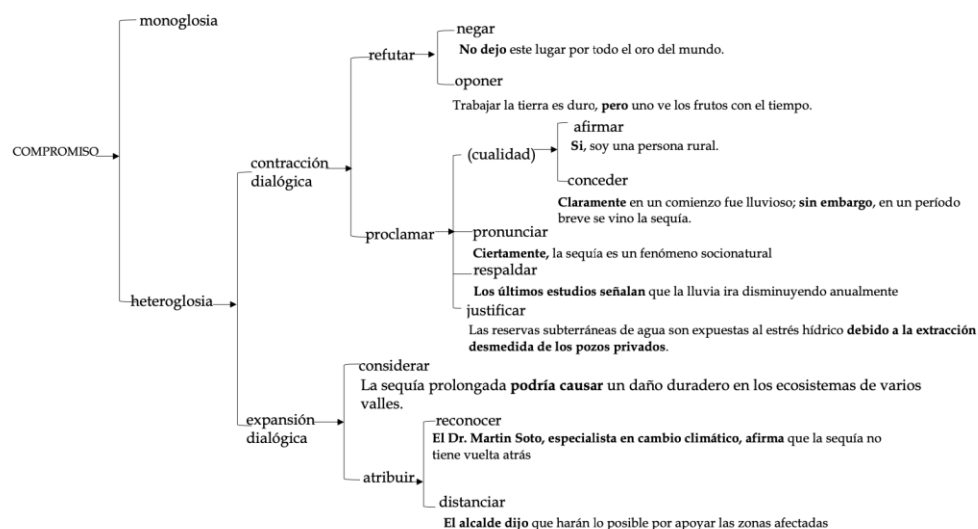
sistema modela aquellos patrones de significados interpersonales que se despliegan en el discurso para expresar perspectivas intersubjetivas y anticipar interlocutores ideales (White, 2003, 2010).

Acogiendo la influencia de Bakhtin (1986) y Volosinov (2009), Martin Y White (2005) acentúan la naturaleza dialógica de los textos en relación con otros enunciados que se despliegan en el discurso, como señala Oteíza (2023, 33), *con diferentes niveles de otredad*. Martin Y White (2005) proponen dos opciones básicas que marcan las orientaciones dialógicas, los posicionamientos heteroglósicos y monoglósicos. Las orientaciones monoglósicas y heteroglósicas dependen del reconocimiento de posicionamientos alternativos en el discurso por las voces autorales. La orientación heteroglósica modela opciones de contracción dialógica y expansión dialógica. El espacio dialógico contractivo tiende suprimir o desechar ángulos alternativos. Por otra parte, la expansión del espacio dialógico admite perspectivas externas y representa la negociación de proposiciones en un rango de posibilidades (Oteiza; Pinuer, 2019; Oteiza, 2023; Arancibia; Oteíza, 2024). Tal como muestra la figura 1, al avanzar por la red axial de izquierda a derecha en grados de delicadeza⁴, las opciones de contracción dialógica [refutar] rebate o resiste perspectivas alternativas a aquella adoptada por la voz autorale. Por su parte, la opción dialógica [proclamar] excluye o descarta ángulos alternativos al presentar las proposiciones como plausibles o ampliamente aceptadas en las instancias (cualidad), posteriormente dividida en las instancias [afirmar] y [conceder], las cuales posicionan a la voz autorale en acuerdo con los atributos o características que se le asignan a un evento o entidad; las instancias [proclamar] y [respaldar] presentan las proposiciones como ampliamente garantizadas y asentadas en la confiabilidad. Contribuciones posteriores a la red sistémica por White (2012) y Lees Fryer (2022) han permitido considerar la opción [justificar], que anticipa una audiencia que necesita ser persuadida.

Las opciones modeladas por movimientos dialógicos expansivos corresponden a las categorías [considerar] y [atribuir]. La opción heteroglósica [considerar] anticipa perspectivas alternativas que evocan valoraciones de un determinado evento, entidad o fenómeno a partir de un rango de posibles posicionamientos. La opción [atribuir], por otra parte, negocia las proposiciones desde la intersubjetividad aportada por voces externas.

⁴ De acuerdo a Halliday (1961), los recursos del lenguaje están representados por una elección entre opciones, conformando una red de categorías. La delicadeza se refiere a la escala de detalle en la cual una categoría es especificada en una red sistémica.

Figura 1 - Sistema de COMPROMISO



Sistema de COMPROMISO (adaptado de Hood, 2019, pp.396 con contribuciones de Lees Fryer, 2022 y ejemplos del corpus)

La categoría [atribuir: reconocer] hace referencia a posicionamientos externos, valorados por la voz autoral; mientras la opción [atribuir: distanciar] muestra cierto desapego hacia la perspectiva expuesta por las voces insertas. Ambas instancias corresponden a estrategias retóricas ampliamente utilizadas para intentar transmitir mayor objetividad en el lenguaje de las noticias y en el ámbito académico (Hood; 2010; White, 2021)

3. PERSPECTIVAS INTERSUBJETIVAS RESPECTO DEL IMPACTO DE LA SEQUÍA EN COMUNIDADES RURALES.

Las entrevistas a miembros de comunidades rurales suman 15 en total. Estas entrevistas fueron realizadas entre junio de 2021 y junio de 2022. Cada una fue marcada con un código para mantener el anonimato del entrevistado. En relación con los dos géneros discursivos que son abordados, estos corresponden, como se ha señalado, al recuento y a la explicación. Ambos responden a preguntas que son parte de la conversación abierta que se sostiene con los entrevistados. En estas conversaciones, las personas comparten memorias de su niñez y juventud del lugar donde vive y explora las razones que pueden explicar una sequía tan severa en la zona frente a un discurso de parte del gobierno del ex presidente Piñera (2018-2022) que responsabilizaba al cambio climático de la crisis hídrica. Los recursos del sistema de COMPROMISO están marcados en **negrita**.

3.1 ¿Qué recuerdos tiene del paisaje de su niñez? “Eran tiempos muy diferentes...”

La pregunta con que se inicia la conversación con los entrevistados corresponde al recuerdo de infancia que ellos tienen de su entorno natural y social. Los textos [1] y [2] son recuentos que, para este análisis, reflejan un patrón de respuestas representativo del total de las 15 entrevistas

realizadas. Estos dos textos acentúan aspectos del paisaje y de los productos cosechados en las huertas familiares. En el texto [1], la contracción del espacio dialógico, en la cláusula [a], por el movimiento heteroglósico [negar] construye una división temporal que separa pasado y presente. Se observan recursos del sistema de actitud en: *todo era muy verde, harta agüita*, los cuales evocan valoraciones positivas de la experiencia de la entrevistada en el entorno rural de su niñez.

En la cláusula [b], el movimiento contractivo [justificar] anticipa un interlocutor ajeno al paisaje, por cuanto, se observa que la voz autoral suma mayor especificidad a los detalles que construyen su recuerdo del entorno, agregando así más rasgos descriptivos, como por ejemplo el sonido de las quebradas: *porque llegaban a sonar las quebradas con el agua*.

[1] (AMC_003_PLH): [a] **No** [contraer: refutar: negar] **antes todo era** muy verde, harta agüita que corría. [b] Las quebradas daban gusto **porque** [contraer: proclamar: justificar] **llegaban a sonar las quebradas con el agua**. [c] **Los agricultores nos alimentábamos** [monoglosia: aseveración] solamente de lo que uno sembraba. [d] **Se sembraba** [monoglosia: aseveración] mucho trigo. [e] **Uno comía** [monoglosia: aseveración] el pancito de la harina que hacía uno. [f] **Comíamos** [monoglosia: aseveración] la chuchoca, el majao', solamente cosas que uno sembraba.

Desde las cláusulas [c] a [f], la predominancia de una orientación monoglósica por [aserción] anticipa un lector oyente ideal alineado con la perspectiva de la voz autoral. En el estrato lexicogramatical, las aserciones son realizadas por secuencias de actividades (v.g. nos alimentábamos, se sembraba, uno comía). Se aprecia en estas secuencias que la voz textual asume una voz colectiva en actividades familiares; no obstante, la opción por la impersonalización en el discurso muestra que la siembra era probablemente la labor de otros miembros de la familia en: *Se sembraba*. No obstante, se vuelve a personalizar una determinada actividad cuando es el hablante es el implicado en dicha tarea: *Uno comía el pancito....que hacía uno*. La elección del pronombre *uno* parece indicar una labor que era compartida entre miembros de las comunidades y que es la elaboración de su propio pan.

En el texto [2] la voz autoral en la cláusula [a] se posiciona desde la expansión del espacio dialógico (v.g. Yo recuerdo que...) para resaltar que sus recuerdos de niñez en el sector de Ramadilla, en la precordillera de la comuna de Combarbalá, construyen una visión personal del paisaje entre varias otras posibles. Desde las cláusulas [b] a [e], la expansión dialógica se cierra a negociaciones alternativas y la orientación monoglósica por [aserción] en: *era verde, habían hartos animales, se sembraba*, es la elección dominante en este recuento. Esta opción contribuye a acentuar que este recuento representa la memoria personal de un entorno que para la voz autoral no estaba sujeto a conflictos.

[2] (JCS_15_R): [a] **Yo recuerdo que** [expandir: considerar] con el tema del agua no había problema. [b] Donde usted miraba **era verde y habían** [monoglosia: aseveración] hartos animales. [c] **Todas las casas tenían** [monoglosia: aseveración] plantaciones. [d] **En mi casa, por ejemplo, se sembraba** [monoglosia: aseveración] trigo, maíz, porotos, hortalizas, de todas las hortalizas, [e] y **era el mismo sistema que tenía** [monoglosia: aserción] **yo hasta hace un par de años atrás po**.

La monoglosia por aserción en parte importante del texto [2], como habíamos señalado, proyecta un oyente/lector alineado con el ángulo que aporta la voz autoral en relación con la organización económica básica del hogar rural en torno a la huerta familiar y a la agricultura de subsistencia (Loveman, 2001). La siembra del trigo constituye la base fundamental para la elaboración de la harina, que luego se utiliza en la elaboración del pan. La producción de hortalizas y legumbres constituye, como afirma la voz autoral al cierre del texto, el sistema socioeconómico fundamental en las sociedades rurales del norte chico. Esta permite que los miembros de la familia trabajen juntos en la huerta y coman lo que su huerta produce. En ambos textos, se observa el aprovechamiento que el campesino hace de los frutos de la tierra para producir subproductos que sirven en la cocina (v.g. trigo-harina-majado). Vemos que en estas sociedades, la agricultura de subsistencia toma de la tierra y de los ríos lo que necesita y el ser humano vive en equilibrio con su entorno.

3.2 ¿Cuándo y cómo comienza a cambiar el paisaje? “...empezaron a aparecer los dueños del agua”

Esta sección, el análisis se concentra en los rasgos del paisaje que alertan a los entrevistados de las primeras señales de la sequía. Los textos [3] y [4] corresponden a dos entrevistados que habitan espacios alejados entre sí, pero que coinciden en su relato.

El texto [5] es una explicación ofrecida por un entrevistado respecto de la razón del cambio del paisaje. Este entrevistado es descendiente de comunidades indígenas trashumantes, en cuyo patio de su casa, se encuentran los vestigios de un centro ceremonial prehispánico de la cultura Molle (Ilaniszewski, 2016).

La orientación heteroglósica en el texto [3] contrae el espacio dialógico mediante las opciones [negar] en las cláusulas [a] y [b]. Esto anticipa un interlocutor que no cuestiona los primeros signos de la crisis hídrica que los lugareños aprecian en la disminución del caudal de los ríos. Estos movimientos contractivos se entrelazan con micro maniobras retóricas de [monoglosia: aseveración], en las cláusulas [c] y [d], las cuales cierran el espacio heteroglósico hacia la negociación de perspectivas alternativas en: *ya el río empezó a disminuir, las cosas fueron tornándose de mal en peor.*

[3] (MCGA_002_PLH): [a]**El agua no alcanzaba** [contraer: refutar: negar], [b] o sea, **ya no se veía esa agua** [contraer: refutar: negar] en las quebradas, [c] **ya el río empezó a disminuir** [monoglosia: aseveración] considerablemente. [d] Después, **las cosas ya fueron tornándose** [monoglosia: aseveración] de mal en peor, **porque ahora el río ya no tenía agua** [contraer: proclamar: justificar]. [e] **La poca agua que traía la entubaron** [monoglosia: aseveración]. [f] **Murió** [monoglosia: aseveración] mucha fauna, mucho monte silvestre. [g]**Pal Quillay, donde entubaron, secaron** [monoglosia: aseveración] un bosque maravilloso de quillay, [h] **se secaron** [monoglosia: aseveración] los chacay, [i] **se secaron** [monoglosia: aseveración] los maitenes, [j] **se secaron** [monoglosia: aseveración] los arrayanes, [k] unos, unos bosques de arrayanes maravillosos que habían, **se secaron** [monoglosia: aseveración].

La voz autoral en la cláusula [d], se posiciona desde un ángulo contractivo [justificar] en: *porque el río ya no tenía agua*, anticipando el cuestionamiento del interlocutor respecto de la razón que explica el hecho de que... *las cosas fueron tornándose de **mal en peor***. Desde la cláusula [e] hasta la [f], se observa una orientación monoglósica por [aseveración] que se centra en el testimonio de la voz autoral, la cual anticipa un interlocutor que no cuestiona el recuento acerca de los signos de la sequía, puesto que la voz autoral provee bastantes detalles del impacto del entubamiento del río. Asimismo, la voz textual manifiesta un conocimiento amplio de las especies que conforman la flora de bosques (e.g. se secaron los chacay, se secaron los maitenes) y es este conocimiento el que legitima su explicación. El texto [4] de la misma manera que el texto anterior, señala el comienzo de los signos de la sequía por la observación del caudal del río.

Se advierte en todo el texto el dominio de la orientación dialógica contractiva. Desde la apertura del texto en la cláusula [a], la voz autoral opta por el movimiento heteroglósico [respaldar], realizado en el estrato lexicogrammatical, por la cláusula compleja [a]. Se observa en la cláusula dependiente que el Proceso mental de percepción *notar* es fundamental para establecer la evidencia experiencial que genera en los receptores de este texto cierta comprensión respecto de los cambios que comienzan a manifestarse en el acceso al agua.

[4] (BB_007_LdeCog): [a] **Notamos que comenzó la sequía** [contraer: proclamar: respaldar] **porque antiguamente como había abundancia de agua** [contraer: proclamar: justificar], **uno sacaba agua, el que quería iba y sacaba agua del río**, [b] después con la sequía **naturalmente empezaron a aparecer** [contraer: proclamar: pronunciar] los dueños del agua, [c] y **ya no se podía sacar agua** [contraer: refutar: negar], [d] **solo sacaban agua** [monoglosia: aseveración] los dueños del agua.

La cláusula independiente en [a] realiza el movimiento contractivo [justificar]: *porque antiguamente como había...uno sacaba agua...* Este movimiento dialógico junto al movimiento heteroglósico [respaldar] anticipan un oyente/lector no familiarizado con la manera en que las comunidades rurales hacen uso del agua y que, por consiguiente, necesita razones para mantener grados de alineación axiológica (Lees Fryer, 2022). La contracción dialógica por la opción heteroglósica [pronunciar] en la cláusula [b] acentúa la intervención de la voz autoral para afirmar el carácter ampliamente aceptado de la proposición negociada. Esto significa que en el entorno rural, la crisis hídrica implicó que quienes eran dueños de los derechos de agua, hicieron valer el dinero pagado al Estado de Chile y entubaron los caudales de ríos para privilegiar sus necesidades. En la cláusula [c] la contracción del espacio heteroglósico por la instancia [negar] descarta posibles perspectivas alternativas a la presentada por la voz autoral. El grado de posibilidad de obtener agua del río libremente, disminuyó a cero en tiempo de crisis, lo que significó que no se privilegiaba la necesidad de agua de la población rural, sino la necesidad de la agroindustria. El texto, finalmente, concluye con un movimiento de [monoglosia: aseveración] en [d] para afirmar una situación ampliamente conocida y denunciada en aquel tiempo en la prensa nacional como era el apoderamiento del agua por las personas con más dinero (Bolados et al, 2018; Urquiza; Billi, 2020).

El texto [5], finalmente, es una entrevista realizada a un descendiente de comunidades indígenas trashumantes, que compró el título de dominio de un terreno que había habitado de manera más o menos estable con su familia por décadas. En este terreno, el entrevistado encontró los restos de un centro ceremonial indígena, dedicado a la fertilidad. La persona entrevistada observa que la base, donde los indígenas grabaron los petroglifos, es de color negro; no obstante, hay partes de la piedra, que permanecieron a la sombra y que tienen restos de líquenes ya secos por el ambiente semi árido. Esto parece indicar que en el lugar hubo un ecosistema húmedo en algún momento y este ecosistema habría ido evolucionando por el cambio climático.

[5] (GTR_004_RLCH): [a] **El cambio climático se veía** en los petroglifos [contraer: proclamar: respaldar]. [b] **La cultura molle ya encontró** [contraer: proclamar: pronunciar] ese lado de la piedra, donde están los dibujos, color negro. [c] **Los líquenes a los costados, donde no da el sol a la piedra, indica** [contraer: proclamar: respaldar] que los bosques que necesitaban más humedad fueron desapareciendo, [d] **pero** [contraer: refutar: oponer] **fuleron saliendo otras especies para clima más desértico** los quiscos, los mismos quillayes, los guayacanes. [e] **El cambio climático seguía avanzando** [monoglosia: aseveración], [f] **pero** [contraer: proclamar: oponer] **ya, los últimos cien años es** la intervención humana la que apuró la sequía.

Se observa en el texto [5] una orientación heteroglósica contractiva que se extiende por todo el texto y que anticipa un oyente/lector no familiarizado con los petroglifos y, por consiguiente, la voz autoral intenta generar comprensión en su interlocutor, respecto de la manera en que el cambio climático encuentra respaldo en los rasgos visibles en las rocas grabadas por la cultura Molle. Los movimientos dialógicos contractivos como instancias de [respaldar] en las cláusulas [a] y [c] son realizados en el estrato lexicogramatical por Procesos mentales de percepción *ver* e *indicar*, respectivamente. Las instancias heteroglósicas contractivas [respaldar] anticipan un oyente/lector que necesita evidencia para mantener la solidaridad intersubjetiva respecto de las razones que la voz autoral expone para explicar el cambio climático (Lees Fryer, 2022).

El texto concluye con posicionamientos dialógicos orientados hacia una heteroglosia restrictiva. Por una parte, en la cláusula [e] el movimiento [monoglosia: aseveración] afirma que el cambio climático ha estado presente por siglos en la tierra, no obstante, mediante un posicionamiento dialógico contractivo [oponer], la exclusión de otros ángulos alternativos acentúa la responsabilidad única que le cabe al ser humano en el cambio climático y en la sequía actual.

3.3 La sequía, ¿un terremoto silencioso?

Finalmente, en esta última sección, desde el texto [6] hasta el [8], los entrevistados tratan de explicar las razones de la sequía. Vemos que sus explicaciones se distancian del discurso dominante en 2019. El discurso hegemónico del período de gobierno del ex presidente Piñera (2018-2022) hablaba de la sequía como un terremoto silencioso, estableciendo la analogía con un fenómeno natural (Arancibia; Oteíza, 2024). Frente a estudios que prueban que el ser humano tiene gran responsabilidad en la crisis ambiental que se vive en Chile (Bolados et al, 2018; Opplinger et

al, 2019; Urquiza; Billi, 2020) la sequía como fenómeno natural resulta bastante discutible. El texto [6] representa una voz autoral, asumiendo un posicionamiento heteroglósico expansivo en las cláusulas [a], [b], [d] y [f]. Estas opciones acentúan el carácter reflexivo de la conversación: *yo creo que*, junto a preguntas *¿Por qué?* que invitan al interlocutor a escuchar y participar y anticipan su solidaridad con las razones expuestas.

[6] (MCGA_002_PLH) [a] **Yo creo que** [expandir: considerar] lamentablemente la codicia del ser humano nos ha llevado a esto, [b] **¿Por qué?** [expandir: considerar] [c] **porque el ser humano ha pensado** [contraer: proclamar: justificar] en producir tanto tener tanta plata, tener tantas ganancias de la tierra que no ha cuidado la tierra. [d] **¿Por qué no llueve?** [expandir: considerar] [e] **porque lamentablemente hacen estas limpiezas de estos terrenos inmensos, arrancan cuántos árboles** [contraer: proclamar: justificar], [f] **¿Cuánto siembran?** [expandir: considerar] [g] Nada.

En las cláusulas [c] y [e] la voz autoral contrae el espacio dialógico mediante el movimiento dialógico [justificar], anticipando un oyente/lector que necesita información más específica para comprender qué responsabilidad posee el ser humano en la sequía. Se observa que las instancias [justificar] en [c] y [e] aportan detalles que contribuyen a construir la responsabilidad de la agroindustria y la minería en la crisis hídrica: *...el ser humano ha pensado en producir tanto dinero que no ha cuidado la tierra, ...hacen estas limpiezas de terreno, arrancan árboles*. En el texto [7], la voz textual expande el espacio heteroglósico para acentuar que su perspectiva es personal. Este movimiento expansivo se entrelaza con micro maniobras retóricas (White, 2003; 2010) realizadas por opciones de [monoglosia: aseveración] y movimientos contractivos que excluyen otros puntos de vista. En la cláusula [b], la orientación monoglósica por [aseveración] reconoce la responsabilidad de privados en la crisis hídrica y excluye del espacio heteroglósico los posibles ángulos alternativos.

[7] (GA_008_LdeCog): [a] **yo creo que** [expandir: considerar] pasa con el tema del agua, que hoy llueve muy poco, estamos en escasez por lo menos aquí. [b] **También ocurre** [monoglosia: aseveración] por el tema de privados. [c] **Si bien no hay recursos constantes de agua en forma natural, pero los recursos están acopiados** [contraer: acordar: conceder], [d] y a eso **nosotros no tenemos** [monoglosia: aseveración] hoy día acceso.

La contracción dialógica por el movimiento [conceder] en la cláusula [c] representa la opción de la voz autoral por un posicionamiento que desafía a aquel oyente/lector desalineado, que intenta negar que existen recursos almacenados para favorecer a los dueños de los derechos de aguas (Urquiza; Billi, 2020) en la comuna de Combarbalá. El texto concluye con la voz autoral optando por una orientación monoglósica por [aseveración] en la cláusula [d], la cual excluye la perspectiva de los dueños de los derechos de agua y releva el ángulo personal. El texto [8], es un recuento en el que la orientación monoglósica por [aseveración] es dominante en la primera parte de esta narración. Aquí, la voz textual se posiciona desde su identidad rural y anticipa un interlocutor alineado con su perspectiva en relación con aspectos socioeconómicos de la vida campesina como es por ejemplo la agricultura de subsistencia.

[8] (LR_11_C) [a] [a] **En el sector de Valle Hermoso la gente siempre vivió** [monoglosia: aseveración] de lo que produce, [b] **ósea esa es** [monoglosia: aseveración] nuestra manera de vivir. [c] **Es** [monoglosia: aseveración] **una agricultura de subsistencia**. [d] **Llega un señor y se instala** [monoglosia: aseveración] con una producción más grande que da empleo. [e] **Entonces él dice** [expandir: atribuir], **mira yo podría contratar** [expandir: considerar] a mucha más gente, [f] **pero no tengo derechos de agua** [contraer: refutar: oponer], [g] entonces **yo le dono** [expandir: atribuir], [h] **yo le presto** [expandir: atribuir], [i] **yo le cedo** [expandir: atribuir]. [j] **Entonces esa fue** [monoglosia: aseveración] la manera como le sacaron toda, **porque literalmente es** [monoglosia: aseveración] toda el agua a los campesinos. [k] **Y así, se fueron acentuando** [contraer: proclamar: justificar] las empresas agrícolas, agroexportadoras y la sequía.

A partir de la cláusula [e] hasta la [i], el espacio dialógico se expande para incluir ángulos externos que aportan a la discusión, respecto de la manera en que la administración del agua pasa de manos de los campesinos a manos privadas. Al cierre del texto, la orientación monoglósica, permite a la voz autoral descartar del espacio heteroglósico voces alternativas y anticipar un interlocutor alineado con la perspectiva representada en este texto (White, 2010). La instancia dialógica contractiva [justificar] en la cláusula [k] sintetiza lo señalado en el recuento en un argumento que se afirma en la inserción de voces externas por instancias de [atribuir] en las cláusulas [e], [g], [h] e [i], las que aportan cierta objetividad al recuento (White, 2021).

CONSIDERACIONES FINALES

En este estudio se explora la manera en que miembros de comunidades rurales se posicionan frente al impacto que ha tenido la sequía en su comunidad y anticipan, a través de sus opiniones, una audiencia más o menos alineada con sus perspectivas epistemológicas y axiológicas respecto del impacto ambiental que tiene el uso más privado del suelo.

En las entrevistas, se pudo observar que la estructura genérica de los segmentos extendidos de habla se organizaban de acuerdo a las etapas de recuentos y explicaciones. En el caso de los recuentos, las voces autorales tienden a favorecer la orientación monoglósica por [aserción]. La realización de las aserciones en el estrato lexicogrammatical por secuencias de actividades construye la experiencia del entorno rural y de su transformación durante la sequía. Además, se abre un espacio único para que la voz autoral pueda expresar su perspectiva personal en relación con la crisis hídrica en su entorno. Respecto de la audiencia que se anticipa, los recuentos, en general, proyectan interlocutores alineados con sus perspectivas, por cuanto las experiencias individuales dejan entrever ángulos personales del paisaje y su transformación en el tiempo.

En relación con aspectos socioculturales que conforman el conocimiento compartido en los recuentos, el acento que se le da en el discurso al sonido del agua en las quebradas, a las hierbas medicinales que cubren zonas cordilleranas, a los humedales y al huerto son solo algunos aspectos que revelan los posicionamientos intersubjetivos. Los ángulos dialógicos asumidos por las voces de los entrevistados como instancias de [monoglosia: aserción] destacan aspectos del paisaje y

actividades ligadas al cultivo y producción de alimento que es uno de los ejes de la vida rural tradicional.

Las explicaciones, por su parte, aportan perspectivas intersubjetivas que tienden mayoritariamente a contraer el espacio dialógico, para descartar miradas alternativas y posicionar la mirada autoral como ampliamente aceptada. Las instancias [proclamar: respaldar] contraen el espacio dialógico para negociar las proposiciones a partir de pruebas que generen mayor comprensión en el interlocutor. Asimismo, las instancias de [proclamar: justificar] entregan detalles cuyo propósito es, también, proyectar en el oyente/lector mayor entendimiento respecto de la responsabilidad que le cabe a la agroindustria y a la minería en la desarticulación de la vida rural y, así generar alineamiento axiológico con las opiniones que se exponen.

Desde una mirada a la cosmovisión del campesino, la *aparición de los dueños del agua, entubar el río, secar bosques*, resulta una experiencia traumática, puesto que junto con experimentar la exclusión de la que son víctimas por la distancia que viven de los centros urbanos, deben experimentar el poco valor que tiene su forma de vida para las autoridades que permitieron que el agua se comercializara en un momento crítico para el mundo como fue el período de pandemia.

Este artículo presenta los resultados de una investigación que es parte del proyecto FONDECYT Regular 1220347: Sistema de COMPROMISO en español: recursos lingüísticos para construir dialogicidad en el estrato discursivo-semántico del lenguaje, ANID, Chile.

Agradezco a Cesar Gutiérrez Lara, Técnico Agrícola con amplia experiencia en el trabajo con comunidades en zonas rurales, por su colaboración con las visitas en terreno y la realización de las entrevistas en la comuna de Combarbalá. Su conocimiento fue fundamental para nuestra investigación.

REFERENCIAS

- ARANCIBIA, M. C.; OTEÍZA, M. T. Los estudios críticos del discurso en América Latina: Pasado, presente y futuro. In: ACOSTA PEREIRA, R.; GUEDES PINTO, M. A.; ARANCIBIA, M. C. **Estudos do campo discursivo na contemporaneidade**. São Carlos: Pedro & João, 2024. p. 581-620. Disponible em: https://pedroejoaoeditores.com.br/wp-content/uploads/2024/04/EBOOK_Estudos-do-campo-discursivo-na-contemporaneidade.pdf
- AVENDAÑO PAVEZ, O.; VERGARA VIDAL, J. Heterogeniedad y asimetría. La participación de los grupos de interés en el debate parlamentario del Código de Aguas en Chile. **Revista Chilena de Derecho y Ciencia Política**, v. 13, n. 2, p. 207, 2022. <https://doi.org/10.7770/RCHDCP-V13N2-ART2992>
- BAKHTIN, M. M. **Speech genres and other late essays**. University of Texas Press, 1986
- BARTLETT, T.; O'GRADY, G. **The Routledge handbook of systemic functional linguistics**. Routledge, 2017. <https://doi.org/10.4324/9781315413891>
- BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE, **Reforma agraria chilena 50 años: historia y reflexiones**. 2017
- BOLADOS, P.; BABIDGE, S. Ritualidad y extractivismo. La limpia de canales y las disputas por el agua en el salar de atacama-norte de Chile. **Estudios atacameños**, v. 54, 201–216, 2017

- CRUTZEN, P. J. Geology of mankind. **Nature (London)**, v. 415, n. 6867, p. 23–23, 2002. <https://doi.org/10.1038/415023a>
- EGGINS, S.; SLADE, D. **Analysing casual language**. London: Equinox, 2005
- HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. 2nd ed. UK: Arnold, 1994
- HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning**. University Park Press, 1978
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Halliday's introduction to functional grammar**. 4th ed. Routledge, 2014. <https://doi.org/10.4324/9780203431269>
- HOOD, S. Appraisal In: THOMPSON, G.; BOWCHER, W. L.; FONTAINE, L.; SCHÖNTHAL, D. (ed.). **The Cambridge handbook of systemic functional linguistics**. Cambridge University Press, pp.383-407, 2019. <https://doi.org/10.1017/9781316337936>
- IANISZEWSKI, J. Rincón las chilcas (Chile), un sitio ceremonial dedicado a la fertilidad y a la observación astronómica. **Boletín del Museo Chileno de Arte Precolombino**, v. 21, n. 2, p. 101–118, 2016. <https://doi.org/10.4067/S0718-68942016000200007>
- JARVIS, L. S. **Chilean agriculture under military rule: from reform to reaction, 1973-1980**. Institute of International Studies. University of California, 1985
- LEES FRYER, D. **Engagement in Medical Research Discourse**. A Multisemiotic Approach to Dialogic Positioning, New York and London: Routledge, 2022
- LOVEMAN, B. **Chile: the legacy of Hispanic capitalism**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. **The language of evaluation: Appraisal in English**. Palgrave Macmillan, 2005
- MARTIN, J. R.; QUIROZ, B.; FIGUEREDO, G. (ed.). **Interpersonal grammar: systemic functional linguistic theory and description**. Cambridge University Press, 2021.
- MARTIN, J. R., QUIROZ, B., y WANG, P. **Systemic functional grammar: a text-based description of English, Spanish and Chinese**, Cambridge, New York, 2023
- OPPLIGER, A.; HÖHL, J.; FRAGKOU, M. Escasez de agua: develando sus orígenes híbridos en la cuenca del Río Bueno, Chile. **Revista de Geografía Norte Grande**, v. 73, p. 9–27, 2019. <https://doi.org/10.4067/S0718-34022019000200009>
- OTEÍZA, T. **What to remember, What to Teach. Human Rights Violations in Chile's Recent Past and the Pedagogical Discourse of History**, Sheefield, Bristol, Routledge, 2023
- OTEÍZA, T. Sistema de compromiso en español escrito: dialogicidad en el campo del discurso de la historia, **Boletín de Filología**, v. 3, n. 2, p. 799-819, 2021
- OTEÍZA, T.; PINUER, C. El sistema de valoración como herramienta teórico-metodológica para el estudio social e ideológico del discurso. **Logos. Revista de Lingüística, Filosofía y Literatura**, v. 29, n. 2, p. 207-229, 2019
- ROBLES-ORTIZ, C. The agrarian historiography of Chile: foundational interpretations, conventional reiterations, and critical revisionism. **Historia Agraria**, v. 81, p. 93-122, 2020
- ROBLES-ORTIZ, C. Revolution from below in Panguipulli: Agrarian reform and political conflict under the Popular Unity in Chile. **Journal of Agrarian Change**, v. 18, n. 3, p. 606–631, 2018 <https://doi.org/10.1111/joac.12241>
- ROSE, D. Languages of Schooling: embedding literacy learning with genre-based pedagogy. **European Journal of Applied Linguistics**, v. 6, n. 1, p. 59–89, 2017. <https://doi.org/10.1515/eujal-2017-0008>

ROSE, D., y MARTIN, J. R. **Learning to write, reading to learn: genre, knowledge and pedagogy** in the Sydney school. Equinox, 2012

URQUIZA, A.; BILLI, M. Water markets and social–ecological resilience to water stress in the context of climate change: an analysis of the Limarí Basin, Chile. **Environment, Development and Sustainability**, v. 22, n. 3, p. 1929–1951, 2020. <https://doi.org/10.1007/s10668-018-0271-3>

VOLOSHINOV, V. N.; BUBNOVA, T. **El marxismo y la filosofía del lenguaje: los principales problemas del método sociológico en la ciencia del lenguaje**. Ediciones Godot, 2009

WITTIG GONZALEZ, F.; FARIAS CABALLERO, I. Trayectorias sociolingüísticas intergeneracionales. Una categoría para el análisis de procesos de transmisión y desplazamiento del mapuzugunn. **Atenea (Chile)**, v. 517, p. 123-138, 2018

WHITE, P.R.R. Alignment, persuasiveness and the putative reader in opinion writing. **Language, Context and Text**, v. 3, n. 2, p. 247-274, 2021

WHITE, P.R.R. Taking Bakhtin seriously: Dialogic effects in written, mass communicative discourse. **Japanese Journal of Pragmatics**, v. 12, n. 1, p. 37-53, 2010

WHITE, P.R.R. Beyond modality and hedging: A dialogic view of the language of intersubjective stance" **Text and Talk**, v. 23, n. 2, p. 259-284, 2003 <https://doi.org/10.1515/text.2003.011>

ZALASIEWICZ, J., WATERS, C., SUMMERHAYES, C., Y WILLIAMS, M. The Anthropocene. **Geology Today**, v. 34, n. 5, p. 177–181, 2018. <https://doi.org/10.1111/gto.12244>

A AUTORA

María Cristina Arancibia

La Dra. María Cristina Arancibia es profesora asociada de la Pontificia Universidad Católica de Chile. Ella posee el grado de doctor en lingüística y sus áreas de investigación son el análisis del discurso y el desarrollo de las competencias de comprensión y producción del discurso en lenguas adicionales. Actualmente, la Dra. Arancibia enseña cursos para el pre-grado de la Licenciatura en Letras Inglesas y para el Doctorado en Lingüística en la Facultad de Letras de la Universidad Católica de Chile. Correo electrónico: marancag@uc.cl

As manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff e os ecos da Ditadura Militar

The protests for the impeachment of Dilma Rousseff and the echoes of the Military Dictatorship

Las manifestaciones por el impeachment de Dilma Rousseff y los ecos de la Dictadura Militar

RESUMO

Este artigo objetiva a realização de uma análise, operada a partir do enfoque histórico da Análise Crítica do Discurso, de alguns atos linguísticos presentes nas manifestações favoráveis ao processo de impeachment de Dilma Rousseff, que ocorreram nos anos de 2015 e 2016. Para a delimitação do corpus, foram considerados gêneros textuais que, além de exigir a destituição da presidenta eleita, clamavam por um processo de intervenção militar no Brasil, retomando a memória do período da ditadura militar. Diante da interpretação desses discursos, assim como dos pressupostos históricos que possibilitam suas realizações, considera-se que determinadas alas da direita brasileira utilizam de narrativas equivocadas acerca do período ditatorial brasileiro, além de resquícios de uma discursividade anticomunista, para a construção de um movimento que ameaça o Estado democrático brasileiro.

Palavras-chave: Discurso; Impeachment; Intervenção Militar; Enfoque Histórico.



Recebido em: 5 de agosto de 2024
Aceito em: 21 de dezembro de 2024
DOI: 10.26512/les.v25i2.55153

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Micheline Mattedi Tomazi

michelinestomazi@gmail.com

orcid.org/0000-0002-2240-7081

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES),
Vitória, Espírito Santo, Brasil

Wendell Robertt Silva Freitas

wendellrsfreitas@gmail.com

orcid.org/0000-0003-2320-9002

Universidade Federal do Espírito Santo
(UFES), Vitória, Espírito Santo, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

This article aims to conduct an analysis, based on the historical approach of Critical Discourse Analysis, of some linguistic acts present in the demonstrations supporting the impeachment process of Dilma Rousseff, which took place in 2015 and 2016. To delimit the corpus, textual genres were considered that, in addition to demanding the removal of the elected president, called for a process of military intervention in Brazil, recalling the memory of the military dictatorship period. In light of the interpretation of these discourses, as well as the historical assumptions that enable their realization, it is considered that certain factions of the Brazilian right-wing use misleading narratives about the Brazilian dictatorial period, along with remnants of anti-communist discourse, to build a movement that threatens the Brazilian democratic state.

Keywords: Discourse; Impeachment; Military Intervention; Historical Approach.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es realizar un análisis de algunos actos lingüísticos presentes en las manifestaciones a favor del proceso de destitución de Dilma Rousseff entre los años de 2015 y 2016. Además, el referido texto está basado en el enfoque histórico del Análisis Crítico del Discurso. Para delimitar el corpus se consideraron géneros textuales que aun de exigir el proceso de destitución de la presidenta elegida por la mayoría de los brasileños, llamaban a un proceso de intervención militar en Brasil; rememorando la memoria del período de la dictadura militar. A partir de la interpretación de estos discursos, así como de las suposiciones históricas que posibilitan su realización, se considera que ciertas alas de la derecha brasileña utilizan narrativas equivocadas sobre el período dictatorial brasileño, así como remanentes del discurso anticomunista para construir un movimiento que amenaza al Estado democrático brasileño.

Palabras clave: Discurso; Impeachment; Intervención Militar; Enfoque Histórico.

Como citar:

TOMAZI, Micheline Mattedi; FREITAS, Wendell Robertt Silva. As manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff e os ecos da Ditadura Militar. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 142-159, jul./dez. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



INTRODUÇÃO

O presente artigo busca realizar uma análise de determinados discursos que puderam ser observados nos atos a favor do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, após sua reeleição que ocorreu no ano de 2014. Para essa finalidade, foram considerados os discursos produzidos nos atos dos dias 16 de agosto de 2015 e 13 de março de 2016, e que, além de exigir a destituição da presidenta eleita, clamavam por um processo de intervenção militar no país, retomando a memória do período da ditadura militar que ocorreu de 1964 a 1985. Dessa forma, o estudo realizado busca compreender as relações interdiscursivas que possibilitam essa interseção entre a oposição ao governo Dilma e o desejo pelo retorno dos militares ao poder.

A análise proposta é amparada, teórica e metodologicamente, pelos pressupostos da Análise Crítica do Discurso (ACD), e mais especificamente na abordagem histórica do discurso, elaborada por uma das principais representantes desse campo de estudos, Ruth Wodak¹. A partir desse enfoque, e conforme descrito por Reisigl e Wodak (2016), é empregada uma metodologia interdisciplinar, de modo a considerar uma diversidade de dados empíricos, além de contribuições advindas das teorias sociais, para explicar os contextos e as dimensões históricas que constituem os “acontecimentos discursivos” investigados.

Nesse sentido, é relevante ressaltar que este artigo não se configura como uma aplicação de larga escala dos procedimentos propostos pelos autores, tampouco pretende apresentar um escopo detalhado do panorama sócio-histórico que constitui os discursos analisados. Ao invés disso, este artigo consiste em um estudo preliminar, construído de forma a introduzir a abordagem histórica da ACD a partir de sua aplicação em um *corpus* sucinto.

Assim, nas seções seguintes são apresentadas as fundamentações teóricas que embasam os trabalhos na ACD, e, mais especificamente, na ACD histórica conforme descritas por Reisigl e Wodak (2016). Em sequência, a metodologia aplicada ao *corpus* é exposta em conjunto com os gêneros textuais propriamente ditos, os quais consistem em faixas e cartazes produzidos pelos manifestantes pró-impeachment. A partir da observação desses textos, na seção de análise são explorados os contextos sócio-históricos dos atos contra a Presidenta Dilma Rousseff e do período que compreende o regime militar, buscando observar quais fatores contribuem para que essas menções ao período ditatorial sejam realizadas nos textos manifestados em 2015/2016.

Por fim, partindo dessa exploração do contexto linguístico imediato e do contexto histórico mais amplo, é elaborada uma reflexão sobre a maneira como esses protestos e discursos de certas

¹ Neste artigo, como posicionamento político, optamos pelo uso do nome completo da pesquisadora para marcar um viés de gênero com relação a invisibilidade de mulheres pesquisadoras que, por conta das normas da Língua Portuguesa e das normas de referência das publicações acadêmicas, são invisibilizadas. Seguimos, portanto, a sugestão proposta por Sandra Nordari, em seu artigo publicado em 2021, para creditação das mulheres autoras com nome e sobrenome e pronomes adequados. NODARI, Sandra. Nomes e pronomes na Língua Portuguesa: a questão sexista no idioma e na academia. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v. 29, n. 3, 2021. DOI: 10.1590/1806-9584-2021v29n374197. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/74197>. Acesso em: 13 jun. 2024.

alas da direita se configuram no Brasil, de forma a estabelecer uma tentativa de crítica preditiva, em vista das problemáticas sociais que tais atos representam no cenário nacional.

1. O DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL: ESCOLHAS TEÓRICAS

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é relevante para a análise neste artigo, justamente, pelo fato de que propõe debater “a linguagem como prática social” (Magalhães, 2005, p. 2), ao trazer em sua essência “a combinação prática do engajamento social e político” posicionando o discurso como um momento das práticas sociais (Ramalho; Resende, 2006, p. 9), partindo de um arcabouço teórico e metodológico que pode variar, dependendo da abordagem utilizada. Dentro desse contexto, pode-se apontar que, independentemente de sua variedade de vertentes e aplicações, a ACD pode ser caracterizada pelo estudo das práticas linguísticas, as quais constituem práticas sociais, voltado “para o debate de questões ligadas ao racismo, à discriminação baseada no sexo, ao controle e à manipulação institucional, à violência, à identidade nacional, à auto-identidade e à identidade de gênero, à exclusão social” (Ramalho; Resende, 2006, p. 3). A complexidade dessas diferentes problemáticas sociais é refletida na transdisciplinaridade da ACD, que abarca outras teorias sociais (história, sociologia, antropologia etc.) e linguísticas em seus procedimentos de análise, justamente como uma forma de representar, em suas abordagens analíticas, as realidades socioculturais que vieram se transformando nas últimas décadas. Nessa perspectiva, é importante entender o discurso como prática social cuja análise e investigação estão voltadas para como ele é constituído socialmente e como constrói identidades sociais e relações sociais (Resende; Ramalho, 2006). Assim,

levando em conta as premissas de que o discurso é estruturado pela dominação; que cada discurso é historicamente produzido e interpretado, isto é, está situado no tempo e no espaço; e que as estruturas de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que detém o poder, a abordagem complexa defendida pelos proponentes da LC (Linguística Crítica) e da ACD possibilita a análise de pressões verticalizadas, e das possibilidades de resistência às relações desiguais de poder, que figuram como convenções sociais (Wodak, 2003, p. 226).

É relevante, também, dar atenção ao aspecto “crítico” da ACD, na medida em que essa disciplina não propõe uma análise simplesmente descritiva, ou, sob o olhar de um analista distanciado do problema social em questão, mas sim, “uma preocupação explícita com o exercício do poder nas relações sociais” (Magalhães, 2005, p. 6). Esse rompimento com a suposta postura de neutralidade científica, defendida pelos positivistas, pode ser observado nas diversas abordagens compreendidas pelo leque da ACD, nas quais o pesquisador assume um posicionamento político frente ao tema e ao corpus específico, sobre o qual é estruturada sua análise. Tal comprometimento político, evidentemente, integra a análise proposta neste artigo, que, dentre as abordagens metodológicas possíveis compreendidas pela ACD, se ampara no enfoque

histórico-discursivo proposto por Wodak (2003), Wodak e Meyer (2016) e Wodak e Reisigl (2016), o qual será explorado adiante.

1.1 A abordagem histórica do discurso

Conforme mencionado na seção anterior, a ACD é uma disciplina que surge no complexo contexto social da modernidade, a qual é caracterizada por diferentes níveis de opressão, exploração e desigualdade entre os grupos que compõem o atual estágio da sociedade capitalista. Frente a esse cenário, é amplamente aceita a concepção de que “os modelos causais não se adaptam a essa complexidade” (Wodak, 2003, p. 102), resultando na necessidade de uma abordagem que, além de um caráter interdisciplinar, possua um viés histórico que direcione a crítica, não apenas, ao nível imediato do texto e do discurso, mas também a um nível “sócio diagnóstico”, que se apoia em conhecimento contextual provido por diferentes teorias sociais, a depender das características do discurso analisado, para compreender como “práticas linguísticas e semióticas mediam e reproduzem ideologias em uma gama de instituições sociais”² (Reisigl; Wodak, 2016, p. 25). É dentro desses parâmetros que é estabelecida a abordagem histórica da ACD, que emprega uma diversidade de dados empíricos para explicar os contextos e as dimensões históricas que constituem os acontecimentos discursivos investigados.

Uma característica definidora dessa abordagem histórica é sua ecleticidade, teórica e metodológica, no sentido de que “são incorporadas as teorias e métodos úteis para compreender e explicar o objeto específico sob investigação” (Wodak, 2003, p. 109), dessa maneira, não há uma série de procedimentos estanques que o analista deve seguir frente ao corpus de sua pesquisa, conforme será explicitado na seção referente à metodologia, mais adiante. Assim, o enfoque histórico da ACD é direcionado para os problemas sociais (não focalizando elementos puramente linguísticos) que serão investigados através das lentes teóricas necessárias para cada caso específico, com a análise indo de um nível macro (pressupostos históricos) a um nível micro (linguístico/discursivo). Evidentemente, conforme Reisigl e Wodak apontam (2016, p. 25), o objetivo da ACD é a prática, visando a mudança social e discursiva como forma de “desconstruir a hegemonia de discursos específicos”, logo, o analista deve disponibilizar os resultados de cada pesquisa para especialistas dos diferentes campos pertinentes, além de estabelecer um nível preditivo de crítica, com os resultados sendo disponibilizados ao público e, posteriormente, aplicados por especialistas (Reisigl; Wodak, 2016, p. 32).

Apesar da fluidez teórica da qual dispõe o analista nas pesquisas amparadas pela abordagem histórica, o modelo proposto por Ruth Wodak estabelece, tal como os outros enfoques da ACD, concepções fixas para as categorias linguísticas que devem ser consideradas em qualquer

² “[...] linguistic and other semiotic practices mediate and reproduce ideologies in a range of social institutions”. Tradução nossa.

processo analítico. Dessa forma, tais noções serão exploradas a seguir, em vista de sua importância para a análise realizada neste trabalho.

1.1.1 Discursos, textos e gêneros

Tal como em outros enfoques da ACD, a abordagem histórica compreende o discurso como uma prática linguística (oral ou escrita) que se relaciona dialeticamente com os âmbitos e práticas sociais em que é realizada, conforme elaboram Fairclough e Wodak (1997 apud Wodak, 2003). Ou seja, da mesma maneira que as realizações discursivas são influenciadas pelos contextos institucionais, ou situacionais, em que ocorrem, também há o caminho inverso, com os discursos exercendo influência sobre o contexto social.

Diante desse vínculo dialético entre os constituintes discursivos e sociais que se entrelaçam, Reisigl e Wodak (2016, p. 27) definem os discursos como conjuntos de práticas semióticas, dependentes de contexto e situadas no interior de práticas sociais específicas. Esses discursos são produzidos de maneira simultânea, e estão constantemente em relação com outros discursos (interdiscurso). De acordo com os autores, uma característica proeminente dessas práticas é a presença dos macro temas, os quais podem abarcar diversos subtemas no interior de sua realização linguística, ou entrar em interdiscursividade com outros macro temas.

Conforme mencionado anteriormente, os discursos, segundo a perspectiva histórica da ACD, são frequentemente manifestados materialmente por meio de textos e gêneros textuais, os quais também possuem suas definições estabelecidas dentro do enfoque. Assim, Wodak e Reisigl (2016) agregam os trabalhos de Ehlich (1983), Graefen (1997, p. 26) e Reisigl (2000) para definir os textos como partes do discurso, produtos “materialmente duráveis” das práticas semióticas produzidas pelos indivíduos, que são manifestados de maneira mediada pela linguagem. Enquanto os gêneros textuais são caracterizados como tipos socialmente convencionados de comunicação, que realizam “um propósito social específico em um contexto social específico” (Reisigl; Wodak 2016, p. 27), funcionando, dessa forma, como “uma forma socialmente ratificada de usar a linguagem em relação a um tipo particular de atividade social” (Fairclough, 1995, p. 14 apud Wodak, 2003, p. 105).

Como foi apontado no início desta seção, o funcionamento dessas categorias linguísticas deve ser observado e explicado em todo trabalho analítico, dentro da ACD histórica, de acordo com o corpus e a temática específica da análise em questão. No entanto, para além dos fatores materializados linguisticamente, há de se considerar, também, noções relativas ao acontecimento social em que esses discursos são produzidos, tendo em vista a relação dialógica entre o uso da linguagem e a circunstância social que compõe o recorte analisado. Frente a isso, serão exploradas as noções de âmbito de ação e contexto, as quais também são essenciais no exercício de pesquisa e são constituídas por essa dupla face linguagem/sociedade.

1.1.2 Âmbito de ação e contexto

No que se refere aos âmbitos de ação dentro da abordagem histórica da ACD, Reisigl e Wodak (2016, p. 28) citam os estudos de Girth (1996) para defini-los como “segmentos da “realidade” social que constituem e configuram os “moldes” do discurso”. Pode-se observar que esses campos são intrinsecamente relacionados à esfera situacional imediata na qual os indivíduos colocam os discursos em curso, assim, determinando o “meio pelo qual as pessoas manifestam seus interesses e se articulam em favor de mudanças, segundo uma percepção de situação idealizada ou de expectativas” (Silva; Pinto; Saraiva, 2022, p. 4).

A maneira como a noção de âmbito de ação relaciona a produção da materialidade discursiva com o recorte situacional, o qual determina como esses discursos serão manifestados, evoca a ideia de *contexto*, noção que tem relevância nos estudos discursivos e que recebe um tratamento singular dentro da abordagem histórica da ACD, a qual considera o contexto a partir de quatro diferentes planos (Reisigl; Wodak, 2016):

1 – O contexto linguístico imediato, interno ao texto.

2 – O contexto interdiscursivo e intertextual, que abarca os gêneros textuais utilizados e as afirmativas do texto.

3 – O contexto extralinguístico referente à situação específica de manifestação do discurso, analisado através das lentes teóricas que Wodak (2003) chama de *teorias de médio porte*, as quais podem variar de acordo com as circunstâncias específicas cada situação extralinguística considerada.

4 – O contexto sócio-histórico mais amplo que inclui fatores externos à situação do discurso analisado, que será investigado a partir das *teorias de grande porte*.

Feitas essas delimitações sobre as principais noções teóricas mobilizadas no enfoque histórico da ACD, a seção seguinte será dedicada a algumas considerações sobre os procedimentos metodológicos utilizados nas pesquisas feitas no campo e, nesse mesmo sentido, na breve análise utilizada neste artigo para ilustrar a aplicação do enfoque histórico.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS NA ACD HISTÓRICA

Conforme mencionado anteriormente, o enfoque histórico desenvolvido por Ruth Wodak carece de uma série regrada de processos estanques que determinam a metodologia de análise, justamente pela pluralidade de fatores históricos que contribuem (de maneira não uniforme) para cada discurso ser produzido. Interessantemente, essa desuniformidade referente aos fatores sócio-históricos que perpassam os discursos é o fator comum existente em todas as pesquisas nessa vertente de Ruth Wodak, considerando que “para ela, a interpretação de um discurso passa por seu percurso de desenvolvimento” (Silva; Pinto; Saraiva, 2022, p. 6). A partir dessa visão norteadora, a

autora estabelece alguns dos passos mais importantes a serem adotados nos procedimentos de análise, frente aos textos selecionados pelo analista, os quais serão apresentados nesta seção.

Em um momento de pré-análise, frente às materialidades textuais que compõem os discursos e as variedades discursivas de interesse da pesquisa, o analista deve se envolver em um exercício de identificação, apontando:

amostras de informação mais etnográfica, assim como estabelecer a interdiscursividade e intertextualidade (textos sobre temas similares, textos com argumentos similares, macro temas, âmbitos de ação, gêneros textuais) (Wodak, 2003, p. 140).

A partir do reconhecimento dessa rede de materiais textuais que configuram o discurso estudado, é necessária a estruturação do repertório teórico que será utilizado para investigar as condições históricas do(s) discurso(s) em questão. Para essa etapa, Wodak (2003) salienta a importância de uma busca por uma diversa gama de dados empíricos, advindos de uma variedade de fontes e das teorias sociais relevantes para a realização do levantamento histórico. Nessa fase da pesquisa, serão delimitadas as teorias de grande e médio porte que abarcarão as análises dos contextos mais amplos que sustentam a produção textual do contexto linguístico, assim como serão determinados os macro e sub-tópicos discursivos.

Essas delimitações teóricas estão relacionadas à compreensão dos contextos mais abrangentes, entretanto, vale destacar que o movimento de análise, propriamente dito, é estabelecido a partir dos textos que compõem o corpus da pesquisa. Em virtude disso, outra etapa fundamental para as análises de enfoque histórico é a “especificação das perguntas de pesquisa” (Reisigl; Wodak, 2016) que devem nortear a análise dos textos no sentido discursivo e linguístico. Assim, essas questões formuladas pelo pesquisador devem ser aplicadas sequencialmente ao texto, como forma de identificar as estratégias discursivas utilizadas e, ao mesmo tempo, utilizar abordagens teóricas relevantes para interpretar os significados que resultam dessas perguntas de investigação. A noção de estratégia discursiva é delimitada a partir da seguinte elaboração:

Por “estratégia” entendemos um plano de práticas (incluindo práticas discursivas) mais ou menos preciso e mais ou menos intencional que é adotado para atingir um determinado objetivo social, político, psicológico ou linguístico. Estratégias discursivas são situadas em diferentes níveis de organização e complexidade linguística (Reisigl; Wodak, 2016, p. 33).³

Ainda segundo os estudos feitos pelos autores, as estratégias discursivas são empregadas, dentro dos contextos que envolvem níveis de opressão e abuso de poder, como uma maneira de manter ou modificar a imagem de um determinado grupo, sendo este um grupo interno ou externo.

³ “By ‘strategy’ we mean a more or less intentional plan of practice (including discursive practices) adopted to achieve a particular social, political, psychological or linguistic goal. Discursive strategies are located at different levels of linguistic organization and complexity”. Tradução nossa.

Por exemplo, um discurso que tenha o intuito de deslegitimar determinado grupo de indivíduos, pode ser manifestado por meio de um texto linguisticamente construído através de uma estratégia discursiva de predicação, a qual realiza “atribuições estereotipadas e avaliativas de traços negativos ou positivos” dos grupos em questão, através de predicados implícitos e explícitos (ibidem).

Com base nesses processos, que consideram os aspectos linguísticos, históricos e contextuais do discurso analisado, Wodak sugere a construção de uma interpretação geral que retome as perguntas indagatórias elaboradas e a problemática central que motivou a pesquisa, assim como a realização da crítica de caráter preditivo com foco em uma proposta que possibilite a mudança social, ponto comum entre as vertentes da ACD.

Por fim, um ponto diferencial da abordagem histórica que é reforçado por Wodak (2003), no que se refere à estruturação da análise, é a presença de um diagrama ilustrativo que represente a relação entre os âmbitos de ação com os textos produzidos e os discursos analisados, tal como a autora exemplifica (diagrama 1):

Diagrama 1

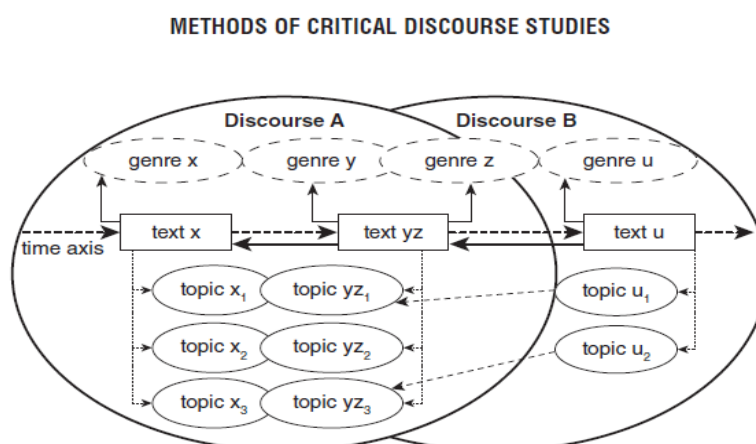


Figure 2.2 Interdiscursive and intertextual relationships between discourses, discourse topics, genres and texts

Fonte: Reisigl; Wodak, 2016, p. 30.

Diante dessas considerações, acerca dos procedimentos metodológicos que perpassam as pesquisas da ACD de abordagem histórica, será desenvolvida, na seção a seguir, uma sucinta demonstração da aplicabilidade do enfoque, utilizando, como problema focal da análise, os textos presentes nas manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff, entre os anos de 2015 e 2016, que evocam um discurso de apoio ao período da ditadura militar.

3. AS MANIFESTAÇÕES PELO IMPEACHMENT E OS ECOS DA DITADURA MILITAR

O período que sucedeu a reeleição de Dilma Rousseff, nas eleições presidenciais de 2014, foi marcado por um processo de polarização política e manifestações mobilizadas por diferentes setores da direita brasileira, as quais exigiram a destituição do cargo da Presidenta da República.

Essas manifestações foram realizadas por todo o país, reunindo multidões pelas principais capitais brasileiras, especialmente em São Paulo, onde o Datafolha⁴ estimou cerca de meio milhão de pessoas no dia 13 de março de 2016, data que marca as maiores manifestações registradas. Nesses atos de protesto foi possível observar diferentes exigências políticas e sociais que eram expressas pelos manifestantes, para além do desejo conjunto pelo impeachment da, então eleita, Presidenta.

A análise realizada no presente artigo busca focalizar, especificamente, os textos que expressam uma relação interdiscursiva entre a oposição à posse presidencial de Dilma Rousseff e os clamores por um processo de intervenção militar no governo, que retomam a memória do período da ditadura militar brasileira, que ocorreu de 1964 a 1985 (figura 1). Para essa finalidade, foram considerados textos produzidos para os atos que ocorreram nos dias 16 de agosto de 2015 e 13 de março de 2016, e que se alinham às variedades discursivas cartazes e faixas, atentando-se para a maneira como os macro temas discursivos são mobilizados para relacionar dois momentos distintos do cenário político brasileiro. Em certas materialidades que compõem o corpus de análise, também foi possível notar certa repetição dos termos “comunista” e “socialista”, além de uma utilização usual da língua inglesa na construção dos textos (figura 2), fatores que também foram levados em consideração na macro investigação dos pressupostos históricos.

Figura 1



Figura 2



Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/imagens-marcantes-protestos-de-domingo.html> (2015)

⁴ <https://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contr-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>

Frente a esses tipos de produções discursivas, o enfoque histórico-discursivo apresentado por Ruth Wodak foi utilizado de modo que a investigação do contexto histórico mais amplo pudesse ser conduzida em função das seguintes questões indagatórias:

1 – De qual maneira os pedidos por impeachment e as insatisfações com o governo são relacionados ao período do regime militar?

2 – Em quais fatores se embasam as afirmações que comparam a Presidenta Dilma Rousseff, e o Partido dos Trabalhadores como um todo, ao título de comunista/socialista?

Guiados por essas questões, e seguindo os pressupostos estabelecidos por Ruth Wodak acerca da interdisciplinaridade na ACD de enfoque histórico, a análise apresentada por nós busca recolher informações provindas de pesquisas do campo de história e da história política do Brasil, para elaborar uma contextualização geral acerca do período que compreende o regime militar, e aspectos específicos que se relacionam com as problemáticas abordadas neste artigo.

3.1 O regime militar brasileiro e o combate à “ameaça comunista”

Com a deposição do então Presidente João Goulart, em 31 de março de 1964, e com a legitimidade institucional dada pelo senador Auro de Moura Andrade, que presidia sessão no Congresso Nacional no dia 2 de abril do mesmo ano, o Brasil adentrou em um período de 21 anos marcado por repressões políticas, ideológicas, culturais e artísticas. Essa nova política do país, entretanto, foi também apoiada por setores da sociedade brasileira e internacional, tais como: parte da mídia, pela igreja católica, pelo governo estadunidense, além da imprensa que atuou na legitimação discursiva da ruptura democrática (Barreto, 2021).

Sobre essa última face do apoio ao regime militar mencionada, é relevante destacar que uma das maneiras pela qual os meios de comunicação cooperavam, segundo Barreto (2021), para a divulgação de uma imagem positiva do governo, era através da construção narrativa do que ficou conhecido como “milagre econômico”, expressão utilizada para referenciar as políticas de importação de bens e obras faraônicas que resultou no aumento da dívida externa. Tal período foi caracterizado, também, pelo aumento da corrupção, a qual era acobertada pelos grandes jornais, favorecendo a solidificação de um imaginário que concebia o governo militar como incorruptível, um suposto aspecto positivo do regime que é constantemente revisitado por apoiadores do regime.

Historicamente, o governo militar brasileiro pode ser compreendido, sob uma perspectiva internacional, como aliado aos Estados Unidos da América em seu posicionamento na Guerra Fria, confronto que subdividiu o cenário político mundial em distintos polos políticos e ideológicos. Sobre esse alinhamento com os EUA, Mendes (2003, p. 86) aponta que “análises conjunturais” feitas pelos militares da época “assinalavam que a Guerra Fria havia chegado ao Brasil na forma de uma Guerra

Revolucionária ou Guerra Insurrecional”, destacando as preocupações do governo vigente com as organizações políticas de esquerda que resistiam no país. E, justamente, nesse contexto sócio-histórico, “as forças armadas apareceriam como protetoras da liberdade democrática” (Mendes, 2003, p. 88), frente a uma iminente ameaça comunista que representaria a perda da liberdade religiosa, individual e econômica.

O mesmo autor também destaca os interesses dos EUA na construção de um imaginário anticomunista no contexto brasileiro, afirmando que o Brasil representou um importante elemento na luta estadunidense contra a ideologia comunista, na medida em que o governo norte americano temia que o país se tornasse uma “nova china” (Mendes, 2003) dentro do hemisfério sul. A partir dessa confluência de fatores nacionais e internacionais, a luta anticomunista associada a partidos e organizações de esquerda passou a compor a identidade política dos apoiadores do período militar, os quais evocam esses mesmos dizeres, anos depois, conforme demonstra a análise a seguir.

3.2 Os atos contra o governo e os discursos alinhados ao regime

Nesta subseção destinada à análise das manifestações discursivas, os textos que compõem o corpus foram organizados a partir dos sub-tópicos discursivos que puderam ser observados em meio às dos manifestantes. Nesse sentido, é possível observar que os dois primeiros textos selecionados (figura 3; figura 4) são construídos com o enfoque voltado à necessidade, aparentemente urgente, de intervenção militar, frente aos casos de corrupção do governo Dilma.

Figura 3



Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/03/as-cenas-mais-inacreditaveis-das-manifestacoes-de-domingo-13-de-marco.html> (2016)

Figura 4



Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/imagens-marcantes-protestos-de-domingo.html> (2015)

Um fator diferencial na construção desses textos (ambos compreendidos pelo gênero textual *faixa*) é a utilização da língua inglesa no processo de manifestação do discurso de afronta ao governo, apesar das manifestações ocorrerem sob um contexto político extralinguístico centrado na realidade brasileira. Além disso, a utilização do código de socorro SOS, e a construção *Brazil calls for military intervention*, apontam para um sentido de urgência no processo de mudança do sistema político vigente, com as forças armadas brasileiras representando a figura salvadora da pátria, em concordância com os estudos de Mendes (2003) acerca do regime militar no combate à “ameaça comunista”. Nesse contexto, a utilização da língua inglesa pode ser interpretada como uma estratégia para obter a atenção da imprensa internacional, mas também, remonta a memória do alinhamento político e ideológico entre Brasil e Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, com o último país sendo um importante elemento na expansão do anticomunismo em países da Europa, Ásia e América Latina (*ibidem*).

Com relação às estratégias discursivas utilizadas, nota-se que os adjetivos *comunista*, *socialista* e *ladrão* são utilizados para referenciar o governo vigente como um todo, categorizando e agrupando-o como uma figura inimiga da pátria. No texto da figura 5, ainda, é possível observar a utilização da construção *communists want to take over our country* (“comunistas querem dominar nosso país”) que atribui a vitória da candidata petista nas eleições de 2014 a um processo ilegítimo, como uma espécie de manobra para a dominação comunista do país, mais uma vez, de forma semelhante às narrativas utilizadas no período do regime.

Além desses discursos, que abordam os sub-tópicos da urgência pelo processo de intervenção militar e do perigo comunista no cenário nacional, um outro aspecto do período ditatorial brasileiro, representado em algumas manifestações textuais, nos atos contra o Governo Dilma, é o da repressão exercida pelo regime militar. Sobre esse fator histórico, vale ressaltar que de acordo

com o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o número de mortos e desaparecidos, entre 1946 e 1988, é de 434 pessoas, uma quantidade inferior em relação a outras ditaduras que ocorreram na América Latina, e que contradiz outras pesquisas feitas a respeito desse período no Brasil, o que evidencia uma possível subnotificação das mortes contabilizadas no período. Essa temática das violências cometidas pelo regime militar foi retomada nas manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff, nas quais pôde-se notar variedades discursivas (figura 5; figura 6) que referenciam fatos ocorridos no período ditatorial para demarcar um posicionamento de oposição à Presidenta.

Figura 5



Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/03/as-cenas-mais-inacreditaveis-das-manifestacoes-de-domingo-13-de-marco.html> (2015)

Nota-se, através da imagem, que a manifestante segura um cartaz com a frase interrogativa “porquê não mataram todos em 1964?” (sic), com a adição de um emoji representando uma expressão facial de espanto. Essa construção textual, sendo evocada no contexto particular de um ato pró-impeachment, levanta algumas questões que podem, também, ser rastreadas historicamente ao contexto da ditadura militar.

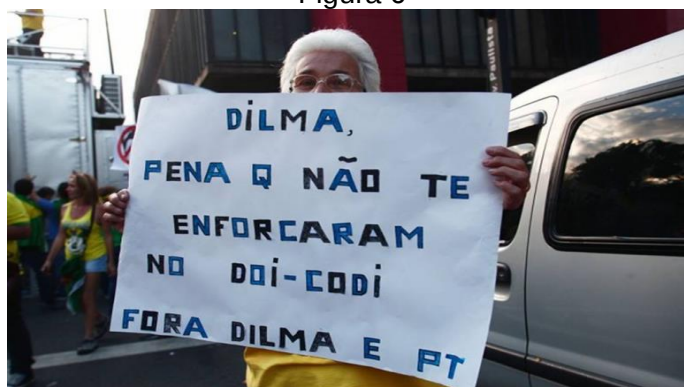
Em primeiro lugar, a data utilizada, 1964, pode ser analisada como uma referência ao ano em que ocorre a deposição de João Goulart e o rompimento com o processo democrático de eleição presidencial, que instaurou o governo militar no Brasil. Em conjunto a isso, a questão central colocada pelo texto é o questionamento do porquê não mataram todos naquele período, construção que pode ser parafraseada da seguinte maneira: se todos tivessem sido mortos, isso não estaria acontecendo. Nesse discurso de oposição à existência dos todos, que deveriam ter sido mortos em 1964 segundo a manifestante, não há uma menção nítida a quais sujeitos são englobados nesse

grupo inimigo, embora, logicamente, a então Presidenta Dilma seja incluída em tal agrupamento. Ainda sobre a possível composição desse grupo inimigo, deve-se destacar que o Partido dos Trabalhadores foi fundado em 1980, o que impossibilita que o texto esteja se referindo aos petistas como um todo.

Por outro lado, segundo Lima (2023), durante o período compreendido como a ditadura militar brasileira, Dilma Rousseff possuiu participação ativa em grupos de esquerda que lutaram contra a repressão do governo militar, desde seus 16 anos de idade, inclusive sendo presa e torturada em 1970. Tal contextualização permite a compreensão de que Dilma Rousseff é inclusa, a partir do enunciado produzido pelo texto da manifestante, no grupo que representa a “ameaça comunista” sob a ótica dos apoiadores do regime militar.

A trajetória de resistência de Dilma Rousseff também pode ser evocada na análise da figura 6, a qual traz um texto elaborado de maneira a referenciar, enfaticamente, a passagem da ex-presidenta pela repressão exercida pelos militares.

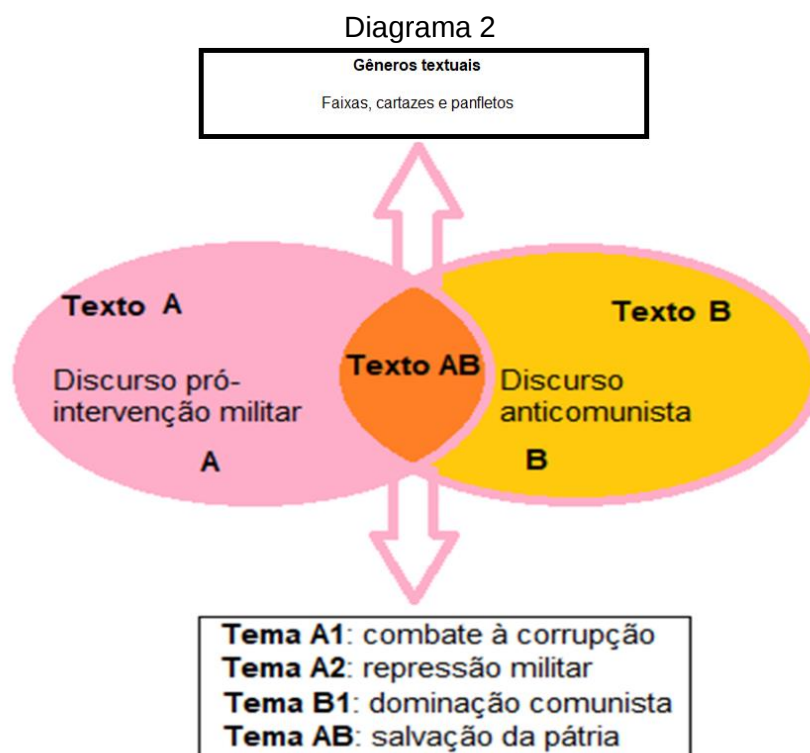
Figura 6



Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/08/imagens-marcantes-protestos-de-domingo.html> (2015)

O discurso de apoio ao regime militar se manifesta, nesse enunciado, através da lamentação pelo fato de Dilma Rousseff não ter sido enforcada no Departamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI – CODI), órgão subordinado ao exército brasileiro que atuou no combate e na prisão aos grupos de resistência ao governo, incluindo a prisão de Dilma Rousseff, cárcere que durou dois anos e seis meses. Essa produção discursiva reforça o posicionamento fiel do manifestante ao caráter repressor que caracterizou a ditadura, e salienta, também, que a postura de enfrentamento à figura da Presidenta Dilma Rousseff, nas datas das manifestações, configurou o ressurgimento da postura anticomunista que militares e seus apoiadores mantiveram durante o período.

Através dessas considerações a respeito das variedades discursivas selecionadas, e dos discursos que são produzidos através das construções linguísticas observadas, é possível realizar uma esquematização (diagrama 2) que ilustra a relação interdiscursiva que se manifesta através dos textos, tal como os principais temas abordados dentro do plano de ação pretendido pelos manifestantes produtores desses discursos:



Fonte: produzido pelos autores (2024)

Conforme demonstrado pelo diagrama, nas manifestações ocorridas nos dias 16 de agosto de 2015 e 13 de março de 2016, que constituíram atos a favor do processo de impeachment, foi possível observar a ocorrência de dois discursos que perpassaram, historicamente, a trajetória da Ex-presidenta Dilma Rousseff enquanto militante política e a trajetória política do Brasil como um todo. Nesse contexto, o discurso a favor da intervenção militar surge em confluência com o discurso anticomunista, que se manifesta através de faixas, cartazes e outros gêneros comumente empregados em contextos de protestos e outros atos que visam a mudança no cenário político. Os sub-tópicos discursivos, abarcados por meio dessas variedades, relacionam a suposta necessidade do impeachment a questões como “combate à corrupção” e a “dominação comunista” que estaria presente no governo petista, temas que, conforme a análise demonstrou, podem ser historicamente rastreados ao contexto da guerra fria e ao período ditatorial brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da sucinta análise proposta neste trabalho, buscou-se demonstrar a aplicabilidade, tal como a pertinência, que a abordagem histórica do discurso representa no campo da ACD, possibilitando uma interpretação de discursos, e de atos sociais, contemporâneos a partir de uma perspectiva que evidencia os fatores sócio-históricos que os constituem. A utilização desse enfoque interdisciplinar, que trabalha com uma variedade de dados empíricos advindos de múltiplas fontes teóricas, coloca em questão a complexidade que perpassa a produção de discursos em sociedade,

a qual demanda um exercício de análise igualmente complexo para que se explore os “sintomas” sociais que caracterizam a contemporaneidade, para os quais Wodak (2003) chama atenção. É por meio dessa abordagem interdisciplinar, inclusive, que o analista crítico do discurso deve estruturar sua crítica de caráter preditivo, de maneira que leve em consideração, não uma lógica causal dos problemas sociais investigados, mas justamente uma rede de fatores históricos que se intercalam e se manifestam discursivamente através fatores linguísticos e sociais.

Com relação ao exemplo de análise trazido neste artigo, é imperativo ressaltar, novamente, a não pretensão de se construir um procedimento analítico extenso, pela natureza introdutória e do número de páginas permitidas para um artigo. Entretanto, a partir dos discursos observados e dos dados históricos que a pesquisa elencou para embasar a análise, é possível refletir a respeito de possíveis ações preditivas a fim de contrapor as problemáticas sociais detectadas.

Nesse sentido, notou-se que determinadas alas da direita brasileira utilizam de narrativas equivocadas acerca do período ditatorial brasileiro, além de resquícios de uma discursividade anticomunista, para a construção de um movimento que ameaça as instituições políticas democráticas do país. Uma possível sugestão para essa problemática é a elaboração de uma série de materiais e eventos expositivos (panfletos, vídeos, palestras etc.), por parte das organizações políticas de esquerda, que visem explorar a temática da ditadura militar brasileira, incluindo os casos de corrupção existentes na época, o aumento da dívida externa, a censura e a repressão ideológica. A ampla divulgação desse tipo de conhecimento histórico facilitaria a acusação das versões não verossímeis acerca daquele período, as quais são evocadas em tentativas de deslegitimar os processos democráticos da política nacional e que podem manifestar graves consequências no plano “sintomático” social que a abordagem histórica do discurso considera.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, P. *Por que devemos nos lembrar do golpe de 1964?* Rio de Janeiro: Conexão UFRJ, 2021. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2021/04/por-que-devemos-nos-lembrar-do-golpe-de-1964/>. Acesso em: 17 set. 2023.
- MAGALHÃES, I. Introdução: A Análise de Discurso Crítica. *DELTA. Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, v. 21, p. 1-9, 2005.
- MENDES, R. A. S. As direitas e o anticomunismo no Brasil: 1961-1965. *Locus: Revista de História*, v. 10, n. 1, p. 79-97, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20600>. Acesso em: 17 set. 2023.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- SILVA, E. J. F. DA; PINTO, F. L. B; SARAIVA, L. A. S. A análise crítica do discurso por Ruth Wodak. In: ENCONTRO DA ANPAD, 46., p. 1-17, 2022, on-line. *Anais [...]*. Maringá: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2022. Disponível em: <http://www.anpad.org.br>. Acesso em: 12 set. 2023.
- WODAK, R. El enfoque histórico del discurso. In: MEYER, M; WODAK, R. *Métodos de análisis crítico del discurso*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003. p. 101-141

WODAK, R.; MEYER, M. Critical discourse studies: history, agenda, theory and methodology. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (ed.). *Methods of Critical Discourse Studies*. London: Sage Publications, 2016. p. 1-23.

WODAK, R.; REISIGL, M. The Discourse-Historical Approach. In: WODAK, Ruth; MEYER, Michael (ed.). *Methods of critical discourse studies*. London: Sage Publications, 2016. p. 23-62.

OS AUTORES

Micheline Mattedi Tomazi

Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGEL/UFES) e do Departamento de Letras (DLL/UFES). Líder coordenadora do Grupo de Estudos sobre Discursos da Mídia (Gedim/UFES).

Wendell Robertt Silva Freitas

Mestrando Bolsista do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Licenciado em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Bagé.

O auditório compósito no discurso de Getúlio Vargas ao magistério do Colégio D. Pedro II

The composite auditorium in Getúlio Vargas' speech to the teaching staff of Colégio D. Pedro II

El auditorio compuesto en el discurso de Getúlio Vargas al profesorado del Colégio D. Pedro II

RESUMO

A abordagem sociodiscursiva da argumentação concebe o auditório enquanto construção do orador, integrando seu projeto persuasivo e constituindo sua identidade discursiva. Este artigo analisa a audiência do pronunciamento de Getúlio Vargas endereçado ao magistério do Colégio D. Pedro II, em 1937. A análise focaliza os índices de alocação da construção do auditório, buscando descrevê-lo enquanto compósito. Os resultados mostram como essa construção do auditório de Vargas resulta numa estratégia argumentativa de articulação entre o discurso de reforço aos apoiadores, de polêmica aos adversários e de persuasão aos espectadores indecisos.

Palavras-chave: Argumentação retórica; auditório; discurso político; Getúlio Vargas.



Recebido em: 24 de dezembro de 2023
Aceito em: 12 de julho de 2024
DOI: 10.26512/les.v25i2.52014

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Ibiraci de Alencar Chagas

ibiraci.chagas@enova.educacao.ba.gov.br

<https://orcid.org/0000-0002-1693-2465>

Universidade Estadual de Feira de Santana
(UEFS), Feira de Santana, Bahia, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

The sociodiscursive approach to argumentation conceives the audience as the speaker's construction, integrating their persuasive project and constituting their discursive identity. This article analyzes the audience of Getúlio Vargas's speech addressed to the teaching staff of Colégio D. Pedro II in 1937. The analysis focuses on the indices of allocution within the construction of the audience, aiming to describe it as a composite. The results demonstrate how Vargas's construction of the audience results in an argumentative strategy of articulation between reinforcing the discourse to supporters, engaging in controversy with opponents, and persuading undecided spectators.

Keywords: rhetorical argumentation; audience; political speech; Getulio Vargas.

RESUMEN

El enfoque sociodiscursivo de la argumentación concibe al auditorio como una construcción del orador, integrando su proyecto persuasivo y constituyendo su identidad discursiva. Este artículo analiza la audiencia del discurso de Getúlio Vargas dirigido al profesorado del Colegio D. Pedro II en 1937. El análisis se centra en los índices de locución de la construcción del auditorio, buscando describirlo como un compuesto. Los resultados muestran cómo esta construcción del auditorio de Vargas resulta en una estrategia argumentativa de articulación entre el discurso de refuerzo a los partidarios, la controversia hacia los adversarios y la persuasión a los espectadores indecisos.

Palabras clave: argumentación retórica; auditorio; discurso político; Getulio Vargas.

Como citar:

CHAGAS, Ibiraci de Alencar. O auditório compósito no discurso de Getúlio Vargas ao magistério do Colégio D. Pedro II. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 160-177, jul./dez. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



INTRODUÇÃO

Desde as primeiras teorizações sobre a retórica, ocorridas na Antiguidade helênica, que se afirma a importância capital dos polos formais de emissão e recepção do discurso persuasivo – o orador e o seu auditório. Nesse âmbito, tais polos são ontologicamente posicionados numa perspectiva realista: orador e auditório existem como realidades objetivas em si mesmas e como tais são consideradas ao longo dos esforços por adesão que o primeiro busca exercer sobre o segundo. Ora, é na exata direção oposta que se movem os estudos sobre o discurso quando se dedicam a entender o mesmo objeto. Pode-se perceber uma tendência comum a vários ramos classificados como vertentes de análise do discurso de operarem dentro do que ficou conhecido na psicologia moderna como *construcionismo social* (Burr, 2003): uma percepção de que aquilo que normalmente é caracterizado como realidade objetiva, acha-se fortemente envolvido por processos sociais e culturais que atribuem sentidos e concepções particulares, conformando uma espécie de filtro por intermédio do qual se apreende o real. Assim, não haveria uma *essência* definitiva e atemporal, apreensível na linguagem, que caracterizasse orador e auditório mas, apenas, representações socialmente ancoradas e dependentes. São tais representações que se manifestam efetivamente no discurso.

Uma vez banido o realismo simplista que tradicionalmente se associa à retórica, pode-se notar que o auditório se desloca para o plano da fala e passa a se dar a conhecer, somente, enquanto discursivamente formulado. Inclusive, o grande responsável pela revivescência contemporânea da retórica, Chaïm Perelman (2005 [1958]), já apresenta indícios de se encaminhar nessa direção, quando afirma que *o auditório é uma construção do orador*. Para o filósofo polonês, o autor do discurso tem, obviamente, uma audiência empírica diante de si (representada, por vezes, até mesmo, apenas, por si próprio). Todavia, o encaminhamento experimentado pelo discurso obedece a uma representação delineada pelo orador. A análise argumentativa do discurso, proposta por Ruth Amossy (2020 [2000]), dá um passo além nessa perspectiva, situando o auditório enquanto categoria discursivamente objetivada na materialidade linguageira.

O presente artigo se concentra na tentativa de apreender o auditório na esfera de estruturação da fala Orientação nacional do ensino, proferido por Getúlio Vargas no dia 2 de dezembro de 1937, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em virtude da cerimônia comemorativa do primeiro centenário da fundação do Colégio Pedro II. Esse pronunciamento acumula relevância, uma vez que fora proferido menos de um mês depois do golpe que instituiu o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, constituindo-se na segunda fala pública registrada de Vargas após o estabelecimento do novo regime. É, também, um texto que integra o quinto volume da obra *A Nova Política do Brasil* (publicada entre 1938 e 1947), tratando-se essa de uma compilação de pronunciamentos de Vargas, proferidos entre 1930 e 1945 e que se constitui em documento de enorme importância nas circunstâncias de implantação e legitimação do Estado Novo.

1. O CONTEXTO DE ENUNCIÇÃO DO DISCURSO

Poucas instituições são tão prestigiosas e emblemáticas, no que concerne aos caminhos percorridos para a promoção de um projeto de educação básica de excelência no Brasil, quanto o Colégio Pedro II. A princípio funcionando como *Abrigo dos órfãos de São Pedro* (1733), passou a se chamar *Seminário de São Joaquim* em 1758, e era instituição caritativa cujo currículo mesclava instrução elementar e o aprendizado de ofícios manuais. A instituição se converteu no *Colégio Pedro Segundo* por intermédio de um ato do governo regencial, em 2 de dezembro de 1837, promovido pelo ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, e ganhando um novo regulamento e uma nova organização curricular. Desde a sua criação, era ambiente masculino e elitista, moldado por valores de uma visão de mundo tradicional portuguesa fortemente aristocrática. Seu sistema de ensino se baseava num modelo pedagógico tripartite: a base era *humanística*, contando com disciplinas como latim, grego, poética, retórica e filosofia; mesclando-a a disciplinas *modernas*, como física, química e matemática; além das matérias *formadoras da nacionalidade*: geografia, história e língua nacionais (Rodrigues, 2010).

O contexto no qual se deu a criação do Colégio Pedro Segundo e, em verdade, de todo o desenvolvimento da educação no Brasil, está diretamente ligado à instituição do padroado régio português. Por tal instituição, deve-se entender um conjunto de privilégios concedidos pelo papado, através de sucessivas e gradativas bulas pontifícias, como resultado de uma longa negociação entre a Santa Sé e a Coroa portuguesa. Por meio dessas bulas – que assumiram valor jurídico no período da expansão ultramarina –, a Santa Sé delegava ao monarca a responsabilidade pela administração e organização da Igreja Católica em seus domínios já conquistados e por ainda a conquistar. Em paralelo, o rei padroeiro, beneficiando-se da arrecadação dos dízimos eclesiásticos, deveria construir e prover as igrejas com tudo que fosse necessário para o trabalho clerical, nomeando os párocos e indicando, inclusive, aqueles que deveriam dirigir os bispados, sendo esses, mais tarde, formalmente confirmados pelo Papa. Desse modo, as ações da Igreja romana e do Estado monárquico português eram indissociáveis, funcionando, ambas as instâncias, numa única ação conjunta nas esferas política, jurídica, religiosa e educacional junto à sociedade de então. Tal situação perdurará, no Brasil, até a queda do Império, em 15 de novembro de 1889. É, portanto, nessa conjuntura institucional que se deve entender os primeiros séculos da história da educação no Brasil, bem como a gênese do Colégio Pedro Segundo e a sua atuação ao longo das décadas seguintes.

Como afirmado anteriormente, o pronunciamento ora em estudo foi proferido no dia 2 de dezembro de 1937, apenas cerca de três semanas após o golpe de Estado que cancelou a eleição presidencial prevista para o dia 3 de janeiro do ano seguinte e impôs o governo varguista à frente do Estado brasileiro até outubro de 1945. Excluindo-se a fala que informara à nação, por intermédio dos serviços radiofônicos da época, sobre o estabelecimento do regime de exceção – ao mesmo

tempo em que fechava o Congresso nacional e outorgava ao país uma nova constituição –, *Orientação nacional do ensino* foi a segunda fala pública registrada de Getúlio Vargas após a *Proclamação ao povo brasileiro*, proferida na noite de 10 de novembro de 1937.

Esse cenário político se achava por deveras tumultuado, uma vez que o governo de Vargas se via acossado por diferentes facções políticas que ambicionavam o domínio sobre o executivo nacional – esquerdistas, de orientação anarquista ou comunista; liberais; e, ainda, partidários da extrema-direita, representados pelos integralistas. Dadas as circunstâncias de supressão dos direitos civis, dos processos eleitorais previstos para o ano seguinte, da atuação dos órgãos máximos do legislativo federal – enfim, de toda a fisiologia corriqueira de um Estado democrático de direito –, afigura-se a importância do pronunciamento de Vargas no contexto de implantação autoritária do novo regime político, particularmente num quadro temático no qual história, educação e política se irmanam na tentativa de moldar um enredo nacional de unidade, ordem e progresso social capitaneado pela hipertrofia e onipresença do Estado.

2. O AUDITÓRIO INSCRITO NO DISCURSO: AS MARCAS DE ALOCUÇÃO.

Ruth Amossy (2020 [2000]), em sua obra paradigmática sobre a argumentação no discurso, propõe uma síntese teórico-metodológica entre variadas vertentes dos estudos sobre a linguagem a fim de elaborar um instrumental efetivo para o mapeamento do auditório no discurso. Nessa tarefa, a identificação das instâncias concretas, configuradas pelas marcas linguísticas ou índices de alocução, desempenha uma função capital. Perelman e Olbrechts-Tyteca, (2005 [1958], p. 23), em suas considerações sobre a função retórica do auditório, enfatiza a dimensão comunicacional fundamentada na *doxa*¹. Todavia, inexistente a preocupação, por parte do filósofo polonês, de identificar a maneira pela qual a imagem que o orador faz de sua audiência se traduz efetivamente em sua fala (Amossy, 2020 [2000], p. 56). É apenas com a identificação precisa dessas marcas languageiras – dos traços materiais, ao nível linguístico, que indiciam a presença do receptor –, que se pode apreender, efetivamente, o auditório no discurso. Da mesma forma, é somente com o trabalho efetivo de análise acerca de tais marcas que a retórica pode, em verdade, encontrar a linguística do discurso e, dessa maneira, ambas se complementarem mutuamente:

adaptar-se ao auditório é, antes de mais nada, levar em conta sua *doxa*. Prolongando as perspectivas aristotélicas sobre a importância dos lugares comuns, Perelman convida o analista a pôr em evidência o alicerce dóxico de todo discurso argumentativo (Amossy, 2020, p. 54-55).

¹ A palavra grega *doxa* é comumente traduzida como *opinião* ou *crença*. Derivada do verbo *dokein* (δοκεῖν), que significa *parecer* ou *pensar*, *doxa* originalmente se referia às crenças comuns compartilhadas num contexto social ou às aparências aceitas acerca de algo pela maioria dos indivíduos, sendo frequentemente contrastada com *episteme* (ἐπιστήμη), que denota um conhecimento *científico*.

Desse modo, analisamos os seguintes índices de alocação: designações nominais explícitas; descrições do auditório; pronomes pessoais; e evidências compartilhadas, considerando que, “mesmo que não seja objeto de designação explícita, o auditório é designado silenciosamente pelas crenças, opiniões, valores que o discurso lhe atribui explícita ou implicitamente (Amossy, 2020, p. 62).

2.1 Designações nominais explícitas

A primeira categoria dessas marcas na linguagem é formada pelas *denominações nominais explícitas*: nomes próprios ou vocativos que acusam, diretamente, a presença da audiência no texto. Tais denominações podem ser simples – compostas a partir de pronomes de tratamento (“senhores”, “vossas excelências”) ou de substantivos classificatórios (“brasileiros”, “companheiros”, “trabalhadores”) – ou apresentarem algum tipo de qualificativo que conforma uma imagem direcionada do auditório (“povo patriota”, “mulheres guerreiras e empoderadas”).

No pronunciamento *Orientação nacional do ensino*, no que concerne às denominações nominais explícitas, existe a presença do vocativo *senhores*, pronome de tratamento formal ou cerimonioso e índice de identificação de gênero, usado, apenas, no início do discurso, com vistas a mobilizar e direcionar a atenção, e no penúltimo parágrafo, antes daquele final e conclamatório. Em ambas as circunstâncias, não obstante o caráter cerimonioso do vocativo – em consonância com a própria formalidade da celebração –, visa esse a criar um sentido de direcionamento de atenção, assim como a realçar e consolidar os laços entre orador e audiência.

2.2 Descrições do auditório

A segunda categoria apresentada pela autora é a de *descrições do auditório*. Aqui, dá-se um passo além em relação às identificações mais objetivas da audiência, chegando-se a compor retratos ilustrativos mais ou menos prolongados e minuciosos.

Quanto a essas, temos a expressão “falando aos mestres (...) falo aos responsáveis pela saúde espiritual da nossa mocidade.” (Vargas, 1938, p. 106). A escolha pelo substantivo *mestres*, tanto sugere a função pedagógica dos mesmos, quanto o grau de excelência no domínio de uma arte ou ciência. Atribui, explicitamente, aos lentes, o peso da responsabilidade pela formação anímica – moral, psicológica, ética – dos jovens. Uma vez que responsáveis, numa clara conotação jurídica, deduz-se que os mestres possuem os meios para obter o sucesso nessa empresa e, em caso de fracasso, devem ser, naturalmente, culpabilizados. Ao se incumbirem da formação dos jovens, obrigatoriamente se tornam os responsáveis, em última instância, pelos rumos da nação.

Também a expressão “o magistério brasileiro, na sua mais alta expressão (...)” (Vargas, 1938, p. 106) se encaixa na mesma categoria de identificação do auditório. A presença da expressão, que unifica todos os profissionais pertencentes a uma categoria de trabalho, sugere a

intenção de homogeneizar o auditório, dotando-lhe de uma natureza pátria – o tropo metonímico subjacente denota a subsunção e unificação dos indivíduos no exercício da função em que atuam. Deve-se notar que, ainda no século XVIII e no início do século XIX, o termo *magistério* não estava associado à classe dos professores, mas apenas à instrução e ao título acadêmico de “mestre” (Bluteau, 1713; Pinto, 1832). O emprego do superlativo relativo de superioridade aponta para a iniciativa de hierarquizar a categoria, conferindo ao auditório uma condição destacada de superioridade absoluta e excelência perante quaisquer outros que desempenhassem a mesma função.

Por fim, temos a expressão: “o dilema teórico, tão debatido pelos doutos — cultura de extensão, alfabetização rápida das massas ou alta preparação de elites, destinadas às tarefas de direção — não abarcava a realidade das nossas circunstâncias.” (Vargas, 1938, p. 105). O emprego do substantivo masculino plural *doutos* remete à audiência, pois Vargas se dedica, longamente, a responder a tal dilema em seu discurso, mostrando, inclusive, como a superação desse se constitui no próprio ponto de partida da política educacional do seu governo: “a obra educativa e cultural encetada pela administração é mais ampla e abrange o problema em todos os seus aspectos.” (Vargas, 1938, p. 105). O substantivo *douto* denota ilustração e sapiência, demarcando o auditório a partir de uma caracterização elitista, enfatizando-se a erudição e a envergadura intelectual que o identifica.

2.3 Pronomes pessoais

A seguir, tem-se os *pronomes pessoais*. Em tal categoria, incluem-se os pronomes pessoais da segunda pessoa do singular e do plural, bem como os possessivos correspondentes, ou, até mesmo, a terceira pessoa empregada como substituto e recurso de interpelação indireta da audiência (“o que os trabalhadores do Brasil, reunidos aqui nesta noite, sonham para o amanhã?”). O uso dos pronomes pode ter uma função importante no delineamento de um auditório heterogêneo, quando o “vocês” pode se referir a diferentes sujeitos no discurso, delimitando o espaço de cada um dos segmentos constituintes da audiência, qualificando-os no contexto temático abordado e direcionando-os como parte de um projeto maior de resolução de uma problemática (“você, jovem que quer pagar um curso numa faculdade; você, mulher trabalhadora que se preocupa com a ameaça do desemprego; você, pai de família que pensa na subida dos preços e em como vai colocar comida na mesa de sua família todos os dias; nós assumimos o compromisso com cada um de vocês de que nosso governo vai cuidar da situação financeira de cada cidadão como a prioridade básica.”).

Na categoria de pronomes pessoais referenciados ao auditório, encontramos o termo *vós*, pronome pessoal não nomeado, identificável em dois momentos: por meio da flexão verbal do verbo *querer*, na segunda pessoa do plural do pretérito perfeito do modo indicativo, e do seu correlato

oblíquo átono *vos*, conectado ao verbo *associar*. Está presente no mesmo parágrafo no qual o orador faz uso, pela segunda vez, do pronome *senhores*. Seu emprego direciona a atenção e, por conseguinte, reforça o vínculo entre orador e auditório. Ambos os pronomes, usados imediatamente antes do parágrafo conclamatório e conclusivo, sugerem a necessidade de garantir os vínculos e a atenção prévios, com vistas a mobilizar a audiência em prol de sua missão de “apostolado cívico”.

Vos – pronome oblíquo átono, funcionando como objeto direto do verbo *conectar*, flexionado na primeira pessoa do singular do presente do modo indicativo, aparece no último parágrafo do pronunciamento, logo após o orador ter apontado as valências da ação educacional e formadora dos professores. O verbo *conectar* significa, no contexto, *comover* e, principalmente, *instigar*. Usado em associação com a primeira pessoa do singular, sugere um apelo pessoal do orador que se identifica e corporifica como indivíduo, em separado de um conjunto idealizado e abstrato, que seria sugerido pelo uso do pronome na primeira pessoa do plural, subentendido à flexão do verbo. Reforça, por intermédio do ato de se dirigir diretamente aos ouvintes através do pronome pessoal, a direção da atenção e, por conseguinte, novamente, o vínculo entre orador e auditório. O jogo do verbo na primeira pessoa do singular e seu objeto, exatamente no parágrafo conclamatório e conclusivo, sugere uma determinação oriunda do orador e dirigida à categoria daqueles responsáveis pela educação.

Encontramos, também, na fala de Vargas, o emprego recorrente de pronomes pessoais referenciados ao próprio orador, na primeira pessoa do plural, que se prestam à criação de um efeito de unidade, em que as fronteiras entre aquele que discursa e os seus ouvintes se dissipa ao nível das significações. Assim, temos *nós*, pronome pessoal não nomeado, identificável por meio da flexão verbal dos verbos *chegar*, *comemorar*, *viver*, *sofrer*, *ter*, *precisar*, *poder*, na primeira pessoa do plural dos tempos futuro e presente, dos modos indicativo e subjuntivo, presentes nos parágrafos segundo, terceiro, quarto, sétimo, nono, décimo, décimo primeiro e décimo nono do texto, conforme analisaremos mais adiante, no tópico de número três deste estudo, dedicado à problemática do *outro* do discurso. E *nosso* (*a,os,as*), pronome possessivo nos gêneros masculino e feminino, no singular e no plural, na primeira pessoa do plural, presente no quarto parágrafo, qualificando as expressões: *esforço pelo aperfeiçoamento e elevação do nível cultural do país; primeiros educadores; instituições; condições sociais; circunstâncias; alta cultura*.

2.4 Evidências compartilhadas

A quarta e última categoria é a das *evidências compartilhadas*, ou seja, as crenças, os juízos de valor e os pontos de vista que um discurso pode referir ao auditório de modo explícito ou implícito. Essa categoria permite apreender o cenário imagético que conforma e qualifica o auditório, enraizando-o nas fronteiras socioinstitucionais nas quais o discurso é enunciado de forma direta

(“construtores do futuro do Brasil”, referindo-se a uma audiência juvenil) ou indireta (“supondo que o prêmio desejado seja obtido graças aos esforços de todos vocês...”).

No âmbito das evidências compartilhadas, têm-se algumas que ocorrem de modo explícito: referindo-se aos mestres, eis que são concebidos como proferidores da palavra que “transmite [...] conhecimentos e noções do mundo exterior.” (Vargas, 1938, p. 106); que “atua [...] pelas sugestões emotivas, inspiradas nos mais elevados sentimentos do coração humano.” (Vargas, 1938, p. 106); que “desperta nas almas jovens o impulso heróico e a chama dos entusiasmos creadores.” (Vargas, 1938, p. 107). Outras tantas, porém, acomodam-se à categoria das evidências implícitas:

vivemos, todos o sentem, uma hora conturbada, de verdadeira subversão de valores. [...] Temos, por isso, o dever de prevenir maiores e mais profundos males, cuidando de organizar e disciplinar as nossas energias espirituais e materiais. Precisamos reagir em tempo, contra a indiferença pelos princípios morais, contra os hábitos do intelectualismo ocioso e parasitário, contra as tendências desagregadoras, infiltradas, pelas mais variadas formas, nas inteligências moças, responsáveis pelo futuro da Nação; precisamos, com maior urgência, dar sentido claro, diretrizes construtoras e regras uniformes à política educacional, o mais poderoso instrumento a utilizar, no fortalecimento da nossa estrutura moral e econômica. (Vargas, 1938, p. 104-105).

O orador supõe, a caracterizar o auditório, a crença na existência de princípios morais soberanos – condições ideais, pressupostas como *sine qua non* para um estado social desejado – a regular a vida coletiva dos indivíduos, e cuja ausência se faria presente, na sensibilidade do mesmo auditório, sob a forma de perturbação e desordem. Inclusive, atribui a percepção de uma correlação necessária entre uma noção de moral – tornada geral, única e absoluta – e o compromisso sociopolítico em prol de políticas educacionais, conforme sugerido por Vargas como fármaco para as enfermidades axiológicas apontadas.

A inequívoca referência à educação como elemento salutar na terapêutica dos males morais supõe que a instituição escolar e não a familiar – instituição primordial na vida infantil – é o fator decisivo na formação espiritual dos jovens. Igualmente, supõe a existência de linhas de pensamento e correntes de ideias que possam ser perniciosas à sociedade: sustenta-se a repulsa ao contato livre e desinteressado com todos os tipos de ideias e apenas por si mesmas, uma vez que se reforça a noção de que desenvolvimento intelectual e uma certa concepção específica de moral – centrada no lema positivista de ordem e progresso – devem estar, necessariamente, atrelados.

O próprio conceito de *moral*, que costura toda a sequência de proposições presente nesse trecho, fundamenta-se num entendimento específico da noção de princípios reguladores da vida coletiva, declaradamente tributário dos ideais de construção de uma ordem social utilitária quanto ao progresso socioeconômico, adversa à liberdade de pensamento e de expressão e, ademais, julgada como ideal pela audiência. A sintonia com a ação cerceadora do Estado – antevista no outorgamento de políticas públicas educacionais rígidas, numa diretriz específica, e refratárias a

quaisquer tendências outras de pensamento que não aquelas atreladas à linha de princípios pressupostos – está, igualmente, implícita na caracterização feita do auditório.

2.5 Considerações parciais

O exame das marcas de alocação produziu dados que permitem não somente vislumbrar a construção discursiva do auditório, mas, do mesmo modo, refletir acerca de sua relação com o orador.

No que respeita à imagem do orador – ao longo desse movimento contínuo, ambivalente e recíproco de presentificação no discurso das categorias correlatas de orador e auditório –, nota-se a presença do pronome pessoal *eu*, de forma não nomeada, identificável por meio da flexão verbal do verbo *ter*, na primeira pessoa do singular, do tempo presente, do modo indicativo, situado no parágrafo primeiro. Também como pronome pessoal não nomeado, identificável por meio da flexão verbal do verbo *falar*, na primeira pessoa do singular, do tempo presente, do modo indicativo, presente no parágrafo final. E, por fim, como pronome pessoal não nomeado, identificável por meio da flexão verbal do verbo *concluir*, na primeira pessoa do singular, do tempo presente, do modo indicativo, presente no parágrafo final e já anteriormente apontado. Tem-se, ainda, o *me*, pronome oblíquo átono, funcionando como objeto direto do verbo *prestar*, flexionado na forma nominal do gerúndio, presente no penúltimo parágrafo. E, também, *meu*, pronome possessivo no gênero masculino, na primeira pessoa do singular, presente no vigésimo parágrafo (penúltimo), flexionado no plural, qualificando o substantivo agradecimentos.

Nota-se que o orador inicia a sua fala assumindo a categoria de primeira pessoa do singular, em clara relação com o pronome de tratamento *senhores*. A exata mesma correlação volta a acontecer, apenas, no penúltimo parágrafo. Ao longo de toda a primeira parte (que aborda o papel formador da educação) e da segunda (que denuncia os males socioeconômicos e as perturbações do entendimento), o orador usa a segunda pessoa do plural. Quando se concentra nas realizações do governo, passa a se referir a si mesmo de modo impessoal/institucional (*Governo, Estado, atividade governamental, administração, novo regime*), fato assinalado, inclusive, pelas expressões verbais sugestivas de impessoalidade (*cuidou-se de; houve sempre o propósito deliberado de; o problema educacional recebeu diretrizes definidas*). O penúltimo parágrafo, desse modo, relembra e reforça o vínculo entre orador (personificado pelos pronomes de primeira pessoa do singular) e auditório para que, no parágrafo final, seja possibilitado o engajamento desse último em torno do projeto exposto pelo orador. Passa-se, assim, da relação interpelativa da primeira pessoa do singular com o vocativo *senhores*, para a comunhão entre orador e auditório (operada pela primeira pessoa do plural), e para a despersonalização do orador (produzida pelas expressões que denotam impessoalidade), até reafirmar-se, ao final, novamente, a relação interpelativa inicial. Tal relação interpelativa concentra e focaliza a atenção; a comunhão entre orador e auditório consubstancia a

identificação entre governo e governados e legitima a ação comum que decorre dessa conjunção; a impessoalidade conota a naturalização, a objetivação das operações governamentais, agindo para além dos interesses egoicos do governante.

O jogo sutil entre pessoalização – ao início e ao final da fala –, coletivização social – na primeira e na segunda partes – e impessoalização – na terceira parte – pontua a estratégia do orador de se expor e de se ocultar no discurso e ao longo desse, de modo a mobilizar a atenção ora para si, como sujeito individualizado; ora para a sociedade, como sujeito coletivo e uno; ora para o Estado, como entidade abstrata, muito embora operante soberanamente. Os vínculos entre orador e auditório são tecidos em torno da pessoa de Getúlio Vargas, da sociedade brasileira como um todo – na qual o orador, obviamente, inclui-se – e da instância simbólica maior do governo estatal. Ao assumir tal estratégia, Vargas cria diferentes efeitos de sentido, amarrando os laços entre orador, sociedade e Estado e posicionando o auditório, ao mesmo tempo, como interlocutor direto, agente copartícipe dos processos políticos e educacionais, e instância submetida à ingerência estatal.

3. O LUGAR DO OUTRO NA CONSTRUÇÃO DO AUDITÓRIO HOMOGÊNEO DE VARGAS

Ainda se fundamentando nas considerações propostas por Chaïm Perelman, Ruth Amossy – após definir e exemplificar as marcas na linguagem que indiciam a presença do auditório –, passa a discutir as possibilidades constitutivas desse, ou seja, a “oposição entre os auditórios que, pelo menos na aparência, aparecem como homogêneos e os que aparecem como compósitos ou heterogêneos” (Amossy, 2020 [2000], p. 63). Ao propor uma tipologia das audiências com base na convergência ou divergência de seus valores, pontos de vista ou, até mesmo, objetivos, a estudiosa coloca em perspectiva a posição do orador e as possíveis abordagens retóricas que deverão ser mobilizadas em função da empresa de persuasão, afinal “o caráter unificado ou não do público ao qual o locutor se dirige modela o discurso argumentativo e determina sua complexidade.” (Amossy, 2020 [2000], p. 63).

A divisão fundamental presente na tipologia proposta por Amossy é aquela entre o auditório homogêneo e o auditório compósito. Para essa autora, a homogeneidade, muito embora sempre relativa e provisória, “deriva do fato de que o orador, para construir seu auditório, pode apostar sobre um denominador comum.” (Amossy, 2020 [2000], p. 63). Tal ação lhe possibilita, ao formular o discurso, basear-se em referenciais dóxicos comuns que sustentam, de modo coeso, a visão de mundo da audiência.

Nessa primeira categoria, subdividem-se as possibilidades de classificação entre aquela audiência que se encontra em consonância com as teses sustentadas pelo orador e uma outra, cujos pontos de vista se acham em antagonismo perante aqueles defendidos no discurso. Em se tratando de uma audiência em sintonia com as teses do orador, “é pelo pronome ‘nós’ que ele marca a relação de pertencimento na qual se inclui” (Amossy, 2020 [2000], p. 64), pertencimento esse,

lembremo-nos, sempre estabelecido pela concordância de convicções e princípios. Mas, não apenas o pronome da primeira pessoa do plural configura o acordo entre orador e auditório. O uso do pronome *vocês* pode, igualmente, ser referenciado a esse auditório harmônico com o orador, funcionando de modo paralelo ao *nós*. Nesse caso, ao assim interpelar a sua audiência, o orador funciona muito mais como a voz que a leva a uma autoconsciência mais aguda acerca de sua própria condição, instando-a à ação. Independentemente da forma pela qual o auditório venha a ser referido, ambas as modalidades sinalizam a concórdia entre as instâncias de formulação e de recepção do discurso. Inclusive, na sedimentação desse vínculo, a nomeação de um adversário referenciado, de modo explícito ou velado, pelo pronome *eles*, delimita o *outro* necessário para realçar essa conexão.

A segunda possibilidade apontada por Amossy se refere ao auditório homogêneo que não comunga dos mesmos pontos de vista sustentados pelo orador. Nesse caso, a “interação argumentativa, se for possível, deve, então, se fundamentar em premissas comuns aos dois interactantes, para além de suas divergências marcadas.” (Amossy, 2020 [2000], p. 68). Assim sendo, o pronome *vocês* possui um estatuto discursivo completamente diferente daquele que esse termo desempenha na situação anteriormente abordada. A divergência de convicções e perspectivas institui uma ambiência hostil, em tudo oposta à amistosidade que tende a caracterizar a relação entre o orador e um auditório que lhe é favorável. Aqui, cabe ao orador, muitas vezes, apresentar-se como uma minoria divergente que se posiciona diante de uma opinião largamente aceita, compartilhada por amplas parcelas da sociedade. Nesse caso, é “apoiando-se em premissas mais amplamente aceitas por seu auditório presumido que ele tenta construir um discurso suscetível de ser entendido por seus adversários.” (Amossy, 2020 [2000], p. 69).

A problemática da relação entre orador e auditório assume uma condição consideravelmente distinta quando a audiência é constituída por grupos demarcados que sustentam pontos de vista diferentes, até mesmo antagônicos entre si. Nesse caso, e ao contrário das situações abordadas anteriormente, o auditório compósito assume um aspecto, por vezes, maniqueísta – quando existe uma questão polêmica, fortemente carregada de ingredientes emocionais, e que segmenta os posicionamentos individuais em torno, apenas, de duas alternativas únicas. Assim acontece quando temos situações nas quais é preciso que se escolha entre, somente, duas possibilidades de ação diante de uma demanda qualquer ou, então, que se assuma uma posição de julgamento abarcada por pares de opostos qualificativos: verdadeiro/falso, certo/errado, justo/injusto etc. Nessa situação, muitas vezes a fala do orador é projetada para garantir, apenas, a adesão daqueles que estão em sintonia com as suas próprias teses. Afirma Amossy (2020 [2000], p. 73): “em muitas situações, uma parte do público pode apenas ser antagonista e, de antemão, refratária a qualquer argumento vindo do adversário.” Aqui haveria espaço – particularmente em se tratando de discursos de mais ampla repercussão, como aqueles enunciados na esfera política – para se conceber uma terceira dimensão desse auditório, a princípio bipartido, formado por todos aqueles que terão acesso ao

pronunciamento *a posteriori*. Para além dos agentes do Estado, está toda a população sem vínculos diretos com entidades governamentais, constituindo-se em ouvintes potenciais de tais falas. Trata-se de um terceiro elemento receptor, projetado num espaço discursivo indireto – não pertencente ao espaço no qual se configura presentemente a polêmica –, mas que pode ter acesso à fala e ser por ela influenciado.

A outra possibilidade, sinalizada por Amossy em sua análise acerca dos auditórios compósitos, refere-se à situação na qual um orador tem diante de si uma audiência diversificada, sendo-lhe inviável delimitar, nitidamente, os variados pontos de vista alimentados pelo público. A depender das clivagens sociais e/ou simbólicas, discursivamente representadas, a fala do orador deve se adaptar a mais de uma posição possível assumida pelos ouvintes, o que o obriga a modular a mensagem a ser veiculada a partir de variações de olhares e sensibilidades acerca da questão abordada. Aqui, cabe muito bem observar o roteiro que Amossy sugere para o analista do discurso que se dedica à análise argumentativa de um auditório heterogêneo. A primeira dessas sugestões é a de “classificar os grupos de alocutários aos quais o discurso se dirige em função dos três critérios verbais já evocados: designações, pronomes pessoais, evidências compartilhadas.” (Amossy, 2020 [2000], p. 69) A seguir, deve-se “examinar como o discurso hierarquiza os grupos: qual é a importância atribuída a cada um deles, segundo o lugar que ocupam no texto ou segundo a insistência dada aos valores que os distinguem”. (Amossy, 2020 [2000], p. 69). Por fim, é necessário verificar “como as premissas e as evidências compartilhadas que o discurso utiliza para cada grupo se conciliam entre si.” (Amossy, 2020 [2000], p. 69).

Especificamente, no pronunciamento tomado aqui para análise, pode-se perceber que o auditório possui uma natureza homogênea, sendo, diretamente, interpelado por Getúlio Vargas em sua fala, e referido, de maneira franca, pelo vocativo *senhores* e pelos demais índices de alocação apontados anteriormente. Ao instar o seu auditório na direção dos valores morais apregoados, o orador reforça o sentido virtuoso da ação pedagógica e consolida a sua política para a educação. Vargas figura, em sua fala, um auditório em sintonia com seus ideais políticos, afinal é formado por professores e eruditos que integram os quadros da mais importante instituição de ensino secundário do país à época. Os vínculos socioinstitucionais e de saberes eruditos – assinalados, também, pela linguagem formal e pelo tom cerimonioso da ocasião –, sugerem um grupo coerente, cujos objetivos e valores veiculados são compartilhados, igualmente, por todos aqueles que o compõem.

O uso recorrente do pronome pessoal da primeira pessoa do plural, conforme apontado anteriormente, assinala a relação geral de pertencimento ao grupo interpelado, no qual o próprio orador se inclui. É à comunidade dos envolvidos, direta ou indiretamente, nos processos educacionais que Vargas se refere – àqueles que comemoram a existência secular da instituição pedagógica; que se esforçam “pelo aperfeiçoamento e elevação do nível cultural do país” (Vargas, 1938, p. 103); que podem “reconhecer os elementos de reconstituição da vida nacional” (Vargas, 1938, p. 103); as gerações de educadores que conseguiram “amalgamar, na sociedade colonial, os

fatores dispare e primários da nossa formação” (Vargas, 1938, p. 104); que sofrem os danos de crises conjugadas e têm “o dever de prevenir maiores e mais profundos males” (Vargas, 1938, p. 104); que precisam “reagir em tempo, contra a indiferença pelos princípios morais, contra os hábitos do intelectualismo ocioso e parasitário, contra as tendências desagregadoras” (Vargas, 1938, p. 104); que precisam “dar sentido claro, diretrizes construtoras e regras uniformes à política educacional” (Vargas, 1938, p. 105). “Podemos, agora, trabalhar com decisão e tenacidade sabendo para onde queremos ir e conhecendo os objetivos que nos conduzem.” (Vargas, 1938, p. 106).

O emprego do pronome pessoal da segunda pessoa do plural ocorre ao final da fala, nos seus dois últimos parágrafos. Temos, nessa condição, a seguinte passagem:

os meus agradecimentos, como homem e como Chefe de Estado, assumem a significação de um compromisso público, ao qual quisestes associar-vos, nobre e espontaneamente, reconhecendo, também, a necessidade deste movimento renovador, capaz de fazer da educação e da cultura instrumentos de civilização brasileira. (Vargas, 1938, p. 106)

O auditório diretamente referido pelo orador assume, aqui, a feição daqueles que quiseram se associar ao seu *compromisso público*, bem como reconhecer a necessidade dessa iniciativa de renovação da educação brasileira. E é, igualmente, esse mesmo auditório que é concitado a fazer uso da sua própria palavra “no puro e exemplar sentido do apostolado cívico.” (Vargas, 1938, p. 106).

Em paralelo à construção desse auditório homogêneo, a formulação de um elemento opositor no discurso possibilita ao orador um efeito de sentido dicotômico que divide os indivíduos a partir da sintonia ou da contrariedade em relação aos objetivos e valores delineados. Assim, em oposição a *nós* “os apóstolos do civismo”, trabalhadores pela educação, partidários da ordem e do progresso, tem-se *eles*, os defensores da *subversão de valores* que devem sofrer combate sem trégua – há que se dar combate “contra a indiferença pelos princípios morais, contra os hábitos do intelectualismo ocioso e parasitário, contra as tendências desagregadoras, infiltradas, pelas mais variadas formas, nas inteligências moças” (Vargas, 1938, p. 104-105). *Eles*, ao mesmo tempo padecem de, e fomentam com as suas atitudes, o *desequilíbrio íntimo*, “o fator de natureza espiritual – a desordem no domínio da inteligência.” (Vargas, 1938, p. 104).

É com nitidez que se pode identificar esse *eles* como sendo os partidários de um materialismo economicista e socialista:

fala-se, a miúdo, com insistência extremada, em perturbações de ordem econômica, oriundas do desequilíbrio na produção ou repartição das riquezas materiais, como se a vida do homem consistisse na mera satisfação das necessidades físicas. (Vargas, 1938, p. 104).

Vargas, aqui, faz uso da partícula apassivadora no início de sua fala com o intuito de dissolver a instância originadora do contradiscurso, evitando atribuir-lhe nome, forma e aspecto.

Não se nomeia a fonte da fala antagônica: simplesmente alude-se à sua existência impessoal e indefinida. Desenvolvendo seu ponto de vista em resposta a essa tese contrária – assumindo, desse modo, uma clara relação interdiscursiva –, Vargas opera a inversão da perspectiva do materialismo histórico: desordens ao nível do simbólico e do anímico (supraestrutura) acarretam convulsões sociais e econômicas (infraestrutura). A educação e a união dos segmentos sociais em torno de valores morais salutar e integrativos são apontadas como os verdadeiros medicamentos para os males sociais, e não as meras regulações do mercado e socialização dos meios de produção. O orador, desse modo, refuta, contraditoriamente, o seu antagonista, apenas o referenciando por intermédio da contratese de seu discurso.

Serão delineados, agora, os valores que subjazem à delimitação acima proposta entre o auditório interpelado e o *outro* do discurso, explicitando os seus fundamentos axiológicos. Entre os valores contraditados, pode-se mencionar as noções de caos e convulsões socioeconômicas, as quais, necessariamente, acarretam enormes riscos de desintegração da tessitura social. A seguir, deve-se apontar as desordens no domínio da inteligência, o que Vargas chama de *indiferença moral*, de *intelectualismo ocioso e parasitário* e de *ideias desagregadoras*. Por fim, note-se que ambos se associam, causalmente, como males que afligem a sua época e são frutos da gestão ineficaz da coisa pública por parte dos governos anteriores ao golpe de 1930, bem como da difusão de concepções morbígenas – materialistas/economicistas, liberais e anárquicas.

Quanto aos valores asseverados no pronunciamento e compartilhados, tanto pelo orador quanto por seu auditório, pode-se apontar a ideia de desenvolvimento socioeconômico, o qual é tornado nitidamente dependente do avanço científico, do ensino profissionalizante e da alfabetização. Além disso, note-se a concepção de ordem social, cuja ocorrência é intrinsecamente tributária dos valores morais/espirituais: amor à terra, respeito às tradições e crença inabalável nos grandes destinos do Brasil. Ambos, uma vez reunidos, conduziram, forçosamente, ao futuro progresso nacional. A fala de Vargas pressupõe, de modo muito perceptível, uma defesa axiomática da máxima positivista de *ordem e progresso* – movimento capitaneado pelo Estado, em torno do qual gravitam, devidamente integradas, as várias dimensões do todo social. Subjaz, pois, ao pronunciamento, uma cosmovisão evolucionista, elitista e autoritária.

Por fim, deve-se notar a função persuasiva que a construção das imagens retóricas dos auditórios cumpre na fala do orador, adornando virtuosamente a imagem na qual o auditório se reconhece e deslocando o *outro* para uma região repulsiva e hostil. A tensão moral e cívica entre, de um lado, o *nós/vós* e, de outro, o *eles*, possibilita ao auditório se reconhecer em sintonia com os valores morais asseverados e repudiar os princípios que são formulados como calamitosos e detestáveis, estando atribuídos àqueles que se opõem a tudo que é bom e correto e que, dessa forma, demoram-se no erro. Como afirma Ruth Amossy (2020 [2000], p. 78), “trata-se de fazer o alocutário aderir a uma tese ou adotar um comportamento por se identificar a uma imagem de si que lhe é agradável.”

Cabe, pois, ao orador, conscientizar o seu auditório acerca de certas posturas a serem assumidas perante a problemática da educação, sob dois aspectos. Primeiramente, a importância da educação como mecanismo de formação de valores e, por extensão, de solucionamento de problemas de ordem socioeconômica (dissolvendo pontos de vista que se baseiam na ideia oposta, como o marxismo). Em segundo lugar, a correta política educacional do Estado, que deve se basear no atendimento da formação intelectual em todos os níveis necessários, desde a alfabetização até a produção do conhecimento científico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como um dos mais destacados e habilidosos estadistas que o Brasil já possuiu, Getúlio Vargas foi, possivelmente, o primeiro dirigente estatal a fazer uso, de forma tão intensa e recorrente, da fala pública como instrumento de persuasão e de alcance de setores sociais desprivilegiados, outrora comumente esquecidos pela classe política no poder. A dissolução da Primeira República e os novos rumos sociais trazidos pela urbanização, pela industrialização, pela escolarização e pelos avanços tecnológicos – particularmente, note-se aqui, nos meios de comunicação, graças à difusão radiofônica –, promoveram as massas sociais como forças políticas fundamentais nos regimes democráticos.

Mesmo quando se dirigia a uma audiência elitizada, como no caso do pronunciamento estudado neste artigo, as estratégias de figuração do auditório utilizadas pelo orador visavam a situá-lo, em perspectiva, na interação com as categorias sociopolíticas de sociedade, de nação, de governo e de Estado, esse último sempre soberano. O incitamento que subjaz à argumentação tinha por desígnio nítido sedimentar o regime ditatorial recém-imposto em torno de um princípio maior de nacionalidade e unidade civil, mobilizado em função do alegado progresso sociocultural e econômico do país.

Ao dirigir-se a todo um grupo capital nesse sentido – então representado pelos mestres e seus alunos do Pedro Segundo –, o orador o incita a assumir o projeto de reforço da ordem e de trabalho pelo progresso, construindo, desse modo, posições e relações discursivas que demarcam um quadro geral extremamente favorável à implantação do novo regime. Habilmente, Getúlio Vargas situa, em unissonância, a história e o papel da instituição homenageada – a importância moral e social da ação educacional e civilizatória por ela representada –, e a atuação do seu governo, de modo a criar o espaço simbólico no qual a audiência se figura a partir do cumprimento de sua função de *apostolado cívico*. O programa de tal apostolado se baseia numa perspectiva temporal – descrita nas últimas linhas do pronunciamento – centralizada no presente e na tarefa de infundir, nas novas gerações, o amor à terra; fundamentada no passado e na implantação, nas almas juvenis, do respeito pelas tradições nacionais; e direcionada ao futuro, ao alimentar, nos educandos, *a crença inabalável nos grandes destinos do Brasil*. Na medida em que são

abertamente combatidas as linhas de pensamento que não se atrelam, necessariamente, às estreitas concepções morais propugnadas pelo orador, situa-se o auditório numa função social e intelectual dentro da qual a liberdade de pensamento e de expressão é banida, os valores morais hipostasiados como verdades absolutas e a audiência convertida em mera engrenagem do Estado que, sob o governo varguista, sabe o que fazer – e, clama o pronunciamento, efetivamente o faz – para assegurar os baluartes maiores da vida nacional: a ordem política e civil e o progresso social, econômico e cultural.

Mais que uma oração celebrativa e laudatória da longa instituição educacional carioca, *Orientação nacional do ensino* é um documento político no qual estão sintetizadas as diretrizes educacionais de um governo autoritário e é, também, um objeto retórico que notabiliza os princípios da argumentação já apontados por Aristóteles, há mais de dois mil e trezentos anos atrás, em sua obra canônica sobre o assunto.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. **A argumentação no discurso. Coordenação da equipe de tradução:** Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2020 [2000].

ARISTOTLE. **On Rhetoric:** a theory of civic discourse. Tradução e comentários: George Alexander Kennedy. Oxford: Oxford University Press, 2007.

BARBOSA, D. S. Padroado português: privilégio ou serviço (séc. XIX)? **Didaskalia**, Lisboa, vol. 25, n. 1-2, p. 365-390, 1995. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/17811>. Acesso em: 18 out. 2023.

BLUTEAU, R. **Vocabulário português e latino.** v. 5. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva. 1716. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5449>. Acesso em: 3 nov. 2023.

BURR, V. **Social constructionism.** 2nd ed. Hove: Routledge, 2003.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação:** a nova retórica. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1958].

PINTO, L. M. da S. **Diccionario da lingua brasileira.** Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5414>. Acesso em: 23 out. 2023.

RODRIGUES, R. P. **A educação literária no Colégio de Pedro Segundo (1838-1854).** 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

VARGAS, G. Orientação nacional do ensino. In: **A nova política do Brasil. O Estado Novo — 10 de novembro de 1937 a 25 de julho de 1938.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. p. 101-107.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Ibiraci de Alencar Chagas

Doutorando em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual de Feira de Santana. Possui Mestrado em Literatura e Diversidade Cultural e Licenciatura em História pela mesma instituição. É integrante do Grupo de Estudos de Linguagem, Argumentação e Discurso (ELAD/CNPq). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1378803767681315> E-mail: ibiraci.chagas@enova.educacao.ba.gov.br

Distinções e aproximações: projetos de Análises do discurso

*Distinctions and approximations: discourse
analysis projects*

*Distinciones y aproximaciones: proyectos de
análisis del discurso*

RESUMO

Com vistas a responder à indagação “Quais as efetivas diferenças e semelhanças entre a análise do discurso materialista e a análise do discurso enunciativa?”, por meio do expediente de recenseamento dos principais elementos tanto da análise do discurso materialista quanto da análise do discurso enunciativa, tenciona-se apresentar um quadro segundo o qual será possível destacar não apenas as matrizes epistemológicas encerradas em cada uma das duas teorias do discurso, mas, sobretudo, quais as afinidades e discriminações existem entre tais projetos interpretativos do discurso. Para essa realização, mais adiante, algumas seções são dispostas na seguinte ordem; A análise do discurso materialista; A análise do discurso enunciativa: um cenário; e Aproximações e distinções consensuais. Como resultados, chegou-se a pelo menos duas grandes distinções, quanto ao sujeito e quanto ao traçado metodológico, já que esse é relativamente fixo, por seguir as cenas da enunciação, na análise do discurso enunciativa.

Palavras-chave: Análise do discurso; Análise do discurso materialista; Análise do discurso enunciativa.



Recebido em: 14 de outubro de 2024
Aceito em: 21 de dezembro de 2024
DOI: 10.26512/les.v25i2.55804

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Thiago Barbosa Soares

thiago.soares@mail.uft.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>

<https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>

Universidade Federal do Tocantins – UFT/
CNPq, Campus de Porto Nacional, Brasil.

ARTIGO

ABSTRACT

With a view to answering the question “What are the effective differences and similarities between materialist discourse analysis and enunciative discourse analysis?”, through the census of the main elements of both materialist discourse analysis and enunciative discourse analysis, The intention is to present a framework according to which it will be possible to highlight not only the epistemological matrices contained in each of the two theories of discourse, but, above all, what affinities and discriminations exist between such interpretative projects of discourse. For this purpose, further on, some sections are arranged in the following order; The analysis of materialist discourse; Enunciative discourse analysis: a scenario; and Consensual approximations and distinctions. As a result, at least two major distinctions were reached, regarding the subject and the methodological approach, since this is relatively fixed, as it follows the scenes of enunciation, in the analysis of enunciative discourse.

Keywords: Discourse analysis; Analysis of materialist discourse; Enunciative discourse analysis.

RESUMEN

Con miras a responder a la pregunta “¿Cuáles son las diferencias y similitudes efectivas entre el análisis del discurso materialista y el análisis del discurso enunciativo?”, a través del censo de los principales elementos tanto del análisis del discurso materialista como del análisis del discurso enunciativo, la intención es presentar un marco según lo cual será posible resaltar no sólo las matrices epistemológicas contenidas en cada una de las dos teorías del discurso, sino, sobre todo, qué afinidades y discriminaciones existen entre tales proyectos interpretativos del discurso. Para ello, a continuación se ordenan algunos apartados en el siguiente orden; El análisis del discurso materialista; Análisis del discurso enunciativo: un escenario; y Aproximaciones y distinciones consensuales. Como resultado, se alcanzaron al menos dos distinciones importantes, en cuanto al tema y al enfoque metodológico, ya que éste es relativamente fijo, al seguir las escenas de la enunciación, en el análisis del discurso enunciativo.

Palabras clave: Análisis del discurso; Análisis del discurso materialista; Análisis enunciativo del discurso.

Como citar:

SOARES, T. B. Distinções e aproximações: projetos de Análises do discurso. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 178-188, jul./dez. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Thiago Barbosa Soares

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Sabe-se que, para além do senso comum, a interpretação é o próprio uso da língua e da linguagem. Com isso, estar inserido em uma comunidade linguística cujas trocas comportamentais, culturais e econômicas dá-se pelo aparato interpretativo situa os diversos empregos ofertados à interpretação no âmbito da inegável complexidade do circuito social. Segundo Todorov (2014), “Podemos enfim imaginar a ausência tanto de indícios particulares quanto de um princípio global que obrigue à interpretação – e que, entretanto, o sujeito não cessa de interpretar [...]” (Todorov, 2014, p. 43). Com esse horizonte desenhando, nos tempos mais recentes, nos quais a interpretação é considerada e refletida muito mais do que um processo de decodificação, muitas teorias emergiram para descrever os mecanismos de compreensão dos múltiplos aspectos envolvidos na produção e disseminação de sentidos. Algumas delas são: a teoria da enunciação, a pragmática, a linguística textual e as teorias do discurso.

São variadas as teorias do discurso, pois se leva em conta expressões de origem, autores nucleares e certos procedimentos metodológicos, no entanto, todas comungam de um valor comum ou pelo menos de um paradigma, a saber: o discurso é um produto social sem um dono e com direcionalidades abundantes de sentidos. Nesse traçado segundo o qual o discurso figura como um objeto de interpretação, dentre as teorias do discurso, duas, em especial, destacam-se pelas distinções e aproximações. Essas são a análise do discurso de base materialista¹, desenvolvida com base no materialismo histórico, e a análise do discurso de base enunciativa, cujo aparato analítico volta-se para procedimentos enunciativos. Quais, então, as efetivas diferenças e semelhanças entre esses projetos interpretativos?

Com vistas a responder à indagação acima e, por meio do expediente de recenseamento dos principais elementos tanto da análise do discurso materialista quanto da análise do discurso enunciativa, tenciona-se apresentar um quadro segundo o qual será possível destacar não apenas as matrizes epistemológicas encerradas em cada uma das duas teorias do discurso, mas, sobretudo, quais as afinidades e discriminações existem entre tais projetos interpretativos do discurso. Para essa realização, mais adiante, quatro seções são dispostas na seguinte ordem; **A análise do discurso materialista: um panorama**, na qual se traz os componentes mais destacados da análise do discurso materialista e suas necessárias explicações; **A análise do discurso enunciativa: um cenário**, na qual são apresentadas as peças-chave da análise do discurso enunciativa; **Aproximações e distinções consensuais**, na qual os principais elementos dos dois projetos interpretativos são examinados com vistas a compreender as eventuais semelhanças e diferenças ou mesmo encaixamentos. A última, **Considerações finais**, pesa-se,

¹ Este artigo é fiel tributário da perspectiva segundo a qual a Análise do Discurso quando marcada sua origem ou filiação, conforme explica Soares (2023a), é eurocêntrica, portanto, aqui, por meio de um ato de resistência, deixa-se conscientemente de fazer-se tal menção.

além do alcance do objetivo, o trajeto proposto e seus mais relevantes recursos comparativos apreendidos ao longo do artigo.

1. A ANÁLISE DO DISCURSO MATERIALISTA: UM PANORAMA

Para alcançar a propositura delineada para este estudo, volta-se, de maneira um tanto quanto panorâmica, para a constituição da análise do discurso materialista, cujo autor pioneiro de seus conceitos é Michel Pêcheux. Pautado na orientação althusseriana de sociedade, cuja vertente marxista compreende a macroestrutura em relação à microestrutura funcionando por meio de aparelhos ideológicos de Estado, fundamenta uma leitura distintiva da ordem da língua à ordem do discurso, em um movimento, explicado por Soares (2018a), de “retorno e a ultrapassagem a Saussure pretendida por Pêcheux” (Soares, 2018a, p. 51). Pêcheux concebe, a partir do hiato existente entre língua e fala (coletivo e individual) presente na formulação da linguística moderna de Saussure, o discurso, como instância unificadora do processo social de constituição dos sujeitos.

A concepção de discurso que Pêcheux adota refere-se ao processo por meio do qual os significados encadeados na produção da unidade textual formam efeitos frequentemente refratários à língua e fundamentalmente concernentes às condições de produção nas quais são gestados. Nessa toada, Pêcheux afirma ser o discurso “um “efeito de sentidos” entre os pontos A e B” (Pêcheux, 2010, p. 81, aspas do autor). Ora, de acordo com o próprio autor, “isto supõe que é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis” (Pêcheux, 2010, p. 81). Aqui, com relação à definição de discurso, que demanda um elemento analítico conjugado com a materialismo histórico, e ao “conjunto de discursos possíveis”, cuja determinação descritiva também se dá por meio de outro expediente interpretativo, tem-se a disposição de três conceitos operacionais, condições de produção, formações imaginárias e formações discursivas.

As condições de produção subsidiam o processo de fabricação de sentidos, dando-lhes a densidade histórica de seu lastro social. Nessa orientação dialética, compreende-se que o discurso necessariamente precisa ser confrontado com suas condições de produção, ou seja, a historicidade a partir da qual os sentidos acarretam efeitos. Por sua vez, a exterioridade do dito traz para o texto características “semântico-retóricas” (Pêcheux, 2010, p. 78) do processo de produção dos sentidos colocado em jogo quando de sua enunciação. Isso porque, para além do uso da linguagem, os sujeitos participam simbolicamente da construção do dizer. Em outros termos, as condições de produção são inevitavelmente duas, uma da ordem sócio-histórica, outra da ordem dos mecanismos disponíveis mediante os usos concretos da língua. Diante dessa perspectiva na qual se encontram as condições de produção, Orlandi (2011) diz que “Em um discurso, então, não só se representam os interlocutores, mas também a relação que eles mantêm com a formação ideológica” (Orlandi, 2011, p. 125).

No interior das condições de produção, encontram-se fatores externos e internos ao discurso, ainda que essa divisão não seja estanque e absoluta, ambos dialogam entre si, como se pode perceber na constituição das formações imaginárias, cuja virtualização das relações sociais faz-se sentir na materialização dos discursos. Nesse direcionamento, não é possível deixar de submeter-se ao funcionamento discursivo das formações imaginárias. Posto tais trilhos acerca das características dessa noção operacional, Orlandi (2009) afirma, sobre as formações imaginárias, que “Esse mecanismo regula a argumentação, de tal forma que o sujeito dirá de um modo, ou de outro, segundo o efeito que pensa produzir em seu ouvinte” (Orlandi, 2009, p. 39). Em vista dessa prática fundamentada no dispositivo sociocultural das relações de força, pode-se afirmar, então, que as formações imaginárias, para ser depreendidas em seu caráter dinâmico no interior da estrutura discursiva, carecem da compressão de que funcionam como cálculos que os sujeitos necessariamente realizam ao entrar em processos comunicativos.

Conforme Soares (2020), as formações ideológicas e as formações imaginárias estão ligadas ao produzir sentidos, ou melhor, a definir concepções relativamente evidentes acerca de certo dado, concomitantemente, dissimulam outras possibilidades de sentido para o mesmo dado” (Soares, 2020, p. 15). Por sua vez, tanto as formações ideológicas quanto as formações imaginárias estão inseridas na formação discursiva. Essa, como explica Pêcheux (2011), “determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de um pronunciamento, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.), a partir de uma dada posição numa dada conjuntura” (Pêcheux, 2011, p. 73, grifos do autor). Desse modo, a formação discursiva, que segundo a ótica dialética, funciona por oposição, tal como os atores integrantes do circuito social, também, como as condições de produção, sendo sempre plural, porquanto, para além de determinar os sentidos e seus efeitos segundo condições específicas, caracteriza a própria orientação geral do processo de dispersão de interpretações.

Dadas essas particularidades da formação imaginária, sua associação à formação discursiva dá-se por condições de produção do discurso, pois “A formação discursiva é caracterizada pelas marcas estilísticas e tipológicas que se constituem na relação da linguagem com as condições de produção” (Orlandi, 2011, p. 132). Portanto, no interior das condições de produção, a formação discursiva conduz as formações imaginárias, de tal modo que, essa contida naquela, estrutura-a e vice-versa. Assim, tais dispositivos interpretativos, entre outros contidos no arcabouço materialista, são empregados para analisar produções discursivas e, por meio de tal procedimento, é possível descrever, com graus de precisão, os elementos constitutivos dos sentidos e como esses se alastram pelo circuito coletivo produzindo efeitos. Dada a complexidade e fluidez do discurso, a operacionalização desses instrumentos, em um determinado recorte metodologicamente organizado, garante maior rigor no procedimento interpretativo, cuja responsabilidade em deflagrar os mecanismos de (re)produção dos discursos, num movimento, que, antes de tudo, é ético (Pêcheux, 2006), é do analista do discurso.

2. A ANÁLISE DO DISCURSO ENUNCIATIVA: UM CENÁRIO

Cabe, de saída, apontar o fato de que a análise do discurso enunciativa fundamenta-se em uma matriz teórica que se assemelha à análise do discurso materialista, mas não de maneira explícita e, sobretudo, menos dependente do materialismo como elucidativo do funcionamento social. Nesse direcionamento, pode-se caracterizar tal projeto interpretativo, também de origem francesa, como uma expressão conceitual e metodológica das vertentes de descrição e compreensão dos fenômenos envolvidos no discurso. Com isso traçado no horizonte inicial de discriminação da análise do discurso enunciativa, importa apresentar o que se pode considerar a principal arquitetura da noção de discurso, que deriva da própria definição de texto, para essa linha de estudos discursivos, qual seja, nas palavras de Maingueneau (2011, p. 85), “Um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada”.

A projeção discriminada da noção de texto e de discurso envolve a encenação que, por sua vez, desdobra-se por meio do circuito enunciativo um conjunto de cenas, segundo as quais “a fala é encenada”. Nesse horizonte delineado, as características gerais da cena enunciativa são tratadas a partir de suas três integrantes: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia (Maingueneau, 2011). Como os discursos, de maneira geral, são investidos de uma “autoridade conferida pelo seu estatuto enunciativo” (Maingueneau, 2008, p. 47) que os insere em uma formação discursiva que caracteriza sua tipologia e, portanto, são traduzidos na cena englobante, essa possui seus elementos, conforme Maingueneau (2008, p. 47) explica, “mais ou menos fechados em sua organização interna”. Em outros termos, a cena genérica compreende o gênero discursivo, ou seja, atua como um conjunto de regras (Maingueneau, 2011), definindo características que instituem o formato enunciativo de qualquer texto.

De acordo com Maingueneau (2015, p. 117), “o discurso pressupõe certo quadro, definido pelas restrições do gênero, mas deve também gerir esse quadro pela encenação de sua enunciação”. Nessa orientação, conforme o autor, “a cena englobante corresponde à definição mais usual de tipo de discurso que resulta do recorte de um setor da atividade social caracterizável por uma rede de gêneros de discurso” (Maingueneau, 2015, p. 118). Assim, o discurso, como uma construção social que se molda em um conjunto de gêneros textuais, sendo esses a materialização daquele em estruturas de composição relativamente estáveis, é um eco das diversas vozes em disputa no espaço coletivo que, por sua vez, dá as principais características de uma das cenas da enunciação, a cena englobante. Desse modo, a cena englobante viabiliza os traços mais amplos do processo discursivo presente em um dado texto, como na identificação de gêneros textuais, científico, publicitário, religioso, entre outros.

Um tanto distinta da cena englobante, encontra-se a cena genérica que se volta aos códigos validados para a fabricação dos gêneros discursivos, já que, por meio delas, tem-se um conjunto de ordenamentos internos à constituição do texto no qual a fala é encenada. Nas próprias palavras

de Maingueneau (2015, p. 120), “As cenas genéricas funcionam como normas que suscitam expectativas”. Com esse horizonte delineado, verifica-se que tais cenas genéricas ligam-se aos papéis que os enunciador e enunciatário recebem; ligam-se as finalidades explícitas e implícitas do texto; ligam-se ao lugar de veiculação no qual a cena da enunciação ocorre. Para além desses elementos discriminados acerca da formatação da cena genérica, há a própria formulação do texto segundo as características linguísticas determinadas pelo gênero discursivo, como temporalidade, modalidade enunciativa, entre outros elementos de construção.

Diante das duas cenas, emerge a cenografia que, ultrapassando as limitações constitutivas das duas cenas, englobante e genérica, resulta na apreensão de legitimação do processo enunciativo envolvido na encenação do texto. Segundo Maingueneau (2015, p. 123), “A noção de cenografia se apoia na ideia de que o enunciador, por meio da enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende enunciar”. Quer dizer, entre outras coisas, que uma cena valida a outra por meio de seus próprios mecanismos enunciativos subjacentes e, com isso, a cenografia outorga legitimidade ao quadro cênico, composto pelas cenas englobante e genérica. Nessa perspectiva, Maingueneau (2015) afiança precisamente que a cenografia, em suas próprias, “Não é simplesmente um cenário; ela legitimamente um enunciado que, em troca, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cenografia da qual a fala vem é precisamente a cenografia requerida para enunciar como convém num ou noutro gênero de discurso” (Maingueneau, 2015, p. 123).

Da relação entre cena englobante, cena genérica e cenografia, encontra-se a performatividade projetiva, tanto física quanto psicológica, no processo enunciativo presente no quadro cênico, instituído pelas duas cenas da enunciação, do ethos. Para além da origem grega do termo e de suas funções anteriores à análise do discurso, o ethos. Assim, a atuação do ethos, por meio do desenvolvimento das cenas da enunciação, faz com que o jogo de expectativas entre enunciador e enunciatário prefigure como corporificação do primeiro em associação ao segundo. A imagem do enunciador criada por dispositivos enunciativos presente na encenação traduz o próprio funcionamento do ethos. Nesse horizonte, conforme elucida Maingueneau (2015), “O ethos está crucialmente ligado ao ato de enunciação, mas não se pode ignorar que o público constrói também representações do ethos do enunciador antes mesmo que ele fale” (Maingueneau, 2008, p. 123). Portanto, consoante ao que Maingueneau (2020, p. 41) explica, “O ethos é, então, duplamente discursivo: pelo fato de acompanhar todo o uso do discurso, mas também porque o interesse a ele dedicado varia em função das condições da enunciação” presentes no texto.

3. APROXIMAÇÕES E DISTINÇÕES CONSENSUAIS

Cabe, nesta seção, apresentar uma discussão qualificada acerca das diferenças e semelhanças entre as duas vertentes de análise do discurso apresentadas anteriormente, a análise do discurso materialista e a análise do discurso enunciativa. Para uma melhor compreensão dessas

características, que não abarcarão a totalidade das aproximações e distinções, é necessário observar inicialmente as matrizes teóricas a partir das quais cada projeto interpretativo funda-se. Isso pode ser percebido na própria definição de discurso que, no viés materialista, é “um efeito de sentidos entre os pontos A e B” (Pêcheux, 2010, p. 81), já que, conforme uma descrição do processo que se volta para a representação virtual dos sentidos como efeitos, o discurso pressupõe os pontos A e B, sujeitos, cujo principal traço é justamente a oposição dialética entre um e outro. Já, no viés enunciativo, a arquitetura conceitual traça um encadeamento no qual “Um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada” (Maingueneau, 2011, p. 85). Dessa formulação, tem-se o discurso, em seu nível macro dimensional, voltando-se para o texto para lhe encenar um diálogo, cujo primado da enunciação marca a passagem de estruturas.

Destaca-se que, tanto um projeto interpretativo quanto o outro, compreende o discurso como participante do texto, mas não estando em sua totalidade aí, de maneira que para a análise do discurso enunciativa há nele uma encenação, realizada por meio de processos enunciativos e para análise do discurso materialista há uma transposição, ainda que parcial, das forças sociais para o seu interior. As cenas da enunciação marcam a disposição teatral do discurso no texto, independente de sua modalidade, fundamentando o aspecto linguístico, cuja especificidade é responsável por ancorar, de maneira simplificada, conteúdos, temporalidade, sujeitos, entre outros elementos existentes no texto. Nesse direcionamento, a passagem do discurso para o texto, segundo o viés enunciativo, traduz a expressão dos componentes da enunciação que, por sua vez, são representados conforme a possibilidade e necessidade do gênero no qual estão inseridos. Ora, como tal expediente não é diretamente mencionado na análise do discurso materialista, mas existe como perspectiva de investigação dos elementos linguísticos do texto, pressupõe-se que seu emprego seja factível e norteado por objetivos delineados pela análise em exames discursivos que se inscrevem sob o viés materialista.

Salienta-se que as matrizes epistemológicas distintas das duas vertentes de análise do discurso não são impeditivas para eventuais empréstimos calculados, para estudos que empreguem noções de ambos os campos, respeitando os devidos métodos que devem ser correspondentemente utilizados, para que se observe quais formações discursivas engendram tais e tais composições de cenas englobantes, cenas genéricas e cenografias. Com isso dito, não se deve inocentemente acreditar que deslocamentos sem os devidos cuidados são proveitosos ao sabor da aleatoriedade, uma vez que, consoante ao que foi visto, uma das principais distinções entre os dois projetos aqui abordados é o sujeito e, por conseguinte, o seu tratamento. A esse respeito, Maingueneau (1997) postula, ao iniciar os primórdios da análise do discurso enunciativa, “A AD prefere formular as instâncias de enunciação em termos de ‘lugares’, visando a enfatizar a preeminência e a preexistência da topografia social sobre os falantes que aí se inscrever” Maingueneau (1997, p. 32).

De acordo com Maingueneau (1997), a vertente materialista da análise do discurso volta-se para uma compreensão de sujeito identificado com sua produção discursiva, de tal modo haja um assujeitamento a uma ou mais formações discursivas por parte do sujeito. Como o próprio autor afirma, “Na realidade, para a AD, não é possível definir nenhuma exterioridade entre os sujeitos e seus discursos” (Maingueneau, 1997, p. 33). Ele ainda aduz: “A AD frequentemente recorreu à noção althusseriana de assujeitamento para designar a identificação de um sujeito a uma formação discursiva, mas ela pouco explicita o funcionamento deste processo” (Maingueneau, 1997, p. 49). Desse modo, verifica-se que o sujeito para a análise do discurso materialista é, para além do assujeitamento ao discurso, um efeito dos processos de produção de sentidos, consequentemente, ensejando um sujeito sem autonomia ou com essa reduzida às instâncias de uma determinada formação discursiva. Já a análise do discurso enunciativa² reconhece a imagem do sujeito produzida a partir das estratégias permitidas no interior da cena genérica, não atrelando necessariamente o sujeito responsável pela produção ao sujeito enunciado por meio das cenas existentes no texto. Nesse caso, tem-se a corporificação (Maingueneau, 1997) do enunciador interior como sua projeção àqueles que o leem ou o ouvem, sendo essa a simplificação da noção de ethos.

Quanto ao funcionamento do ethos no interior dos estudos do discurso, Soares (2023b) trata comparativamente tanto essa noção quanto a de formação imaginária, ambas pertencentes ao campo de atuação da análise do discurso – a primeira voltada à vertente enunciativa do discurso, a segundo voltada à vertente materialista –, sob a ótica da transformação interna de como certos princípios da linguagem são concebidos a ponto de alterar o funcionamento conceitual desses operadores analíticos e de como determinações históricas os remodelam. Ainda que nesta investigação não se tenha apontado para as formações imaginárias, cabe dizer que essas foram formuladas por Pêcheux já no início de seus escritos sobre análise do discurso, porém, depois de algumas revisões teóricas, o pesquisador retira-as, sob o pretexto de constituírem um expediente psicologizante na interpretação. Eis que a concepção de sujeito é revisitada mais uma vez como uma espécie de divisor de fronteiras, já que, sem grandes aprofundamentos, a visão materialista de discurso carece da compreensão de um sujeito, que precisa ser social ao mesmo tempo que discursivo, “preso” à estrutura do circuito coletivo ao qual pertence. Já o ethos, como produto da imagem do enunciador presente nas cenas da enunciação, volta-se a uma discriminação circunstancial do processo de construção de sentidos. Portanto, a vertente materialista de interpretação do discurso possui uma noção de sujeito, ao passo que a vertente enunciativa possui outra definição de sujeito.

² Interessa apontar o fato de que há entre a análise do discurso enunciativa e a hermenêutica tradicional uma conexão, ainda que somente qualitativa, no quesito segundo o qual explicita Schmidt acerca da hermenêutica: “Todo enunciado tem uma relação dupla com a totalidade da linguagem e com o todo o pensamento de seu originador” (Schmidt, 2014, p. 26-27).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visto que o objetivo desenhado para este artigo, por meio do expediente de recenseamento dos principais elementos tanto da análise do discurso materialista quanto da análise do discurso enunciativa volta-se para a questão “Quais as efetivas diferenças e semelhanças entre esses projetos interpretativos?”, apresentou-se um quadro segundo o qual foi possível destacar não apenas as matrizes epistemológicas encerradas em cada uma das duas teorias do discurso, mas, sobretudo, quais as afinidades e discriminações existem entre tais projetos interpretativos do discurso. Nesse direcionamento, ressalta-se o caráter didático envolvido na redução dos principais conceitos de ambas as vertentes de estudo do discurso, de maneira a depender do grau de saber do leitor, este artigo não passe de uma breve exposição simplificada de dois grandes aparatos teórico-metodológicos.

Por ser o discurso o objetivo tanto de uma abordagem quanto de outra, é fácil e mesmo compreensível o equívoco de acreditar que ambas estão tratando do mesmo modo desse fenômeno social, pois descrevem para, com seus respectivos instrumentais, interpretar o funcionamento do discurso presente no texto alvo de exame. Ora, os arcabouços teóricos fundamentam, como foi possível verificar ao longo deste estudo, a formulação dos conceitos que, por sua vez, implica a diferenciação qualitativa entre a vertente materialista do discurso e a vertente enunciativa do discurso. A primeira manteve-se fiel o primado do sujeito assujeitado aos processos constitutivos do discurso, ao interdiscurso e seu complexo de formações discursivas, a segunda propõe uma restrição da análise discursiva aos recursos enunciativos disponíveis nas cenas enredadas no texto, trazendo o sujeito da enunciação como uma projeção de si, isto é, o *ethos*.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o objetivo delineado para este artigo foi alcançado. Por essa razão, chegou-se a pelo menos duas grandes distinções, quanto ao sujeito e quanto ao traçado metodológico, já que esse é relativamente fixo, por seguir as cenas da enunciação, cena englobante, cena genérica, cenografia e *ethos*, na análise do discurso enunciativa. Já as aproximações referem-se à própria noção de discurso cuja amplitude ocorre similarmente nos dois projetos, sendo tanto que todo objeto analisado por uma vertente pode ser pela outra; ao emprego da enunciação gerenciadas pelos conceitos operacionais de cada perspectiva, em uma é obrigatória, na outra é opcional. Em outros termos, as aproximações e os distanciamentos de elementos da análise do discurso materialista e da análise do discurso enunciativa permitem algumas reflexões tanto acerca do sujeito quanto sobre o método nas teorias do discurso, uma vez que uma e outra disponibilizam recursos suficientes para a consecução de um processo interpretativo de alta qualidade. Portanto, independente da abordagem escolhida para uma investigação, é preciso ter no horizonte sua matriz epistemológica e *tutti quanti* seus instrumentais operacionais, como, por exemplo, aqueles aqui recenseados.

REFERÊNCIAS

- MAINGUENEAU, Dominique. **Cenas da enunciação**. In: POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez de (org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. Tradução Sírio Possenti. São Paulo, Parábola Editorial, 2015.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Variações sobre o ethos**. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo, Parábola Editorial, 2020.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.
- ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 6 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução Bethania S. Mariani et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 75-116.
- PÊCHEUX, Miche. Língua, linguagens, discurso. In: PIOVEZANI, C.; SARGENTINI, V. (org.). **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. Tradução Carlos Piovezani e Vanice Sargentini. São Paulo: Contexto, 2011. p. 63-75.
- SCHMIDT, Lawrence K. **Hermenêutica**. Trad. Fábio Ribeiro. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- SOARES, Thiago Barbosa. Uma noção com dois fundadores: fundadores formação discursiva. **Capim Dourado: Diálogos em Extensão**, v. 1, n. 2, p. 45–64, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/capimdourado/article/view/5352>. Acesso em: 2 out. 2024.
- SOARES, Thiago Barbosa. **Composição discursiva do sucesso: efeitos materiais no uso da língua**. Palmas, TO: EDUFT, 2020.
- SOARES, Thiago Barbosa. Descolonizar a análise do discurso brasileira: um ensaio acerca da formação imaginária eurocêntrica. **Periferia**, v. 15, p. e74881, 2023a. DOI: 10.12957/periferia.2023.74881. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/74881>. Acesso em: 1 out. 2024.
- SOARES, Thiago Barbosa. Imaginary formation and discursive ethos: a symbiotic relationship in Discourse Analysis. **Palimpsesto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, v. 22, n. 43, p. 43–59, 2023b. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/palimpsesto/article/view/76917>. Acesso em: 14 out. 2024.
- TODOROV, Tzvetan. **Simbolismo e interpretação**. Tradução Nícia Adan Bonatti. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

O AUTOR

Thiago Barbosa Soares

Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor adjunto no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisador bolsista de produtividade do CNPq. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>. Email: thiago.soares@mail.uft.edu.br.

Convergências e divergências na Análise de Discurso Crítica: um estudo comparativo entre as principais vertentes teóricas

Convergences and divergences in Critical Discourse Analysis: a comparative study of its main theoretical approaches

Convergencias y divergencias en el Análisis Crítico del Discurso: un estudio comparativo entre las principales corrientes teóricas

RESUMO

Este ensaio apresenta uma análise comparativa das principais abordagens da Análise de Discurso Crítica (ADC) propostas por Fairclough (1989, 2001, 2003, 2010, 2012), Wodak (2001, 2015, 2021) e van Dijk (1999, 2001, 2009, 2016). São discutidos pontos de convergência e divergência entre suas perspectivas teóricas, incluindo o papel do discurso na manutenção e transformação das relações desiguais de poder. Além disso, são abordadas contribuições recentes, como a dimensão argumentativa de Fairclough e Fairclough (2012), a dimensão histórica discutida por van Dijk (2021) e a "normalização desavergonhada" analisada por Wodak (2022a). O ensaio conclui que essas abordagens podem ser usadas individualmente ou de forma complementar, dependendo da complexidade do problema analisado, especialmente em contextos de crises políticas e de transformações digitais.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica; poder; ideologia; argumentação política; contexto histórico.



CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Alcilene Pimenta

alcilene.pimenta@prof.ce.gov.br
<https://orcid.org/0009-0000-8836-2927>
Universidade Federal do Ceará (UFC),
Fortaleza, Ceará, Brasil

Izabel Magalhães

izabelunb@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4715-4424>
Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito
Federal, Brasil

ENSAIO

ABSTRACT

This essay presents a comparative analysis of the main approaches to Critical Discourse Analysis (CDA) proposed by Fairclough (1989, 2001, 2003, 2010, 2012), Wodak (2001, 2015, 2021), and van Dijk (1999, 2001, 2009, 2016). Convergences and divergences between their theoretical perspectives are discussed, including the role of discourse in maintaining and transforming unequal power relations. Additionally, recent contributions are addressed, such as the argumentative dimension by Fairclough and Fairclough (2012), the historical dimension discussed by van Dijk (2021), and the "shameless normalization" analyzed by Wodak (2022a). The essay concludes that these approaches can be used individually or complementarily, depending on the complexity of the issue analyzed, especially in contexts of political crises and digital transformations.

Keywords: Critical Discourse Analysis; power; ideology; political argumentation; historical context.

RESUMEN

Este ensayo presenta un análisis comparativo de los principales enfoques del Análisis Crítico del Discurso (ACD) propuestos por Fairclough (1989, 2001, 2003, 2010, 2012), Wodak (2001, 2015, 2021) y van Dijk (1999, 2001, 2009, 2016). Se discuten puntos de convergencia y divergencia entre sus perspectivas teóricas, incluyendo el papel del discurso en la conservación y transformación de las relaciones desiguales de poder. Además, se abordan contribuciones recientes, como la dimensión argumentativa de Fairclough y Fairclough (2012), la dimensión histórica discutida por van Dijk (2021) y la "normalización descarada" analizada por Wodak (2022a). El ensayo concluye que estos enfoques pueden utilizarse de forma individual o complementaria, dependiendo de la complejidad del problema analizado, especialmente en contextos de crisis políticas y transformaciones digitales.

Palabras clave: Análisis Crítico del Discurso; poder; ideología; argumentación política; contexto histórico.

Como citar:

PIMENTA, Alcileme; MAGALHÃES, Izabel. Convergências e divergências na Análise de Discurso Crítica: um estudo comparativo entre as principais vertentes teóricas. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 25, n. 2, p. 189-207, jul./dez. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



INTRODUÇÃO

A Análise de Discurso Crítica (ADC) é uma abordagem teórica e metodológica que visa compreender como a linguagem está imbricada em relações de poder. Utilizando-se de métodos interdisciplinares, a ADC procura investigar as estruturas subjacentes que legitimam desigualdades e injustiças sociais. A relevância dessa abordagem reside no fato de que o discurso é um elemento ativo na construção e transformação da realidade social. Por meio da análise de discurso, é possível identificar como práticas sociais contribuem para a manutenção de hegemonias, ao mesmo tempo em que podem ser ferramentas para a resistência e transformação social (Fairclough, 2003, 2010).

O presente ensaio tem como objetivo identificar e discutir os pontos de convergência e divergência entre as principais perspectivas teóricas da ADC, a saber, as abordagens desenvolvidas por Fairclough (1989, 2001, 2003, 2010, 2012), Wodak (2001, 2015, 2021, 2022a, 2022b) e van Dijk (1999, 2001, 2009, 2016, 2021). Cada uma dessas abordagens apresenta particularidades em relação aos seus pressupostos teóricos, metodologias e focos analíticos; porém, todas compartilham um compromisso comum com a justiça social e a desnaturalização das relações de poder. A comparação entre essas diferentes perspectivas busca ressaltar tanto suas especificidades quanto suas possíveis complementaridades, oferecendo uma visão abrangente sobre as contribuições da ADC para a análise dos discursos contemporâneos.

Discutimos, ao longo do ensaio, as contribuições de Fairclough (1989, 2001, 2003, 2010, 2012), que se destaca pela sua abordagem dialético-relacional e, mais recentemente, pela incorporação de uma perspectiva argumentativa para a análise do discurso político. Em seguida, apresentamos a abordagem histórico-discursiva de Wodak (2001, 2015, 2021, 2022a, 2022b), com especial atenção às suas análises sobre a "normalização desavergonhada" e a construção de discursos de exclusão. Por fim, discorreremos sobre a perspectiva sociocognitiva de van Dijk (1999, 2001, 2009, 2016, 2021), que enfatiza a interação entre cognição, ideologia e contexto social, incluindo a dimensão histórica que, recentemente, passou a integrar sua abordagem.

A organização deste ensaio segue uma estrutura que visa explorar cada uma dessas abordagens em profundidade, comentando inicialmente seus fundamentos teóricos e metodológicos, seguidos das principais contribuições de cada autor/a. Ao final, são discutidos os pontos convergentes e divergentes entre essas perspectivas, bem como sugestões para futuras pesquisas que possam integrar as diferentes abordagens da ADC, especialmente em contextos de crises políticas e de transformações digitais.

1. FUNDAMENTOS DA ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA

1.1 Discussão sobre os pilares da ADC

A ADC tem como um de seus pilares principais a compreensão de que o discurso não é apenas um reflexo da realidade, mas uma prática social que molda ideologias e estruturas de poder e é moldada por elas. Segundo Fairclough (2001), o discurso é uma forma de ação social, na medida em que contribui para a produção, reprodução e transformação das relações de poder. Essa abordagem dialético-relacional, na qual discurso e práticas sociais se influenciam mutuamente, busca promover uma análise crítica que indique as formas como o discurso contribui para a manutenção ou a transformação das desigualdades sociais (Fairclough, 2012).

Além disso, Fairclough (1989) argumenta que a ADC se distingue de outras abordagens por sua natureza interdisciplinar, utilizando conceitos e métodos de diversas áreas das ciências sociais e humanas, principalmente das ciências sociais críticas (Chouliaraki; Fairclough, 1999; Fairclough, 2003). Essa interdisciplinaridade permite uma análise mais ampla dos fenômenos discursivos, ao integrar elementos da linguística, da sociologia, da psicologia social, entre outros campos, para compreender como o discurso atua na construção das representações sociais e na legitimação das relações de poder (Magalhães *et al.*, 2022).

Wodak (2001, 2015) também contribui para o entendimento dos fundamentos da ADC ao destacar a importância do contexto histórico para a análise de discurso. Segundo Wodak (2001), o discurso não pode ser entendido isoladamente, mas deve ser analisado levando em consideração as condições históricas e sociais em que é produzido. Essa perspectiva histórico-discursiva visa compreender como as ideologias se consolidam ao longo do tempo e como o discurso é utilizado para legitimar determinadas práticas sociais, especialmente em contextos de desigualdade e dominação.

Assim, a ADC está ancorada em uma articulação entre discurso, poder e ideologia, envolvendo uma análise crítica das práticas sociais que contribuem para a legitimação de relações desiguais de poder. A perspectiva crítica da ADC visa, portanto, desnaturalizar essas relações e promover a conscientização crítica, destacando a linguagem como uma ferramenta poderosa de transformação social (Fairclough, 2010).

1.2 A interdisciplinaridade na ADC e o enfoque na linguagem como prática social

A ADC se distingue de outras abordagens pela sua natureza profundamente interdisciplinar, o que lhe confere uma capacidade única de integrar diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Segundo Fairclough (2001), a interdisciplinaridade é essencial para compreender como o discurso participa na construção das práticas sociais, uma vez que a linguagem não atua de maneira isolada, mas está situada em um contexto mais amplo que envolve fatores econômicos,

sociais e políticos. Dessa forma, a ADC utiliza conhecimentos oriundos de disciplinas como a linguística, a sociologia, a ciência política e a psicologia social, permitindo uma análise mais abrangente dos fenômenos discursivos.

Van Dijk (2009) também enfatiza a importância da interdisciplinaridade na ADC ao destacar que o discurso não pode ser analisado de forma eficaz sem a integração de diferentes áreas do conhecimento. Para ele, as práticas discursivas estão sempre relacionadas a questões sociais mais amplas, como as ideologias, os sistemas de crenças e as relações de poder, o que torna necessária a colaboração entre diferentes campos do saber para discutir as dinâmicas de dominação e resistência presentes no discurso.

Wodak (2015), por sua vez, destaca que a interdisciplinaridade permite que o/a analista de discurso considere as múltiplas camadas de contexto que influenciam a produção e a interpretação do discurso. Para a autora, o discurso deve ser compreendido em relação aos processos históricos, sociais e culturais que constroem seus significados. Dessa forma, a análise crítico-discursiva torna-se uma prática que vai além da descrição textual, abordando, sobretudo, os fatores externos que contribuem para a construção de significados e para a legitimação de relações de poder.

Além disso, a ADC enfatiza a linguagem como prática social, o que significa reconhecer que a linguagem desempenha um papel ativo na construção da realidade social. Fairclough (2003) argumenta que a linguagem é uma prática social porque ela é, simultaneamente, moldada pelas estruturas sociais e contribui para moldá-las. Esse enfoque permite compreender como o discurso pode atuar na manutenção ou na transformação das relações de poder, já que a linguagem não é neutra, mas um meio pelo qual as ideologias são naturalizadas e reproduzidas.

Assim, a importância da interdisciplinaridade na ADC está diretamente relacionada ao seu enfoque na linguagem como prática social. Ao integrar diferentes disciplinas e considerar o contexto histórico e social do discurso, a ADC possibilita uma análise rica e complexa, capaz de explicar as relações de poder subjacentes e de propor caminhos para a transformação social.

2. AS CONTRIBUIÇÕES DE NORMAN FAIRCLOUGH

2.1 A abordagem tridimensional

A abordagem tridimensional de Norman Fairclough é uma das principais contribuições para a ADC e é discutida nas obras de 1989 e 2001. Essa abordagem propõe que o discurso seja analisado com base em três dimensões inter-relacionadas: o texto, a prática discursiva e a prática social. Dessa maneira, Fairclough (1989, 2001) busca compreender o papel do discurso não apenas em seu aspecto linguístico, mas como um elemento central na construção e transformação das práticas sociais.

A primeira dimensão, o discurso como texto, está relacionada à análise linguística dos aspectos formais e semânticos dos textos. Essa etapa envolve a análise de escolhas lexicais,

estruturas gramaticais, coerência e coesão, bem como elementos retóricos. Fairclough (2003) salienta que essa análise visa descrever como diferentes aspectos textuais contribuem para a construção de significados, possibilitando compreender os modos pelos quais o poder e a ideologia estão embutidos nas práticas sociais. O autor destaca, por exemplo, que as escolhas lexicais em um texto não são arbitrárias, mas trazem e reforçam determinadas posições ideológicas.

A segunda dimensão, a prática discursiva, que é parte da prática social, refere-se aos processos de produção, distribuição e consumo dos textos. Nessa perspectiva, considera-se como os textos são moldados pelos contextos institucionais em que são criados e, ao mesmo tempo, como esses textos podem influenciar os contextos em que circulam. Fairclough (2001) enfatiza que a prática discursiva envolve a intertextualidade e a interdiscursividade, ou seja, a maneira pela qual os textos incorporam outros textos e se relacionam com diferentes práticas sociais. Essa análise é crucial para entender como determinado discurso ganha legitimidade e se torna hegemônico, uma vez que, de acordo com Fairclough (2001), a prática discursiva pode reforçar ou desafiar as normas sociais estabelecidas.

Por fim, a terceira dimensão trata do discurso como prática social. Nessa etapa, o discurso é analisado no contexto das práticas sociais mais amplas, considerando as relações de poder e as ideologias da sociedade. Fairclough (1989) argumenta que o discurso não apenas é parte da realidade social, mas, também, contribui para moldá-la, sendo um elemento fundamental na construção da hegemonia e na reprodução das relações de poder. Nesse sentido, ele afirma que o discurso é um meio pelo qual as práticas sociais são legitimadas ou desafiadas. A prática social, portanto, envolve uma análise crítica das condições sociais e históricas em que o discurso é produzido, permitindo uma compreensão mais profunda dos mecanismos de dominação e resistência.

A articulação dessas três dimensões — texto, prática discursiva e prática social — é o que possibilita uma análise crítica de questões sociais. Fairclough (2010) reforça que essas dimensões estão interligadas dialeticamente, ou seja, cada uma influencia as outras e é influenciada por elas, tornando o discurso um componente ativo na construção social. A abordagem tridimensional, portanto, não se limita à análise descritiva dos textos, mas busca compreender como o discurso atua na manutenção ou na transformação das práticas sociais.

2.2 A abordagem dialético-relacional

A abordagem dialético-relacional, desenvolvida por Norman Fairclough (2001, 2003, 2010), é uma das principais contribuições para a ADC, pois enfatiza a perspectiva crítica da linguagem e o potencial do discurso na transformação das práticas sociais. Essa abordagem baseia-se na premissa de que o discurso não apenas incorpora a realidade social, mas, também, desempenha um papel ativo na sua transformação, operando como um mecanismo dialético que conecta

diferentes dimensões da linguagem e da sociedade. Dessa forma, o discurso é entendido como um elemento que, por um lado, incorpora as práticas sociais, e, por outro, contribui para construí-las, capaz de gerar mudanças sociais ou perpetuar relações de poder existentes (Fairclough, 2001).

Fairclough (2003) propõe que a linguagem, juntamente com imagens, possui um papel central na luta por hegemonia, já que, por meio dela, diferentes grupos sociais disputam a definição de significados e, conseqüentemente, a manutenção ou transformação das estruturas de poder. O autor argumenta que a análise dialético-relacional possibilita desvendar os processos pelos quais a dimensão discursiva das práticas sociais se articula com outras na política, na economia e na cultura, para estabelecer e sustentar determinadas formas de dominação ou para resistir a elas. Nesse sentido, o discurso é visto como uma prática material que tem efeitos concretos na organização da sociedade.

Além disso, a perspectiva dialético-relacional busca explorar como as relações de poder são naturalizadas e legitimadas por meio do discurso, ao mesmo tempo em que oferece uma compreensão crítica do potencial da linguagem para desafiar e subverter essas relações. Fairclough (2010) destaca que o discurso pode ser um meio de resistência e emancipação, uma vez que, ao discutir as relações de poder subjacentes, ele permite a criação de novas formas de entender e organizar a sociedade. Para o autor, a análise crítica deve identificar os pontos de tensão e contradição no discurso, evidenciando com ele pode ser direcionado tanto para reforçar a dominação quanto para promover transformações sociais.

Por fim, a perspectiva dialético-relacional é fundamentada na ideia de que as mudanças sociais são inerentemente discursivas. Isso significa que a transformação das práticas sociais envolve a o processo de relexicalização e reestruturação dos significados, e isso se dá, em grande medida, por meio da linguagem entendida como 'semiose'. Fairclough (2001) argumenta que o discurso é uma ferramenta poderosa para a mobilização social, pois permite que indivíduos e grupos expressem suas demandas, desafiem o estado das coisas e articulem alternativas ao sistema vigente. Assim, a ADC torna-se uma prática teórico-metodológica fundamental para compreender como as mudanças sociais ocorrem e como a linguagem pode ser uma aliada no processo de transformação de uma determinada sociedade.

2.3 A dimensão argumentativa

A dimensão argumentativa, proposta por Fairclough e Fairclough (2012), constitui uma importante expansão da ADC, enfatizando a argumentação política como um meio de deliberação e promoção de mudanças sociais. Os autores defendem que o discurso político é um espaço privilegiado para a prática argumentativa, uma vez que a política envolve, em essência, a tomada de decisões sobre questões de interesse público e a necessidade de justificar essas decisões por meio de argumentos racionais e convincentes.

A argumentação política, segundo Fairclough e Fairclough (2012), é considerada como uma forma de ação orientada para objetivos, na qual os atores políticos apresentam razões e justificativas para defender suas posições e persuadir o público. Essa abordagem destaca a importância do discurso argumentativo na construção de consenso e na mobilização de apoio para determinadas políticas, bem como na contestação e resistência a medidas consideradas injustas ou prejudiciais. Assim, o discurso político não se limita a descrever a realidade, mas desempenha um papel ativo na construção de alternativas e na promoção de mudanças sociais.

Ademais, os autores apontam que a análise crítica da argumentação política deve considerar tanto a estrutura lógica dos argumentos quanto o contexto social e político em que são produzidos. Dessa forma, Fairclough e Fairclough (2012) defendem que a eficácia de um argumento político não depende apenas de sua validade interna, mas, também, de sua capacidade de responder às preocupações e interesses dos diferentes grupos sociais envolvidos. Isso torna a argumentação política um processo dinâmico e interativo, no qual as relações de poder e as disputas ideológicas desempenham um papel central.

Em síntese, a dimensão argumentativa de Fairclough e Fairclough (2012) contribui, significativamente, para a ADC ao enfatizar o potencial transformador do discurso político. Ao analisar como os atores políticos constroem argumentos para justificar suas ações e persuadir o público, essa abordagem permite compreender melhor os mecanismos discursivos que sustentam ou desafiam as relações de poder e os processos de tomada de decisão na esfera pública.

3. AS CONTRIBUIÇÕES DE RUTH WODAK

3.1 A abordagem histórico-discursiva

A abordagem histórico-discursiva, desenvolvida por Ruth Wodak (2001, 2015), é uma das vertentes mais significativas da ADC. Essa abordagem destaca a importância do contexto histórico, enfatizando que os significados são construídos em cenários específicos e que esses cenários são fundamentais para a interpretação adequada do discurso (Wodak, 2001). Diferentemente de outras abordagens que se concentram apenas no texto ou na interação social, a perspectiva de Wodak (2001, 2015) integra uma análise detalhada dos contextos históricos e sociais em que o discurso é produzido e reproduzido.

Wodak (2015) argumenta que o discurso não pode ser compreendido de maneira isolada, pois ele é condicionado por fatores históricos e sociais que influenciam tanto a produção quanto a recepção dos textos. Para ela, a análise de discurso crítica deve levar em consideração as condições históricas específicas que moldam o discurso e os modos como ele constrói e legitima algumas práticas sociais. Dessa maneira, a abordagem histórico-discursiva procura analisar como as ideologias e as relações de poder podem ser naturalizadas e perpetuadas ao longo do tempo por meio do discurso.

Além disso, essa abordagem busca compreender como os eventos passados e presentes se entrelaçam no discurso, contribuindo para a construção de identidades coletivas e para a legitimação de ações políticas e sociais. Segundo Wodak (2001), os discursos políticos e midiáticos, por exemplo, frequentemente recorrem a narrativas históricas para justificar determinadas políticas ou para consolidar identidades nacionais. Nesse sentido, o contexto histórico não é apenas um pano de fundo para a análise discursiva, mas um elemento ativo que contribui para a construção dos significados e para a legitimação das relações de poder.

Em suma, a abordagem histórico-discursiva de Wodak (2001, 2015) oferece uma perspectiva rica e complexa para a análise de discurso crítica, ao destacar o contexto histórico e as condições sociais específicas na construção dos significados. Essa abordagem é particularmente útil para compreender como o discurso pode legitimar ou desafiar as relações de poder em contextos históricos específicos, contribuindo, assim, para a transformação ou para a manutenção das práticas sociais.

3.2 Perspectivas mais recentes

Nos últimos anos, Ruth Wodak (2021, 2022a, 2022b) tem se dedicado a aprofundar e atualizar a abordagem histórico-discursiva, com foco especial em temas contemporâneos como a ascensão do populismo de direita e a comunicação em contextos de crise. Uma das principais contribuições recentes de Wodak (2022a) é a análise da normalização do discurso populista de direita, que tem se tornado cada vez mais presente em diferentes países, especialmente na Europa. Wodak (2021) destaca que o discurso populista de direita tende a explorar o medo e a insegurança da população, apresentando soluções simplistas para problemas complexos, o que contribui para a naturalização de atitudes excludentes e xenófobas.

Wodak (2022b) também aborda a questão da comunicação de crise, especialmente durante a pandemia de Covid-19. Segundo a autora, a crise global de saúde proporcionou um terreno fértil para o crescimento de discursos polarizadores e para a disseminação de desinformação, elementos que foram explorados por atores políticos que buscavam legitimar suas ações ou desacreditar adversários. Nesse contexto, a análise crítico-discursiva é uma ferramenta essencial para analisar as estratégias retóricas utilizadas para construir legitimidade e manipular a opinião pública em tempos de crise.

Outro aspecto importante nas contribuições recentes de Wodak (2022a) é a análise dos processos de "normalização desavergonhada", termo utilizado pela autora para descrever como um discurso que, anteriormente, era considerado inaceitável torna-se socialmente admissível e é incorporado na sociedade. Esse processo de normalização é particularmente evidente em discursos que promovem a intolerância e a discriminação, o que reforça a necessidade de uma análise crítica

que desnaturalize essas práticas e traga ao centro do debate as implicações sociais e políticas de sua aceitação.

Assim, as contribuições mais recentes de Wodak (2021, 2022a, 2022b) ampliam a compreensão da ADC ao incorporar a análise de problemas contemporâneos e ao enfatizar a necessidade de questionar discursos que legitimem práticas excludentes e autoritárias. Dessa forma, a abordagem histórico-discursiva mantém-se relevante e necessária para a compreensão das dinâmicas discursivas em tempos de crescente polarização e crise.

3.3 Análise das mudanças sociais e políticas em contextos de crise

As atualizações recentes da abordagem histórico-discursiva de Wodak (2021, 2022a, 2022b) são particularmente relevantes para a análise das mudanças sociais e políticas em contextos de crise. Em situações de crise, como a pandemia de Covid-19, a autora destaca que o discurso tem um papel fundamental na construção das percepções sociais e na definição de respostas políticas. Segundo Wodak (2022b), a crise global de saúde proporcionou um terreno fértil para o crescimento de discursos polarizadores e a disseminação de desinformação, elementos que foram explorados por atores políticos. Dessa forma, os discursos de crise tornam-se arenas de disputa ideológica, onde diferentes visões de mundo competem pela hegemonia.

Um dos aspectos mais importantes discutidos por Wodak (2022a) é a maneira como os discursos de crise são utilizados para justificar políticas autoritárias e para restringir direitos civis. A autora argumenta que, em contextos de crise, há uma tendência à aceitação de medidas que, em outras circunstâncias, seriam consideradas inaceitáveis, um fenômeno que ela descreve como "normalização desavergonhada". Esse processo envolve a incorporação de discursos de exclusão e intolerância na esfera pública, apresentando-os como respostas necessárias e racionais a desafios sociais urgentes. Wodak (2022a) ressalta, ainda, que, para entender essas mudanças sociais e políticas, é essencial analisar criticamente como o discurso legitima essas práticas e quais são as suas implicações de longo prazo para a democracia e os direitos humanos.

Além disso, Wodak (2021) explora como o discurso populista de direita se aproveita de momentos de crise para promover suas agendas políticas. Esse discurso utiliza estratégias retóricas que simplificam problemas complexos, oferecendo soluções rápidas e aparentemente eficazes, mas que, na prática, muitas vezes, reforçam preconceitos e estigmatizam grupos vulneráveis. Assim, a análise histórico-discursiva de Wodak (2001, 2015, 2021, 2022a, 2022b) contribui para compreender como crises sociais e políticas podem ser oportunidades para a consolidação de discursos excludentes e para a redefinição das relações de poder.

Dessa forma, as atualizações na abordagem histórico-discursiva de Wodak (2021, 2022a, 2022b) fornecem um arcabouço teórico robusto para analisar como o discurso em contextos de crise não apenas indicam as tensões sociais existentes, mas, também, contribuem para transformá-las.

A autora evidencia que o discurso tem um papel ativo na construção da realidade social durante crises, seja legitimando políticas autoritárias, seja reforçando sentimentos de medo e exclusão. Desse modo, a análise crítico-discursiva é essencial para entender as implicações sociais e políticas do discurso produzido em contextos de crise e para propor caminhos que favoreçam a inclusão social.

4. AS CONTRIBUIÇÕES DE TEUN A. VAN DIJK

4.1 A abordagem sociocognitiva

A perspectiva sociocognitiva, desenvolvida por Teun A. van Dijk (2001, 2009, 2016), é uma abordagem essencial para a ADC, que destaca a interação entre cognição, ideologia e contexto social. Segundo van Dijk (2009), a perspectiva sociocognitiva propõe que o discurso seja analisado não apenas como um fenômeno linguístico e social, mas, também, como um processo cognitivo. Para o autor, é fundamental analisar como os indivíduos processam a informação, como as estruturas mentais influenciam a produção e a interpretação do discurso, e como essas estruturas são moldadas pelas práticas sociais e ideológicas.

Van Dijk (1999) enfatiza que as ideologias funcionam como sistemas de crenças compartilhadas que organizam a representação social dos grupos e orientam o comportamento discursivo dos indivíduos. Dessa forma, a análise sociocognitiva permite compreender como as crenças e os valores ideológicos são interiorizados e reproduzidos pelos indivíduos, contribuindo para a construção e manutenção das relações de poder. Para van Dijk (1999), a ideologia é um elemento mediador entre o discurso e a sociedade, operando na interface entre as estruturas cognitivas e as práticas sociais.

Além disso, a perspectiva sociocognitiva destaca o papel dos modelos mentais na produção e interpretação do discurso. Esses modelos mentais são representações cognitivas situacionais que os indivíduos constroem para interpretar eventos e experiências, e são fundamentais para a compreensão de como o discurso é contextualizado. Van Dijk (2016) argumenta que os modelos mentais são influenciados tanto pelo conhecimento pessoal quanto pelas ideologias coletivas, e que eles orientam a maneira como os indivíduos interpretam e produzem a linguagem, especialmente em contextos de conflito ou crise.

Assim, a perspectiva sociocognitiva contribui para a ADC ao fornecer uma compreensão mais profunda dos processos cognitivos que subjazem à produção e à recepção dos enunciados. Ela permite analisar como as representações mentais e as ideologias influenciam o discurso e, conseqüentemente, como o discurso contribui para a construção social da realidade. Van Dijk (2001) reforça que, ao estudar a interface entre cognição, ideologia e sociedade, a ADC pode investigar os mecanismos pelos quais o discurso legitima práticas de poder e reproduz desigualdades sociais. Dessa forma, a perspectiva sociocognitiva oferece uma abordagem

abrangente que conecta as dimensões individual e coletiva do discurso, destacando a importância da cognição na análise crítica das práticas sociais.

4.2 Modelos mentais na produção e na interpretação do discurso

Os modelos mentais desempenham um papel fundamental na produção e interpretação do discurso, segundo a perspectiva sociocognitiva. Esses modelos são representações cognitivas que os indivíduos constroem com base em suas experiências pessoais e no conhecimento social compartilhado, sendo responsáveis por orientar a forma como interpretam eventos e produzem enunciados. Van Dijk (2016) destaca que os modelos mentais são fundamentais para compreender como os textos são adaptados a contextos específicos, permitindo que os indivíduos façam inferências e atribuam significados baseados em suas percepções e crenças.

Esses modelos mentais são influenciados tanto por fatores individuais quanto coletivos. De acordo com van Dijk (1999), os modelos mentais são moldados pelas ideologias e representações sociais dos grupos aos quais os indivíduos pertencem, o que significa que as crenças ideológicas e os valores coletivos têm um impacto significativo na maneira como os textos são estruturados e compreendidos. Em contextos políticos, por exemplo, os modelos mentais orientam a percepção dos eventos políticos e influenciam a forma como os enunciados são produzidos e recebidos. Isso é particularmente relevante em discursos políticos, nos quais as representações cognitivas dos indivíduos afetam a interpretação das mensagens e, consequentemente, a sua ação social.

Van Dijk (2001) enfatiza que os modelos mentais são decisivos na construção da realidade social, pois determinam como os indivíduos entendem situações específicas e respondem a elas, especialmente em contextos de conflito ou crise. Por meio dos modelos mentais, os indivíduos são capazes de interpretar eventos de maneira coerente com suas experiências e valores, o que contribui para a reprodução ou contestação das relações de poder estabelecidas. Assim, a análise dos modelos mentais é essencial para compreender como as práticas discursivas são influenciadas por representações cognitivas e como essas práticas, por sua vez, afetam a percepção e a ação dos indivíduos na esfera política.

Portanto, a análise dos modelos mentais na perspectiva sociocognitiva fornece uma visão aprofundada de como os enunciados são produzidos e interpretados em diferentes contextos sociais. Ela pode indicar a influência das representações cognitivas na maneira como os indivíduos percebem a realidade e agem sobre ela, destacando o papel central da cognição na reprodução das ideologias e na manutenção ou transformação das relações de poder. Dessa forma, a perspectiva sociocognitiva de van Dijk contribui significativamente para a ADC, ao destacar a complexa relação entre cognição, discurso e sociedade.

No entanto, é essencial realizar uma avaliação crítica do conceito de ideologia em van Dijk (1999, 2001, 2009, 2016, 2021). A perspectiva sociocognitiva trata a ideologia como uma

representação cognitiva, o que se entende como uma definição limitada, pois a ideologia deve ser vista não apenas como um elemento cognitivo, mas, também, como um instrumento de manutenção ou problematização das relações de poder. Desse modo, a ideologia não se restringe aos modelos mentais, pois se manifesta em práticas sociais que legitimam estruturas de dominação e desigualdade. Diante disso, a análise crítica deve considerar a ideologia em sua relação com o poder, considerando o discurso como capaz de reforçar hegemonias ou promover resistências.

4.3 A história como quarta dimensão analítica

Na obra *Discurso antirracista no Brasil: da abolição às ações afirmativas*, van Dijk (2021) introduz a história como uma quarta dimensão analítica, qualificadora das outras três estruturas que compõem sua teoria: as estruturas sociopolíticas, as estruturas cognitivas e as estruturas discursivas. Essa abordagem representa uma importante inovação na ADC, pois enfatiza que cada uma dessas estruturas apresenta sua própria dimensão histórica, inter-relacionando-se e articulando também uma dimensão local específica (van Dijk, 2021).

A dimensão histórica, segundo van Dijk (2021), atua como uma camada que atravessa as dimensões sociopolíticas, cognitivas e discursivas, permitindo uma análise complexa dos processos de resistência e transformação social. Nesse sentido, a inclusão da história como uma quarta dimensão possibilita compreender o discurso não apenas como um reflexo das condições sociais e ideológicas contemporâneas, mas, também, como um elemento que carrega as marcas das lutas e transformações sociais ao longo do tempo. A perspectiva histórica, portanto, qualifica as outras dimensões, oferecendo uma visão mais consistente das práticas sociais e de seu papel na construção das relações de poder.

Ao discutir sua teoria, van Dijk (2021) discorre sobre o antirracismo como movimento histórico global, abordando o discurso antirracista como uma forma de resistência e transformação social. O autor enfatiza que o discurso antirracista possui características específicas, como tópicos, temas e argumentos que se relacionam diretamente com as estruturas históricas de opressão e resistência. Assim, o discurso antirracista não se limita a desafiar estruturas de poder contemporâneas, mas, também, evoca uma memória histórica de luta, que é essencial para a compreensão das práticas sociais de resistência ao racismo (van Dijk, 2021).

A integração da dimensão histórica à análise de discurso permite que se entenda como as estruturas sociais e ideologias mudam ao longo do tempo, influenciadas por discursos de resistência. A análise do discurso antirracista, por exemplo, indica como os movimentos sociais desafiaram e continuam a desafiar as normas estabelecidas e as ideologias dominantes, contribuindo para a transformação gradual das relações sociais. A história, nesse contexto, não é apenas um pano de fundo, mas uma dimensão ativa que molda as outras três dimensões e é, ao mesmo tempo, influenciada por elas.

Dessa maneira, ao incorporar a história como uma quarta dimensão analítica, van Dijk (2021) amplia o alcance da ADC, permitindo uma análise que considere as dinâmicas históricas e seu impacto nas práticas sociais contemporâneas. Essa abordagem multidimensional é especialmente relevante para a análise de discursos de resistência, como o discurso antirracista, que, além de desafiar as estruturas de poder vigentes, busca construir uma nova realidade social baseada em princípios de igualdade e justiça social.

5. PONTOS CONVERGENTES ENTRE AS PERSPECTIVAS TEÓRICAS

As abordagens de Fairclough (1989, 2001, 2003, 2010, 2012), Wodak (2001, 2015, 2021, 2022a, 2022b) e van Dijk (1999, 2001, 2009, 2016, 2021) apresentam diversos pontos em comum, especialmente no que diz respeito à relação entre discurso, poder e ideologia. Embora cada autor tenha desenvolvido suas próprias perspectivas para a ADC, há uma convergência clara no objetivo de analisar como o discurso contribui para a reprodução e manutenção das desigualdades sociais, bem como no esforço de promover a transformação social. A seguir, discutiremos os principais pontos de congruência entre essas abordagens.

Em primeiro lugar, é possível observar que todas as perspectivas enfatizam o papel do discurso na construção das relações de poder e na naturalização das desigualdades sociais. Tanto Fairclough (1989, 2001, 2003, 2010, 2012) quanto Wodak (2001, 2015, 2021, 2022a, 2022b) e van Dijk (1999, 2001, 2009, 2016, 2021) concordam que os discursos não são apenas reflexos da realidade, mas, também, são ferramentas de poder capazes de moldar e transformar práticas sociais. Fairclough (2003) argumenta que o discurso está intrinsecamente ligado às práticas sociais e que o seu papel transformador é central na luta pela hegemonia. De modo semelhante, Wodak (2001) destaca que o discurso é um meio pelo qual as ideologias se materializam, reforçando ou desafiando as normas sociais. Van Dijk (1999), por sua vez, salienta que o discurso é fundamental para a interiorização de ideologias, que por sua vez estruturam a percepção e ação dos indivíduos na sociedade.

Além disso, há um consenso entre os três autores sobre a importância de analisar o contexto social e histórico para compreender o papel do discurso na sociedade. Wodak (2001) enfatiza a necessidade de considerar o contexto histórico na análise de discurso, o que possibilita compreender como as práticas sociais são moldadas por processos históricos específicos. Fairclough (2001) também defende uma análise que leve em consideração os contextos institucionais e as práticas sociais em que os enunciados são produzidos, distribuídos e consumidos. Van Dijk (1999), por sua vez, contribui com a perspectiva sociocognitiva, que complementa a análise contextual ao enfatizar os modelos mentais e as representações cognitivas na produção e interpretação do discurso. Assim, os autores convergem na necessidade de uma

análise que não se limite ao texto, mas que abarque os elementos sociais e históricos que o influenciam.

Outro ponto de convergência entre as abordagens de Fairclough (1989, 2001, 2003, 2010, 2012), Wodak (2001, 2015, 2021, 2022a, 2022b) e van Dijk (1999, 2001, 2009, 2016, 2021) é a ênfase no papel da ADC na desnaturalização das desigualdades sociais. Para Fairclough (1989), a análise de discurso crítica deve indicar como as práticas sociais contribuem para a legitimação de relações de poder e para a manutenção de estruturas sociais desiguais. De modo semelhante, Wodak (2015) argumenta que a ADC deve investigar as ideologias que sustentam discursos de exclusão, especialmente em contextos de crescente polarização e desigualdade social. Van Dijk (2021), por sua vez, ressalta que a ADC tem o potencial para analisar os mecanismos pelos quais as ideologias são interiorizadas e reproduzidas por meio do discurso, contribuindo para a reprodução das desigualdades sociais. Dessa forma, as três abordagens compartilham o objetivo de promover uma análise crítica que desnaturalize as relações de poder e contribua para a transformação social.

Por fim, é importante destacar que, apesar das diferenças nos enfoques analíticos, as perspectivas de Fairclough (1989, 2001, 2003, 2010, 2012), Wodak (2001, 2015, 2021, 2022a, 2022b) e van Dijk (1999, 2001, 2009, 2016, 2021) podem ser vistas como complementares. Enquanto Fairclough (2001, 2003, 2010, 2012) foca na análise das práticas sociais, Wodak (2001, 2015) traz uma perspectiva histórico-discursiva que considera o contexto histórico e social, e van Dijk (1999, 2001, 2009, 2016) acrescenta uma dimensão sociocognitiva, enfatizando o papel dos modelos mentais e das representações cognitivas. Assim, ao combinarmos essas perspectivas, podemos obter uma análise mais rica e abrangente dos problemas investigados, capaz de explicar as múltiplas camadas desses problemas e suas relações com o poder e a ideologia.

6. PONTOS DIVERGENTES E LIMITAÇÕES

Apesar dos pontos de convergência, as abordagens de Fairclough (1989, 2001, 2003, 2010, 2012), Wodak (2001, 2015, 2021, 2022a, 2022b) e van Dijk (1999, 2001, 2009, 2016, 2021) também apresentam diferenças significativas, tanto em suas propostas analíticas quanto na concepção de ideologia. Essas divergências relacionam-se com os diferentes objetivos e perspectivas adotados por cada autor na ADC, oferecendo uma visão mais ampla das questões investigadas. Nesta seção, discutiremos os principais aspectos divergentes e as limitações de cada abordagem.

Uma das principais diferenças está nas abordagens analíticas escolhidas por cada autor. A abordagem histórico-discursiva de Wodak (2001) enfatiza o contexto histórico na produção e interpretação do discurso, buscando compreender como as práticas sociais são influenciadas por processos históricos específicos. Por outro lado, Fairclough (2003) adota uma perspectiva dialético-relacional, na qual o discurso é analisado em relação às práticas sociais e às estruturas de poder. Fairclough (2001) argumenta que o discurso está intimamente ligado às práticas sociais,

desempenhando um papel central na transformação ou na reprodução das relações de poder. Já van Dijk (1999) foca na cognição social, destacando os modelos mentais e as representações cognitivas na produção e interpretação do discurso. Além disso, a obra recente de van Dijk (2021) acrescenta uma dimensão histórica, enfatizando como o contexto histórico se articula com as dimensões sociopolíticas e cognitivas na análise discursiva.

Outro ponto de divergência importante entre Fairclough (1989, 2001, 2003, 2010, 2012) e van Dijk (1999, 2001, 2009, 2016, 2021) diz respeito à concepção de ideologia. Para Fairclough (2001, 2003, 2010), a ideologia é considerada um elemento das práticas sociais que contribui para a construção e legitimação das relações de poder, apresentando um teor negativo, inspirado na proposta de Thompson (1990). O autor argumenta que as ideologias são materializadas por meio das práticas sociais e que sua análise é fundamental para compreender como as relações de poder são legitimadas e naturalizadas. Por outro lado, van Dijk (1999) entende a ideologia como uma representação mental compartilhada que guia os indivíduos em suas práticas discursivas, ligando a cognição ao contexto social e às estruturas de poder. Para van Dijk (1999, 2001, 2009, 2016, 2021), as ideologias são sistemas de crenças que moldam a forma como os indivíduos percebem e interpretam a realidade, sendo interiorizadas por meio de processos cognitivos e podendo apresentar aspectos positivos ou negativos.

Essas diferenças na concepção de ideologia estão ligadas às distinções entre as abordagens de Fairclough (1989, 2001, 2003, 2010, 2012) e van Dijk (1999, 2001, 2009, 2016, 2021). Enquanto Fairclough (2001) destaca a análise das práticas sociais e a forma como o texto materializa as ideologias, van Dijk (1999) concentra-se na dimensão cognitiva, buscando entender como as ideologias são interiorizadas e reproduzidas por atores sociais. Essa distinção implica diferentes formas de abordar o papel do discurso na sociedade e, conseqüentemente, diferentes estratégias para desnaturalizar as relações de poder.

Por fim, é necessário discutir algumas das limitações dessas abordagens. No caso de Fairclough (1989), uma crítica é a dificuldade em operacionalizar sua análise dialético-relacional em contextos específicos, especialmente quando se trata de práticas sociais complexas que envolvem múltiplos discursos e atores sociais. Contudo, na obra de Chouliaraki e Fairclough (1999) e em Fairclough (2009), há um esforço no sentido de explicitar a forma de operacionalizar a análise. Quanto à abordagem de Wodak (2001, 2015), sua ênfase no contexto histórico, embora seja uma de suas principais forças, também pode ser vista como uma limitação, na medida em que a análise histórico-discursiva pode ser difícil de aplicar em contextos em que os aspectos históricos não são delineados ou acessíveis. Por outro lado, a abordagem sociocognitiva de van Dijk (1999, 2009) também enfrenta críticas, particularmente no que diz respeito à dificuldade de comprovar empiricamente as representações mentais e os modelos cognitivos propostos. A dimensão cognitiva, apesar de essencial para a compreensão do papel do discurso na interiorização das

ideologias, apresenta desafios metodológicos que dificultam sua aplicação em contextos sociopolíticos específicos.

Em síntese, as abordagens de Fairclough (1989, 2001, 2003, 2010, 2012), Wodak (2001, 2015, 2021, 2022a, 2022b) e van Dijk (1999, 2001, 2009, 2016, 2021) oferecem diferentes perspectivas e metodologias para a análise de discurso crítica, cada uma com suas vantagens e limitações. Enquanto Fairclough (1989, 2001, 2003, 2010, 2012) se concentra nas práticas sociais e nas relações dialéticas entre discurso e sociedade, Wodak (2001, 2015, 2021, 2022a, 2022b) enfatiza a importância do contexto histórico, e van Dijk (1999, 2001, 2009, 2016) acrescenta uma dimensão cognitiva que considera como as ideologias são interiorizadas por atores sociais. Essas divergências enriquecem o campo da ADC, permitindo uma análise mais ampla e multifacetada dos problemas investigados e das relações de poder que eles engendram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio, analisamos as principais abordagens da ADC desenvolvidas por Fairclough (1989, 2001, 2003, 2010, 2012), Wodak (2001, 2015, 2021, 2022a, 2022b) e van Dijk (1999, 2001, 2009, 2016, 2021), destacando suas contribuições para a compreensão do papel do discurso na sociedade contemporânea. Embora com enfoques distintos, essas abordagens compartilham o compromisso com a desnaturalização das desigualdades sociais e a discussão sobre os mecanismos discursivos que sustentam ou desafiam as relações desiguais de poder.

Fairclough (2003, 2009, 2010) enfatiza a conexão entre discurso e práticas sociais, destacando o papel do discurso na luta pela hegemonia e transformação social. Em Fairclough e Fairclough (2012), é acrescentada a dimensão argumentativa, particularmente útil na análise de discursos políticos e na promoção de mudanças sociais. Wodak (2001, 2015), por sua vez, adota uma perspectiva histórico-discursiva, ressaltando o impacto do contexto histórico sobre o discurso. Mais recentemente, Wodak (2021, 2022a, 2022b) aborda a "normalização desavergonhada", fenômeno que explica a aceitação social de discursos excludentes em momentos de crise.

Van Dijk (1999, 2009, 2016) contribui com a perspectiva sociocognitiva, que enfatiza a interação entre cognição, ideologia e contexto social. Sua análise de modelos mentais e representações cognitivas destaca como as ideologias se formam e se adaptam às mudanças sociais. Por último, van Dijk (2021) ao incluir a dimensão histórica à sua abordagem, amplia a capacidade de compreender as transformações dos discursos ao longo do tempo, enriquecendo a análise crítica das práticas sociais em seus contextos dinâmicos.

Essas abordagens, longe de serem excludentes, podem ser combinadas para uma compreensão mais rica dos problemas discursivos. Dependendo da complexidade do problema analisado, a integração dessas perspectivas pode oferecer uma visão multidimensional dos processos de legitimação e resistência discursiva, sendo especialmente relevante em contextos de

crise sociopolítica e transformação digital. Dessa forma, a ADC contribuirá para a análise dos discursos contemporâneos e de seu papel na manutenção ou no questionamento das relações desiguais de poder. Assim, a ADC se mantém essencial para explicar os mecanismos discursivos que sustentam desigualdades e legitimam práticas excludentes.

REFERÊNCIAS

- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**: rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- FAIRCLOUGH, N. A dialectical-relational approach to critical discourse analysis. In: WODAK, R.; Meyer, M. (org.) **Methods of Critical Discourse Analysis in social research**. 2nd ed. Londres: Sage Publications, 2009. p. 162-186.
- FAIRCLOUGH, N. A dialética do discurso. In: MAGALHÃES, I. (org.). **Discursos e práticas de letramento**: pesquisa etnográfica e formação de professores. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012. p. 93 -110.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis**: the critical study of language. 2nd ed. London: Routledge, 2010.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Coordenação da tradução, revisão e prefácio da edição brasileira de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, N.; FAIRCLOUGH, I. **Political discourse analysis**: a method for advanced students. London: Routledge, 2012.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. London: Longman, 1989.
- MAGALHÃES, I.; SILVA, K. L.; ARGENTA, J.; PEREIRA, R. **Language, literacy, and health**: discourse in Brazil's national health system. Lanham, MD: Lexington Books, 2022.
- THOMPSON, J. B. **Ideology and modern culture**. Cambridge: Polity Press, 1990.
- VAN DIJK, T. A. Algunos principios de una teoría del contexto. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, v. 1, n. 1, p. 69-81, 2001. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9015082> Acesso em: 7 ago. 2024.
- VAN DIJK, T. A. **Discurso antirracista no Brasil**: da abolição às ações afirmativas. São Paulo: Contexto, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9015082> Acesso em: 7 ago. 2024.
- VAN DIJK, T. A. **Discurso y poder**. Barcelona: Gedisa, 2009.
- VAN DIJK, T. A. Estudios críticos del discurso: un enfoque sociocognitivo. **Discurso & sociedad**, v. 10, n. 1, p. 137-137, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5640506> Acesso em: 7 ago. 2024.
- VAN DIJK, T. A. MENDIZÁBAL, I. R. **Análisis del discurso social y político**. Editorial Abya Yala, 1999.
- WODAK, R. Crisis communication and crisis management during COVID-19. **Global Discourse**, v. 11, n. 3, p. 329-353, 2021. Disponível em: <https://bristoluniversitypressdigital.com/view/journals/gd/11/3/article-p329.xml> Acesso em: 12 ago. 2024.

WODAK, R. Critical discourse analysis, discourse-historical approach. **The international encyclopedia of language and social interaction**, p. 1-14, 2015. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=5311414403248305270&hl=pt-BR&as_sdt=0,5 Acesso em: 12 ago. 2024.

WODAK, R. Legitimizing crisis management during COVID-19. **Argumentation et analyse du discours**, n. 28, 2022b. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aad/6483> Acesso em: 13 ago. 2024.

WODAK, R. Shameless normalization as a result of media control: the case of Austria. **Discourse & Society**, v. 33, n. 6, p. 788-804, 2022a. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/09579265221095419> Acesso em: 12 ago. 2024.

WODAK, R. The discourse-historical approach. In: WODAK, R.; MEYER, M. (org.). **Methods of critical discourse analysis in social research**. Londres: Sage Publications, 2001. p. 63-94.

AS AUTORAS

Alcilene Pimenta

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGLing/UFC). Professora efetiva na Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC/CE). E-mail: alcilene.pimenta@prof.ce.gov.br

Izabel Magalhães

Obteve seu Doutorado na Universidade de Lancaster, Reino Unido, instituição em que também realizou estudos de Pós-doutorado (1993/1994). Publicou *Language, literacy, and health: discourse in Brazil's national health system* (com K.L. da Silva, J. Argenta e R. Pereira – Lanham, MD, US: Lexington, 2022); e *Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa* (com A.R. Martins e V. de M. Resende – Brasília: Editora UnB, 2017). E-mail: izabelunb@gmail.com

Multiliteracies and semiotics

Entrevista concedida a Marisa Mendonça Carneiro

Entrevistado: Len Unsworth

Professor Len Unsworth is the Research Director of Educational Semiotics in English and Literacy Pedagogy in the Institute for Learning Sciences and Teacher Education (ILSTE) at the Australian Catholic University (ACU) in Sydney. Len has been involved in educational research for over 30 years, including nine recent Australian Research Council funded projects. His key research interests include: literacy and learning in school curriculum areas; literature for children and adolescents; literacy development in the English curriculum K-12; and the pedagogic role of explicit knowledge about language and the meaning-making resources of images and image-language interaction in both paper and digital media texts, including animation and film. Prior to commencing at ACU in 2014, Len was Professor in Education at Griffith University, following earlier roles as Head of the School of Education at the University of New England and Head of the School of Development and Learning in the Faculty of Education at the University of Sydney.



Recebido em: 6 de setembro de 2024
Aceito em: 21 de dezembro de 2024
DOI: 10.26512/les.v25i2.56048

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Marisa Mendonça Carneiro

marisaufmg@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1217-2160>

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG),
Belo Horizonte, MG, Brasil

ENTREVISTA

Your research throughout the years has taken Science education and infographics as one of your main research interests. What is/was the motivation behind it?

I first became interested in science infographics decades ago when I was examining information books on science for primary school age children and noticed that many of these books contained images presenting inaccurate information and/or images that were irrelevant, peripheral or condescendingly comedic (Unsworth, 1993). I felt this amounted to some parts of the publishing industry not treating young learners with respect and that some scholarly reporting of the situation was necessary. This led me to pursue disciplinary literacy development in school science and examining the ways in which images and language worked together in the multimodal discourse of science (Unsworth, 1997) because, at that time it seemed that there was limited pedagogic attention to the multimodal nature of science texts in developing young students reading to learn. Then with the advent of electronic texts such as CD ROMs, it became apparent to me that the ways in which language and dynamic images interacted to communicate scientific knowledge was something teachers needed to understand in order to develop students' capacity to learn from these new media (Unsworth, 1999, 2004). I have maintained this research trajectory on the digital multimodal discourse of school science and continue to coordinate research into areas such as animations in science education (Unsworth, 2020). Working with international colleagues prompted interest in cross cultural comparisons of science infographics (Y. Ge et al., 2017; Ge et al., 2014; Y.-P. Ge et al., 2017; Ge et al., 2018a; Ge et al., 2018b). As I continued to work in this area I became aware that, although some work on multimodal literacy in science was occurring in the primary and junior secondary school, there was a paucity of research in this area in the senior high school biology, chemistry and physics subjects so this became a more recent focus of my work (Martin & Unsworth, 2024; Ngo et al., 2022; Unsworth & Herrington, 2023; Unsworth et al., 2022).

In 2001 you published a book titled “Teaching multiliteracies across the curriculum: changing contexts of text and image in classroom practice”, in which you approached multiliteracy pedagogy in several areas, including early school years and English teaching. What, if any, has changed in the way you approach multiliteracy in areas such as English teaching?

Most of my work on multimodality and English teaching has been in contexts where English is the official language of education in school systems. After 2001 I began to look more at multimodal digital literacy and its interaction with traditional paper media literacy in English teaching. This included children's literature and film as well as new forms of e-literature for children (Barton & Unsworth, 2014; Unsworth, 2006a, 2008, 2013; Unsworth et al., 2005). Digital multimodal composition also became and continues as an important dimension of my ongoing research. This included research into the classroom use of new animation software for children (Chandler et al., 2010; Chandler et al., 2012; Mills & Unsworth, 2018; O'Brien et al., 2010; Rutherford et al., 2011; Unsworth & Mills, 2020). More recently I have worked on children's coding of animated movies using Scratch (Unsworth,

2024). I've also been concerned about the lack of any significant attention to multimodal literacy in large-scale, high-stakes standardized tests of literacy (Unsworth, 2014; Unsworth & Chan, 2008, 2009; Unsworth et al., 2019; Unsworth et al., 2004). Since 2001 I have done a little work in the area of teaching multimodal literacy in English as an additional language (Ngo et al., 2012; Unsworth, 2006b; Unsworth & Bush, 2010; Unsworth & Mills, 2020)

How do you think other school subjects, such as Geography and History for instance, may benefit from your approach on educational semiotics, such as the analysis of infographics you proposed on your latest book “Reading Images for Knowledge Building - Analyzing Infographics in School Science”, co-authored by J.R. Martin?

The disciplinary discourses of school subjects are quite distinctive, especially in the senior high school years (Martin, 2020; Martin & Matruglio, 2020; Shanahan & Shanahan, 2017; Unsworth et al., 2022), however knowledge of the linguistic and multimodal resources that are drawn on in distinctive ways in different subjects can inform subject specific literacies. This applies to the role of infographics in different subject areas. In *Reading Images for Knowledge Building* (Martin & Unsworth, 2024) for example, we discuss the visual representation of activity, composition (part/whole relations) and classification. Understanding the complexity of different visual representations of classification and to some extent composition is very important in history texts. We also discuss iconization in images in science where the conceptual meaning of entities represented in images is backgrounded and the significance of the entity in symbolizing the values of certain social groups is foregrounded. This is clearly significant in history in images such as the man standing in front of the convoy of tanks in Tiananmen Square in 1989, whose symbolic meaning has become foregrounded over its conceptual or literal meaning. Our discussion of the visual representation of activity is illustrated with infographics about climate change and the greenhouse effect (Chapter 9), which indicates the relevance of this underlying semiotic knowledge to geography. The section on aesthetics in images (pp. 174-75) includes images of wind patterns at different latitudes around the earth and our discussion of the use of cartoons is highly relevant to their use in history teaching. So many of the foundational approaches to infographic analyses in *Reading Images for Knowledge Building* can be related to subject areas other than science. Having said that, different subjects also have their distinctive infographic forms such as time visualizations in history (Coffin & Derewianka, 2009; Derewianka & Coffin, 2008).

In 2006 you proposed a framework that provided us with a theoretical description of the interaction between language and image in ideational meaning-making by analyzing school science materials. What should we take into consideration if we want to conduct an intermodal analysis of news that are published online?

The semiotic framework underpinning my work has been built on the systemic functional linguistic and social semiotic theories promulgated by scholars such as Michael Halliday, Jim Martin, Gunther

Kress and Theo van Leeuwen (as I indicate further below). A colleague at the University of New South Wales, Dr Helen Caple, whose work is also built on these theories has specialized in the analysis of contemporary news stories. Helen's publications provide excellent detailed frameworks for the analysis of news stories (Bednarek & Caple, 2012; Caple, 2008a, 2008b, 2010; Caple, 2013). There are a number of other systemic functional semiotic analyses of news stories that may be useful (Abbas & White, 2021; Economou, 2008, 2012; Macken-Horarik, 2003; Tavassoli et al., 2019; White, 2014). Further work on online news following the same theoretical perspective has been done by John Knox, a colleague at Macquarie University (Caple & Knox, 2012, 2015, 2017; Knox, 2007; Knox, 2009a, 2009b, 2010).

How do you see the increasing possibilities that the online medium affords in terms of the several multimodal combinations and the way people understand them (and could learn from), especially image/text interaction in Instagram?

I have not been involved with social media research per se, but the online environment certainly affords extended forms of multimodal integration of sound, music and haptics so that communication, interpretation and learning are responsive to innovative forms of multimodal meaning making. One example of bodily engagement in meaning-making along with the experience of language, moving image, sound and music is digital literature for children, where, for example, manipulating the actual i-pad (or other tablet device) is how the 'reader' experiences the story by being a participant and taking action in the storyworld (Zhao & Unsworth, 2017). Recent developments in augmented reality and virtual reality have created other ways in which readers/viewers can enter into the actual story space in online narrative fiction (Mills et al., 2023 see Chapter 10) [This book is open access and can be downloaded free of charge from https://www.taylorfrancis.com/books/oa-mono/10.4324/9781003137368/literacy-digital-futures-kathy-mills-len-unsworth-laura-scholes?_gl=1*rloxje*_gcl_au*MTA0OTI3Mjg4NS4xNzI0OTI0ODE4*_ga*MTI5NjM4MTc4LjE3MjQ5MjQ4MTk.*_ga_0HYE8YG0M6*MTcyOTcyNDk1Ny40LjAuMTcyOTcyNDk1Ny42MC4wLjA.].

The recent advances on online tools for the creation of multimodal texts enables the creation of texts that integrate moving images, sound and music. I have just completed a large project in which teachers of students in Years 6 and 7 of their schooling incorporated coding of animated narratives as part of the English curriculum (Unsworth, 2024). In this project the students used the online block coding platform Scratch (<https://scratch.mit.edu/>) to create animated stories in which they were able to import music and create sound effects as well as record the dialogue using their own voices for the characters.

These are just some of the ways in which the digital literacies of the 21st century are developing multimodally, and while words remain integral to our communication, they are no longer sufficient and the literacies of today and the future are now inherently multimodal.

Emojis, stickers, gifs and images may be used to express meanings, and oftentimes are used alone in online interactions. How, in your point of view, should school teachers approach their teaching/learning? How should a teacher proceed in order to explore the meanings that come from such features of online discourse?

As a teacher and researcher of literacies and learning, since I was introduced to the systemic functional linguistic and social semiotic theories of Michael Halliday (Halliday, 1978; Halliday et al., 1988; Halliday & Hasan, 1985; Halliday & Matthiessen, 2004), Jim Martin (Martin, 1992) and the work of those who followed this trajectory into multimodality (Kress, 1997, 2003, 2010; Kress & van Leeuwen, 2021; van Leeuwen, 2005; Van Leeuwen, 2022), I have found that this work provides the most appropriate robust semiotic perspective on which to ground the development of pedagogies of multimodal literacy. I have not personally undertaken research into the meaning-making options of emojis and gifs etc, but I highly recommend that teachers draw on the systemic functional semiotic research of Associate Professor Michelle Zappavigna in this area (Zappavigna & Logi, 2024a, 2024b).

Memes have become ubiquitous in online social networks. Do you believe science-related memes may be used for teaching and/or learning purposes?

I don't believe it is possible to provide a yes/no answer here. It depends on the nature of the memes. Some may provide readers with opportunities to interrogate the meanings communicated by the meme and through such an inquiry build their own scientific understanding. For example I saw a meme that was visual comparison of the Fahrenheit, Celcius and Kelvin temperature scales in which each showed the values of 0 and 100. For Fahrenheit the annotation for 0 was 'really cold outside' and for 100 'really hot outside'; for Celcius the annotation for 0 was 'pretty cold outside' and for 100 'dead'; for Kelvin the annotation for 0 was 'dead' and for 100 was 'dead'. On the other hand, I saw a meme that said that something like 'Chemists: I research atoms, molecules and their interactions' and 'Physicists: I research matter and its properties and interactions and how the universe works'; and then the third quote was 'Geologists: I like that boulder. That is a nice boulder'. Memes of that kind are simply detrimental. So, I think the judicious discussion of some memes may be useful if they provoke scientific questioning, and especially if they are visually astutely amusing.

REFERENCES

- ABBAS, Z.; WHITE, P. R. Attitudinal positioning and journalistic commentary in politically fraught circumstances: Editorializing about the killing of Osama bin Laden. *Journal of Research in Applied Linguistics*, v. 12, n. 2, p. 89-102, 2021.
- BARTON, G.; UNSWORTH, L. Music, multiliteracies and multimodality: Exploring the book and movie versions of Shaun Tan's *The Lost Thing*. *Australian Journal of Language and Literacy*, v. 37, n. 1, p. 3-20, 2014.

BEDNAREK, M.; CAPLE, H. 'Value added': Language, image and news values. *Discourse, context & media*, v. 1, n. 2, p. 103-113, 2012.

CAPLE, H. Intermodal Relations in Image Nuclear News Stories. In: UNSWORTH, L. (ed.). *Multimodal Semiotics: Functional Analyses in Contexts of Education*. Continuum, 2008a. p. 123-138.

CAPLE, H. Reconciling the co-articulation of meaning between words and pictures: exploring instantiation and commitment in image-nuclear news stories. In: MAHBOOB, A.; KNIGHT, N. (ed.). *Questioning Linguistics*. Cambridge Scholars Press, 2008b. p. 77-94.

CAPLE, H. Doubling-up: allusion and bonding in multi-semiotic news stories. In BEDNAREK, M.; MARTIN, J. R. (ed.). *New discourse on language: Functional perspectives on multimodality, identity, and affiliation*. Continuum, 2010. p. 111-133.

CAPLE, H. *Photojournalism: A social semiotic approach*. Springer, 2013.

CAPLE, H.; KNOX, J. S. Online news galleries, photojournalism and the photo essay. *Visual Communication*, v. 11, n. 2, p. 207-236, 2012.

CAPLE, H.; KNOX, J. S. A framework for the multimodal analysis of online news galleries: What makes a "good" picture gallery? *Social Semiotics*, v. 25, n. 3, p. 292-321, 2015.

CAPLE, H.; KNOX, J. S. Genre (less) and purpose (less): Online news galleries. *Discourse, context & media*, v. 20, p. 204-217, 2017.

CHANDLER, P.; O'BRIEN, A.; UNSWORTH, L. Towards a 3D digital multimodal curriculum for the upper primary school. *Australian Educational Computing*, v. 25, n. 1, p. 34-40, 2010.

CHANDLER, P.; UNSWORTH, L.; O'BRIEN, A. Evaluation of students' digital animated multimodal narratives and the identification of high-performing classrooms. *Journal of Literacy and Technology*, v. 13, n. 3, p. 80-128, 2012.

COFFIN, C.; DEREWIANKA, B. Multimodal layout in school history books: The texturing of historical interpretation. In: *Text type and texture*. University of Toronto Press, 2009. p. 191-215.

DEREWIANKA, B.; COFFIN, C. Time visuals in history textbooks: Some pedagogic issues. In: UNSWORTH, L. (ed.). *Multimodal Semiotics: Functional Analysis in Contexts of Education*. Continuum, 2008. p. 187-200.

ECONOMOU, D. Pulling Readers In: WHITE, P. R. R.; THOMSON, E. A. (ed.). *Communicating Conflict: Multilingual Case Studies of the News Media*. London, 2008. p. 253-280.

ECONOMOU, D. Standing out on Critical Issues: Evaluation in Large Verbal-visual Displays in Australian Broadsheets. In: BOWCHER, W. (ed.). *Multimodal Texts from Around the World: Cultural and Linguistic Insights*. Palgrave Macmillan, 2012. p. 246 - 272.

GE, Y.; UNSWORTH, L.; WANG, K. The effects of explicit visual cues in reading biological diagrams. *International Journal of Science Education*, v. 39, n. 5, p. 605-626, 2017.

GE, Y.-P.; CHUNG, C.-H.; WANG, K.-H.; CHANG, H.-P.; UNSWORTH, L. Comparing the images in Taiwanese and Australian science textbooks by grammar of visual design: An Example of biological classification. *Chinese Journal of Science Education*, v. 22, n. 2, p. 109-134, 2014.

GE, Y.-P.; UNSWORTH, L.; WANG, K.-H. The effects of explicit visual cues in reading biological diagrams. *International Journal of Science Education*, v. 39, n. 5, 605-626, 2017.

GE, Y.-P.; UNSWORTH, L.; WANG, K.-H.; CHANG, H.-P. Image design for enhancing science learning: helping students build taxonomic meanings with salient tree structure images. In: TANG, K.-S.; DANIELSSON, K. (ed.), *Global developments in literacy research for science education*. Springer, 2018a. p. 237-258.

GE, Y.-P.; UNSWORTH, L.; WANG, K.-H.; CHANG, H.-P. What Images Reveal: a Comparative Study of Science Images between Australian and Taiwanese Junior High School Textbooks

[journal article]. *Research in Science Education*, v. 48, n. 6, p. 1409-1431, 2018b. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11165-016-9608-9>

HALLIDAY, M. A. K. *Language as a social semiotic: The social interpretation of language and meaning*. Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, M. A. K.; FAWCETT, R. P.; YOUNG, D. J. *New Developments in Systemic Linguistics: Theory and application*. Pinter, 1988.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. *Language, context and text: Aspects of language in a social-semiotic perspective*. Deakin University Press, 1985.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. *An introduction to functional grammar*. 4th ed. Arnold, 2004.

KNOX, J. Visual-verbal communication on online newspaper home pages. *Visual Communication*, v. 6, n. 1, p. 19-53, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1177/1470357207071464>

KNOX, J. S. Punctuating the home page: image as language in an online newspaper. *Discourse & communication*, v. 3, n. 2, p. 145-172, 2009a.

KNOX, J. S. Visual minimalism in hard news: Thumbnail faces on the smh online home page. *Social Semiotics*, v. 19, n. 2, p. 165-189, 2009b.

KNOX, J. S. Online newspapers: evolving genres and evolving theory. In *Applied linguistics methods: a reader: systemic functional linguistics, critical discourse analysis and ethnography* (pp. 33-51). Routledge, Taylor and Francis Group, 2010.

KRESS, G. Visual and verbal modes of representation in electronically mediated communication: the potentials of new forms of text. In I. Snyder (Ed.), *Page to screen: Taking literacy into the electronic era*. Allen and Unwin, 1997. p. 53-79.

KRESS, G. *Literacy in the New Media Age*. Routledge, 2003.

KRESS, G. *Multimodality: A social semiotic approach to contemporary communication*. Routledge, 2010. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203970034>

KRESS, G.; VAN LEEUWEN, T. *Reading Images: The grammar of visual design*. 3rd ed. Routledge, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781003099857>

MACKEN-HORARIK, M. Working the Borders in Racist Discourse: The Challenge of the 'Children Overboard Affair' in News Media Texts. *Social Semiotics*, v. 13, n. 3, p. 283-303, 2003.

MARTIN, J. R. *English text: System and structure*. Benjamins, 1992.

MARTIN, J. R. Revisiting field: Specialized knowledge in secondary school science and humanities discourse. In: MARTIN, J. R.; MATON, K.; DORAN, Y. J. (ed.). *Accessing Academic Discourse: Systemic Functional Linguistics and Legitimation Code Theory*. Routledge, 2020. p. 114-148.

MARTIN, J. R.; MATRUGLIO, E. Revisiting mode: Context in/dependency in Ancient History classroom discourse. In: MARTIN, J. R.; MATON, K.; DORAN, Y. J. (ed.). *Accessing Academic Discourse: Systemic Functional Linguistics and Legitimation Code Theory*. Routledge, 2020. p. 89-113.

MARTIN, J. R.; UNSWORTH, L. *Reading Images for Knowledge Building: Analyzing Infographics in School Science*. Routledge, 2024. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781003164586>

MILLS, K.; UNSWORTH, L. iPad Animations: Powerful Multimodal Practices for Adolescent Literacy and Emotional Language. *Journal of Adolescent & Adult Literacy*, v. 61, n. 6, p. 609-620, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1002/jaal.717>

MILLS, K.; UNSWORTH, L.; SCHOLLES, L. *Literacy for Digital Futures: Mind, Body, Text*. Routledge, 2023. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781003137368>

- NGO, T.; UNSWORTH, L.; FEEZ, S. Enhancing expressions of attitudes: Achieving equity for international students in everyday communication. *TESOL in Context: TESOL as a Global Trade: Ethics, Equity and Ecology, Special Edition*, 2012.
- NGO, T.; UNSWORTH, L.; HERRINGTON, M. Teacher Orchestration of Language and Gesture in Explaining Science Concepts in Images. *Research in Science Education*, n. 52, p. 1013–1030, 2022. DOI: <https://doi.org/https://doi.org/10.1007/s11165-021-10011-z>
- O'BRIEN, A.; CHANDLER, P.; UNSWORTH, L. 3D multimodal authoring in the middle years: a research project. *Synergy*, v. 8, n. 1, p. 1-5, 2010. DOI: <http://www.slav.vic.edu.au/synergy/volume-8-number-2-2010/research/79-3d-multi...>
- RUTHERFORD, L.; BITTMAN, M.; BROWN, J.; UNSWORTH, L. Digital Natives: New and old media and children's outcomes. *AUstralian Journal of Education*, v. 55, n. 2, p. 73-87, 2011.
- SHANAHAN, C.; SHANAHAN, T. Disciplinary literacy. In *Handbook of research on teaching the English language arts*. Routledge, 2017. p. 281-308.
- TAVASSOLI, F.; JALILIFAR, A.; WHITE, P. R. British newspapers' stance towards the Syrian refugee crisis: An appraisal model study. *Discourse & Society*, v. 30, n. 1, p. 64-84, 2019.
- UNSWORTH, L. Choosing and using information books in junior primary science. In: UNSWORTH, L. (ed.). *Literacy learning and teaching: Language as social practice in the primary school*. Macmillan, 1993.
- UNSWORTH, L. Scaffolding reading of science explanations: Accessing the grammatical and visual forms of specialised knowledge. *Reading*, v. 31, n. 3, p. 30-42, 1997.
- UNSWORTH, L. Explaining school science in book and CD ROM formats: Using semiotic analyses to compare the textual construction of knowledge. *International Journal of Instructional Media*, v. 26, n. 2, p. 159-179, 1999.
- UNSWORTH, L. Comparing school science explanations in books and computer-based formats: The role of images, image/text relations and hyperlinks. *International Journal of Instructional Media*, v. 31, n. 3, p. 283-301, 2004.
- UNSWORTH, L. *e-literature for children: enhancing digital literacy learning*. Routledge/Falmer, 2006a.
- UNSWORTH, L. *Multiliteracies and a metalanguage of image/text relations: Implications for teaching English as a first or additional language in the 21st century. Tales out of school: Identity and English language teaching. Special edition of TESOL in Context., Series S*, n. 1, p. 147-162, 2006b.
- UNSWORTH, L. Multiliteracies, e-Literature and English Teaching. *Language and Education*, v. 22, n. 1, p. 62-75, 2008.
- UNSWORTH, L. Re--configuring image--language relations and interpretive possibilities in picture books as animated movies: A site for developing multimodal literacy pedagogy. *Ilha do Desterro: A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies (Special Issue on Multimodality)*, v. 64, p. 15-47, 2013.
- UNSWORTH, L. Multimodal Reading Comprehension: Curriculum Expectations and Large-scale Literacy Testing Practices. *Pedagogies: An International Journal*, v. 9, p. 26-44, 2014.
- UNSWORTH, L. (ed.). *Learning from Animations in Science Education: Innovating in Semiotic and Educational Research*. Springer, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1007/978-3-030-56047-8>.
- UNSWORTH, L. (ed.). *Coding Animated Narratives: Classroom Practices for Developing Digital Multimodal Authoring*. Primary English Teaching Association Australia, 2024.
- UNSWORTH, L.; BUSH, R. Introducing multimodal literacy to young children learning English as a Second Language. In: COLE, D.; PULLEN, D. (ed.). *Multiliteracies in Motion: Current Theory and Practice*. Routledge, 2010. p. 59-83.

- UNSWORTH, L.; CHAN, E. Assessing integrative reading of images and text in group reading comprehension tests. *Curriculum Perspectives*, v. 28, n. 3, p. 71-76, 2008.
- UNSWORTH, L.; CHAN, E. Bridging multimodal literacies and national assessment programs in literacy. *Australian Journal of Language and Literacy*, v. 32, n. 3, p. 245-257, 2009.
- UNSWORTH, L.; COPE, J.; NICHOLLS, L. Multimodal literacy and large-scale literacy tests: Curriculum relevance and responsibility. *Australian Journal of Language and Literacy*, v. 42, n. 2, p. 128-139, 2019.
- UNSWORTH, L.; HERRINGTON, M. Visualization Type and Frequency in Final Year High School Science Examinations. *Research in Science Education*, v. 53, n. 4, p. 707-725, 2023.
<https://doi.org/10.1007/s11165-022-10094-2>
- UNSWORTH, L.; MILLS, K. A. English language teaching of attitude and emotion in digital multimodal composition. *Journal of Second Language Writing*, v. 47, 100712, 2020.
<https://doi.org/https://doi.org/10.1016/j.jslw.2020.100712>
- UNSWORTH, L.; THOMAS, A.; BUSH, R. The role of images and image-text relations in group 'Basic Skills Tests' of literacy for children in the primary school years. *Australian Journal of Language and Literacy*, v. 27, n. 1, p. 46-65, 2004.
- UNSWORTH, L.; THOMAS, A.; SIMPSON, A.; ASHA, J. *Children's literature and computer based teaching*. McGraw-Hill/Open University Press, 2005.
- UNSWORTH, L.; TYTLER, R.; FENWICK, L.; HUMPHREY, S.; CHANDLER, P.; HERRINGTON, M.; PHAM, L. *Multimodal Literacy in School Science: Transdisciplinary Perspectives on Theory, Research and Pedagogy*. Routledge, 2022. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781003150718>
- VAN LEEUWEN, T. *Introducing Social Semiotics*. Routledge, 2005.
- VAN LEEUWEN, T. *Multimodality and Identity*. Routledge, 2022.
- WHITE, P. R. R. The attitudinal work of news journalism images – a search for visual and verbal analogues. *Quaderni del CeSLiC Occasional Papers del CeSLiC*, p. 6-42. 2014. Disponível em: <http://amsacta.unibo.it/4110/>
- ZAPPAVIGNA, M.; LOGI, L. *Emoji and Social Media Paralanguage*. Cambridge University Press, 2024a.
- ZAPPAVIGNA, M.; LOGI, L. How emoji make meaning and enact ambient affiliation: a social semiotic account of emoji-text relations in TikTok comments. *Social Semiotics*, p. 1-21, 2024b.
- ZHAO, S.; UNSWORTH, L. Touch design and Narrative Interpretation: a social semiotic approach to Picture book Apps. In: KUCIRKOVA, N.; FALLOON, G. (ed.). *Apps, Technology and Younger Learners: International evidence for teaching*. Routledge, 2017. p. 89-102.

A AUTORA

Marisa Mendonça Carneiro

Marisa Mendonça Carneiro is an English language professor at the School of Language and Linguistics at the Federal University of Minas Gerais since 2017. She holds a PhD in Linguistics and her research interest include teaching and learning English as an additional language and Internet linguistics and multimodality.

Como citar:

UNSWORTH, Len. Multiliteracies and semiotics. [Entrevista cedida a] Marisa Mendonça Carneiro. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 208-217, jul./dez. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



GRIFFITHS, James. *Speak Not: Empire, Identity and the Politics of Language*. London: Zed Books, 2021. 251 pp. ISBN 978-1-78699-966-5

Reviewed by Antony Hoyte-West

Speak Not: Empire, Identity and the Politics of Language is by James Griffiths, an international journalist raised in Wales and currently based in Hong Kong. Taking a historical and sociopolitical approach to the issue, the volume zones in on the complex interplay between linguistic vulnerability, ethnocultural identity, and the aftermath of colonialism via the presentation of a series of case studies. In addition to an Introduction and an Epilogue, the book comprises three sections separated by two extended interludes. Though at the first glance the choice of minority languages for the book's main sections (Welsh, Hawaiian, and Cantonese) may seem unusual, Griffiths' analysis draws attention to interesting parallels between the three selected cases. These are significantly enriched not only by the wealth of historical details provided, but also by the author's illuminating discussions with speakers and activists of the languages concerned.



Recebido em: 6 de abril de 2024
Aceito em: 21 de setembro de 2024
DOI: 10.26512/les.v25i2.53412

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Antony Hoyte-West

antony.hoyte.west@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-4410-6520>

Independent scholar, United Kingdom

RESENHA

Each of the main sections of the book opens with a map of the appropriate geographical area, as well as some basic information about the relevant language family, writing system, and a few sample phrases. The first section is dedicated to Welsh, and Griffiths starts his historical survey by noting the findings of school inspectors working in rural 1840s Wales, who erroneously scapegoated the Welsh language as the reason for Wales's poor socioeconomic conditions. Griffiths writes of widespread official desires to shift the population towards English, which hastened with the rise of mandatory school education in the last third of the nineteenth century; as the use of Welsh in the classroom became stigmatised, the language began to decline. The text then jumps forward to the global uncertainty of the 1930s, focusing on a time of growing Welsh national consciousness, as demonstrated by the destruction of a planned military base on the Llŷn Peninsula. This rise in political activism is then charted through the context of the postwar economic slump and de-industrialisation which affected Wales's coal industry, as well as the unsuccessful 1979 vote on devolution and the 1997 referendum which created the autonomous Welsh Assembly. Finally, by critically examining the legal and educational framework for Welsh in modern-day Wales, the author outlines the current status and role of the language in society, observing that Wales is often seen as a good template for how other minority languages can be revitalised.

The book's second section moves to the Pacific Ocean, focusing on the Austronesian language of Hawaiian. It begins with the death of the monarch Kamehameha V in 1872, who passed away at a time when the Kingdom of Hawai'i was under significant threats from multiple colonial powers. Griffiths details the fortunes of the Hawaiian language in the latter years of the 19th century and links it to the major sociopolitical changes that took place, stating that at first the early Christian missionaries seemed to be a positive force for the language. Ultimately, foreign intervention was firstly to lead to the end of the monarchy, the creation of a republic, and subsequently to Hawai'i's loss of independence when it became an American territory in 1898. As the language of the new rulers, English was enshrined in law at the expense of the islands' native tongue, and the vitality of Hawaiian faltered. Griffiths then springs forward to the present-day to survey current initiatives relating to the resurgence of the language in recent years. Based on conversations with local Hawaiian language teachers and language activists, he notes that through provision in schools as well as relevant institutional and administrative measures, Hawaiian is once again moving towards becoming part of everyday life on the islands.

The final section of the book focuses on Cantonese, beginning dramatically with the 1841 seizure of Hong Kong by the British during the First Opium War. In these chapters, Griffiths presents the historical underpinnings to the complex debates between Cantonese and the currently-dominant Mandarin. In passing, he details literacy-related issues via nineteenth and twentieth century debates on the complexity of the logographic writing system used for Chinese, including mooted Latinate alphabets. He also notes the challenges that Cantonese posed to Mandarin, owing to its status as the language of southern China (Canton) with strong commercial links to western colonial powers.

Moving forward to the modern era, the visibility Cantonese enjoyed during the last few years of British rule is contrasted with the shift to Mandarin after 1997. Griffiths observes that Mandarin has gained ground over Cantonese in many domains, and these observations then segue into discussions of Mandarin language policy vis-à-vis the politics of minority languages elsewhere in China.

As mentioned above, the three main sections are complemented by two brief interludes. Examined through the prism of racial and identity politics, the first centres on the complexities of Afrikaans language policy in South Africa, tracing its history as a rural language descended from Dutch to the language of power during the apartheid era, before its change in status to become one of the Rainbow Nation's eleven official languages. The second is an interesting reflection which weaves the creation of Esperanto in the late nineteenth century with an analysis of the revitalisation of Hebrew and the decline of Yiddish as vehicular languages, noting the different attitudes and debates as well as the decision to recognise Hebrew as the language of the new state of Israel in 1948. These two interludes complement the geographical and thematic aspects of the main sections, whetting the reader's curiosity to discover more about the relevant discussions (to that end, detailed notes, a bibliography, and an index are appended to the volume). Finally, the book's epilogue synthesises Griffiths' thoughts on the political and historical aspects of minority languages and what could occur in the future.

Speak Not: Empire, Identity and the Politics of Language is an engaging narrative where specific historical events are contextualised and extrapolated to provide incisive analyses on current topics which are increasingly pertinent to the global agenda. As demonstrated by UNESCO's designation of the period between 2022 and 2032 as the International Decade of Indigenous Languages, the protection of linguistic diversity – and by extension, of the world's many minority languages – is becoming more and more relevant given the rise of technology and the ever-growing hegemony of major international languages such as English and Mandarin Chinese. An important strength of Griffiths' book is his ability to underline parallels between historical events and current debates, thus facilitating the understanding and analysis of many of the complex sociopolitical debates surrounding the featured case studies. Additionally, by incorporating the voices of speakers and activists, the everyday importance of the selected languages is underscored, thereby bringing together scholarly reflections with the reality of day-to-day life. In short, this is a thought-provoking volume which invites the reader to reflect deeply on the current status and future direction not only of Welsh, Hawaiian, and Cantonese, but also of other minority languages in the broader global environment.

REFERENCE

GRIFFITHS, James. *Speak Not: Empire, Identity and the Politics of Language*. London: Zed Books, 2021.

O AUTOR

Antony Hoyte-West

Interdisciplinary researcher focusing on linguistics, literature, and translation studies. A qualified translator and conference interpreter from several languages into his native English, he holds a doctorate in linguistics and postgraduate degrees in languages and social sciences from the universities of St Andrews, Oxford, Galway, and Silesia, as well as two diplomas in piano performance. He is the author of over 75 publications, a number of which are indexed in Scopus or Web of Science. E-mail: antony.hoyte.west@gmail.com

Como citar:

GRIFFITHS, James. Speak Not: Empire, Identity and the Politics of Language. London: Zed Books, 2021. Resenhado por Antony Hoyte-West. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 218-221, jul./dez. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



MAGALHÃES, Izabel; SILVA, Kênia L da. Language, Literacy, and Health: Discourse in Brazil's National Health System. NovaYork /Londres: Lexington Books, 2022. 416 p. ISBN: 9781793600899.

Resenhado por João Marcos Messias Miranda

Investigar e discutir as relações sociais no âmbito de um serviço público exige um trabalho etnográfico árduo e compromissado teórico e metodologicamente para a elaboração de quadros conceituais que permitam visualizar esse contexto. É nessa perspectiva que, na obra “Language, Literacy, and Health: discourse in Brazil's National Health System”, as autoras Izabel Magalhães, Kênia Lara da Silva, Julia Argenta e Rebeca Pereira investigam o contexto de atendimento do Sistema Único de Saúde-SUS. Assim, propõem a linguagem, o letramento e a saúde como práticas sociais do SUS, abordando, os textos e os discursos que circulam nesses ambientes como elementos semântico-semióticos. O foco dos projetos de pesquisa desenvolvidos nessa obra foi o programa Estratégia de Saúde da Família-ESF. Utilizando pesquisas realizadas em duas regiões brasileiras, Nordeste e Sudeste, as autoras discutem como a linguagem e o letramento, como práticas situadas, ajudam a compreender as relações, as ações e as identidades construídas nas interações entre profissionais do SUS e os seus usuários.



CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

João Marcos Messias Miranda
JoaoMarcosMessias@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7398-793X>
Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF,
Brasil

RESENHA

A obra foi desenvolvida por meio de uma análise transdisciplinar centrada na prática da saúde, no uso da linguagem e no contexto social. O livro está organizado em cinco partes, marcadas pela discussão teórica e a interligação com o tema do programa ESF, objeto de estudo do livro, e oportuniza uma visão crítica sobre o contexto do SUS e a interação entre seus participantes. As investigações comentadas na obra estão dispostas em 5 partes e em doze capítulos. A parte 1 discute metodologia e teoria utilizada. A parte 2 destaca os textos, os letramentos e os discursos articulados ao atendimento do SUS. A parte 3 toma como foco as representações relativas ao SUS, intermediadas pelas práticas sociais. A parte 4 direcionada a estudos de caso, aprofunda a análise sobre o vínculo terapêutico entre profissionais de saúde e pacientes. Finalizando a obra, a parte 5 problematiza a possibilidade de mudança social no SUS preconizada por meio de estratégias discursivas e do letramento como ferramentas de cooperação e colaboração.

Na parte 1, dividida em dois capítulos (capítulos 1 e 2), as autoras discutem a metodologia utilizada e os projetos desenvolvidos. No primeiro capítulo, é realizada uma breve exposição da metodologia adotada para a realização da pesquisa, a etnografia discursiva. Essa metodologia fundamenta-se na articulação entre os métodos da etnografia e da análise do discurso como prática social, focando nas práticas sociais contextualizadas. Segundo as autoras essa metodologia baseia-se na observação e a reflexão sobre os dados gerados. Tendo como instrumentos: entrevistas semiestruturadas, notas de campo, observação, coleta de artefatos e grupos focais. Segundo Magalhães, Martins e Resende (2017), essa abordagem possibilita um olhar descritivo e exploratório, abordando tanto aspectos linguísticos e multimodais, quanto socioculturais. A articulação dessa metodologia com a investigação dos contextos da saúde permitiu o estudo dos processos sociais locais e transculturais relativos à prática da saúde. A perspectiva metodológica é relevante para compreensão dos diferentes projetos desenvolvidos, ao demarcarem o vínculo dessas pesquisas na articulação entre saúde, linguagem e contexto social.

Ainda no capítulo 1, as autoras detalham os projetos de pesquisas desenvolvidos, realizados em duas regiões brasileiras: nordeste e sudeste. Os projetos incluem entrevistas com profissionais de saúde e pacientes no Ceará, análise das relações entre escola e comunidade em uma área vulnerável na Paraíba, estudo das percepções do SUS entre professores e estudantes de enfermagem em Minas Gerais, e análise da responsabilidade pelo cuidado com a saúde entre a classe trabalhadora em Belo Horizonte. Além de uma abordagem metodológica em comum, os projetos tomam como foco a linguagem e as práticas de letramento como elementos investigativos e possibilidades de mudanças no contexto do atendimento do SUS, capazes de promover interações efetivas e qualidade na assistência primária.

No capítulo 2, as autoras discutem à luz do referencial teórico a relação entre linguagem, letramento e prática de saúde, com foco na articulação entre a Teoria Social do Letramento-TSL, a Teoria Social do Discurso-TSD e a Teoria Semiótica Social-TSS. Essas abordagens se alinham com os teóricos Chouliaraki e Fairclough (1999) e Fairclough (2001, 2003, 2010), Heath e Street (2008),

Hamilton (2012), Kress (2010), van Leeuwen (2008) e Kress e van Leeuwen, (1996, 2001), tendo como aspecto comum nessas teorias a relação dialético-relacional entre os elementos sociais, como participantes, poder, ideologias, instituições. Segundo as autoras, esses recursos são importantes para entender as estratégias comunicativas entre os pacientes e profissionais da saúde, pois as posições assumidas pelos participantes revelam modos discursivos e semióticos diversificados, refletindo identidades e relações hierárquicas, que podem ser construídos por meio da fala, da escrita e de imagens. A prática da saúde é, assim, vista como uma prática social, em eventos sociais que influenciam a linguagem e os comportamentos dos participantes. Nessa direção, a Análise de Discurso Crítica-ADC entende o discurso, e o letramento, como elementos da prática social, que são moldados e contribuem para moldar as práticas sociais (Imaculada; Silva, 2022). Logo, essas correntes teóricas contribuíram, significativamente, para o objetivo principal da pesquisa: compreender as práticas discursivas e de letramento no âmbito do SUS, nos diferentes modos que os participantes enxergam e sentem essa realidade e o mundo.

Os capítulos da Parte 2 discutem o uso de textos na área da saúde, destacando a importância do letramento para profissionais de saúde e pacientes. O livro explora como a falta de escolarização formal afeta a interação dos pacientes com a informação de saúde, ressaltando a necessidade de estratégias multimodais para melhorar a compreensão. Dessa forma, sinalizando para processos de representação que são influenciados pelos gêneros discursivos associados ao SUS, que podem trazer relações de poder entre os profissionais de saúde e os pacientes. Essas problematizações são evidenciadas por meio da ADC de Fairclough (2003) e das teorias de Bakhtin (1997).

No capítulo 3, o livro sugere como os estudos do discurso e do letramento contribuem para a compreensão da saúde, articulando essas teorias à análise dos documentos e textos que circulam no SUS. São examinados documentos institucionais, cartilhas sobre saúde para crianças, cartões de controle de hipertensão/diabetes e cartazes como gêneros discursivos que operacionalizam as práticas de saúde. De acordo com as autoras, o discurso e o letramento associados ao Plano de Educação Permanente em Saúde e às políticas públicas de saúde, devido ao seu direcionamento burocrático, acabam privilegiando uma dicotomia que se baseia no letramento escolar, entre os pacientes que tiveram acesso a escolarização e o que não tiveram. Tal situação resulta em uma valorização do discurso biomédico, baseada na intertextualidade, com foco em doenças e prevenções. Além disso, a recontextualização das políticas do SUS nas falas dos profissionais de saúde influencia a construção de identidades diversificadas entre pacientes e profissionais da saúde, refletindo aspectos socioculturais da interação médico-paciente. As autoras destacam que “[...] we can consider a mosaic social imaginary as different groups of the population struggle for legitimacy; but this does not mean that they struggle on an equal basis” (p.98). As autoras também enfatizam as relações de poder, como a relação entre você, demarcando uma posição fraca

(paciente), e nós (médicos e profissionais da saúde), relativo à posição de poder e prestígio, observados nos textos de cartazes de promoção de saúde.

O capítulo 4 contribui para essa discussão ao analisar as práticas e os eventos de letramento no SUS, destacando textos como receitas, solicitações de exames e encaminhamentos, que dificultam a participação dos pacientes devido à falta de letramento escolar. No capítulo 5, a análise dos usos de textos e narrativas curtas indica como os discursos do SUS muitas vezes colocam os participantes em posições verticalizadas devido à ausência de práticas de letramento escolar. Nesse contexto, observa-se um hibridismo de textos escritos, orais e imagens como elementos semióticos que facilitam a interação entre participantes, embora a falta de práticas sensíveis às realidades sociais dos participantes torne esse processo mais difícil. A análise sugere que essas estratégias contribuem para uma heterogeneidade de discursos e identidades em diferentes tempos e espaços. Assim, é necessário desenvolver estratégias discursivas e de letramento adaptadas à realidade da interação entre participantes e profissionais do SUS.

A Parte 3, composta dos capítulos 6, 7 e 8, analisa a assistência médica sob a perspectiva dos discursos e representações sociais. À luz da Análise de Discurso Crítica (Fairclough, 2003, 2010), as autoras examinam as interações entre profissionais de saúde e pacientes, bem como as representações da assistência de saúde no SUS. Para tanto, discutem os discursos de representação por meio da análise da modalidade e avaliação, nos comentários dos pacientes e profissionais de saúde sobre o SUS. Assim, nos capítulos 6 e 7, por meio do método do grupo focal são analisadas as representações que são mantidas e compartilhadas sobre o SUS, nas falas dos pacientes e profissionais da saúde. Essas percepções apresentam pontos de vista divergentes e convergentes sobre a assistência à saúde, autocuidado, trabalho dos agentes desse contexto e a comunicação médico-paciente. A heterogeneidade das representações relaciona-se com os aspectos socioeconômico, as posições de classe que são assumidas pelos participantes, tanto pacientes como profissionais do SUS, a relação de poder, constituindo mosaicos diversificados de representação sustentados nas práticas sociais. Há, no entanto, uma preocupação dos profissionais e pacientes com a precariedade da infraestrutura do SUS.

No capítulo 8, empreendendo a análise do discurso do SUS, é sinalizada pelas autoras a interdiscursividade os discursos biomédico e da higiene, presentes nas práticas de letramento desse contexto e nas falas dos pacientes e médicos, que posicionam os participantes como defensores da hegemonia do pensamento clínico biológico e do discurso biomédico. Em relação ao conceito de discurso como um dos momentos da prática social, que incorpora outros elementos e é por ela incorporado (Magalhães; Martins; Resende, 2017), as práticas articuladas ao discurso biomédico tendem a influenciar ações de saúde individuais e prescritivas de controle do corpo. Para enfatizar uma perspectiva colaborativa e humanista de interação entre os pacientes e profissionais da saúde, as autoras preconizam a abordagem transdisciplinar da ADC para favorecer um vínculo terapêutico

profícuo na desnaturalização de estigmas e preconceitos, sinalizando o foco do trabalho na articulação entre linguagem, letramento e saúde.

Na Parte 4, composta pelos capítulos 9 e 10, as autoras aprofundam a análise dos discursos sobre a avaliação de pacientes e profissionais de saúde, e o letramento em saúde, incluindo a percepção do vínculo terapêutico. No capítulo 9, as falas dos profissionais de saúde destacam a ênfase na infraestrutura do SUS e nas interações entre saúde, contexto social e política local versus nacional. A análise indica como as diferenças sociais, econômicas e educacionais da região influenciam as experiências no SUS. Assim, a utilização de voz passiva nas relações médico-paciente sugere uma demanda de engajamento dos profissionais, refletida nos verbos “ver” e “confiar”. Nessa relação, as práticas de letramentos especializados e gráficos são vistas como importantes para o desenvolvimento do vínculo terapêutico. No capítulo 10, foca nas falas dos pacientes sobre a prática de saúde, incluindo o impacto do discurso religioso nas percepções de assistência. Os pacientes preferem práticas de letramento oral às escritas, citando as dificuldades de legibilidade das receitas médicas. O vínculo terapêutico é associado às visitas domiciliares realizadas pela ESF. Logo, a análise realizada pelas autoras enfatiza a ligação do contexto da saúde ao social, bem como os vínculos políticos locais em relação à política nacional do SUS. Assim, o direcionamento dos discursos e letramentos sinalizados pelos pacientes e profissionais da saúde entrelaça-se com as diferenças sociais, econômicas e principalmente educacionais da região, articuladas com as experiências do atendimento vivenciadas no SUS.

Na parte 5, composta pelos capítulos 11 e 12, as autoras discutem a mudança social no SUS preconizada por meio de estratégias discursivas e por meio do letramento como ferramenta de cooperação e colaboração entre os profissionais da saúde. No capítulo 11, as autoras analisam a representação do SUS por meio das falas dos ex-alunos do curso técnico de enfermagem e dos professores. Enquanto os alunos ressaltam os discursos de representação relacionados aos processos de trabalho da enfermagem, por meio das categorias de análise modalidade, avaliação e ideologia, não relacionam essas demandas como a qualificação profissional da categoria. Além disso, as práticas dos técnicos de enfermagem devido à sua natureza fragmentária que dicotomiza os aspectos técnicos do social, estabelecem relações hierárquicas presentes nos discursos, letramentos, nas divisões salariais e na restrição de espaços de planejamento e colaboração. Essas representações contrapõem-se às falas dos professores que centram a avaliação do SUS na falta de qualificação dos trabalhadores e na falta de formações adequadas que resgatem conhecimentos históricos e as políticas do SUS. No capítulo 12, analisando relações entre os pacientes e profissionais de saúde, as autoras pontuam alguns conceitos recorrentes nas falas desses grupos, enfatizando uma concepção ampla de saúde que passa de uma perspectiva de negação da doença para outra que incorpora fatores sociais como condições para uma vida saudável. Posto isso, as autoras sinalizam para a preponderância de três discursos: um que opõe saúde à doença; o que relaciona a saúde com as condições sociais; e um baseado na religiosidade. Esses discursos são

interiorizados nas falas dos pacientes e profissionais de saúde construindo representações e identidades coletivas fechadas que impedem a comunicação entre esses participantes. Assim, uma das contribuições proposta no decorrer deste trabalho relaciona-se com a demanda de discursos e letramentos que favoreçam a relação paciente-profissional de saúde, com foco na empatia, no ouvir e na transparência.

De forma geral, o livro, “Language, literacy, and health: discourse in Brazil's national health system”, ainda que apresente uma densidade informativa, proporciona uma visão enriquecedora sobre a complexa relação entre linguagem, letramento e saúde no SUS. Através de uma análise detalhada e contextualizada, as investigações propostas exploram em uma perspectiva transdisciplinar o contexto do atendimento do SUS, ressaltando como as práticas sociais podem influenciar e potencialmente melhorar o atendimento à saúde no Brasil. É salutar para a compreensão da relação médico-paciente o vínculo agenciado pelos tempos e espaços do atendimento à saúde, nas análises das autoras, na heterogeneidade de discursos, identidades e representações convergentes e divergentes. Esses achados etnográficos oferecem um olhar holístico sobre a saúde nas regiões Nordeste e Sudeste; na mesma medida, permitem visualizar as relações microssociais de cada contexto investigado.

REFERÊNCIAS

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso crítica**: um método de pesquisa qualitativa- Brasília: Editoria da Universidade de Brasília, 2017.

IMACULADA, O. M.; SILVA, J. B. Resenha de :EEUWEN, Theo van. *Multimodality and Identity*. New York: Routledge, 2022. 190 p. ISBN: 9780815349044 (hbk). ISBN: 9780815349051 (pbk). ISBN: 9781003186625 (ebk). **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 23, p. 333-339, 2022.

IMACULADA, O. M.; SOUZA, C. A.L DE. Renha: MAGALHÃES, Izabel; SILVA, Kênia L da. **Language, Literacy, and Health**: Discourse in Brazil's National Health System. NovaYork /Londres Lexington Books, 2022

O AUTOR

João Marcos Messias Miranda

Formando em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Piauí-UFPI. Doutorando em Linguística pela Universidade de Brasília-UnB. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Estudos Críticos e Linguagem (NECRIL).

Como citar:

MAGALHÃES, Izabel; SILVA, Kênia L da. Language, Literacy, and Health: Discourse in Brazil's National Health System. NovaYork /Londres: Lexington Books, 2022. Resenhado por João Marcos Messias Miranda. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 25, n. 2, p. 222-228, jul./dez. 2024. Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal

Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Creative Commons Attribution 4.0 International license

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

